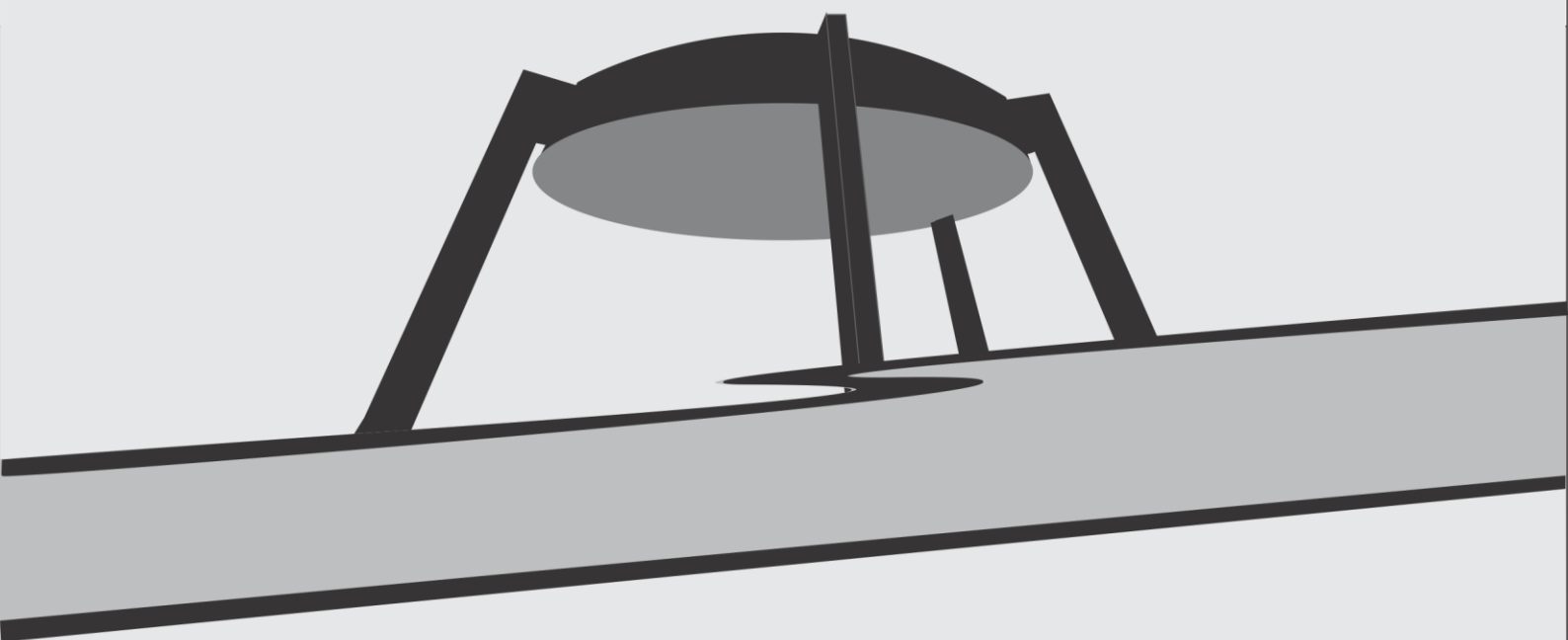




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RENATA DA SILVA BARBOSA

**TERRITÓRIO E ESCALA: a utilização dos conceitos geográficos para implementação
das políticas públicas em prol da seguridade social da população infanto-juvenil em
situação de rua na cidade de Campina Grande – PB**



Recife
2019

RENATA DA SILVA BARBOSA

TERRITÓRIO E ESCALA: a utilização dos conceitos geográficos para implementação das políticas públicas em prol da seguridade social da população infanto-juvenil em situação de rua na cidade de Campina Grande – PB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Regionalização e Análise Regional

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá.

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238t Barbosa, Renata da Silva.

Território e escala : a utilização dos conceitos geográficos para implementação das políticas públicas em prol da seguridade social da população infanto-juvenil em situação de rua na cidade de Campina Grande - PB / Renata da Silva Barbosa. – 2019.

232 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2019.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Espaços públicos. 3. Crianças. 4. Adolescentes. 5. Política pública. 6. Política social. I. Sá, Alcindo José de (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

(BCFCH2020-084)

RENATA DA SILVA BARBOSA

TERRITÓRIO E ESCALA: a utilização dos conceitos geográficos para implementação das políticas públicas em prol da seguridade social da população infanto-juvenil em situação de rua na cidade de Campina Grande – PB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em geografia.

Aprovada em: 17/05/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcindo José de Sá (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jan Bitoun (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

Profa. Dra. Valéria Nepomuceno Teles de Mendonça (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Igor Martins Medeiros Robaina (Examinador Externo)
Universidade Federal do Espírito Santo

A todas as crianças e adolescentes violadas nos seus direitos fundamentais!

AGRADECIMENTOS

Hoje, encontrando-me na fase final do doutorado, entendo o porquê de todas as dificuldades relatadas por quem vive esse processo. São quatro anos de dedicação a uma pesquisa, lidando diariamente com incertezas e inquietações. Contudo, hoje e apesar de todas as dificuldades, o sentimento é de gratidão. Sinto-me extremamente satisfeita com a ciência que escolhi para dedicar os meus estudos. A Geografia, além de possibilitar uma leitura de mundo, me proporcionou belos encontros, me apresentando a lugares incríveis. Logo, é devido a tudo isso que o desejo de dar continuidade a minha carreira profissional nessa área permanece.

Tenho consciência que essa etapa concluída não teria sido tão prazerosa sem a presença de pessoas que sempre torceram e estiveram disponíveis nos momentos que mais precisei de afeto. Diante disso, sou imensamente grata ao meu núcleo familiar, no qual Deus me permitiu nessa passagem. Por isso, agradeço pela confiança, estrutura e por acreditarem que eu conseguiria (mais do que eu mesma). Mãe (Maria José), Pai (Reginaldo), obrigada por todo amor, positividade, me fazendo forte em momentos que parecia enfraquecer. Obrigada aos meus irmãos (Reinaldo e Rildo) por todo carinho, palavras de apoio e amor e a minha cunhada Nadjane. Obrigada aos meus sobrinhos (Ricardo e Valentina), que por vezes me “sequestraram” dessa rotina pesada, me fazendo desfrutar de um cinema ou um parque em pleno trabalho. A minha amada avó, Dona Neném, pelas orações e amor. Vocês são minha fortaleza!

Agradeço aos meus amigos, geógrafos e não-geógrafos, que me ajudaram no processo de reflexão ou apenas com assuntos casuais, que sempre terminavam em encontros divertidos. Sou grata a todos, e, reforço esse sentimento em nome de Caline Mendes, Alexandre Sabino e Zenis Freire, pessoas importantíssimas para o meu desenvolvimento como pesquisadora, professora, como pessoa. Enfim, agradeço a todos que insistiram para aquela cerveja, viagem, almoço, café, não me fazendo esquecer como desejo viver, de forma simples e leve.

Hoje, concluindo mais um curso, sou extremamente grata a todos os professores que contribuíram para minha formação. Indo dos docentes do Educandário Maria Germano (na minha querida cidade natal, Aroeiras – PB) aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEU/UFPE. Assim, em nome do meu orientador Alcindo José de Sá, externo meus agradecimentos. Obrigada a todos os professores, membros da banca, pelo tempo disponibilizado para realizar a leitura e pelas contribuições.

Aproveito o ensejo também para agradecer a um dos funcionários mais competentes que já tive o prazer de conhecer, Eduardo Vêras. É de comum acordo entre os pós-graduandos, a eficiência, prontidão, educação, simpatia, com o qual, o estimado Eduardo, resolve e ajuda os

alunos. Tornando os assuntos burocráticos menos maçantes, ajudando-nos, principalmente, os que residem fora da cidade. Meu muito obrigada!

Durante a realização da pesquisa empírica, encontrei com pessoas e equipes, que me ajudaram no desenvolvimento do estudo, fornecendo dados e informações sobre os serviços e programas sociais. Aos quais sou extremamente grata: Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande – PB, Programa Bolsa Família, Programa Ruanda, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Infanto-juvenil.

Por fim, gostaria de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida.

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

*“Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando, não sei lhe explicar
Fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice ele um dia me disse
Que chegava lá
Olha aí
Olha aí
Olha aí, aí o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri”*

(BUARQUE, 1982)

RESUMO

O espaço urbano, como resultado da ação de vários agentes sociais, se caracteriza pelas disparidades socioespaciais, que vão se modificando no perpassar dos anos, alterando suas formas e funções. Logo, temos nesse espaço, várias territorialidades, que surgem com a formação de diversos grupos urbanos que, na maioria dos casos, são compostos por indivíduos pauperizados, que buscam resistir aos descasos sociais. Desse modo, como processo de sobrevivência e forma de conseguir dar sequência às suas vidas, temos crianças e adolescentes ocupando os espaços públicos (praças, parques, semáforos, ruas comerciais, feira livre central), buscando retirar desses espaços os elementos básicos de vivência, como alimentação, vestimentas, higienização, dentre outros. Nesse processo, essa população infanto-juvenil acaba formando grupos, a partir de algumas proximidades (empatia, parentesco, desejos), delimitando nos espaços públicos suas áreas de atuação, territorializando-as a partir de outras funcionalidades. Contudo, essa mesma população infanto-juvenil que territorializa esses espaços públicos (lugar que significam risco pessoal e social para estes), são considerados pelo Estado, a partir das leis e normas, como prioridade absoluta, por se encontrarem em desenvolvimento físico, psicológico e social. Nesse sentido, várias são as políticas, serviços e programas sociais e de saúde, que buscam assegurar os direitos fundamentais a esses indivíduos, na tentativa de garantir oportunidades de desenvolvimento. Nesse sentido, e, com o intuito de elaborar e implementar políticas públicas contundentes de proteção integral, almejando a descentralização e universalização das políticas, torna-se fundamental o uso cada vez maior do termo território. Porém, da forma como é trabalhado, o território, acaba se restringindo a delimitação física e gestão, desconsiderando suas possibilidades de desvendar as realidades sociais. Logo, é nesse sentido que se busca percorrer sobre o território e escala geográfica, como conceitos fundamentais, para revelar os cotidianos desses indivíduos, bem como seus desejos, necessidades, carências, enfim. Desse modo, esse trabalho se propõe a analisar as políticas, serviços e programas sociais elaborados nas mais variadas escalas, direcionadas para as crianças e os adolescentes que sobrevivem nos espaços públicos, em situação de risco pessoal e social, no espaço urbano de Campina Grande – PB, problematizando como os conceitos de territórios e escalas geográficas podem contribuir para maior eficácia dessas ações estatais em prol dessa população infanto-juvenil.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Território. Escala. Políticas sociais.

ABSTRACT

The urban space, as a result of the action of various social agents, is characterized by socio-spatial disparities, which are changing over the years, modifying their forms and functions. Therefore, we have in this space, several territorialities, which arise with the formation of several urban groups, which, in most cases, are composed of impoverished individuals, who seek to resist social demarcation. Thus, as a process of survival and a way to succeed in their lives, we have children and adolescents occupying the public spaces (squares, parks, traffic lights, shopping streets, central fair), seeking in these spaces the basic elements of living, such as food, clothing, sanitation, among others. In this process, this population of children and adolescents ends up forming groups, from some proximity (empathy, kinship, desires), delimiting their areas of activity in public spaces, territorializing them from other functionalities. However, the same child and youth population that territorializes these public spaces (places that represent a personal and social risk for them), are considered by the State, from the laws and regulations, as an absolute priority, because they are in physical, psychological and social development. In this sense, there are several policies, services and social programs that seek to guarantee the fundamental rights of these individuals, in an attempt to guarantee opportunities for them to grow up. In this sense, and with the intention of elaborating and implementing strong social policies of integral protection, aiming at the decentralization and universalization of policies, it becomes fundamental the increasing use of the term territory. However, in the way it is worked, the territory ends up being restricted to physical delimitation and management, disregarding its possibilities of unraveling the social realities. Therefore, it is in this sense that we seek to discuss the territory and geographic scale, as fundamental concepts, to reveal the daily lives of these individuals, as well as their desires, necessities, and needs in short. In this way, this work proposes to analyze the policies, services and social programs elaborated in the most varied scales, directed to the children and the adolescents that survive in the public spaces, in situation of personal and social risk, in the urban spaces of Campina Grande - PB, problematizing how the concepts of territories and geographic scales can contribute to greater effectiveness of these state actions in favor of this child-juvenile population.

Keywords: Child. Adolescent. Territory. Scale. Social policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01	Localização do Município e espaço urbano de Campina Grande – PB	30
Mapa 02	Localização da feira central de Campina Grande – PB	31
Mapa 03	Localização das Praças da Bandeira e Clementino Procópio no centro de Campina Grande – PB	34
Figura 01	Brincadeiras na Praça Clementino Procópio	51
Mapa 04	Praça Clementino Procópio e Parque Evaldo Cruz	54
Mapa 05	Localização das ruas na área central	56
Figura 02	Comércio ambulante da Cardoso Vieira	57
Quadro 01	Transcurso das políticas sociais	78
Figura 03	Crianças e adolescentes fazendo uso de substâncias psicoativas nas praças centrais de Campina Grande – PB	106
Figura 04	Principais meios de comunicação impresso da Paraíba destacam as problemáticas referentes as crianças e adolescentes em situação de rua.	108
Figura 05	Parte interna do CAPS AD III Infanto-juvenil	108
Gráfico 01	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)	127
Tabela 01	Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)	128
Tabela 02	Cadastro Único – 2015	131
Figura 06	Campanha “A esmola deixa a criança longe da escola! Não dou esmolas!”	147
Figura 07	Solenidade de entrega do automóvel para o Programa Ruanda	148

LISTA DE SIGLAS

CEBRID	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente
CMDDCA/CG	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande – PB
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FÓRUM DCA	Fórum Nacional de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	Política Nacional Antidrogas
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
REDECA	Rede de Atendimento de Crianças e Adolescentes
SAGI	Relatórios de Informações Sociais
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CAMPINA GRANDE – PB: APRESENTAÇÃO DO ESPAÇO EM ESTUDO	29
2.1	Espaços públicos, cidadania, democracia: a importância da estrutura física	40
2.2	Crianças e adolescentes: a dura realidade dos (sobre)viventes dos espaços públicos	46
2.3	Do “desuso” público ao “uso” privado: as privatizações dos espaços públicos pela população infanto-juvenil	51
3	POLÍTICAS SOCIAIS: DO “FAVOR” AO DIREITO	60
3.1	Políticas Públicas: o estado como “mediador civilizador”	62
3.2	Família: instituição de proteção infanto-juvenil	71
3.3	Sociedade de classes, desigualdades socioespaciais: os principais avanços na política de garantia social infanto-juvenil	75
3.4	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande – CMDDCA/CG	81
3.4.1	Plano Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Campina Grande – PB	85
4	GEOGRAFIZAÇÃO SOCIAL: DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	92
4.1	Do modelo manicomial para os centros de atenção psicossocial	96
4.1.1	Drogas: problema social ou de saúde?	99
4.1.2	Crianças e adolescentes e o uso de substâncias psicotrópicas: como os poderes públicos tem enfrentado esta problemática	103
4.2	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	112
4.2.1	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): o redesenho do PETI	115
4.2.2	Atuação do PETI e seu reordenamento (SCFV) no Município de Campina Grande – PB	118
4.3	Bolsa Família: programa do “neo-liberalismo familiarista”?	124
4.3.1	Programa Bolsa Família: avanços e desafios diante das garantias sociais	126
4.3.2	De sujeitos violados à sujeitos de direitos: a contribuição do PBF a população infanto-juvenil em situação de rua	130
4.4	Programa Ruanda: implementação, atribuições e estrutura	134
4.4.1	Programa Ruanda: reordenamento ou “seu fim”?	143

4.4.2	Unidade móvel: o processo de desterritorialização e reestruturação do Programa Ruanda	145
5	TERRITÓRIO, POLÍTICAS SOCIAIS E DE SAÚDE: A NECESSIDADE DE SE PENSAR PARA ALÉM DA LOCALIZAÇÃO.....	153
5.1	Território-Natureza, Território-Social: do território espacial à espacialização do território.....	154
5.2	O “poder da precarização” socioterritorial: o território relacional da população infanto-juvenil	161
5.3	Território: o “fetiche” das políticas sociais	166
5.4	As ações territorializantes do estado: como Campina Grande trabalha as questões territoriais dos serviços e programas sociais e de saúde?	175
5.5	Políticas públicas e território: ressignificando sua importância	182
6	ESCALA, POLÍTICAS SOCIAIS E DE SAÚDE: DESCONSTRUINDO OS LIMITES GEOMÉTRICOS	188
6.1	Escala de atuação das políticas, programas, serviços sociais e de saúde: os espaços públicos como “locus”	191
6.2	A escala do corpo: os atores infanto-juvenis	195
6.3	Casa e comunidade: a escala em nível microlocal	200
6.4	Do macro ao micro: a construção da vida política e social	203
6.4.1	Serviços e programas sociais: a política em ação.....	208
6.5	Política de escalas: o <i>dever</i> dos programas e serviços sociais	213
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	218
	REFERÊNCIAS.....	224

INTRODUÇÃO



CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

A ciência geográfica, como área do conhecimento responsável por entender as relações entre o homem e a natureza foi, no transcurso de sua história, definindo alguns conceitos como base, que acabaram evoluindo a partir de algumas correntes de pensamentos, nas quais hoje contribuem para a compreensão das dinâmicas e estruturas sociais. Nesses processos de (re)configurações da Geografia, temos o espaço se firmando como categoria, o qual passa a ser considerado o elemento analítico fundamental da respectiva área de conhecimento, enquanto território, lugar, paisagem, escala, rede, região, foram sendo entendidos como conceitos-chave para a apreensão das realidades existentes.

O espaço geográfico que passa a ser entendido como espaço social, que é “apropriada, transformada e produzida pela sociedade” (SOUZA, 2013, p.22), vai transformando as análises geográficas, no sentido que passa-se a entender vários atores sociais como (re)produtores desse espaço. O geógrafo Roberto L. Corrêa já elencara outrora, em uma das suas obras mais utilizadas, “O Espaço Urbano”, os principais agentes sociais que modelam o espaço na sua faceta citadina, que são: os proprietários industriais, os proprietários fundiários, o capital imobiliário, o Estado, e os excluídos sociais.

Logo, é nesse sentido de uma compreensão social do espaço que a Geografia passa a ser fundamental para revelar as realidades sociais existentes. E, é nessa perspectiva que se acredita na sua importância analítica para tornar as políticas públicas mais eficazes, diminuindo as probabilidades de ações desconexas com as realidades. Dito isto e diante de vários caminhos conceituais, para o respectivo estudo, foram definidos dois dos conceitos geográficos: território e escala.

Entende-se que a Geografia é um conhecimento basilar para as políticas públicas, não apenas por compreender a espacialização dessas ações e suas distribuições, mas por fornecer, a partir dos seus conceitos de território e escala, maior conhecimento relativo aos contextos sociais, às fragmentações espaciais de desigualdade e às organizações da população que necessitam do suporte da política de assistência social e de saúde para o desenvolvimento de suas vidas, bem como no sentido de entender essas ações territorializantes do Estado, a partir das políticas, serviços e programas sociais, que alteram e impactam os sujeitos e seus cotidianos.

Ressalta-se, de antemão, que essa necessidade de considerar os conceitos de território e escala geográfica para a elaboração e implementação das políticas, serviços e programas

sociais, não é algo novo e se manifesta no corpo das políticas públicas quando estas anseiam à descentralização e à universalização dessas ações. As atividades desenvolvidas pelas políticas públicas só vão surtir efeitos se levarem em consideração as realidades construídas pelos indivíduos, seus cotidianos e o público dessas ações. Logo, o território e a escala geográfica, como elementos conceituais, podem contribuir para práticas mais próximas dos desejos e carências desses indivíduos.

Assim, o estudo de caráter teórico aplicado, tem como objetivo geral analisar as políticas, serviços e programas sociais e de saúde elaborados nas mais variadas escalas, direcionadas para as crianças e os adolescentes que (sobre)vivem nos espaços públicos, em situação de risco pessoal e social, no espaço urbano de Campina Grande – PB, apresentando os conceitos de território e escala geográfica como elementos importantes para maior eficácia das ações em prol da seguridade da população infanto-juvenil. É importante ressaltar que se utiliza da Resolução N°183, de 09 de março de 2017 (“Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua” – CONANDA), o qual define quem são essas crianças e adolescentes em situação de rua, apresentando-os como os “sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social (...)”.

Campina Grande se configura como uma das cidades médias mais importantes do interior nordestino, sendo um polo de serviço educacional, de saúde e comercial, para as cidades vizinhas. Isso lhe garante grande fluxo de pessoas, mercadorias, renda, permanecendo sua importância não apenas para as cidades paraibanas, mais também para as cidades dos estados vizinhos.

Além do que já foi mencionado, Campina Grande também se destaca como polo tecnológico, que a faz extrapolar as fronteiras nacionais, a partir do desenvolvimento de softwares, atrelado aos estudos desenvolvidos na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Paralelamente a isso, a cidade em estudo se destaca culturalmente na realização de grandes eventos, como os encontros religiosos no período do carnaval e o “Maior São João do Mundo”, que se realiza no mês de junho.

Contudo e apesar de toda essa relevância econômica, cultural e política, Campina Grande vem, ao longo do tempo, tendo que lidar com a presença constante de crianças e adolescentes nos espaços públicos como as ruas, praças, parques, avenidas, feira livre central, enfim, lugares de grande fluxo de pessoas e mercadorias. E, apesar de ações interescares do

Estado (nos mais variados níveis, Federal, Estadual e Municipal) existe uma presença constante e crescente de indivíduos ocupando essas áreas, bem como uma reincidência de alguns que essas políticas, serviços e programas já conseguiram atender.

Diante disso, foi elaborada uma questão teórica, que se caracteriza como a questão central da pesquisa, ao qual buscou responder: Em que medida o aparato político-legislativo, que fornece as diretrizes para as políticas, serviços e programas sociais e de saúde, elaborados para garantir a proteção integral das crianças e dos adolescentes, que se encontram em situação de risco no espaço urbano, necessita levar em consideração os conceitos de território e escala geográfica, para garantir, de forma efetiva, os direitos e o bem-estar social? A partir desse questionamento principal, surgem novas inquietações, que acabaram desembocando em outras questões e reflexões que se busca esclarecer durante a pesquisa.

Nesse sentido, parte-se do entendimento que há necessidade de um diálogo aproximado entre a política de assistência social e de saúde e a Geografia, pois, como área do conhecimento científico, seus conceitos e análises são fundamentais para o desenvolvimento de ações proativas, ampliando o entendimento de conceitos, que são compreendidos como termos (apenas), e que podem vir a contribuir positivamente para assegurar os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e/ou social.

Para isso, deve-se partir do entendimento do território como espaço dominado e/ou apropriado, nas mais diversas escalas e tempos, por diferentes atores sociais, que delimitam estas áreas a partir das relações sociais, que também se configuram como relações de poder. Assim, o território pode ser definido a partir de um substrato funcional e/ou simbólico, desconstruindo essa ideia do território em escalas grandiloquentes do Estado-Nação.

Como campo de força, o território, mostra seus atores sociais, suas funcionalidades e representatividades, questões cruciais para as políticas públicas, principalmente as direcionadas às crianças e aos adolescentes que trabalham nessa perspectiva do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. É interessante perceber como o próprio movimento de resistência pela vida (alimentação, lazer, vestimentas) dessa população pauperizada, que se encontra em situação de risco pessoal e social, acaba desembocando em processos territoriais, que devem ser compreendidos, caso haja o interesse de ações mais plausíveis.

É importante destacar que a maioria dos estudos utilizados como referência nessa pesquisa que discorreram sobre essa aproximação entre a Geografia e a Política da assistência social (KOGA, 2011; STEINBERGER, 2013; GOMES et. al., 2013), analisando o conceito de

território e sua importância para as políticas sociais, foram feitos a partir do conceito trabalhado pelo geógrafo Milton Santos, “território usado”. Desse modo, por entender que esse conceito se aproxima, e muitas das vezes, até se confunde com a definição de espaço social, foram utilizados outros teóricos e linhas de raciocínio para discorrer sobre o conceito e as políticas sociais e de saúde, aqui empregados.

Busca-se também nesse estudo enfatizar a importância da escala geográfica para as políticas sociais e de saúde, partindo do pressuposto de que, para compreender as diferenciações socioespaciais, tem que haver uma aproximação maior do objeto, requerendo um olhar mais acentuado. Desse modo, a escala adentra os estudos relacionados às políticas públicas, por possibilitar esse olhar mais aproximado do pesquisador, revelando os contextos sociais, além de apresentar a (re)produção dos espaços de forma diversas, com atores singulares, com desejos, necessidades e anseios múltiplos.

Outro ponto a ser defendido e abordado nesse trabalho parte da ideia de que a escala geográfica é uma construção social, logo um espaço de luta política, de expressões sociais, de poder e de ação que engloba várias escalas de poderes e sujeitos sociais, e assim vão imprimindo as geografias das contradições e conflitos inerentes aos espaços produzidos e reproduzidos por vários sujeitos.

É nessa perspectiva que a escala sai de uma concepção puramente quantitativa, matemática, de representação da realidade a partir de formas geométricas, para uma compreensão social das peculiaridades de cada espaço, de acordo com o que aponta Castro (1995, p.134), quando diz que a escala é um recorte da realidade, “percebida/concebida de acordo com o ponto de vista, com a escolha do nível de percepção/concepção”.

Possuindo vários níveis, a escala torna-se fundamental para entender as singularidades do cotidiano e da vivência dos indivíduos, sendo extremamente importante para elaboração das políticas sociais e sua implementação nos diversos espaços, pois acredita-se que só com a aproximação dos fenômenos que se pode planejar ações as quais realmente assegurem a estes indivíduos a proteção integral.

Desse modo, a tese foi estruturada em cinco capítulos, nos quais as discussões e reflexões se complementam. O caminho trilhado de elaboração e análise não ocorreu de forma linear, ou seja, às vezes se fez necessário partir das regras, normas, leis sociais, em outros momentos, das políticas, serviços, programas, e até mesmo dos processos territoriais das

crianças e adolescentes em situação de rua. Os pontos de partida foram diferenciados, contudo, todos convergindo para o mesmo objetivo.

Dito isso, o primeiro capítulo, intitulado, “Estado, Cidadania, Democracia: a (re)produção do espaço urbano da cidade de Campina Grande – PB”, parte da apresentação da cidade, dos seus principais momentos de construção e evolução, destacando o protagonismo de alguns espaços que, nos dias atuais, são territorializados por crianças e/ou adolescentes em situação de rua. Desse modo, discorreremos sobre a importância da feira livre central, das praças Clementino Procópio e Bandeira, do parque Evaldo Cruz, das principais ruas centrais, as quais foram impactadas pela expansão urbana e que permanecem demonstrando sua relevância para as dinâmicas sociais atuais.

É diante do entendimento da importância desses espaços públicos para a cidade, que se inicia também discussões a respeito de como os mesmos surgiram, além de suas proeminências para a organização social e, como isso, vão sendo reconfigurados com as “novas” políticas-econômicas. Assim, temos cada vez mais empreendimentos modernos que produzem simulacros dos espaços públicos, e de que forma os mesmos, na contramão disso, vão sendo apropriados e dominados por indivíduos em situação de vulnerabilidade, como acontece em Campina Grande com a população infanto-juvenil.

No segundo capítulo, “Políticas públicas: do “favor” ao direito”, almejou-se levantar algumas discussões a respeito do processo construtivo que passa a considerar as políticas sociais e de saúde como direito e não como caridade. Atrelado a essa concepção, discutimos também como o Estado vai se comportando e se remodelando para garantir os direitos fundamentais desses indivíduos.

Desse modo, é importante pensar a formação do Estado como algo que surge da sociedade em um determinado período de desenvolvimento, porém, algo que se torna superior a ela. Isto posto, buscamos também responder como o Estado capitalista atua na garantia e proteção das crianças e dos adolescentes, a partir da elaboração de políticas públicas. Buscando discorrer também sobre outras instituições que são responsabilizadas por essa proteção, como a família, que passa a ser extremamente culpabilizada e cobrada, nesse contexto neoliberal onde as políticas públicas são construídas.

Como as crianças e os adolescentes são considerados prioridades do Estado, por se encontrarem em fase de desenvolvimento social, físico e psicológico, achamos interessante discorrer sobre o avanço do aparato político-legislativo, que possui como público essa

população infanto-juvenil e, assim, caminhando a análise para o recorte espacial do estudo, no caso, Campina Grande, e com isso apreendendo as políticas, serviços e programas sociais e de saúde que estão dispostos para esses sujeitos.

O terceiro capítulo, “Geografização Social: desenvolvimento e implementação das políticas públicas”, trata de analisar as funções desenvolvidas pelas políticas, programas e serviços sociais e de saúde que são gestados pelo Estado (Federal e Municipal) e direcionados à população infanto-juvenil de Campina Grande, diretamente ou indiretamente. Discorre-se, ainda sobre suas implementações, organizações e estruturas no caso específico e, como elaboram as ações em prol das garantias sociais das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade nos espaços públicos.

No total foram três os serviços e programas sociais selecionados e um serviço de saúde, contabilizando quatro políticas públicas. Sendo estas: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Infanto-juvenil – CAPS AD III; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI); Programa Bolsa Família – PBF e o Programa Ruanda.

Já o quarto capítulo, “Território e Políticas sociais e de saúde: a necessidade de se pensar para além da localização”, resgata os elementos históricos da ciência geográfica que corroboraram para o avanço conceitual do termo território, possibilitando compreender como, em meio às continuidades e rupturas, o território acaba se firmando como um dos conceitos-chave, oscilando entre períodos de exaltação e outros de quase esquecimento.

Identificado como um conceito político, o território está ligado diretamente com a delimitação do espaço a partir das relações de poder. Desse modo, busca-se pensar o poder como elemento chave na delimitação dessas áreas, possibilitando que a população infanto-juvenil territorialize esses espaços.

Pode-se notar que o termo “território” a partir, principalmente, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, passa a ser extremamente citado, como importante elemento para elaboração e implementação das políticas, serviços e programas sociais. Contudo, pode-se perceber que o mesmo se tornou também um elemento a ser subutilizado como conceito que pode contribuir para revelar os contextos sociais, uma vez que se limita com a localização e gestão dessas ações territorializantes do estado.

Por fim, o quinto capítulo, “Escala e Políticas Sociais e de saúde: desconstruindo os limites geométricos”, busca desfazer a ideia de escala geográfica como representação apenas

da realidade, apresentando suas ricas possibilidades em meio ao desenvolvimento de políticas públicas. Para isso, destaca os níveis de escala, que são extremamente profícuos na implementação das políticas sociais e de saúde.

Desse modo, o caminho trilhado segue o mesmo raciocínio do estruturado para discorrer sobre as políticas públicas e os territórios, partindo-se de análises referentes às normas, regras e leis sociais, que acabam desembocando nas políticas sociais e de saúde, para depois avançarmos na construção analítica do caso de Campina Grande – PB. Logo, almeja-se responder como a escala do corpo interfere e/ou pode contribuir para o desenvolvimento de ações estatais que buscam assegurar a proteção integral às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Dito isto, almeja-se discorrer sobre a importância do diálogo entre a Ciência Geográfica e a política de assistência social e de saúde para a formação de políticas públicas mais eficientes, apresentando o território e a escala como elementos conceituais e reveladores das realidades humanas e que podem, assim, contribuir significativamente, para uma maior eficácia desses serviços e programas direcionadas à população infanto-juvenil em situação de rua em Campina Grande.

...

Para o desenvolvimento dessa tese, fez-se necessário a utilização de alguns procedimentos metodológicos, fundamentais para realização da pesquisa bibliográfica, documental e empírica. É importante ressaltar que essa tese se constitui como caudatária dos estudos monográfico (2011) e dissertativo (2014) que foram desenvolvidos com o objetivo de compreender os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social no espaço urbano de Campina Grande – PB. Portanto, no caminhar das pesquisas, nas suas rupturas e prosseguimentos, podemos perceber que há um aparato legislativo de garantias de direitos sociais que desembocavam nas políticas, serviços e programas sociais e de saúde direcionadas a essa população infanto-juvenil.

Contudo, apesar dessas ações sociais e de saúde direcionadas às crianças e adolescentes que vivem nos espaços públicos como praças, parques, ruas comerciais, semáforos, feira livre, dentre outros, observa-se também que há uma permanência e reincidência dessa população

nesses espaços, significando grande risco pessoal e social. Mesmo diante de todas as práticas que são desenvolvidas pelas políticas, serviços e programas, esta complexa problemática social persiste e desafia diariamente os atores que se encontram pensando e executando essas ações.

Desse modo, e buscando analisar as barreiras que implicam na permanência desses sujeitos nesses espaços, propõem-se um diálogo entre os conhecimentos da Ciência Geográfica e a política de assistência social e de saúde, pois, desde a implementação da Política Social de Assistência Social – PNAS/2004, o termo “território” (exaustivamente discutido na Geografia) tornou-se palavra comumente utilizada pelas políticas públicas, mesmo que ainda seja a partir de uma perspectiva localizacional, de planejamento e gestão das áreas.

Assim, defende-se a importância de compreender e apreender os conceitos de território e escala geográfica, para a implementação das políticas, programas e serviços sociais e de saúde desenvolvidos nas mais variadas escalas e direcionados à população infanto-juvenil (diretamente ou indiretamente), problematizando os seus processos territoriais na cidade de Campina Grande. Logo, o território e a escala são identificados no respectivo estudo como elementos basilares para a universalização e descentralização das políticas públicas.

Isto posto, a pesquisa se caracteriza por um estudo interdisciplinar, possuindo como pilar a Ciência Geográfica. Para realização da mesma, correlacionou-se os tipos qualitativos e quantitativos (partindo do pressuposto que estes se complementam) de pesquisa, tendo como recorte espacial os espaços públicos (praças Clementino Procópio e Bandeira, Parque Evaldo Cruz, feira livre central, principais ruas e avenidas do centro da cidade) presentes na área urbana de Campina Grande – PB, que fornecem, a partir de suas peculiaridades, a base empírica do estudo.

Assim, as políticas sociais e de saúde destinadas a essa população infanto-juvenil que se encontra em situação de vulnerabilidade social, serão analisadas e utilizadas pela pesquisa qualitativa, mais no sentido exploratório, ou seja, será direcionada aos agentes sociais desses programas e serviços, em que as informações serão coletadas a partir de entrevistas, as quais possuirão um roteiro e serão devidamente gravadas, transcritas, levando os agentes ao aprofundamento dos debates e reflexões. Já os tipos quantitativos foram direcionados aos sujeitos de direitos (crianças e adolescentes, no caso específico) atendidos por essas políticas sociais, sendo as informações colhidas a partir de dados estatísticos fornecidos por alguns programas e serviços.

Corroboramos com o pensamento de Sposito (2004), quando o mesmo afirma que a metodologia é um “instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetivada pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação”. Desse modo, o procedimento metodológico de coletas de dados foi estruturado a partir dos seguintes elementos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica.

O primeiro, que corresponde ao “ponta pé” inicial de qualquer pesquisa científica, forneceu os conhecimentos teóricos-metodológicos que nortearam o estudo, recorrendo a vários teóricos que desenvolvem pesquisas no espaço urbano e discussões sobre políticas públicas, utilizando também de estudos já desenvolvidos com esses sujeitos. Assim, podemos elencar como referências basilares da pesquisa, os estudos de: Gilles Deleuze, Félix Guattari, Hannah Arendt, Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, Aldaiza de Oliveira Sposati, Marília Steinberger, Neil Smith, Iná Elias de Castro, David Harvey, Robert Sack, Roberto Lobato Corrêa, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, Marcos Aurélio Saquet, dentre outros.

A pesquisa documental também foi fundamental, visto que houve a necessidade de adentrar nas instituições públicas, ter acesso aos projetos, programas e analisar os regimentos internos de cada política já em andamento, assim como o acesso a materiais documentais que ainda não receberam tratamento analítico, como as matérias de jornais impressos, folders, os recursos midiáticos. Os principais documentos oficiais foram:

- Constituição Federal de 1988 – Artigo 227 (que apresenta as crianças e adolescentes como prioridade absoluta);
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;
- Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Portaria nº 458, de 04 de outubro de 2001 (abrangência nacional);
- Programa Ruanda, 2001;
- Programa Bolsa Família (PBF), Lei nº 10.836, de janeiro de 2004;

- Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002;
- Resolução nº183, de 09 de março de 2017 (Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua” – CONANDA).

A escolha por estes documentos segue uma lógica que vai dos direitos constitucionalmente garantidos, passando pela legislação específica que assegura os direitos das crianças e dos adolescentes, bem como sua ciência, que desembocou em leis e diretrizes de assistência social e de saúde e programas e serviços que materializam essas ações estatais.

Buscando delimitar as políticas, programas e serviços sociais e de saúde direcionados à população infanto-juvenil, foram selecionados quatro que desenvolvem ações em campos diferenciados, porém complementares. A seguir apresentaremos, de forma sintetizada, o trabalho desenvolvido por cada programa e serviço, bem como suas áreas de atuação:

- Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Infanto-juvenil (CAPS AD III) – este presta serviço à população infanto-juvenil que se encontra fazendo uso abusivo de álcool e outras drogas no Município de Campina Grande – PB. É um serviço de saúde que desenvolve importante papel na proteção desses sujeitos, principalmente dos que se encontram em situação de rua, os quais acabam tendo maior contato com as substâncias psicoativas. Por possuir como público alvo estas crianças e adolescentes, foi necessário conhecer a instituição, suas diretrizes e organizações, bem como realizar entrevista com o coordenador do serviço para aprofundarmos no entendimento das ações desenvolvidas;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI) – a escolha desse programa deriva do fato da grande maioria das crianças e dos adolescentes que se encontram em situação de rua desenvolverem algumas atividades (venda de chicletes, panos de prato, balões coloridos, entre outros) para conseguirem arrecadar dinheiro para suas necessidades emergências como alimento e vestimentas.

- Programa Bolsa Família (PBF) – apesar de não ser direcionado especificamente para as crianças e adolescentes em situação de rua, a escolha do programa ocorreu devido a sua área de abrangência com as famílias em situação de vulnerabilidade social. Por necessitar da realização da inscrição no Cadastro Único, as informações das condições socioeconômicas acabam por possibilitar o acompanhamento de outros serviços e programas.
- Programa Ruanda – por ser o único programa que trabalha diretamente com a população infanto-juvenil em situação de rua em Campina Grande, a sua escolha para realização da pesquisa tornou-se fundamental. O Ruanda caracteriza-se como um programa de assistência social que realiza um serviço de abordagem, encaminhando esses sujeitos para outros programas, serviços e políticas que atendam suas pluralidades.

Após descrever de forma sintetizada o trabalho desenvolvido por cada serviço e programa, nota-se que a escolha ocorreu pelo fato destes desenvolverem ações que afetam diretamente as problemáticas que dificultam a proteção dessa população em situação de rua, como o uso abusivo de substâncias psicoativas, trabalho infantil, dentre outros. Desse modo, para compreender melhor a forma como esses serviços e programas foram sendo estruturados, tornou-se necessário realizar algumas entrevistas com os coordenadores¹.

- Programa Bolsa Família (PBF) – Coordenador, formação Direito (advogado), realizada em 04 de abril de 2016;
- Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas Infanto-juvenil (CAPS AD III) – Coordenador, formação Enfermagem, realizada em 12 de maio de 2016;
- Programa Ruanda – Coordenador, formação Psicologia, realizada em 26 de agosto de 2016;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Coordenador, formação Serviço Social, realizada em 07 de novembro de 2016.

¹ Almejando manter oculto a identidade dos gestores dos programas e serviços sociais e de saúde, estes serão mencionados no corpo do texto a partir da função que desenvolvem, ou seja, com o termo coordenador.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, seguindo uma estrutura preliminarmente construída, as quais contribuíram, significativamente, para o desenvolvimento da pesquisa.

Durante a realização das entrevistas e em visitas posteriores teve-se acesso a duas fontes de dados estatísticos. A primeira, pela plataforma do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em que houve um reordenamento (ainda em 2016, devido à mudança de governo ocorrida pelo processo de impeachment), atrelando-se ao Ministério do Desenvolvimento Agricultura, passando a ser o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Desse modo, os dados utilizados foram dos Relatórios de Informações Sociais (SAGI), que apresentam dados das famílias registradas no Cadastro Único e das famílias usuárias do Bolsa Família.

Outros dados estatísticos compilados foram dos relatórios elaborados pelo Programa Ruanda. Esses dados são referentes à quantidade de crianças e adolescentes identificados nos espaços públicos de Campina Grande, quais as atividades que estes desenvolviam no momento, de quais bairros são oriundos, quais os vínculos familiares e/ou comunitários ainda existentes, entre outras informações. Todos eles foram cuidadosamente analisados e juntamente com as entrevistas serviram de base de conhecimentos empíricos para realização da pesquisa.

Um outro ponto importante sobre essa pesquisa foi que houve o acompanhamento das reuniões da REDE de proteção das crianças e dos adolescentes de Campina Grande. Essas reuniões ocorrem em cada primeira terça-feira do mês e reúne os coordenadores e/ou educadores das diversas políticas, programas e serviços de atendimento infanto-juvenil das mais variadas áreas como, assistência social, saúde, educação e Ministério Público. Nessas reuniões coordenadas pela Gerência da Criança e do adolescente são discutidos casos específicos de violação de direitos e articulados novas campanhas, projetos e eventos.

Durante a realização da pesquisa empírica (2015-2017), também participamos, como palestrante, de encontros de formação dos educadores, como o I Encontro de Educadores Sociais de Campina Grande, apresentando e abrindo discussões a respeito das políticas sociais. Estivemos presentes também como ouvinte nos Simpósios de reflexões sobre o uso de álcool e outras drogas destinados aos educadores sociais e de saúde, além de acompanhar campanhas elaborados pela Secretária de Assistência Social (SEMAS), junto aos programas, como: A esmola deixa a criança longe da escola! Não dou esmolas!

Todas as seleções bibliográficas, documentais, de bancos de dados, foram fundamentais para compilação das informações e realização da pesquisa. Desse modo, a partir do caminho metodologicamente trilhado, pode-se compreender e analisar como o território e as escalas geográficas são elementos importantíssimos para maior efetivação das políticas, programas e serviços de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social no espaço urbano de Campina Grande.

Podemos verificar, portanto, que, a partir da inserção do território e da escala, as ações estatais podem assegurar um bem-estar social, cumprindo seu dever diante dos indivíduos pauperizados, destacando a necessidade de maior entendimento dos conhecimentos geográficos e da inserção de profissionais nessa área para formulação e implementação das políticas sociais e de saúde.

ESTADO, CIDADANIA, DEMOCRACIA: A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB



CAPÍTULO 2

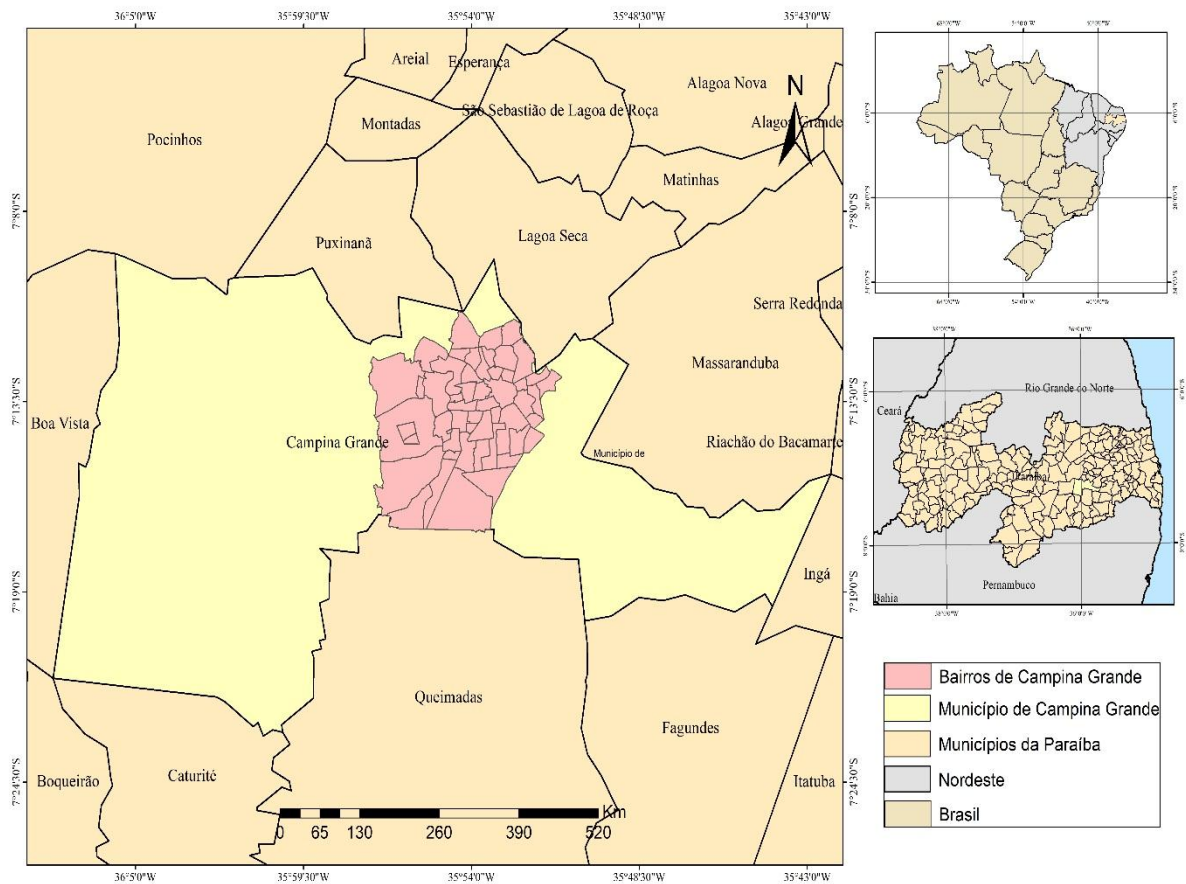
2 CAMPINA GRANDE – PB: APRESENTAÇÃO DO ESPAÇO EM ESTUDO

Os antigos construíram Valdrada à beira de um lago com casas repletas de varandas sobrepostas e com ruas suspensas sobre a água desembocando em parapeitos balaustrados. Deste modo, o viajante ao chegar depara-se com duas cidades: uma perpendicular sobre o lago e a outra refletida de cabeça para baixo. Nada existe e nada acontece na primeira Valdrada sem que se repita na segunda, porque a cidade foi construída de tal modo que cada um de seus pontos fosse refletido por seu espelho, e a Valdrada na água contém não somente todas as acanaladuras e relevos das fachadas que se elevam sobre o lago mas também o interior das salas com os tetos e os pavimentos, a perspectiva dos corredores, os espelhos dos armários (CALVINO, 2017, p.64)

A “cidade aos olhos”, narrada por Italo Calvino, reflete, no espelho d’água, a sua forma, fruto das práticas sociais existentes em um determinado tempo e espaço, no qual seu traçado urbano, decorrente da topografia, possibilita a contemplação de duas cidades: a real e a projetada no lago. Assim como a cidade Valdrada, Campina Grande – PB, também possui um espelho d’água como referência espacial, que serviu, em um primeiro momento, de apoio, alimento e água, para os animais utilizados pelos tropeiros. Nos dias atuais, o tão conhecido “açude velho” (como é popularmente identificado), passa a ser cartão postal e local mais valorizado da cidade (tanto economicamente, do solo urbano, quanto de identidade, apropriação por parte dos campinenses).

Campina Grande, cidade interiorana do Estado da Paraíba, surgiu devido à sua localização geográfica, pois, encontra-se entre o sertão e o litoral, e isso fez com que fosse utilizada como ponto de apoio pelos comerciantes de gado, tropeiros, que deslocavam para os centros maiores como, João Pessoa, Recife (Mapa 01). Diniz (2009, p.23) pontua que “a origem de Campina Grande está intimamente imbricada com o desenvolvimento da feira de gado e de cereais, como era conhecida pelos comerciantes da região”.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB



Sistema de Coordenadas Geográficas. Datum: SIRGAS 2000.
 Fonte de dados: IBGE 2010/2015. Ano 2019.
 Elaboração: Renata Barbosa. Execução: Eliane Campos dos Santos

O povoado que abrigava os transeuntes foi crescendo, ganhando importância, e passou a sediar uma feira de gado e a feira livre, como discorre Maia (2010, p.02):

A cidade de Campina Grande nasce a partir de um entroncamento dos caminhos que conduziam o gado e os tropeiros, no século XVII, portanto está associado à atividade pecuária que adentrava o interior do território brasileiro e, por conseguinte, ao comércio de gado e gêneros alimentícios, que por sua vez, motivaram o aparecimento da feira de gado e também de uma grande feira livre. [...] No ano de 1864 eleva-se à categoria de cidade.

Por se encontrar no agreste, Campina Grande torna-se importante também por possibilitar a comunicação e trocas entre práticas agrícolas distintas, pois, articulava atividades típicas do sertão, bem como aquelas que caracterizavam o brejo paraibano. Com funções tipicamente mercadológicas, a cidade vai crescendo e mostrando para as demais regiões e para os núcleos urbanos já consolidados (principalmente os situados no litoral) sua importância para

a dinâmica desses espaços, passando a ser fundamental para captação e vasão de mercadorias e pessoas (DINIZ, 2009).

Durante o transcurso da história, a feira livre de Campina Grande percorreu alguns espaços do povoado, sendo o seu local, bem como o seu dia, modificado, a depender do líder político que estivesse no poder. Nesse sentido, a feira passou por algumas etapas, além de que o surgimento de feiras em outros povoados acabou por afetá-la, mesmo assim ela permanecesse forte e resistisse até os dias atuais no centro da cidade (Mapa 02). Sendo uma das poucas cidades médias que conseguiu manter esse tipo de atividade comercial no centro, muito embora tenha havido o surgimento de empreendimentos modernos, como o shopping.

LOCALIZAÇÃO DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE - PB



Devido a sua importância para dinâmica e organização social e econômica, a feira livre de Campina Grande foi considerada, no ano de 2017, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como patrimônio histórico cultural e imaterial brasileiro. Isso só

confirma sua vitalidade nos dias atuais, logo, a sua permanência em um local privilegiado da cidade. Segundo Costa (2003, p.116) a feira possuía um público muito diverso.

Não apenas as pessoas pobres que se dirigiam a feira a pé. Senhoras da elite campinense, residentes no Centro, nas tardes de terças e sextas-feiras dirigiam-se à Feira, seguidas por seus balaieiros, alguns dos quais, sendo de confiança da família retornavam às residências de suas freguesas com os balaies repletos, sem que fosse necessária a companhia da contratante.

A feira, como espaço público, atraía pessoas de vários níveis sociais, indo além de uma função mercadológica, implicando também em sociabilidades. É evidente que, nesse período, alguns empreendimentos modernos (condomínios, shoppings, galerias, dentre outros), que segregam cada vez mais os indivíduos, não existiam, o que possibilitava encontros mais diversificados.

Mesmo desenvolvendo uma função comercial importante, o crescimento urbano de Campina Grande ocorria de forma lenta, estando muito mais atrelado às produções rurais de agricultura e criação que abasteciam o comércio. Esse cenário começa a ser alterado a partir da inserção de novos cultivos, como do algodão. Segundo Diniz (2009, p.32) “a produção de gêneros agrícolas no interior torna-se então mais importante a partir do cultivo do algodão, quando este passa a ser comercializado amplamente na região”.

Desse modo, Campina Grande começa a ser polo de concentração da comercialização algodoeira que era cultivada em outras áreas. Com isso, inicia-se o processo de expansão urbana e de destaque cada vez maior da cidade para região. Esse ciclo produtivo elevou a cidade, não apenas comercialmente, mais também implicou em alterações nas relações sociais e nas edificações, como fica evidente.

O algodão trazido e armazenado em Campina Grande ocupava vários recantos do povoado, lotavam, desde os velhos e novos armazéns erguidos na sua praça comercial a residências dos comerciantes e até a área das suas ruas e praças, onde eram ali mesmo pesados e comercializados. O acúmulo deste produto na cidade atraía compradores de várias partes da região até do exterior, como o mercado consumidor inglês que chegou a importar grandes volumes deste produto. (DINIZ, 2009, p.33)

Esse crescimento acelerado causa transformações no núcleo urbano da cidade, tornando-o mais próximo à ideia racionalizada de (re)produção do espaço. Maia (2010, p.03) discorre sobre esse período de triunfo campinense.

A economia algodoeira somada aos incrementos técnicos possibilitam a primeira grande expansão da cidade que se dá para além do seu centro primaz. É ainda na primeira metade do século XX que a aspiração pelo moderno, alimentada pelo capital algodoeiro, possibilita a realização de uma grande reforma urbanística que destrói a cidade histórica e ergue uma que se assemelhasse aos ideais da Modernidade.

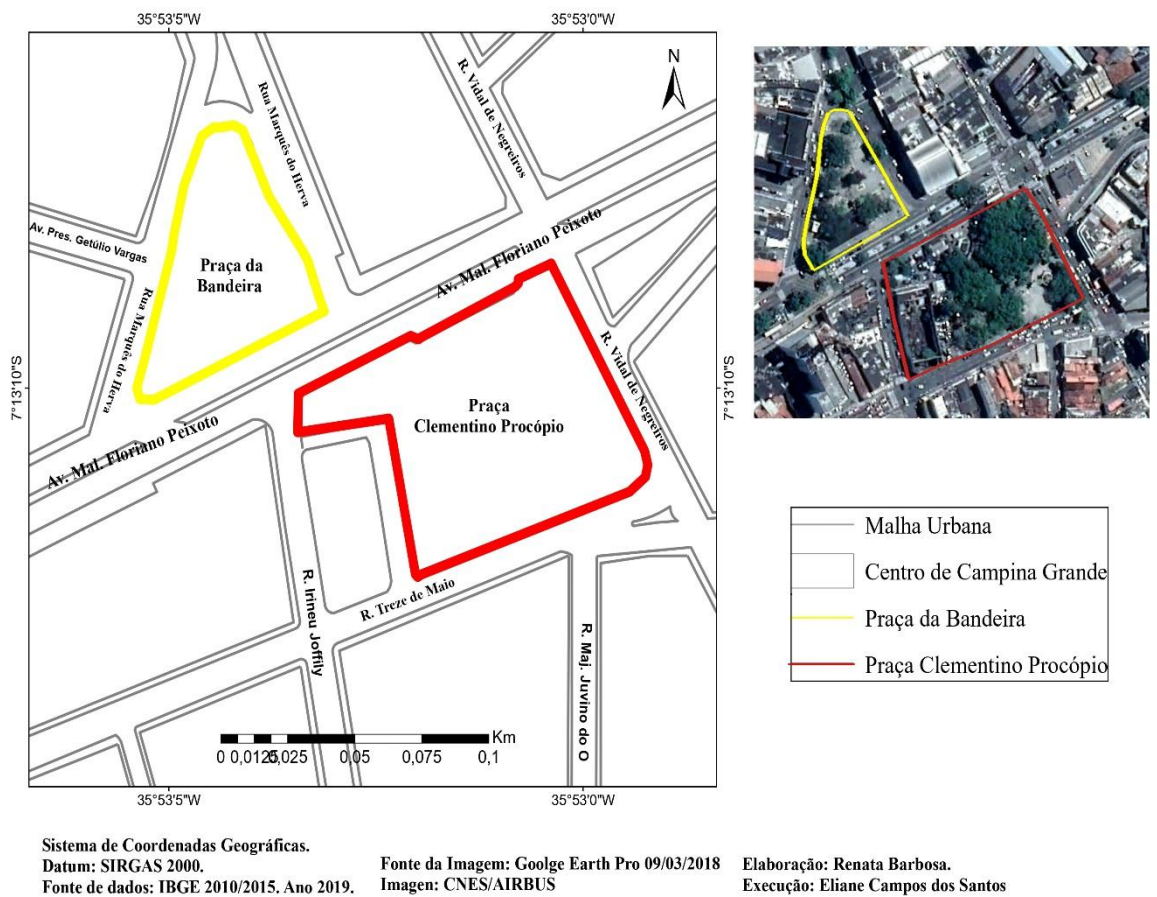
Com o avanço no setor comercial, principalmente a partir da expansão da linha ferroviária, através da construção da Estação Great Western (1907), temos a “forma” dessa modernidade (expressa nessa edificação que induzia ao moderno) e com isso o deslocamento mais rápido de indivíduos e mercadorias. E esse ar de modernidade veio atrelado a modificações na forma e nas funções urbanas de Campina Grande. Como fica evidente nessa descrição.

Neste período o seu centro primaz é completamente alterado: as ruas são alargadas, as casas são substituídas por sobrados todos em estilo art decó, a feira livre é transferida de lugar, praças são construídas, etc. Além disso, a produção do algodão favorece a instalação de empresas, de bancos e, por conseguinte, de hospitais e colégios. Tais implementações têm como principal propósito atribuir à cidade o status de cidade moderna. (MAIA, 2010, p.03)

Além de receber novos serviços que estavam diretamente relacionados com as evoluções ditas modernas, como a iluminação pública, ocorre uma expansão acelerada do núcleo urbano de Campina Grande, impactando no cotidiano dos indivíduos. Esse crescimento econômico não coincidiu com o desenvolvimento social e, por falta de estratégias de controle dos gestores no período, a população mais que triplicou, passando de 33.800 habitantes para 116.200 habitantes, no período de 1940 a 1960 e as consequências desse fenômeno foram desastrosas (tanto urbanisticamente como socialmente).

Esse planejamento urbano racionalizado, que almejava o embelezamento da cidade era idealizado de forma fragmentada, uma vez que propunha ações pontuais, acabando por priorizar a construção de praças, parques, espaços de sociabilidades. É nesse movimento que se inicia a construção da Praça Clementino Procópio (1936) e da Praça da Bandeira (1938), que passaram por transformações ao longo do tempo, mas conseguiram manter sua importância como espaço de trocas e relações sociais (Mapa 03).

LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS DA BANDEIRA E CLEMENTINO PROCÓPIO CENTRO DE CAMPINA GRANDE - PB



Esses dois espaços públicos, inseridos no centro da cidade em estudo, no transcorrer do tempo, além de sediar algumas práticas sociais passadas, como os engraxates, acabam agregando outras funcionalidades que não mais se limitava às funções primeiras, já que, devido à localização, esses espaços acabam abrigando sujeitos em situação de rua, entre eles, crianças e adolescentes, como será discutido no item subsequente.

Esse período mais acelerado de transformação que está atrelado à chegada da linha do trem possibilitou que a cidade se destacasse em nível internacional, fazendo ligação direta com Recife (porta de saída do algodão para outros países). Nesse período, Campina Grande começa a receber muitas indústrias, como destaca Pereira (2016, p.334).

Na década de 1930, ocorre um crescimento industrial mais diversificado. Além de outras indústrias beneficiadoras de algodão, surgem as primeiras indústrias mecânicas, tecelagens etc., favorecendo a absorção de mais mão de

obra, como também ampliando a diversificação estrutural da economia do município.

A cidade começa a sediar cada vez mais novos investimentos, que estão diretamente relacionados com o modo de produção capitalista, como é o caso da industrialização. Com isso e devido a Segunda Guerra Mundial, que implicou na diminuição dos investimentos da Inglaterra na rede ferroviária, temos a entrada dos investimentos norte-americanos, com abertura de rodovias e implementação de indústrias automobilísticas e bancos.

Com isso, Campina Grande perde importância, pois, com a entrada de caminhões, o transporte do algodão passa a não depender apenas do trem. Ou seja, as cidades que antes levavam o produto para Campina Grande começam a fazer ligação diretamente com Recife. Esse período de declínio do algodão inicia por volta de 1935, ocasionado por outros fatores também, como discorre Pereira (2016, p.341), ao apontar a crise de 1929 como fator de influência no mundo capitalista e, com isso, afetando as exportações e importações, assim como o crescimento da produção algodoeira no Estado de São Paulo, que passa a assumir a liderança na produção.

Como já mencionado, com o declínio do algodão e do comércio atacadista e varejista (este último já por volta da década de sessenta) há um incentivo cada vez maior para inserção de novas indústrias na cidade. Isso se dá, sobretudo, devido ao planejamento de desenvolvimento regional capitaneado pela então Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Contudo, esse processo de industrialização acabou impactando fortemente a economia da cidade.

A criação desta superintendência, em 1959, significou ao mesmo tempo prosperidade e declínio econômico para Campina Grande. Os incentivos estipulados por esta autarquia do governo federal, através de uma política de isenção fiscal, trouxeram diversas indústrias de médio e grande porte para a cidade. Mas, após o encerramento do prazo destas isenções, inicia-se o período de fechamento das empresas instaladas no Distrito Industrial de Campina e de outras cidades, gerando, por conseguinte, uma profunda crise socioeconômica nestas localidades. (DINIZ, 2009, p.40)

Essa situação acaba se acentuando com a chegada dos militares ao poder, ao privilegiarem, sua política econômica e de planejamento, os maiores investimentos as capitais dos estados. Com isso, Campina Grande passa por outro processo de desaceleração econômica,

ficando suas marcas na população que sofre, seja por falta de infraestrutura, investimentos na cidade, seja pelo desemprego que assola a população.

E essa pauperização dos indivíduos modificou não apenas as condições sociais, mais também as formas da cidade em estudo, como bem atesta Maia (2010, p.08), ao afirmar que “Campina Grande, no final da década de 1970 e início da década de 1980, apresentou aumento expressivo no número das favelas, de 3 para 17”. As tipologias residenciais, o desenho urbano e a forma de ocupação no urbano campinense refletem os problemas de crise no setor industrial, sendo agravado também pelo processo de êxodo rural, que foi intenso nesse período.

Entretanto, é nessa fase de decadência econômica que Campina Grande se reinventa e começa a ganhar destaque outra vez no cenário regional. Agora, não mais relacionado apenas ao modo de comercialização algodoeira e industrial, mas na oferta de serviços que acaba colocando-a em outro patamar. Diniz (2009, p.43) destaca que “os setores de serviços cresceram e passaram a desempenhar uma função importante na economia da cidade”, sendo estes direcionados mais para saúde, educação e tecnologia, “Campina Grande, desta forma, se insere num novo meio, um meio informacionalizado, de intenso avanço tecnológico e científico”.

Portanto, é através do “meio técnico-científico-informacional” que a cidade de Campina Grande, a partir da oferta de serviços, mantém sua importância na rede urbana, sendo nos dias atuais uma das cidades interioranas mais importantes. É a partir da centralização dos serviços, principalmente, de saúde e educação, que acaba atraindo os indivíduos não apenas do seu respectivo estado, mais também de outros como Pernambuco, Rio Grande do Norte.

Em termos de serviço na área da educação, Campina Grande possui hoje, no ensino básico, várias escolas da Rede Estadual, Municipal e privada (as mais tradicionais do estado), bem como ensino superior, através da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Conta ainda com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), além de outras faculdades do setor privado, como é o caso da Nassau, Facisa, Unesc, dentre outras e, assim, consegue dinamizar a população que usufruiu desses serviços, implicando em novos nichos de mercado, como moradia, alimentação, academias, enfim.

Importante salientar que a cidade em estudo também tem investido no consumo da cultura de massa, destacando-se em escala nacional e até mundial a partir de algumas festividades como é o caso do “O Maior São João do Mundo”. Essa festa em especial, que tem a duração de 30 dias em média, acaba contribuindo, efetivamente, para a aceleração do mercado de consumo, principalmente no setor de vestuários e calçados, que geralmente registram índices

maiores de venda, ultrapassando períodos como o que antecede o Natal, além de registrar maior alta nos hotéis, restaurantes, pontos turísticos da cidade.

Desse modo, o sistema capitalista vai sendo incorporado em vários âmbitos sociais, políticos e culturais, transformando tudo em mercadoria e, assim, modificando os espaços urbanos e rurais, causando alterações nas organizações e estrutura existentes. É no seu espaço urbano, pelo alto índice de concentração e centralização de indivíduos, mercadorias e serviços, que as consequências de um sistema contraditório, excludente, seletivo, desumano, ganha maior notoriedade, estampando as desigualdades socioespaciais. De acordo com Silva, o espaço urbano (2002, p.28), “no momento atual do capitalismo, quando as fronteiras nacionais são cada vez mais recortadas por limites de atuação de empresas multinacionais, torna-se ponto estratégico de controle territorial ganhando mais importância”, pois é onde as principais decisões serão tomadas.

Destarte, essas maneiras de apropriação do solo urbano, que o “fragmenta e o articula”, constituirá um campo de lutas ou um campo de forças na cidade. Esses espaços serão construídos socialmente e historicamente, sendo resultado de ações produzidas por agentes sociais “concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, p.43). O autor supracitado elenca cinco principais agentes sociais atuantes no espaço urbano que são: a) os proprietários do meio de produção; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado e e) os grupos sociais excluídos. A (re)produção do espaço urbano, a partir de conflitos e jogos de interesse, acaba diferenciando os indivíduos pelo potencial de consumo, refletindo nas decisões e apropriações na cidade. Sposito (2011, p.129) enfatiza que as “desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo...”.

E essas diferenças refletem na forma espacial, a partir de intensos investimentos do capital imobiliário, em parceria com o Estado, apresentando contradições e conflitos na (re)produção da cidade. Costa (2013, p.59) acrescenta também que “o processo de segregação, em Campina Grande, relacionado ao processo de valorização desigual dos espaços, que são fortemente ligados à especulação e aos agentes do setor imobiliário, sujeitos que surgem atrelados à lógica de produção da cidade e do urbano”. Assim, a cidade em estudo, considerada cidade média, faz parte de uma rede urbana, na qual, com o avanço das telecomunicações, já

não mais se configura de forma hierárquica (no sentido de continuidades territoriais). Sposito (et. al., 2007, p.38) acrescenta.

A partir desse novo contexto, que é de clara natureza espaço-temporal, o espaço de relações é marcado por articulações espaciais, sem que haja necessariamente continuidades territoriais. As relações espaciais que assim se conformam não estruturam áreas ou regiões, mas sobrepõem a áreas e regiões, organizadas por lógicas territoriais, outros fluxos que podem ultrapassar essas áreas ou regiões de comando de uma cidade média e o fazem, gerando estruturas espaciais em rede, cuja morfologia não contém continuidade territorial.

Desse modo, temos redes urbanas muito mais complexas, que exigem análises mais aprofundadas, fazendo emergir outros indicadores. A construção dessas cidades em redes apresenta-se de forma fundamental para o planejamento e articulação desses núcleos urbanos. Devido a isso, há definição das Regiões Metropolitanas (a partir da legislação estadual) que buscam o desenvolvimento das cidades de forma articulada. Ansiando essas trocas entre as cidades, a Paraíba, no ano de 2017, modificou e criou novas regiões metropolitanas e, segundo o IBGE (2017), passou a ser o estado brasileiro com mais regiões definidas, contabilizando doze no total. Dentre estas, temos a região metropolitana de Campina Grande, que é composta de dezessete municípios (Lagoa Seca, Massaranduba, Boqueirão, Queimadas, Barra de Santana, Caturité, Puxinanã, Fagundes, Gado Bravo, Aroeiras, Itatuba, Ingá, Riachão do Bacamarte, Serra Redonda, Boa Vista e Matinhas), tendo a Cidade da Borborema constituída como a cidade sede.

Campina Grande, como já discutido anteriormente, surge imponente, com forte ligação comercial. Com uma população estimada, nos dias atuais em 410.332 habitantes (IBGE, 2017), acaba se enquadrando na classe de cidade média. Classificação essa que não é apenas possibilitada pelos dados estatísticos, mais por sua dinâmica e estrutura que nos conduz a olhares mais “requalificados”, para além dos dados, levando em consideração outras articulações e pares dialéticos de análise.

Segundo Maia (2010, p.19), pensar as cidades médias seria entendê-las dentro de uma rede urbana, em que esta ficaria entre a metrópole, a grande cidade e a cidade pequena. Isto posto, buscando defini-la a partir dos dados estatísticos, “classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes”.

Entretanto, há necessidade de ampliarmos as análises, trazendo outros elementos para a compreensão, e com isso abrindo-se para novas inquietações conceituais. Diante dessa questão, Corrêa (2007, p.23) coloca que “sua particularidade reside no pressuposto de uma específica combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano, por meio da qual pode-se conceituar a pequena, média e a grande cidade, assim como a metrópole”. Assim, pensar as especificidades de cada cidade, a partir dos vieses político, econômico e social, torna-se fundamental para a articulação e entendimento das cidades médias. Construindo pares dialéticos reveladores das dinâmicas e conexões socioespaciais.

Contudo, é importante ressaltar que o tamanho demográfico, as funções e a organização intraurbana não ocorrem de forma desarticulada. Pelo contrário, um elemento acaba corroborando ou não para a intensificação do outro. Ou seja, quanto maior o tamanho demográfico, maior e mais complexa será a organização intraurbana, tendo possibilidade, ainda, de haver o surgimento de novas funções ou o fortalecimento das existentes por meio do aumento populacional. Nesse sentido, Campina Grande, com o passar dos anos, se fortalece no seguimento da oferta de serviços, consolidando sua importância regional. Costa (2013, p.60) apresenta dados importantes para compreensão desse “nó” para rede urbana regional.

Assim, o setor de serviços passou da importância de 46,4%, em 1985, para 50,3%, em 2005. Já o setor comercial, apesar de ter uma importância histórica na cidade de Campina Grande, fica em terceiro lugar entre os grandes setores da economia, representando 19,3% dos empregos na economia formal, em 2005, atrás do setor industrial, que continua sendo importante e é o segundo que mais emprega durante todo o período.

Pensar a cidade média articulada através da rede urbana é saber que esta significa um nó importante de conexão e articulação que, em escala regional, apresenta-se de forma bem acentuada; já em escala global, aparece como um nó menos importante (CORRÊA, 2007, p.23).

E assim, Campina Grande vai mantendo seu potencial econômico, além de sua importância na dinâmica regional, no entanto, em meio a estas gritantes disparidades, o espaço urbano vai sendo (re)produzido e as marcas do descaso social vão sendo estampadas, denunciando as condições precárias a que (sobre)vivem grande parte da sociedade. Desse modo, chama-se o estado a agir dialeticamente, pois, ao garantir, através de políticas públicas, condições mínimas de (re)produção dessa população pauperizada (saúde, educação, segurança), este estará garantindo a continuidade do modo de produção capitalista.

Entretanto, vale salientar que alguns problemas sociais só vêm se agravando e, devido ao aparato político-legislativo (conquistado “a duras penas”), há maior atuação do Estado e “cobrança” pelos órgãos judiciais. Uma das complexas problemáticas sociais que acometem as cidades de vários portes e importância econômica é a presença constante de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social nos espaços urbanos. Presenciar cenas que trazem essa população infanto-juvenil nas praças, parques, semáforos, feiras centrais ou ruas comerciais, desenvolvendo algumas atividades de grande vulnerabilidade, como malabares, limpadores de para-brisas, mendicância, vendedores de chicletes/balões coloridos/panos de prato/buchas automotivas, tornou-se comum a algumas décadas.

Constata-se, portanto, que Campina Grande não consegue igualar uma política econômica a uma política social e, nesse sentido, a presença de indivíduos em situação de vulnerabilidade torna-se uma constante nos espaços públicos da cidade. Com isso, são criados projetos que visam ao desenvolvimento e à implementação de algumas políticas sociais, na tentativa de garantir a proteção integral às crianças e adolescentes que vivem em situação de rua e nos espaços públicos, territorializando-os.

Discorrer sobre a elaboração dessas políticas, programas e serviços, requer dos agentes envolvidos mais que uma atuação meramente social que pensa, exclusivamente, na ação em si e por si, já que urge a necessidade de levar em consideração as territorialidades dessas crianças e adolescentes, seus espaços de conflitos e poder, para que assim essas ações possam ser efetivadas, atendendo seus objetivos. Por essa razão, é preciso levar em consideração também as escalas de implementação, saber fazer a leitura do cotidiano dessa população e, com isso, possibilitar garantias e melhorias de vida.

2.1 Espaços públicos, cidadania, democracia: a importância da estrutura física

Os espaços públicos como estrutura física podem ser identificados como áreas destinadas “ao fazer cidadão”, bem como para a construção de uma sociedade democrática. Entretanto, a partir do desenvolvimento científico e tecnológico, que propicia o surgimento do computador, do vídeo game, do aparelho celular, dentre outros, surgem mudanças significativas nas relações sociais. Essas transformações sociais e, conseqüentemente, culturais, políticas e ideológicas são visivelmente identificáveis a partir da apropriação e dominação, bem como do “abandono” e “desuso” dos espaços públicos nas cidades contemporâneas. Nesse sentido,

assiste-se à emergência de novas práticas que enfraquecem o espaço público como local de troca e de sociabilidade.

Buscando trilhar o caminho da identificação e conceituação dos espaços públicos na cidade, a fim de analisar as novas apropriações e dominações que ressignificam o seu uso, bem como pensando a estrutura e a cena que desenrola nesse contexto, podemos encontrar um espaço participativo de acessibilidade, de acordo com Gomes (2012, p.162), quando o mesmo discorre.

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, *shopping*, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa. [...] Essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada à força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns. Por isso esse espaço é o *locus* da lei. Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígios, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade. (grifo original do autor)

Em outras palavras, um espaço onde a acessibilidade e participação individual e/ou coletiva, de acordo com as normas sociais, podem se desenvolver a partir do discurso, da representação, da cena pública. Dessa forma, podemos identificar como espaço público as praças, parques, ruas, largos, enfim, logradouros que possibilitam o usufruto do bem-estar, por parte dos indivíduos, independentemente de sua classe social e/ou poder aquisitivo.

Por outro lado, pensar o espaço público hoje, implica em debruçarmos sobre o seu surgimento, pois este sempre se caracterizou como o lugar do discurso, dos conflitos e de suas soluções. A “grosso modo” e, em uma primeira tentativa de aproximação conceitual, poderíamos classificar o espaço público como materialização da democracia e cidadania que remonta à Grécia Antiga, como o lugar que se diferencia do espaço privado, por possibilitar diálogos, discussões, persuasões que almejam a igualdade social, a construção de um espaço *de* e *para* todos. *Locus* de apresentação dos problemas e suas soluções.

O domínio privado e público dos espaços surge como uma diferenciação que caracterizava a organização social existente. Desse modo, o privado limitava-se à esfera da família, do local onde as ações eram vividas e compartilhadas com seus “iguais”. Já o público, era o lugar do encontro, do discurso, da política, da manifestação do ser social. A filósofa Hannah Arendt (2014a, p.29) discorre sobre esta estrutura.

Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas é diferente dessa associação natural cujo centro é o lar (*oikia*) e a família, mas encontra-se em oposição direta a ela. O surgimento da cidade-Estado significou que o homem recebera, “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existências; e há uma nítida diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)”.

O que lhe é próprio é vivido na privacidade do lar, no qual o discurso é concentrado em um único sujeito, devido a uma estrutura patriarcal que impossibilita as relações sociais autônomas, visto que todos devem seguir o chefe familiar e suas ordens. Já o vivido em comum implica necessariamente na natureza política, logo, no ser social. Uma sociedade política significava que os indivíduos participavam das discussões, fazendo o uso da palavra. Segundo a autora supracitada, “ser político, viver em uma pólis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão e não força e violência” (2014, p.31). Utilizar das ferramentas do poder, da violência, bem como da força, seria uma forma pré-política de lidar com os indivíduos, forma essa que se caracterizava nas famílias, no espaço privado do lar.

Diante disto, o espaço público pode ser compreendido, a princípio, como resultado das transformações sociais ocorridas na Grécia, vindo atrelado ao surgimento e conceituação da cidadania e da democracia. Ou seja, pensar o espaço público implica em discorrer sobre estes novos arranjos sociais e espaciais que imprimem nas cidades novas percepções e “fazeres” cidadãos. Logo, “trata-se de uma formalização social que possui em sua base uma divisão territorial das práticas sociais, seguindo a ideia de direito e de justiça” (GOMES, 2012, p.167).

Isto posto, nesse início da formação social, havia uma separação nítida entre as esferas privadas e públicas. Quem participava da esfera pública, utilizava-se do discurso, e por essa razão era um ser *politikós*. Os que não participavam desta estrutura política eram identificados como *ideos*, que deu origem a palavra *idiota* (modelo calcado na exclusão). Contudo, com a eclosão da vida moderna e com todas as transformações que isto significou, principalmente na organização política-territorial, do Estado-Nação, surgia outra estrutura, identificada como “sociedade”.

Essa nova esfera social “a que chamamos de ‘sociedade’” é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, sendo sua forma política de organização denominada nação” (ARENDT, 2014a, p.34). Portanto, tínhamos uma organização social que surgia com o advento das transformações

econômicas e políticas, exigindo e possibilitando transformações na organização e estrutura social.

Essa sociedade moderna não se caracteriza apenas pelo desenvolvimento de sua vida privada (sobre o regime de um chefe de família), mas, é calcada na propriedade privada, na produção, no comércio e no poder do Estado. É com o declínio da estrutura familiar (baseado na subsistência e não no excedente) que surge a sociedade moderna (ENGELS, 1990, p.07). Desse modo, é muito provável que o surgimento da cidade-Estado e do domínio público tenha ocorrido como contraponto do domínio privado que ocorria na esfera da família e, conseqüentemente, do lar.

Decorrendo disso, Hannah Arendt (2014a, p.64) acrescenta que o termo “público” denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas que não são completamente idênticos. A primeira ideia refere-se à visibilidade das ações e atitudes, ou seja, tudo que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Uma segunda ideia está relacionada à questão de pertencimento, na qual significa o próprio mundo, no sentido em que é “comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele”.

Contudo, com o desenvolvimento da sociedade e a inserção em novas organizações políticas-econômicas que priorizavam a propriedade privada, acabou por se fazer com que as preocupações girassem em torno da valorização da riqueza em detrimento do domínio público, possibilitando a acumulação de excedentes. Nesse sentido, temos uma inversão de valores relacionados à organização e estrutura social, como podemos perceber.

As modernas discussões sobre a liberdade, nas quais esta última nunca é vista como um estado objetivo da existência humana, mas constitui um insolúvel problema de subjetividade, de uma vontade inteiramente indeterminada ou determinada, ou resulta da necessidade, evidenciam o fato de que já não se percebe uma diferença objetiva e tangível entre ser livre e ser forçado pela necessidade. (ARENDT, 2014a, p.87)

Ser “livre”, mas encontrar-se inserido num sistema de produção que mantém os indivíduos “encarcerados” pelas necessidades construídas socialmente, alimentando e consumindo os produtos. Essa ideia, se constitui a partir do sistema capitalista, sendo cada vez mais fincado na sociedade, resulta em uma massa de alienados, que são diferenciados pelo poder de consumo.

Desse modo, temos os espaços públicos, a partir de empreendimentos modernos, sendo reproduzidos como simulacros nas cidades “pseudo-públicas” (SOBARZO, 2007, p.170), criando espaços que não possibilitam o encontro com o diferente. Para exemplificarmos o exposto, basta nos direcionarmos para os novos projetos urbanos, como os condomínios residenciais (verticais e horizontais) e os shoppings centers. Esses lócus são edificações contemporâneas que buscam, a partir da construção de espaços de uso coletivo (e não público), ofertar espaços de convivência comum, contudo, garantindo para os indivíduos, que possuem um poder aquisitivo para tal, segurança, conforto, lazer, qualidade de vida selecionando quem vai usufruir ou não desses espaços.

Isto posto, comunga-se das ideias apresentadas por Serpa (2007, p.09) quando este discorre sobre os “novos” usos ou significados atribuídos aos espaços públicos nas cidades contemporâneas.

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos.

Dentro da lógica da cidade como possibilidade de gerar lucro, acumulação, a partir da valorização do solo urbano, temos os espaços públicos sendo implementados numa linha tênue. Isto implica em analisar esses espaços a partir das novas conjunturas sociais (que se modificam com os avanços científicos e tecnológicos), bem como levar em consideração que as cidades passam a ser utilizadas para (re)produção do sistema capitalista, não apenas “abrigo” um modo de produção industrial, mais adiante financeiro, mas a partir da propriedade privada e do valor de troca do solo urbano (e tudo que isso resulta), a acumulação de renda, em que a cidade vai buscando novos espaços e inserindo novos empreendimentos afim de valorizar a malha urbana.

A inserção dessa visão mercadológica da cidade faz com que os espaços públicos sejam ocupados para outras finalidades. As praças e parques, muitas vezes, vão sendo ocupados por uma população em situação de risco social que utilizam esses espaços para moradia, com uma higienização precária, usando substâncias psicoativas, dentre outros. As ruas, local de contemplação da paisagem, do encontro com o diferente, passam a ser apropriadas também pelo

setor privado que, muitas das vezes, acaba expandindo seu comércio e utilizando-se das calçadas. Desse modo, o indivíduo passa a ser visualizado apenas como um consumidor em potencial, enfraquecendo seu caráter social, logo, político.

Nesse sentido, é importante atentar para uma questão de suma importância, que é a necessidade dessas estruturas físicas se voltarem para o “fazer” político, campo de discussão e persuasão no qual os problemas são apresentados e discutidos, e assim encontrar estratégias para solucioná-los. Pensando na importância dessa estrutura para uma ideia de liberdade e igualdade nos espaços urbanos, do direito à cidade, em que os indivíduos não apenas estarão ocupando um espaço, mas, vivendo-os, o geógrafo Gomes (2012, p. 159/160), no processo de desconstrução conceitual, busca apresentar ideias comumente interligadas.

Diante desse processo de desconstrução para a construção conceitual, o referido autor apresenta três ideias que são comumente relacionadas, quando se discute o espaço público. O primeiro ponto de destaque vem da assertiva “é público aquilo que não é privado” (2012, p.159). Esta forma de identificação que parte da contraposição ao privado, acaba simplificando por demais outras estruturas físicas da/na cidade que exigem análises mais complexas, como espaços coletivos, de uso comum.

Outra maneira equivocada de percepção do espaço público não está diretamente relacionada à definição, mas ao entendimento de que este é juridicamente delimitado. Entender o público como um espaço definido por lei seria inverter os processos e contribuir para uma “negação” desses espaços. Isso porque, algo determinado para o uso de uma população, talvez não esteja de acordo com as demandas locais e por isso irá entrar em desuso, não sendo entendido como um lugar do diferente, dos conflitos e soluções. A comunidade não irá atribuir o devido “valor”, por ser algo imposto e não construído coletivamente.

Por fim, é importante destacar o entendimento errôneo e simplista de que o espaço público é aquele de livre acesso. Trilhar esse caminho implica em desconsiderar outras formas contemporâneas de espacialidades já mencionadas, e em descartar que os próprios espaços públicos (a partir de um discurso da violência e medo urbanos) passaram a utilizar gradeados, e assim controlando o seu acesso, como os das instituições públicas, como escolas, hospitais, que não possuem livre acesso.

Após todos estes questionamentos e apresentação do surgimento do espaço público, inteiramente relacionado com um arranjo social e espacial, fica nítida a importância desses espaços para o desenvolvimento da sociedade, pensando em estruturas democráticas e de

cidadania. O espaço público é composto de uma estrutura física mais uma cena pública, que possibilita o desenrolar da vida humana, vivida em sociedade, com normativas de civilidade a serem seguidas. É o lugar do encontro com o diferente, das trocas, das práticas sociais que são vividas coletivamente. É onde a “cena pública” ocorre, lugar do agir comunicacional, conforme aponta a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas (2014).

2.2 Crianças e adolescentes: a dura realidade dos (sobre)viventes dos espaços públicos

A população infanto-juvenil, no discurso dos gestores e no clamar da sociedade civil, é tida como o “futuro da nação”! Entretanto, na realidade cotidiana, a população infanto-juvenil pauperizada é vista como responsáveis pelos seus próprios descasos sociais, de violações de direitos. Percebe-se que, culpabilizar as crianças e os adolescentes pela dura realidade que estes enfrentam diariamente, parece ser a forma mais confortável de negar as responsabilidades constitucionalmente garantidas para estes indivíduos.

Desse modo, o retrocesso no aparato político-legislativo, como a diminuição da maioria penal, começa a fortalecer-se, sendo apoiada pelas grandes empresas midiáticas que possuem grande influência na formação das opiniões e ideias da grande massa, ao utilizar a questão da (in)segurança pública para convencer a população de que o problema ocorre do fato desses indivíduos menores de 18 anos não responderem pelos seus atos.

Assim, torna-se fundamental observar distorções que se evidenciam em pelo menos dois elementos: o primeiro, ligado ao fato dos adolescentes não serem responsabilizados pelos seus atos infracionais, noticia como se o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA/90) não possuísse deveres para essa população, como se não fosse legalmente atribuído a esses, em casos de atos infracionais, as responsabilidades de suas más condutas. O segundo, faz referência à paridade entre insegurança pública e responsabilização de adolescentes maiores de 16 anos. Assim, argumentam que a solução é diminuir a idade penal, não levando em consideração estudos e dados estatísticos que apresentam taxas que inviabilizam essas generalizações.

Dessa forma, temos crianças e adolescentes em situação de rua, desenvolvendo várias práticas sociais nos espaços urbanos, passando, assim, de vítimas para protagonistas do caos urbano. É importante ressaltar que, com isso, não se pretende colocar esses indivíduos em “pedestais”, nem muito menos construir um discurso de vitimização dessa população, senão enfatizar que a análise e o julgamento trilhado pelo senso comum encontra-se no caminho

contrário, identificado a partir de uma aproximação mais cuidadosa dessa complexa problemática social.

Nesse sentido, e sabendo que cada indivíduo carrega consigo sua história de vida, sendo esta singular e peculiar, temos nos espaços públicos o desenrolar de vidas infanto-juvenis que se aproximam a partir de um histórico de violação e abandono social. São histórias de violência física e verbal, de abandono de pais e responsáveis, de descaso do poder público e da sociedade civil. São histórias de violação dos direitos fundamentais e (re)produção da vida em sociedade.

Há uma base familiar e comunitária, *locus* da proteção infanto-juvenil, que apresenta diversos problemas responsáveis por direcionar estes indivíduos ao espaço público. São famílias que, na maioria dos casos, possuem um histórico de violação que é repassado e naturalizado entre as gerações futuras.

As violações parecem ser culturalmente e hierarquicamente estendidas às gerações subsequentes. Devido a isso, há necessidade de se trabalhar essas famílias através das políticas, programas e serviços sociais, para que esses vínculos familiares e comunitários sejam fortalecidos e, em muitos casos, reestabelecidos.

Isto posto, acredita-se ser importante elucidar algumas características familiares, normalmente identificadas nas histórias de vida dessa população em situação de rua, uma vez que esses elementos tornam-se impulsionadores das territorializações dessa população nos espaços públicos.

É importante esclarecermos desde então que a utilização do termo “desestruturação familiar”, no respectivo estudo, parte da premissa de identificar os responsáveis pelo fato desses indivíduos infanto-juvenis estarem envoltos em todos os descasos sociais, naturalizando-os. Isso implica em descompromisso, que é intensificado pelas desigualdades sociais, pelas condições de extrema pobreza e pobreza que implicam em barreiras sociais, culturais, econômicas, privando-os de oportunidades para melhores condições de existências. Nesse sentido, discorrer sobre a desestruturação familiar é importante para que se possa compreender alguns elementos, contudo, exige maior cuidado, visto não cair nos discursos comumente identificados pelo senso comum.

Uma das problemáticas familiares habitualmente identificadas nas histórias narradas nestes espaços públicos por estes atores infanto-juvenis está relacionada à ausência dos principais responsáveis, ou seja, o pai e a mãe. De uma forma geral e por diversas razões, estes

não conseguem acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos, relegando-os à própria sorte, não conseguindo acompanhar seu desenvolvimento e até mesmo desconhecendo-os (geralmente ocorre com o progenitor). Logo, o pai, como líder do abandono, atribui, todas as responsabilidades de educação e formação desses indivíduos infanto-juvenis para as mães.

Outro elemento comum entre as histórias compartilhadas deriva do fato do uso abusivo de substâncias psicoativas por parte dos pais. Não raro, os responsáveis legais se envolvem com drogas e, nesse sentido, dois fatos, decorrentes dessa situação, se tornam de grande relevância: o primeiro, que corresponde à dependência química, fazendo com que muitos percam a guarda de seus filhos já que, de acordo com as autoridades competentes, estes passam a significar um risco; o segundo, pelo fato de muitos pais se envolverem com o tráfico de drogas e, assim, acabam sendo autuados e retirados do convívio social. Quando esse fato ocorre, essas crianças e adolescentes são direcionados aos cuidados dos parentes mais próximos, como é o caso dos avós paternos e/ou maternos, sendo inseridas em contextos familiares diferentes, com novas regras e rotinas, gerando repulsa a estes espaços. Por conseguinte, a saída muitas das vezes encontrada é a territorialização dos espaços públicos para que estes tomem as “rédeas” de suas vidas.

Como já mencionado, as famílias pauperizadas encontram-se envoltos em problemas estruturais, de negação das condições básicas de vivência. Desse modo, por já se encontrarem fragilizadas, a inserção de um terceiro membro, as vezes também impacta na ida desses indivíduos para os espaços de rua. É evidente que isto não é uma regra, mas, geralmente quando se insere nesse contexto familiar um padrasto ou madrasta, alguns conflitos começam a emergir dessas novas relações sociais. E, assim, a rua acaba se tornando o espaço encontrado, adequado para a fuga desse contexto familiar de embates diretos.

Desse modo, e, a partir de narrativas que se aproximam nos espaços públicos, compreende esses fatos como elementos impulsionadores para ida e permanência dessas crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade, para os espaços públicos. Uma vez inseridos nesse contexto das ruas, essas realidades sociais tendem a se complicar, pois, novos conflitos e práticas sociais acabam emergindo nessas áreas.

Nesse sentido, as crianças e adolescentes terminam por territorializar esses espaços, a partir de algumas funcionalidades (BARBOSA, 2011; 2014), almejando a (sobre)vivência nessas áreas. A dinâmica das ruas, semáforos, praças e parques são efervescentes e expressam as desigualdades sociais hodiernas, em nossa sociedade, já que podemos identificar e observar, diariamente, várias pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No contexto das ruas, a população infanto-juvenil irá conviver com indivíduos em faixas etárias diferentes, que também se utilizam desses espaços, e com histórias de vidas que apontam para as práticas ilegais, como roubos, assassinatos, tráfico, dentre outros. Assim, para conseguir (sobre)viver a essas dinâmicas, as crianças e adolescentes também passam a desenvolver artimanhas de permanência nesses lócus de conflito, criando, desse modo, um jogo de resistência no qual os mesmos, que ainda se encontram em fase de desenvolvimento físico e mental, vão elaborando, consciente ou inconscientemente, estratégias de sobrevivência.

Os espaços das ruas acabam refletindo as disparidades socioeconômicas e o descaso com o qual o estado, a sociedade e a família tratam o “futuro da nação”. Nesses territórios, os horários, as regras, as condutas e a ética são bastante peculiares. Se a rua, a princípio, surge como possibilidade de fuga dos contextos familiares e comunitários, do “ver sem ser visto”, a mesma passa a configurar como alternativa emergente que possibilita a liberdade, contudo, neste espaço, fica evidente que não há possibilidade de dispersões, distrações, senão de necessidade de estratégias e atenção para permanecerem nestas áreas.

Tudo é vivido ao “céu aberto”, até mesmo o processo de higienização pessoal que se processa ao ar livre, utilizando das fontes e/ou das encanações utilizadas para manutenção dos parques e praças. As refeições também não possuem uma definição de horários, pois, dependem, fundamentalmente, de suas possibilidades de encontrar alimento para saciar a fome. Ou seja, se estes conseguem, a partir dos malabares, da mendicância, dentre outras atividades, dinheiro ou o próprio alimento, a alimentação ocorre, caso contrário, permanecem sem as refeições.

É interessante perceber também que, em meio a todos esses descasos, existe uma organização social exclusiva, formada por essas crianças e adolescentes. Apesar de haver uma territorialização a partir das funcionalidades destes espaços, pode-se perceber, também, uma outra forma de territorialização que é a que leva em conta a questão de gênero (BARBOSA, 2014).

O estudo dissertativo realizado por Barbosa (2014) ao analisar a territorialização dessas crianças e adolescentes nos espaços públicos de Campina Grande – PB, constatou que nos semáforos há a predominância de crianças e/ou adolescentes do sexo masculino. As do sexo feminino eram identificadas, geralmente, como coletoras dos materiais recicláveis. Contudo, ao longo das pesquisas, a autora foi percebendo que havia um processo de inserção dessa população do sexo feminino também nas praças e parques. E estas começam a territorializar

estes espaços como membros-chave dos grupos. Os controles e decisões são repassados por esses indivíduos do sexo feminino que circulam por entre crianças, adolescentes e adultos.

Elas mantêm o controle das decisões a serem tomadas e estabelecem outras relações com o grupo, decidindo, por exemplo, com quem quer manter relações sexuais. Algumas vezes com um ou mais do mesmo grupo, as relações de irmandade passam para relações conjugais, sendo também motivo de novos conflitos.

A dura realidade desses espaços vai fazendo com que essas crianças e adolescentes tenham algumas “válvulas de escape”. Desse modo, as substâncias psicoativas, que muitas vezes não eram utilizadas antes da entrada nesses espaços, tornam-se elementos de fixação dessa população nas praças, parques, feira e principais ruas.

As drogas e seu uso abusivo incorporam-se como elemento comum entre esses indivíduos, como é o caso, por exemplo, de substâncias como o thinner que é a mais utilizada (em Campina Grande – PB), causando várias reações nessa população. Assim, visualizar crianças de oito anos, como é muito frequente, fazendo uso dessas substâncias, parece não causar nenhuma reação à sociedade.

As drogas passam a ser a senha de permanência desses indivíduos nessas áreas, como também possibilidade para que estes possam se integrar a outros grupos e realizarem atos legalmente condenados. No entanto, essas substâncias, aos poucos, vão corroendo física e psicologicamente esses indivíduos, colocando-os em situações sociais mais deploráveis e de vulnerabilidade extrema.

É interessante descrever também que, apesar de todos esses desafios enfrentados diariamente por essa população, a mesma consegue tirar desses “territórios da exclusão” divertimento, imprimindo, dessa forma, sua essência do ser criança, pois, como as praças do centro da cidade de Campina Grande possuem parques de diversão, como escorregos e balanços, é comum se observar, entre um e outro intervalo dessas ações, as brincadeiras descontraídas (Figura 01).

Figura 01: Brincadeiras na Praça Clementino Procópio



Fonte: Barbosa, 2015.

Como se pode perceber, trata-se de crianças e adolescentes exercendo minimamente suas condições de vida, incompatíveis com as suas idades (vivendo das escassas oportunidades). Essas condições, ou melhor, a falta de condições possibilitadas a esses indivíduos, aborta o sonho de serem crianças e adolescente capazes de uma vida com um mínimo de dignidade. São indivíduos que aprendem na pele as crueldades de um sistema concentrador de renda e de intensa exploração da mão-de-obra. E esses descasos políticos, econômicos e sociais passam diariamente por nossos olhos, sem que percebamos, uma vez que estamos todos sempre muito ocupados com nossos próprios compromissos e assim ignoramos tais situações.

Nesse sentido, nossa sociedade, por experimentar relações sociais em tempos restritos, visto que a mesma vive extremamente preocupada em suprir suas necessidades que foram socialmente desenvolvidas e condicionadas, acaba apenas presenciando essas complexidades sociais como mais uma causalidade. Não há espaço para o discurso da meritocracia. Na verdade, falta a essas crianças e adolescentes as condições mínimas para sua (re)produção e permanência social.

2.3 Do “desuso” público ao “uso” privado: as privatizações dos espaços públicos pela população infanto-juvenil

O espaço público como resultado de uma reorganização espacial e rearranjo social, como forma física da democracia e cidadania, fica evidente a partir das funções estabelecidas e permitidas para este espaço. Outrora, a divisão e o entendimento entre o domínio público e privado era notório, pois, havia ações, a partir de usos específicos, que resultavam em práticas sociais permitidas ou não para cada espaço destes. O desenrolar da vida privada era dado no espaço familiar, enquanto o domínio da vida pública, das discussões coletivas, do bem comum, ocorria na esfera pública, ou seja, nos espaços públicos, como já foi mencionado.

Contudo, com a evolução tecnológica e científica que implica em novas dinâmicas do sistema político-econômico capitalista, logo, em mudanças nas práticas sociais, as cidades se veem diante de novos empreendimentos que dificultam o entendimento e a separação entre os espaços públicos e privados, como já foi discutido no item anterior. Ou seja, dá-se início ao modelo neoliberal de gestão dos espaços, adotado pelos governos. As relações sociais, os domínios públicos e privados se entrelaçam cada vez mais, dificultando e tornando mais complexo cada um deste.

Desse modo, na tentativa de discorrer sobre o espaço público e a sua “privatização” a partir da territorialização, por uma população infanto-juvenil em situação de rua, temos duas principais formas de expansão do domínio privado em detrimento do público no cenário urbano atual. O primeiro, pode ser visualizado a partir da implementação dos empreendimentos contemporâneos na cidade. Assim, a intuito de exemplos, temos os condomínios residenciais que fazem simulacros do urbano, com a construção de praças, parques, bem como os shoppings centers que passam a se tornar representações do centro comercial urbano, no qual o indivíduo torna-se consumidor em potencial.

Outra forma de perceber o avanço do domínio privado sobre o público ocorre como resultado de uma alta concentração de renda, de extrema desigualdade, bem como ineficiência das políticas sociais, que não conseguem garantir a uma população pauperizada as condições mínimas de (sobre)vivência, como moradia, alimentação, lazer, dentre outros. Essa população acaba ocupando os espaços públicos com outras finalidades, fazendo e utilizando destes lugares como seu domínio privado. Isto posto, é neste sentido que iremos analisar os espaços públicos como expansão do espaço privado, no qual sua funcionalidade é transformada por esta população em situação de vulnerabilidade social.

Os espaços públicos, nesse sentido, não se consolidam apenas como o lugar do encontro com o diferente e/ou dos iguais, das relações e trocas sociais, no sentido do fazer político, do discurso, da construção e usufruto cidadão, mas sim, configuram-se como sendo espaços nos

quais as desigualdades sociais serão facilmente percebidas e visualizadas. De forma muito perspicaz Hannah Arendt (2014a, p.20) busca diferenciar os termos.

Importante também é a distinção entre “diferente” e “desigual”. Enquanto a desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório, que permita uma comparação global, “em rede”, a diferença strict sensu o é no sentido de alteridade, não havendo, a princípio, a possibilidade de hierarquização, já que se manifesta quando confrontada com outra identidade.

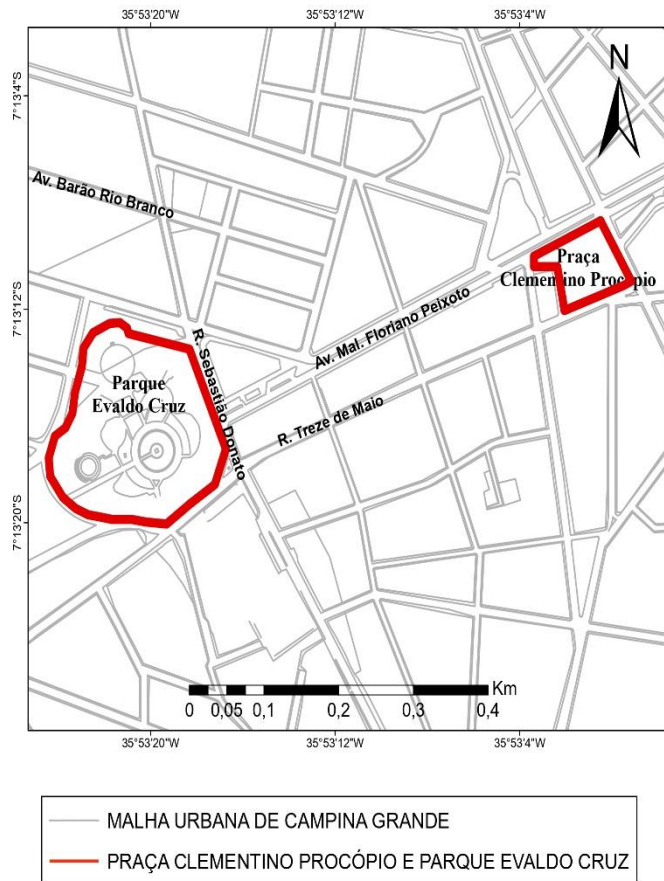
Diante disto, a utilização do espaço público com o intuito de sanar alguma carência pessoal ou familiar, que é constitucionalmente garantida como direito (saúde, educação, moradia, lazer, enfim) e, nesse sentido, podendo ser utilizada como indicador de análise, deve ser compreendido como expressão da nossa sociedade desigual.

Nesse sentido, a problemática torna-se um agravante ainda maior, quando a população que ocupa estes espaços para fins de moradia, higiene, ou para guardar algum bem, são crianças e adolescentes. Identificar estes sujeitos ocupando espaços como praças, parques, feiras livres, principais ruas e avenidas da cidade de Campina Grande – PB, só evidencia a utilização desregrada e desigual desses lócus urbanos. Não são grupos de identidades diferentes ocupando estes espaços, “tribos”, mas, uma população que vive à margem da sociedade, pois, a ela não é oferecida oportunidades e nem mesmo condições para emergirem destas situações.

Desse modo, temos crianças e adolescentes que recodificam o uso dos espaços públicos, sobretudo quando eles passam a viver elementos do domínio privado no público. Algumas práticas foram, durante a pesquisa de campo (2015 – 2017), facilmente observável. Iniciamos as análises pelas crianças e adolescentes que residem, principalmente, na Praça Clementino Procópio e no Parque Evaldo Cruz (popularmente conhecido como “açude novo”).

Tanto a Praça Clementino Procópio, como o Parque Evaldo Cruz, estão localizada no centro da cidade de Campina Grande, desempenhando importante papel na malha urbana (Mapa 04). Contudo, por se encontrarem na área central, estes espaços públicos têm uma significância ainda maior para população em situação de rua, de toda faixa etária (BARBOSA, 2011; 2014). Portanto, estes ambientes acabam servindo de abrigo para população infanto-juvenil que cada vez mais, passam a frequentar essas áreas. Ou seja, a mesma não frequenta estes espaços apenas para desenvolver as atividades, como mendicância, para o uso de substâncias psicoativas, mas acaba fazendo deles também a expansão de sua moradia ou, na maioria dos casos, sua própria “moradia”.

PRAÇA CLEMENTINO PROCÓPIO E PARQUE EVALDO CRUZ



Sistema de Coordenadas Geográficas.

Datum: SIRGAS 2000.

Fonte de dados: IBGE 2010/2015. Ano 2019.

Fonte da Imagem: Google Earth Pro 12/06/2017

Imagem: CNES/AIRBUS

Elaboração: Renata Barbosa.

Execução: Eliane Campos dos Santos

Quando estes lugares são territorializados e passam a serem usados para outras finalidades que deveriam ocorrer no espaço privado, na intimidade, como, banho, alimentação, descanso, relações sexuais, dentre outros, há uma privatização do espaço público, por essas crianças e adolescentes. Logo, concorda-se com Serpa (2007, p.36).

[...] as práticas urbanas que neles ocorrem inscrevem-se em um processo de “territorialização do espaço”. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos.

Com limites não visíveis, as praças, parques, ruas centrais, feiras livres, vão sendo dominadas e apropriadas por essa população infanto-juvenil em situação de rua (em conflito com outros sujeitos), que, uma vez inseridos nestes espaços, estabelecem suas regras e normas de socialização, que nem sempre estão de acordo com as normas da sociedade civil. Ainda de acordo com o respectivo autor.

Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre estes territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível a todos. Os usuários do espaço contribuem assim para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa. (op. cit., p.36)

As delimitações desses espaços nem sempre são visíveis, ou seja, nem sempre são compostas por barreiras físicas. Em muitos casos, há uma dominação destas áreas que é realizada a partir da presença do corpo físico, fazendo com que o domínio permaneça até estes estarem no local. Devido a isso, pode-se perceber que os grupos não se ausentam por completo, sempre permanecendo alguém que fica na incumbência de vigiar os objetos, bem como garantir que aquele espaço não seja territorializado por outro grupo.

A partir da territorialização destes espaços públicos (BARBOSA, 2014), como já mencionado, há privatização (devido às atividades e funções que passam a ser desenvolvidos nestes locais) pontual das áreas. Já que essas privatizações ocorrem como resultado de uma desigualdade sócio-espacial, as relações que passam a se constituírem nos espaços públicos em estudo, de Campina Grande, não irão ser as estabelecidas para estas áreas, pois, estas não possibilitam a socialização, as trocas sociais, as relações interpessoais, já que estão sendo territorializados, não a partir dos diferentes grupos, mas das desigualdades sociais.

Trilhando o mesmo caminho de análise, as ruas comerciais e a feira central da cidade de Campina Grande também passam por modificações em termos de uso, nas quais essa população infanto-juvenil expressa, a partir de algumas ações, usos diferenciados que territorializam estes espaços. No caso das ruas, especificamente, é importante frisar que estas áreas já são privatizadas muitas das vezes pelos próprios comerciantes que acabam fazendo das calçadas a extensão dos seus estabelecimentos.

Temos, portanto, o espaço público sendo apropriado pelo setor privado, no qual o indivíduo, o cidadão é visto apenas como consumidor. E isso foi algo extremamente forte na

cidade em estudo entre as décadas 80 e 90, pois temos um processo de degradação comercial, fazendo com que muitas lojas de rede nacional, regional, fechassem as portas e, desse modo, há uma popularização do comércio com a presença cada vez mais forte dos camelôs (COSTA, 2003, p.69). Estes ocupavam as principais ruas centrais da cidade, como Maciel Pinheiro, João Pessoa, Cardoso Vieira e Venâncio Neiva (Mapa 05), contudo, essa ocupação gerava vários conflitos entre os pedestres e comerciantes (principalmente do comércio formal, que reclamavam que os camelôs atrapalhavam a visualização dos consumidores) (figura 02).

LOCALIZAÇÃO DAS RUAS NA ÁREA CENTRAL

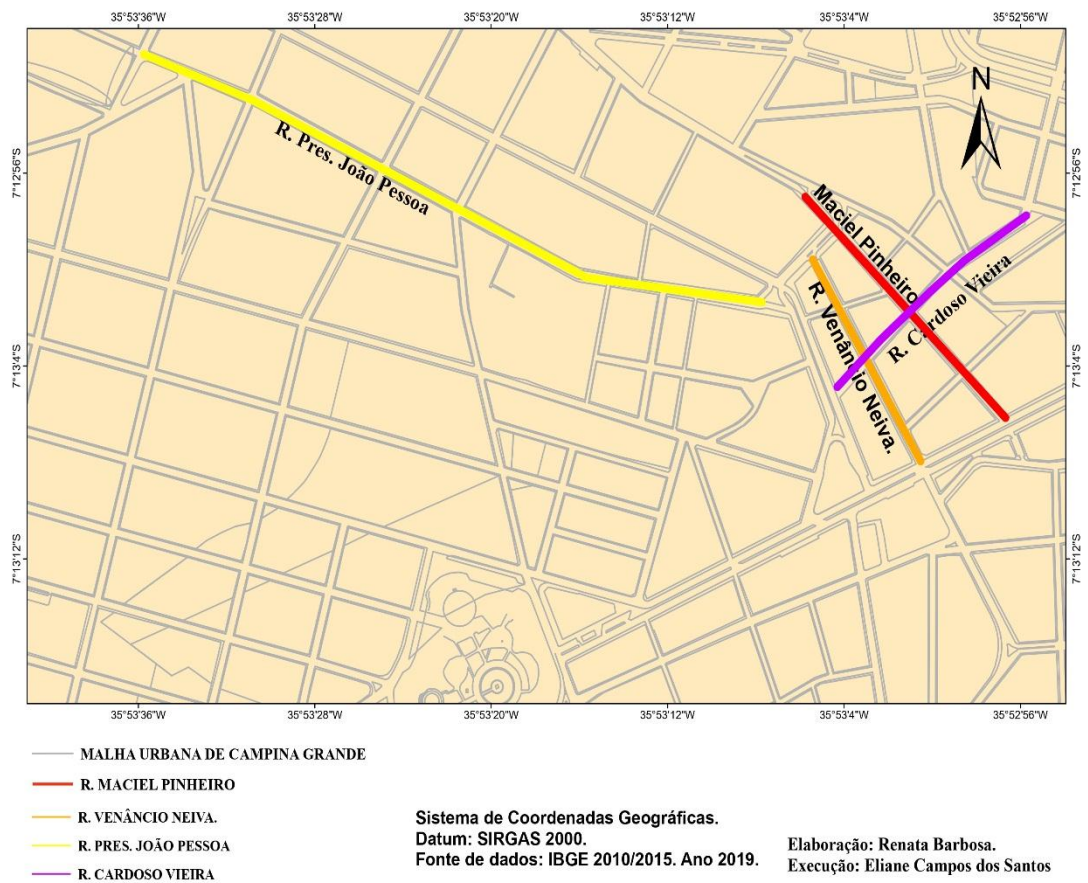


Figura 02: Comércio ambulante da Rua Cardoso Vieira.



Fonte: Costa, 2003.

Buscando solucionar esta problemática, a prefeitura desapropriou quatro áreas localizadas no centro e relocou os camelôs para estes espaços. Segundo Costa (2003, p.80) “em 05 de fevereiro de 2002, durante a execução do referido trabalho, os camelôs foram retirados das ruas centrais para serem instalados nas ‘áreas’ situadas na Avenida Floriano Peixoto e no Shopping Centro”.

Teríamos então de volta o espaço público da rua, servindo para além do deslocamento da população, da contemplação do centro da cidade, do encontro com outros indivíduos. Nessa ação do poder público, tínhamos de volta a rua e, com isso a possibilidade de vivenciar, de forma mais tranquila, este espaço situado na área central.

Entretanto, com o perpassar dos anos e com uma crescente desigualdade social, temos cada vez mais famílias com registros e com um histórico de violação social ocupando estas áreas. Desse modo, as ruas centrais e a da feira livre passam a ser vistas, mais comumente por esta população infanto-juvenil, como local que garante sua (sobre)vivência, pois, a partir da prática da mendicância (principalmente), estes sujeitos podem arrecadar dinheiro, seja para alimentação, seja para o uso de substâncias psicoativas.

Assim, nesses espaços públicos, que são ocupados por crianças e adolescentes, alguns pontos, como as lanchonetes, restaurantes, supermercados (feira central), passam a ser alvos de intensas disputas. Como coloca Serpa (2007, p.19) “se o espaço público é, sobretudo, social, ele contém antes de tudo as representações das relações de produção, que, por sua vez, enquadram as relações de poder, nos espaços públicos [...]”.

Isto posto, temos transformações no uso destes espaços, através das “privatizações” nas praças e parques (a partir do desenvolvimento de ações relacionados ao íntimo, ao privado, como foi apresentado) e apropriações das calçadas para a prática da mendicância, que muda, em ambos os casos, a funcionalidade do espaço público. Destarte, o domínio público acaba passando por modificações, devido ao fato de transpor-se do político para o social, ou seja, não é pelo ser político, que se manifesta no espaço público que o indivíduo passa ao ser social, mas, de forma precária esses sujeitos ocupam as ruas, praças, parques, feira centrais, com o intuito de sobrevivência imediata.

Portanto, os espaços públicos, na contemporaneidade, vão se reconfigurando e sendo utilizados para outras finalidades, que não apenas o lugar do discurso, da persuasão, da ação que almeja discutir e solucionar as questões inquietantes da coletividade. Nesse sentido, além de se configurarem como locus do “fazer político”, os espaços públicos tornam-se basilares para um quantitativo de crianças e adolescentes que vislumbram a “moradia”, o “ser livre”, o domínio de suas próprias vidas.

The background of the page features a wide, light gray diagonal band that runs from the bottom-left corner towards the top-right corner. Two black silhouettes of people are walking along this path. One silhouette is in the lower-left area, walking away from the viewer. The other is in the upper-right area, walking towards the viewer and carrying a large bag or suitcase.

POLÍTICAS SOCIAIS: DO “FAVOR” AO DIREITO

CAPÍTULO 3

3 POLÍTICAS SOCIAIS: DO “FAVOR” AO DIREITO

A Geografia, como ciência analítica do espaço, compreende este como processo, devido ao fato de encontrar-se em constante movimento, sendo (re)produzido por diferentes atores sociais. Nesse processo, contraditório e conflituoso, histórico e social, o espaço geográfico vai sendo constituído, logo, acumulando os tempos. Desse modo, é nesse processo de produção, na interligação da forma e da função (um interferindo no outro), que temos a construção de normas e leis sociais.

Essas normas e leis sociais, que foram sendo construídas a partir do desenvolvimento da sociedade, são basilares para a convivência social, para o desenvolvimento da vida humana nos dias atuais. Dito isto, é importante frisar que as ações sociais não ocorrem de forma desarticulada com as dinâmicas, processos dos espaços, pois, um interfere no outro, sendo necessário compreendê-los como conjunto. Pelo fato de também ser uma consequência das normas sociais, o direito como conquista do povo/para o povo, reflete nessa produção espacial.

Dando continuidade a essa linha de raciocínio, Melhem Adas apud Sá (2013, p.10) assinala que, ao se “apropriar da natureza e ao transformá-la, a sociedade cria e produz o espaço geográfico, utilizando as técnicas de que dispõe, segundo o momento histórico e segundo as suas representações, ou seja, crenças, normas (direito) e interesses políticos e econômicos”. Portanto, todas as ações podem significar mudanças na estrutura física dos espaços, ou modificações nas relações sociais, modos de vida, ou seja, não há como pensar os objetos e ações de forma separada.

Isto posto, ficam evidentes as transformações que ocorreram com os avanços constitucionais em direção à garantia dos direitos humanos fundamentais para o desenvolvimento biossocial. Essas ocorreram em escala mundial, após um período tenebroso, em que várias nações encontravam-se destruídas com a 2ª Guerra Mundial. Após esse período, que marca na história a garantia dos direitos humanos, foi promulgada no dia 10 de dezembro de 1948, em uma Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris e foi intitulada de “Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Entretanto, o direito jurídico, que antecede à Declaração Universal dos Direitos Humanos, já vinha se estabelecendo em uma cultura formalista, estatal, o qual era visto como uma simples técnica de regulação, estabelecida por uma autoridade. Esse direito transvestido era seletivo, preconceituoso, e, em muitos do caso arbitrário, pois, como aponta Rubio (2011, p.25).

La medida cultural con la que interpretar y actuar en el mundo ha sido establecida por un hombre varón, masculino, blanco, propietario, mayor de edad, europeo, cristiano y con éxito de ganador. En este sentido, se puede decir que los propios derechos humanos pasan a ser una especie de traje con corbata construido para un cuerpo concreto sin que permita o lo permita selectiva y azarosamente, el reconocimiento o la existencia de otras corporalidades (indígenas, femeninas, negras, homosexuales, campesinas, trabajadoras, no propietarios, etc).

Fica evidente a existência de um tipo de indivíduo (que corresponde à parcela menor da sociedade) que acaba determinando as normas para uma população muito mais heterogênea e diversa. Desse modo, “sobre esta estructura simbólica, constituyente y significativa, se normalizan y naturalizan las asimetrías y las desigualdades socio-culturales, sobre las cuales el derecho no puede entrar al quedar confinado a un mero instrumento técnico de control y de regulación” (RUBIO, 2011, p.25).

Buscava-se a ordem, que era requerida, principalmente, pelo sistema capitalista, para a sua reprodução. Para que o sistema continuasse a prosperar, se fazia necessário um controle ainda maior da sociedade, e assim, garantir a ordem social foi o papel do direito institucionalizado. Boaventura (2011, p.119) discorre sobre o papel do direito na ciência moderna.

Para desempenhar essa função, o direito moderno teve de se submeter à racionalidade cognitivo – instrumental da ciência moderna e tornar-se ele próprio científico. A cientificação do direito moderno envolveu também a sua estatização, já que a prevalência política da ordem sobre o caos foi atribuída ao Estado moderno, pelo menos transitoriamente, enquanto a ciência e a tecnologia a não pudessem assegurar por si mesma.

Havia de controlar o caos, provocado pelo próprio sistema. Nessas relações de trocas, regras e normas, a sociedade foi se moldando e, se adequando ao parâmetro burguês, que requeria um controle cada vez maior da natureza e da sociedade. Nesse sentido, o Estado desempenhou/desempenha um importante papel.

Essa vinculação do direito ao Estado, como único responsável por garanti-lo, acabou contribuindo para uma centralização do poder, agindo basicamente de duas formas, como destaca Boaventura (2011, p.170).

O Estado constitucional do século XIX foi concebido como a máquina perfeita de engenharia social. A sua constituição formal, mecânica e artificial, conferia-lhe uma força e uma plasticidade nunca antes conseguidas por qualquer outra entidade política. A força era simultaneamente externa e interna; exercida externamente por um poder militar e econômico, contra os Estados estrangeiros e os concorrentes na acumulação mundial de capital; exercida internamente, sobretudo por meio do direito, contra os inimigos internos de uma transformação social normal e ordeira.

Desse modo, por meio do direito e, conseqüentemente, de um controle social, temos a manutenção do sistema capitalista e a permanência da burguesia no poder. Nesse movimento, as regras práticas, sociais, familiares, etc, acabam (re)produzindo o espaço geográfico, com suas formas e funções. O Estado, a família e a sociedade acabam por influenciar ao mesmo tempo em que são influenciadas, imprimindo no espaço essas relações.

Diante disso, houve a necessidade de pensar essas instituições (Estado, família, sociedade), aproximando as reflexões para o público infanto-juvenil. Discorrer sobre os avanços nos direitos sociais fundamentais para as crianças e adolescentes e sua aplicação/repercussão para com esses atores sociais, implica em ampliar as visões analíticas de entendimento dessa complexa problemática social, que é a presença de crianças e adolescentes em situação de rua, nos espaços públicos da cidade de Campina Grande.

3.1 Políticas Públicas: o estado como “mediador civilizador”²

O Estado não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade e tão pouco é “a realidade da ideia ética”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado. (ENGELS, 1990, p.181)

A sociedade moderna é calcada na propriedade privada, na produção, no comércio e no poder do estado, como discorre Friedrich Engels (1990). Assim, com o declínio da estrutura

² Título inspirado nas reflexões de Behring e Boschetti (2011).

familiar baseada na subsistência (dando início à produção de excedentes), surge a sociedade moderna. Essa base familiar primitiva no transcurso do tempo foi sendo substituída por outros tipos de organizações sociais que culminou na passagem do heterismo (sistema de prostituição da Grécia antiga, descrito por Engels, caracterizado pela aberta prática de relações extraconjugais dos homens com escravas e mulheres não casadas) para a monogamia, do direito materno para o paterno, na formação do Estado.

Temos, a partir dessas transformações na organização social, uma sociedade que passa a ser dividida a partir das classes sociais, que não é mais fragmentada apenas pela produção. E esta nova estruturação que vai sendo impulsionada pela economia irá se expandir e atingir todos os interstícios da sociedade, alterando o cotidiano, as vivências da população. Nesse sentido, Engels acrescenta (1990, p.187).

A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade. O Estado é o resumo da sociedade civilizada, sendo, sem exceção, em todos os períodos que podem servir como modelo, o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada.

Desse modo, é importante perceber que essa repressão da classe dominante não ocorre apenas de forma física, pois, a partir da ideologia (que pode ser extremamente violenta como uma ação física), temos um Estado que garante a manutenção da classe social privilegiada. É nesse sentido, de pensar o Estado para além da propriedade privada das classes sociais dominantes, que discorre Poulantzas (2015, p.10) sobre a teoria do Estado, pontuando.

Um certo marxismo, sempre pressa a uma certa tradição política, pretende nos dar a resposta: o Estado se reduziria à dominação política no sentido em que cada classe dominante produziria seu próprio Estado, à sua medida e à sua conveniência, e manipulá-lo-ia à sua vontade, segundo seus interesses. Todo Estado não passaria, neste sentido, de uma ditadura de classe. Concepção puramente instrumental do Estado que reduz, empreguemos já os termos, aparelho de Estado a poder de Estado.

Há outras funções que o Estado desenvolve que não está diretamente relacionada ao domínio político, como por exemplo, a segurança social. Isto posto, o autor supracitado acrescenta.

Tal resposta pode ser dada de maneira simples: o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas. (POULANTZAS, 2015, p.12)

Diante disso, fica evidente a diferenciação entre aparelho de Estado e poder de Estado proposto pelo respectivo autor. E para a manutenção do domínio político, nem sempre o Estado se utiliza do poder repressivo, e assim, a ideologia surge como uma ferramenta importantíssima para isso, já que “a ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe” (op. cit. p.27).

Nessa busca em compreender a gênese do Estado, fica evidente que a propriedade privada, na qual a família passa a ser unidade econômica da sociedade, passou a significar as transformações na organização social, havendo a necessidade do surgimento de algo maior que a sociedade, ou seja, o Estado. Contudo, essa instituição que surge da sociedade (no seu processo de desenvolvimento e contradição) e que se impõe a ela, vai requerer alguns agentes para manter sua soberania.

É nesse sentido de manutenção do Estado, organização, que Pierre Bourdieu (2014) discorre sobre as comissões e os agentes que possibilitam a sua soberania. Há necessidade da definição das comissões, em que essa seria uma forma de organização social, pois, fica responsável por identificar, legitimar, um problema público, possibilitando formas de solucionar e/ou amenizar tais problemáticas. Seria uma forma de fazer com que os problemas fossem ouvidos, buscando meios de garantir os direitos dos cidadãos, como por exemplo, no déficit de moradia. Já os agentes, segundo Bourdieu (2014, p.72) agem como peças na manutenção da soberania do Estado, conforme podemos verificar.

[...] a meu ver o Estado como conjunto de agentes sociais, unificados, submetidos a uma mesma soberania, é o produto do conjunto dos agentes mandatados para exercerem a soberania e não o inverso, eu gostaria de tentar verificar essa proposição segundo a qual é a constituição de instâncias burocráticas autônomas em relação à família, à religião, à economia, que é a

condição do surgimento do que se chama Estado-Nação, a partir do processo pelo qual essa constituição progressiva se operou.

Discorrer sobre uma teoria do Estado, implica, necessariamente, em pensar nas diferenças de classe, na propriedade privada, nas relações de poder, nas ideologias e comissões que possibilitam uma instituição de organização, regularização, garantia dos direitos e deveres sociais. Entretanto, assim como qualquer outro elemento social, o Estado, com o perpassar dos anos, também foi sofrendo alteração, se adequando as novas formas e possibilitando novas maneiras de estruturação, principalmente na garantia de direitos, agindo dialeticamente. E quando, genuinamente, se falava do seu fim, enfraquecimento, viu-se um Estado se renovando e sendo mais uma vez basilar para as dinâmicas econômicas, culturais, sociais, enfim, para organização social. E, essas questões foram sendo desmitificadas no período que as ideias liberais se tornaram mais presentes.

As ideias liberais que prevaleceram no período entre o final do século XIX e início do século XX, as quais constituíam o Estado mínimo (organizador), tendo o mercado como um “regulador ‘natural’ das relações sociais”, fizeram com que o indivíduo fosse identificado a partir da relação de produção, excluindo-o “tanto da própria produção quanto do usufruto de bens e serviços necessários à sua própria reprodução” (CUNHA e CUNHA, 2002).

O sistema capitalista imbuído das ideias liberais e, posteriormente, das ideias neoliberais, implicou em transformações na estrutura e organização das relações sociais, bem como da proteção social, que deixa de ser “comunitário” (Igreja, família, senhores feudais) para ser incorporado à instituição Estado, cabendo a este garantir o bem estar-social, a partir das demandas sociais dos modos de vida. Desta forma, as “novas” relações entre capital-trabalho e destes com o Estado fizeram com que se admitissem a necessidade do Estado como um “mediador civilizador”.

Behring e Boschetti (2011) ressaltam que não se sabe exatamente quando o Estado começa a agir através de políticas sociais, como “mediador civilizador”, porém, “...como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal” (op. cit., p.47). As políticas sociais seriam o enfrentamento e/ou as respostas diante de um sistema de produção capitalista que se apoia na relação de exploração do capital sobre o trabalho, sendo excludente, seletivo e desumano.

Dois foram os principais movimentos que acabaram impactando na implementação e multiplicação das políticas sociais, que até então ocorriam de forma escassa. A primeira estaria relacionada ao período da Grande Depressão, crise econômica que ocorreu em 1929 e que impactou veementemente na pauperização dos indivíduos, logo, nas disparidades socioeconômicas e a segunda, período da 2ª Guerra Mundial o qual estampou não apenas as desigualdades socioeconômicas entre os sujeitos, mas entre as nações. Miotto (2009, p.134) conclui.

O agravamento progressivo da questão social determinou mudanças significativas nas formas de proteção social, levando o Estado a constituir-se como principal ator de regulação das relações entre a economia e as demandas sociais. Dessa forma, chegou-se, no âmbito da sociedade europeia do Pós-Guerra, “a uma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado”.

Este era o cenário no qual os indivíduos eram instigados às discussões e reflexões em torno das políticas sociais a serem desenvolvidas, a fim de garantir as condições mínimas de reprodução das relações sociais. Isto posto, e, sendo influenciado pelas políticas sociais que ocorriam em âmbito internacional e que buscavam impactar nos outros Estados, até para garantir os meios de produção, o Brasil inicia as lutas pelos direitos sociais, começando pelos trabalhadores, a partir da segunda década do século XX. Behring e Boschetti (2011, p.79) enfatizam que.

É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominantes. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhista e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis.

Apesar dos pequenos avanços, os direitos sociais neste período ainda eram vistos de forma assistencialista, praticado geralmente pelas primeiras damas dos Governos, com características de caridades/favor e não como direitos. Para exemplificar o exposto, basta direcionarmos para a primeira legislação de assistência infantil, que regulamentava o trabalho infantil, no ano de 1891, no qual jamais foi cumprida, sinalizando a distância entre a intenção e o gesto, quando referentes a legislação social brasileira (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.80).

O Brasil não foi diferente das demais nações, uma vez que os avanços dos direitos sociais ocorreram a passos lentos, havendo ainda um complicador, no caso brasileiro, que foi a presença de alguns períodos ditatoriais, retrocessos que afetaram significativamente as legislações e suas ações. Diante disso, a Constituição Federal de 1988, vigente nos dias atuais, concretizou os longos períodos de lutas, em prol dos direitos sociais, introduzindo o que viria a ser um dos mais importantes avanços na política social, que foi a implementação da Seguridade Social, constituindo o trinômio: Saúde, Previdência e Assistência Social.

Entretanto, o “avião que estava preste a decolar”, levando consigo a garantia dos direitos sociais dos brasileiros, foi abruptamente interrompido pelas políticas neoliberais na década de noventa. A Constituição Federal que objetivava “a transição de ações fragmentadas, desarticuladas e pulverizadas para um ‘conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade’” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.158), deparou-se com o projeto neoliberal que buscava desenvolver as políticas sociais a partir do tripé: “privatização, focalização/seletividade e descentralização”.

Mais uma vez o Brasil se voltava para as políticas mercantis, principalmente para o mercado exterior, possibilitando-o maior inserção no território nacional. O Plano Real é um exemplo pois, apesar do controle da hiperinflação que prejudicava diretamente todos os brasileiros, principalmente as classes sociais mais abastadas, um dos motivos da implementação do Plano estava mais direcionado para a abertura do mercado internacional do que, necessariamente, para melhorias nas condições de vida dos brasileiros. Oliveira (1977, p.177) discorre que “a ofensiva neoliberal abala os fundamentos da democracia moderna, convertendo o Estado a uma completa subordinação ao capital, num verdadeiro ‘banquete dos ricos’”.

Iamamoto (2009, p.36) externaliza que a “política social no Brasil tem um marco determinante no Governo Cardoso e seus ‘cavaleiros do apocalipse’ que, ao realizarem a escolha histórica por tais caminhos, nos levaram ao ‘coração das trevas do neoliberalismo’”. O Estado a favor do capital, sendo controlado, manipulado, para seus próprios benefícios, ou seja, para o bem-estar de uma minoria de indivíduos.

Entretanto, no início de 2003, sob o comando de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), constatamos algumas mudanças relacionadas à garantia do bem-estar social. Como assinala Steinberger (2013, p.32), o Estado brasileiro, nesse período, andou na mão e contramão do contexto mundial, uma vez que não abandonou totalmente o receituário neoliberal e, no entanto, adotou o “desenvolvimentismo social ou pós-neoliberal ou liberal

periférico”. Desse modo, houve uma preocupação em fortalecer o mercado interno e saldar as dívidas sociais acumuladas ao longo da história, no movimento neodesenvolvimentista.

Isto posto, a autora supracitada elenca três principais momentos na administração pública brasileira: o primeiro, corresponderia de 1950 a 1980 – em que houve uma resistência em aderir ao projeto neoliberal e o estado detinha uma forte presença, tanto na questão empresarial de bens de capital, como no estado de bem-estar social; o segundo, –corresponde aos anos de 1990 a 2002 – aderindo com força a ideia neoliberal, sendo justificada na necessidade de quitação da dívida externa, passando ao seu papel de regulador; e o terceiro momento, que vai corresponder ao ano de 2003 até os dias atuais – que é identificado como hibridismo, pois busca o desenvolvimento social e planejamento nacional, o qual políticas sociais e o combate à fome e a pobreza tornam-se eixos de um projeto de desenvolvimento nacional (STEINBERGER, 2013, p.24).

Essa periodização só ressalta a importância do Estado diante da organização e manutenção da sociedade civil. Assim, pensar no fim do Estado seria uma ingenuidade, pois, mesmo sabendo que com o projeto político-econômico neoliberal, a globalização, há uma “transferência” do poder e uma maior concentração de capital, existe a necessidade de um estado-nação com o fim de regulamentar as atividades a serem desenvolvidas.

Desse modo, a sociedade moderna globalmente constituída, tende a cada dia mais, a individualização, seleção, exclusão e competição entre os sujeitos. A “construção do homem-coisa”, que assiste à exploração “pacificamente”, sendo apenas mais uma peça nas engrenagens do sistema de produção capitalista. Sábato (1993, p.65) de forma perspicaz discorre sobre.

A massificação suprime os desejos individuais, porque o Superestado necessita de homens-coisas intercambiáveis, como peças de reposição de uma máquina. E, no melhor dos casos, permitirá os desejos coletivizados, a massificação dos instintos: construirá gigantescos estádios e, ao mesmo tempo que criará dessa forma vastas empresas capitalistas, fará voltar semanalmente os instintos da massa em uma só direção, com sincrônica regularidade...De modo que, ao fugir das fábricas em que são escravos da máquina, entrarão no reino ilusório criado por outras máquinas: rotativas, rádios e projetores.

O Estado agindo dialeticamente, também estará garantido as condições mínimas de (sobre)vivência dos sujeitos, uma vez que, para atender as demandas do mercado, o Estado estará desenvolvendo os indivíduos para atuarem nestas áreas. A política educacional é um significativo exemplo, de como a escola se apresenta como reprodução da classe burguesa, de

poderes, que, ao instigar o alunado à escrita, à leitura, ao desenvolvimento de cálculos matemáticos e à especialização dos discentes, estará também contribuindo para autonomia desses sujeitos, como portadores de direitos sociais. É sabido que uma minoria consegue ultrapassar essas barreiras, para assim alcançar sua emancipação, entretanto, há alguns sujeitos que acabam se rebelando em meio ao processo.

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza, no artigo intitulado “*Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*” (grifos originais) traz para o cerne do debate questões relacionadas ao “contra poder”, “contra conduta”, autonomia, “estado crítico”, “estadófobas”, dentre outros, destacando a autonomia, especificamente o “poder autônomo” de Castoriadis, que seria fundamental para uma autentica democracia (SOUZA, 2010, p.19).

A autonomia não estaria relacionada apenas ao fato dos indivíduos conduzirem suas vidas a partir de suas próprias leis, mas da participação coletiva na elaboração das leis que irá conduzir a sociedade, havendo assim uma reflexão sobre seus desejos individuais e coletivos. Desse modo chegaríamos a uma sociedade democrática, onde “...a liberdade para fazer o que quero (incluindo a liberdade de persuadir outros) e a possibilidade de ser persuadido por outros” a partir de diálogos não se tornariam elementos contraditórios (SOUZA, 2010, p.20).

Desta forma e, almejando a autonomia dos indivíduos, acredita-se na política como ferramenta para a emancipação da sociedade. O termo política tem origem grega, e não se limita a questões partidárias (como é compreendido por muitos), mas à possibilidades de discussões coletivas, que anseiam garantir as necessidades dos indivíduos com objetivos comuns. Assim, a política pública não é sinônimo de políticas estatais, mas de ações que são planejadas objetivando o bem-estar coletivo. Pereira (2009, p.96) define como sendo.

Trata-se, pois, a política pública, de uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos. Eis porque o estudo da política pública é também o estudo do Estado em ação (Meny e Toenig), nas suas permanentes relações de reciprocidade e antagonismo com a sociedade, a qual constitui o espaço privilegiado das classes sociais (Ianni).

O Estado é chamado a operar diante das desigualdades socioeconômicas, buscando cumprir com os deveres exposto na Carta Magna. E, apesar de ser considerado um sujeito ativo no processo de desenvolvimento das políticas sociais, a sociedade não participa diretamente deste processo, cabendo a esta apenas o usufruto do que se foi planejado e identificado como

necessidade dos cidadãos. Ou seja, essas políticas são desenvolvidas e implementadas de “cima para baixo”, em que o Estado pensa e efetua, enquanto a sociedade recebe. Nesse sentido, fica claro que há muito o que percorre para atingirmos uma real democracia.

As políticas públicas não são estáticas, uma vez que se modificam no tempo e no espaço. A sociedade é constituída de forma dinâmica e o processo de formação espacial é relacional, ou seja, há necessidade de avaliação dessas políticas, uma vez que nos encontramos em um constante processo de formação. Nesse sentido, podemos concluir que as políticas públicas são sociais e históricas.

Segundo Freitas et. al. (2013, p.93), a política social é um processo que possui um ciclo que vai da implementação à execução e avaliação da mesma. Em contrapartida, outros autores já compreendem um ciclo mais minuciado como: montagem da agenda, formulação de políticas, tomada de decisão, implementação e avaliação. Nota-se, portanto a importância em trazer a sociedade para a construção das políticas sociais, em uma ação conjunta e ativa com o estado, pois, só neste diálogo participativo pode-se realmente construir ações que intervêm na vida dos usuários das políticas.

Desse modo, objetivando conhecer as peculiaridades de cada espaço geográfico e, conseqüentemente, dos sujeitos (re)produtores destes espaços, a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, as questões referentes às desigualdades socioterritoriais aparecem de forma contundente. Assim, o termo território passa a ser utilizado frequentemente nas políticas, programas e projetos sociais.

Segundo Silva apud Lindo (2015, p.48), já em meados de 2003 surgiram vários programas do Governo Federal com base em uma perspectiva territorial, pois, mesmo as políticas públicas possuindo, cada uma, suas especificidades, elas partem do pressuposto de uma definição do recorte espacial (para sua atuação), da priorização das áreas mais pauperizadas (que as caracteriza como políticas focalizadas) e atuação de forma descentralizada das sedes dos programas (uma vez que o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares são priorizados).

Contudo, e apesar da utilização do termo território e de enfatizarem sua importância para maior efetividade das políticas, na prática, poucos foram os avanços em prol das garantias dos direitos fundamentais dos indivíduos. Desse modo, a referida pesquisa enfatiza a importância da interdisciplinaridade entre os conhecimentos geográficos bem como da assistência social para uma maior eficiência das políticas sociais.

Outrossim, esse trabalho busca destacar a necessidade de ampliar os conhecimentos não apenas do conceito de território (como já consta nas diretrizes da assistência social), mas incluir e destacar também a importância dos conhecimentos sobre a escala geográfica para maior compreensão das ações a serem desenvolvidas.

3.2 Família: instituição de proteção infanto-juvenil

Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. (MARX, 2011, p.25)

No trecho acima, retirado da obra “O 18 de brumário de Luís Bonaparte”, Karl Marx discorre sobre a necessidade da sociedade em resgatar algumas personalidades passadas para que as revoluções ocorram. Estas se vestem do passado como armaduras para modificar a estrutura e organização social existente. Como se sabe, nessa obra, o filósofo desenvolve o estudo do papel da luta de classes como força motriz da história e aprofunda a teoria do Estado, sobretudo demonstrando que todas as revoluções burguesas apenas aperfeiçoaram a máquina estatal para oprimir as classes. É nesse processo que a sociedade burguesa é erguida, com mudanças conjunturais importantíssimas, como destaca o autor.

Os primeiros trilham o terreno feudal e ceifaram as cabeças feudais que nele haviam crescido. O último criou, dentro da França, as condições que possibilitaram o desenvolvimento da livre concorrência, a exploração da propriedade fundiária parcelada, a liberação da força produtiva industrial da nação, e, fora das fronteiras francesas, varreu do mapa todas as instituições feudais na medida em que isso se fez necessário para propiciar à sociedade burguesa da França um ambiente atualizado e condizente no continente europeu. (MARX, 2011, p.26)

Mesmo após a revolução burguesa temos as leis e normas, bem como o status social direcionado ainda a uma aristocracia, a qual a burguesia buscava de todas as formas alterar as estruturas de domínio públicas e privadas da sociedade. Configurava-se, então, a necessidade de separar as esferas públicas e privadas. Habermas (2014, p.146) apresentou esses enclaves que ocorriam na França, nesse período em que a sociedade burguesa buscava se colocar como classe social abastada.

Enquanto a burguesia, embora quase excluída da direção do estado e da Igreja, assumia cada vez mais as posições – chave na economia, e a aristocracia compensava essa superioridade material da burguesia com privilégios reais e uma ênfase mais rigorosa da hierarquia no trato social, a nobreza e (assimilada a ela) a alta burguesia bancária e burocrática encontravam-se nos salões em pé de igualdade, por assim dizer, com a intelectualidade.

Havia a necessidade da sociedade burguesa se colocar em “pé de igualdade” com a aristocracia; isso significava ter poder e privilégios, algo que não foi tão fácil de conquistar, pois “a nobreza cidadina, sobretudo a da capital francesa, que serve de modelo para o restante da Europa, ainda mantém a ‘casa’ e desvaloriza a interioridade da vida familiar burguesa” (HABERMAS, 2014, p.164). Os nomes das famílias ainda se configuravam como importante para a garantia dos privilégios.

Isto posto, e diante das modificações na estrutura social, se faz necessário criar uma linha de raciocínio que nos possibilite compreender a importância da família, como instituição, nas modificações sociais e nas garantias de direito, no caso específico, dos direitos das crianças e dos adolescentes, instigando-nos a pensar como essa ideia de família foi sendo construída, ultrapassando as relações consanguíneas e que serviu/serve para a (re)produção da classe burguesa, e como esta foi sendo direcionada como núcleo importante de proteção da população infanto-juvenil, gerando o fortalecimento desses laços e, quando ao rompimento, sendo trabalhada a ligação e volta desse convívio familiar e comunitário.

Na busca por apresentar de forma breve essa evolução da instituição familiar, iremos trilhar uma linha de evolução, através de vários momentos de desenvolvimento da humanidade, até chegarmos a nossa última forma, que é a família monogâmica. Posto isto, recorreremos a Morgan (1984, p.56/57) que apresenta essas formas diferentes e sucessivas de família.

- 1) A família Consanguínea – fundava-se sobre o intercasamento de irmãos e irmãs, carnaís e colaterais, no interior de um grupo.
- 2) A família Punaluana – fundava-se sobre o casamento de várias irmãs, carnaís e colaterais, com os maridos de cada uma das outras, no interior de um grupo; os maridos comuns não erão (sic) necessariamente parentes entre si.
- 3) A família Sindiásmica ou de Casal – fundava-se sobre o casamento entre casais individuais, mas sem obrigação de coabitação exclusiva. O casamento prosseguia enquanto ambas as partes o desejassem.
- 4) A família Patriarcal – fundava-se sobre o casamento de um só homem com diversas mulheres, era geralmente acompanhado pelo isolamento das mulheres.
- 5) A família Monogâmica – fundava-se sobre o casamento de casais individuais, com obrigação de coabitação exclusiva.

Nota-se que essas mudanças ocorrem em um longo intervalo de tempo, indo do estado selvagem até a era moderna. Com essa evolução familiar, conseguimos observar os papéis desenvolvidos por cada integrante, sendo isso considerado por alguns teóricos como a primeira divisão e opressão de classe pois, como se sabe, a família monogâmica tem origem na propriedade privada. Com o desenvolvimento da humanidade e, conseqüentemente, com o fortalecimento da propriedade privada, surge a necessidade de, por meios legais, garantir o direito da transmissão do bem através da hereditariedade.

Destarte, podemos inferir que essa estrutura social, baseada na família monogâmica, foi uma estratégia de garantir a sucessão da propriedade para os entes familiares. De forma perspicaz Engels (1984, p.77) discorre.

A monogamia não foi de modo algum um fruto do amor sexual individual, com o qual não tinha absolutamente nada em comum, já que o casamento continuou a ser o que fora no passado, algo baseado simplesmente em uma convenção. Foi a primeira forma familiar fundada não mais sobre condições naturais mais sociais, particularmente sobre o triunfo da propriedade individual sobre o comunismo espontâneo primitivo.

Ou seja, foi a forma de garantir que as gerações futuras fossem contempladas com repasse da fortuna. Desse modo, “o casamento continuava a ser para eles quase um ônus, um dever para com os deuses, o Estado e os próprios parentes, um dever que eles tinham de realizar de qualquer modo” (ENGELS, 1984, p.77). Temos, portanto, uma instituição privada, responsável por concentrar e garantir a perpetuação dos bens, em que a família representa o mais íntimo do privado, desenvolvendo-se, na sua intimidade, na casa, como bem atesta Habermas (1984, p.232).

Como fruto do sistema social e refletindo sua cultura, a família, nessa divisão da esfera privada e pública, como já mencionado, vai se desenvolver na esfera privada do lar, e por isso, assume a responsabilidade de garantir o bem estar social a seus membros, ou seja, “na formação capitalista sob a égide do liberalismo, a família se conforma como o espaço privado por excelência e, como espaço privado, deve responder pela proteção social de seus membros” (MIOTO, 2009, p.133).

Nesse sentido, constata-se que a família assume a responsabilidade de proteger e garantir a proteção dessas crianças e adolescentes, sendo importante para o desenvolvimento desses indivíduos. E isso ocorre na forma da lei, conforme o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Logo, a família, o Estado e a sociedade são agentes fundamentais na garantia de proteção das crianças e dos adolescentes, possibilitando que estes possam se desenvolver fisicamente, psicologicamente, socialmente, de forma saudável, desfrutando dos elementos necessários à reprodução e manutenção de suas vidas. A população infanto-juvenil, como prioridade absoluta do Estado, vai requerer, desse modo, uma rede de ações, políticas, programas e serviços que assegure condições para que estes possam desenvolver suas vidas nas melhores condições.

Assim, a importância como instituição privada (família) de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, ascende, principalmente no estado neoliberal, como coloca Miotto (2009, p.139).

Dessa maneira dilui-se a responsabilidade coletiva da proteção social e recoloca-se em cena a tese da responsabilidade dos indivíduos, ou melhor, de suas famílias na provisão do bem-estar, que De Martino (2001) denomina de ‘neo-liberalismo familiarista’. Ou seja, a crise do Estado de bem estar implicou na adoção de uma ‘solução familiar’ para a proteção social, quando se caminhou para a redução da dependência em relação aos serviços públicos e para a ‘descoberta’ da autonomia familiar enquanto possibilidade de resolver seus problemas e atender suas necessidades.

Assim, a família passa a ser o foco e agente importante nessas garantias sociais, sendo necessária a construção de uma rede de assistência social que, de forma conjunta, possibilite a esses núcleos familiares o desenvolvimento da vida. Ou seja, urge a necessidade de assegurar condições mínimas para que essas crianças e adolescentes possam viver dignamente e permanecer nos seus lares.

Quando discorremos sobre a instituição familiar, especificamente das crianças e dos adolescentes que se encontram em situação de rua, significava compreender que os laços familiares e comunitários já foram rompidos, havendo o cuidado de buscar entender os motivos desse rompimento, e com isso desenvolver as estratégias para garantia da proteção integral. Contudo, apesar desse entendimento da família como instituição importantíssima nessas

garantias de direito, a rede de assistência social não consegue sempre trabalhar de forma a fortalecer esses núcleos familiares.

As crianças e os adolescentes que se encontram em situação de rua, territorializando os espaços públicos, em especial da cidade de Campina Grande, são aqueles sujeitos os quais a sua exclusão está para além da pobreza e da ruptura familiar, e que passam por violação que devem ser levados em consideração. Devido a isso, pensar a família como construção social e simbólica acaba sendo fundamental para assegurar melhorias nessa estrutura, ao apresentar um espaço saudável para que essas crianças e adolescentes encontrem condições dignas de continuidade e reprodução da vida.

Pois, como bem alerta Soares et. al. (2003, p.158).

A compreensão da dinâmica das relações, desenvolvidas no interior das famílias dos meninos e meninas que se encontram em situação de rua, é fundamental para se formular políticas que criem ou fortaleçam estratégias de apoio familiar e comunitário no cuidado das crianças.

Devido a isso, aproximar as políticas, serviços e programas dessas realidades, na certeza que cada núcleo familiar desse possui suas peculiaridades, torna-se elemento importante na proteção integral dessa população infanto-juvenil, levando em consideração os motivos que impulsionaram a ida dessas crianças e adolescentes a ocuparem os espaços públicos da cidade e, uma vez inseridos nele, construindo identidades tanto com o espaço, como com os demais sujeitos que já se encontram nessas áreas.

Destarte, a família enquanto instituição, torna-se elemento fundamental nessa rede assistencial que busca garantir os direitos fundamentais dessas crianças e adolescentes, construindo políticas, serviços e programas, os quais, muitas vezes, para assegurar a saída dessas crianças e adolescentes da condição de vulnerabilidade social, cria condições para fortalecer esses núcleos.

3.3 Sociedade de classes, desigualdades socioespaciais: os principais avanços na política de garantia social infanto-juvenil

O sistema capitalista consolida uma sociedade de classe, na qual as desigualdades socioespaciais acabam sendo visíveis em todos os espaços, principalmente no urbano, devido à

concentração de pessoas e serviços. Temos problemas sociais complexos que vão se ramificando nas entranhas de uma sociedade dividida entre oprimidos e opressores.

Discorrendo sobre a ideologia da cidadania, como reflexo das relações sociais do capitalismo, Armando Boito Jr. apresenta como, nas sociedades pré-capitalistas, se constituía as ordens e os motivos através dos quais a revolução burguesa significou para muitos uma esperança de dias melhores. Segundo o autor supracitado (BOITO JR, 2007, p.249), nas sociedades pré-capitalistas “as ordens definem-se no terreno do Estado, mais precisamente do direito. São coletivos de homens e mulheres aos quais o direito atribui deveres e privilégios”.

Mesmo diante dos receios perante a revolução burguesa, principalmente pelo fato de alguns temerem o fim da divisão de classes, esta tornou-se um divisor, ao mostrar a possibilidades de uma igualdade jurídica entre os donos do meio de produção e os trabalhadores, convertidos agora em cidadãos, como destaca Boito (2007, p.254), ao afirmar que “o direito produzido pelas revoluções políticas burguesas concede a todos os indivíduos, independentemente de sua situação de classe, capacidade jurídica plena, estabelecendo a igualdade de todos perante a lei. Essa *igualdade jurídica é a base da cidadania*” (grifo original do autor).

Contudo, esses direitos num estado liberal acabaram se limitando ao mínimo possível, pois “a cidadania burguesa original se centrava, como é sabido, nos direitos civis mínimos – de propriedade, de ir e vir, de realizar contratos e, em primeiro lugar, o contrato de trabalho, e, mais precariamente, de liberdade de pensamento, de expressão e de reunião” (BOITO JR., 2007, p.255). Florestan Fernandes (2008, p.49) discorrendo sobre os avanços e as mudanças sociais no Brasil apresenta as disparidades também no “ser cidadão”, destacando.

O “cidadão”, na emergente sociedade nacional brasileira, não era apenas um componente da ordem civil: era o “nobre” ou o “burguês” com condição senhorial – gente que desfrutava das garantias civis, do direito de representação e que dispunha de voz nos mecanismos seletivos da “opinião pública”, que comandava a democracia restrita imperial.

Desse modo, temos direitos que são direcionados, ou melhor, são garantidos para uma classe social abastada que, devido a seu posicionamento econômico, já possui todos os privilégios. Isto posto, pensar a revolução burguesa não implica na conquista dos direitos sociais a todos, e sim o início de uma grande luta, que acabou resultando em direitos fundamentais para o desenvolvimento da sociedade.

Assim, alguns eventos em escala mundial foram fundamentais para discussão e implementação de alguns direitos, dentre estes podemos destacar a grande crise econômica de 1929, bem como as duas grandes Guerras Mundiais. A partir de um desarranjo social, econômico e político, temos algumas ações que começam a emergir do Estado, no sentido de garantir condições de sobrevivência à população. Temos, portanto, o surgimento e o crescimento das políticas sociais como ferramenta para garantir o desenvolvimento social. A respeito disso Behring (2006, p.36) conclui.

A análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência, funções ou implicações [...] Tal abordagem não consegue ir além da demonstração da conquista dos direitos na sociedade burguesa, sob a égide da expansão das políticas sociais.

Diante disso, para garantir condições mínimas para o desenvolvimento social, foi sendo construído, a partir de muitas lutas de classe, um aparato político-legislativo que possibilitasse direitos iguais aos cidadãos. Temos algumas conquistas importantes no cenário brasileiro, contudo, iremos delimitar como marco temporal a Constituição Federal de 1988, pois esta significou avanços importantes em vários segmentos, como seguridade social, política urbana, meio ambiente, novas concepções a respeito das crianças e dos adolescentes, dentre outros. No campo infanto-juvenil, de garantia dos direitos e deveres, a Carta Magna significou grande avanço, debruçando-se dois anos depois na lei mais importante: o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Isto posto, é importante ressaltar que não se pretende apresentar de forma aprofundada e complexa cada documento desse, e sim, destacar os principais pontos e avanços, fruto de muitas lutas, que se desenrolaram no campo teórico (de avanço das ideias e concepção dessa população infanto-juvenil) e na ação prática, indo de encontro à institucionalização de crianças e adolescentes que, no momento, para o Estado, era a solução para os sujeitos abandonados, infratores, órfãos, que faziam uso abusivo de substâncias psicoativas.

Importante salientar que tínhamos, até então, algumas iniciativas de “proteção” infanto-juvenil, que acabam limitando-se ao campo jurídico, ou seja, como já mencionado, tudo poderia ser resolvido a partir da “institucionalização do menor”. Nesse sentido, Sposati et. al. (2014)

faz um levantamento das políticas que foram pensadas para as crianças e os adolescentes no transcurso da história brasileira, pontuando as principais medidas (Quadro 01).

Quadro 01 – Transcurso das políticas sociais

ANO	PRINCIPAIS AÇÕES
Século XIX	Primeira referência legal atribuída a José Bonifácio – não permitindo o afastamento da criança escrava de sua mãe.
1927	Código de Menores – “proteção” de caráter policial e punitivo, direcionado aos menores abandonados e delinquentes.
1940	Departamento Nacional da Criança – responsável pela difusão de práticas de puericultura e amparo a maternidade, infância e adolescência. Nesta mesma década foram criados o SENAI (1942) e o SENAC (1946), dentro da mesma filosofia preventivas, com objetivos de profissionalização dos menores.
1942	Foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM.
1959	Assembleia Geral das Nações Unidas – aprovação da Declaração dos Direitos da Criança. Fato importantíssimo para reconhecimento da criança como cidadã, responsabilizando o Estado pelo seu bem-estar.
1964	Lei Nº 4.513 – esta lei extinguiu o SAM, criando a FUNABEM, vinculada ao Ministério da Justiça, com autonomia financeira, administrativa e as atribuições de definição e implementação da Política Nacional de Bem-estar do Menor (PNBEM).
1978	Divulgado o Plano Integração do Menor e da Família na Comunidade (PLIMEC), em que se formaliza um modelo preventivo, partindo da constatação de que a linha terapêutica mostrou-se qualitativamente eficaz, mas quantitativamente limitada.

Fonte: construída a partir do texto de SPOSATI, A.; CARVALHO, M. C. B.; FLEURY, S. M. T.

Essa forma de pensar, elaborar e implementar políticas públicas que buscavam garantir as condições mínimas de sobrevivência para a população infanto-juvenil, perdurou por muitas décadas no cenário brasileiro. Não havia um olhar integral para as crianças e adolescentes; tanto é que essas políticas só eram direcionadas para os abandonados e infratores. Só com o avançar das concepções sobre essa população, da ideia de prioridade absoluta do Estado, é que tivemos uma política que atendesse a todos, independente da classe social, do contexto social, sendo abrangente a todos, ao priorizar o bem comum desses indivíduos infanto-juvenis.

Devido a isso, a Constituição Federal de 1988 é tratada como um marco na mudança legislativa infanto-juvenil. Segundo Behring et. al. (2011, p.158), a Carta Magna significou novas ideias de políticas sociais, de garantias sociais, como podemos observar.

Tinham o objetivo de, enfim, permitir a transição de ações fragmentadas, desarticuladas e pulverizadas para um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Assim, faz-se necessário pensar, não apenas nas ações a serem desenvolvidas, mas de forma integrada, possibilitando a construção de uma grande rede, em que a assistência social passe a ser um direito do indivíduo e não um assistencialismo feito por primeiras damas, muito comum no Brasil, pensado como um favor à sociedade. É nesse contexto que o artigo 227 da CF marca essa transição, vejamos.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

À família, à sociedade e ao Estado são atribuídos os deveres diante de uma população infanto-juvenil que se encontra em fase de desenvolvimento físico e psicológico. É dever dessas instituições garantirem um espaço familiar e comunitário de qualidade para o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

Fica evidente, portanto, a condição da criança e do adolescente como prioridade absoluta, e isso altera a forma de pensar e agir perante essa população. Não se trata de favor, assistencialismo ou caridade, e sim, é dever. São exigidas dessas instituições responsabilidades para que essas crianças e adolescentes possam ter um espaço familiar e comunitário adequado as suas necessidades. Ao Estado em especial, cabe à implementação e promoção de programas, serviços e políticas que garantam todos os direitos inerentes à pessoa.

Com isso, temos a garantia dos direitos políticos, ou seja, é facultado o voto aos indivíduos a partir dos 16 anos, bem como fica estabelecida a idade mínima de 16 anos para o trabalho, sendo assegurado os direitos previdenciários e trabalhistas, sem que impeça o acesso à escola pelo adolescente. Destaca-se também a necessidade de pensar em programas de atendimento e prevenção especializada para as crianças e os adolescentes que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas apresentando também as garantias processuais em caso de atos infracionais.

A partir destes significativos avanços, é sancionado, no dia 13 de julho de 1990, a Lei Nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para muitos estudiosos da área, o Estatuto é uma das leis mais avançadas e completas do país, apresentando regras de proteção e garantia

dos direitos da população infanto-juvenil. Com esta lei tem-se uma passagem da ideologia da “situação irregular do menor” para adoção de uma proteção integral. O termo “menor” já não cabe mais diante dessa nova forma universalizada de visualizar a política social.

O artigo 1º é bem incisivo, quando escreve que a “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”, seguidos de outras que apontam como correrá essa proteção. O artigo 3º esclarece o que significa essa proteção integral.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Nesse artigo, ficam evidentes os principais princípios que compõem o sistema de direitos das crianças e dos adolescentes. Para que isso ocorra de forma integral, muitas vezes há necessidade de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Como já foi mencionada, a prioridade absoluta refere-se ao fato de esses indivíduos se encontrarem em fase de desenvolvimento. Desse modo, cabe à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público assegurarem direito à vida, saúde, educação, lazer, cultura, esporte, profissionalização, respeito, liberdade, convivência entre os familiares e os espaços onde estes se encontram inseridos (artigo 4º). Proteção, socorro, atendimento nos serviços públicos, são prioridade em qualquer situação.

Além das mudanças ocorridas na forma de pensar e garantir a proteção à população infanto-juvenil, indo da ideia de “situação irregular do menor” para o indivíduo de direito, aconteceram outras mudanças na gestão dessas políticas, serviços e programas que merecem ser mencionadas, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente inovou quando destacou a necessidade da descentralização política-administrativa das políticas sociais (sendo isso consequência das mudanças feitas pela Constituição Federal de 1988).

Isto posto, podemos observar que, dentro das escalas de governo (municipal, estadual e federal), cada um vai desenvolvendo papéis que, conjuntamente, possibilitam um atendimento integral a esses indivíduos infanto-juvenis. É sabido que muito há o que evoluir nesse sentido, de compreender os territórios e as escalas de atuação dessas políticas, serviços e programas para atendimento realmente efetivos de proteção. Nesse sentido, indicar juridicamente essa

necessidade significa um primeiro passo para avançarmos nas garantias dos direitos fundamentais.

Após discorrer de forma breve sobre alguns avanços jurídicos, a partir da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, fica evidente que houve avanços significativos no campo do direito, do reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direito, sendo necessário um aparato legislativo que garantam o seu pleno desenvolvimento, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Contudo, devido às complexidades sociais, as contradições vivenciadas pela população infanto-juvenil no seu cotidiano encontraram, na prática, dificuldades enormes que exigem dos agentes envolvidos maior perspicácia.

3.4 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande – CMDDCA/CG

Como foi apresentado no subitem anterior, um dos avanços mais expressivos do aparato legislativo após a Constituição Federal de 1988 foi a consciência da necessidade de descentralização das políticas sociais, sendo estas redistribuídas nas três escalas de governo: municipal, estadual e federal. Contudo, houve a necessidade de criar um conselho que estabelecesse normas, diretrizes gerais para a efetivação das políticas sociais, dos programas e serviços de atendimento as crianças e aos adolescentes.

Desse modo, constando no Estatuto da Criança e do Adolescente, foi sancionado, no dia 12 de outubro de 1991, a Lei Nº 8.242, que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Esse conselho tem algumas competências que estabelecem diretrizes para a elaboração, implementação e desenvolvimento de políticas sociais que assegurem a população infanto-juvenil os seus direitos fundamentais, de forma a alinhar ações que ocorrem nas várias escalas de governo.

Além de ter como atribuição principal a elaboração das normas gerais para a garantia nacional dos direitos das crianças e dos adolescentes, a este conselho são direcionadas outras responsabilidades, dentre estas, as fiscalizações das ações, aplicação da política, apoio a outros conselhos e ONGs, avaliação das políticas municipais e estaduais e os Conselhos Tutelares, acompanhamento e reordenamento institucional, apoio à promoção das campanhas, acompanhamento da elaboração e execução da proposta orçamentária da União, além de gerir o fundo orçamentário e elaborar o regimento interno.

Logo, o CONANDA pode ser compreendido como instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para as crianças e os adolescentes na escala federal. Os seus representantes são do poder executivo, formado por 28 conselheiros equiparados, ou seja, 14 representantes do Governo Federal e 14 representantes da sociedade civil organizada. É importante destacar que as funções desenvolvidas pelos conselheiros do CONANDA não remuneradas, contudo, seu exercício é considerado serviço público relevante.

Sendo assim, conferida essas responsabilidades, o CONANDA, a partir de uma Resolução Conjunta (Nº 1, de 15 de dezembro de 2016), dispõe sobre o conceito e o atendimento de criação e adolescente em situação de rua, público alvo da respectiva pesquisa e, assim, chegando à seguinte definição.

Art. 1º. Definir como crianças e adolescentes em situação de rua os sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros.

Percebemos que há um destaque do termo “situação” que enfatiza o caráter de transitoriedade e efemeridade dessas crianças e adolescentes com/nos os espaços territorializados. Na mesma Resolução, são apontados os principais motivos que acabam impulsionando essa população infanto-juvenil para as ruas, sendo estes o trabalho infantil, a mendicância, a violência sexual, o consumo abusivo de substâncias psicoativas, a violência familiar, institucional ou urbana, LGBTfobia, racismo, sexismo, misoginia, dentre tantos outros.

Outra Resolução (Nº183, de 09 de março de 2017) foi implementada, complementando a primeira, já que o documento versa sobre orientações técnicas pra os educadores sociais de rua, destacando.

Entende-se por Educação Social de Rua uma proposta pedagógica educadora, política e promotora de direitos que objetiva construir e manter vínculo de cuidado com crianças e adolescentes na rua e seus familiares, utilizando

ferramentas pedagógicas, sociais, institucionais e conexões estabelecidas no meio comunitário, que apoie e fortaleça a inclusão social deste público.

Essa educação social tem como base teórica as propostas de Paulo Freire, que discorreu sobre educação social na sua obra “Educadores de Rua: uma abordagem crítica” (1989). Nessa obra, Freire destaca a importância da construção dos vínculos de confiança entre os educadores e a população infanto-juvenil em situação de rua, ressaltando a necessidade de respeitar os espaços e o tempo de cada indivíduo, para que ocorra uma abordagem.

Sendo um dos eixos do CONANDA, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande – CMDDCA/CG, funciona em escala municipal, sendo responsável por algumas finalidades e competências. O artigo 1º do regimento interno destaca o que venha a ser esse conselho: “órgão normativo, deliberativo e controlador da política e diretrizes de atendimento da criança e do adolescente”.

Dentre as suas competências, cabe orientar os Agentes Municipais para o fiel cumprimento da política de proteção e defesa dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, além de editar normas, estabelecendo critérios de roteiros e formulários de planos de ação, elaborar periódicos informativos das atividades do Conselho Municipal, coordenar o processo de eleição dos Conselhos Tutelares no Município de Campina Grande, dentre outras funções.

O CMDDCA/CG é composto por 10 membros efetivos e seus respectivos suplentes, que são nomeados pelo Prefeito de Campina Grande, com mandato de até dois anos. Assim como o CONANDA, os representantes são equiparados, sendo cinco do poder público e cinco da sociedade civil organizada. A partir de votação, é definido o coordenador e o adjunto, que fica responsável por gerir as ações dos conselheiros.

Durante o período entre os meses de fevereiro e julho de 2017, de forma assídua, pode-se acompanhar as reuniões do CMDDCA/CG, as quais ocorrem quinzenalmente, podendo haver também reuniões ordinárias (a depender da urgência/complexidade das decisões). Esses encontros acontecem na sede do CMDDCA, que fica na Casa dos Conselhos (na mesma residência que o Conselho Tutelar de Campina Grande).

Há uma dinâmica que é seguida em todas as reuniões, na qual, aos conselheiros, são distribuídas a pauta e mensagens motivadoras. Em seguida, ocorre a leitura da ata da reunião anterior e, estando todos de acordo, passa a ser assinada e arquivada junto às anteriores. Desse

modo, a coordenadora vai discutindo cada ponto da pauta e, quando esgotado as reflexões/discussões, abre-se para votação dos conselheiros.

Além dos conselheiros e coordenadores (geral e adjunto), o CMDDCA/CG possui na equipe técnicos, digitadores e secretários. Cada, um dentro de sua atividade específica, contribui para a construção das pautas das reuniões, além de atendimento ao público (coordenadores dos programas e serviços públicos e as Organizações Não Governamentais).

Dentre as finalidades e competências do CMDDCA/CG, o artigo 2º, inciso II do regimento interno aponta “editar normas, fixando critérios roteiros e formulários de planos de ação e aplicação para a atualização dos recursos, programas e ações de assistência integral à criança e ao adolescente, além de controlar a sua aplicação do âmbito do Município”. Isto posto, durante o período da pesquisa “in loco”, pode-se acompanhar algumas ações direcionadas à garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como cadastramento e renovação das ONGs e de todos os programas, serviços que têm como público alvo a população infanto-juvenil, bem como a participação em campanhas nacional, estadual e municipal (exemplo: “18 de maio” – contra exploração infantil, “Não doe esmola: a esmola tira a criança da escola” – contra a esmola, “Quando a infância é perdida, não tem jogo ganho” – contra trabalho infantil e exploração sexual no Maior São João do Mundo – CG, dentre outros), elaboração do edital de chamada pública do Fundo Municipal, desenvolvimento do Plano Decenal – CG (que será minuciado no item subsequente), dentre outros.

Destarte, e diante das competências mencionadas, acredita-se ser importante apresentar de forma mais complexa o edital de chamada pública do Fundo Municipal, pois, este possibilita a continuidade das ONGs, no que tange à ampliação das suas atividades, bem como na captação de mais crianças e adolescentes, logo, na ampliação das oportunidades para estes indivíduos, pois os Fundos são receitas específicas que, por lei, devem vincular-se a determinados objetivos e/ou serviço. Segundo o material apresentado pela Fundação Abrinq (2015, p.09) o Fundo serve.

O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundo DCA) é um Fundo Especial (no orçamento e na contabilidade pública), que deve ser instituído como uma das diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente (inciso IV, art. 88, Lei 8.069/90 – ECA). Esse fator especifica sua conceituação, de forma que o Fundo DCA é todo o produto de receita que tem como objetivo a viabilização das políticas, programas e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente,

distribuídos e alocados mediante deliberação dos Conselhos dos Direitos nos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios).

Isto posto, cabe ao Conselho de Direito gerir, fixar critérios de utilização e elaborar edital que possibilite essas ações. Desse modo, tínhamos no ano de 2017 (período da pesquisa no Conselho de Direito) um orçamento de R\$ 415.000,00, o qual seria destinado a cada programa, serviço e ONGs que passasse na seleção uma quantia de R\$ 25.000,00, sendo distribuído em média entre 16 entidades.

O edital foi lançado no semanário do Município e no Diário da União, possibilitando a todos, diante de um projeto, concorrer ao valor estipulado a cada entidade de público alvo infante-juvenil. O edital se dividia em algumas etapas, como inscrição, seleção dos projetos, resultado preliminar, resultado final e monitoramento do projeto. A entidade que cumprisse todas as exigências receberia em duas parcelas o valor estipulado. A primeira parte corresponderia à metade do valor (R\$ 12.500,00) e seria para o início da realização do projeto; já a segunda parte seria transferida após um ano do projeto (em andamento), passando esse por fiscalizações. Essas etapas foram implementadas para a garantia da gestão do recurso público de forma participativa e democrática.

Diante de todas essas informações, fica evidente a importância do CONANDA e do CMDDCA/CG para a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no espaço urbano de Campina Grande – PB. Esses órgãos, de forma conjunta aos outros serviços, programas e políticas sociais, trabalham em prol da qualidade de vida de indivíduos que ainda se encontram em fase de desenvolvimento físico, psicológico e social, contribuindo efetivamente para sua formação.

Diante disso, no item subsequente será apresentado o Plano Decenal do Município de Campina Grande – PB que abrange todas as políticas, serviços, programas, destinados a crianças e adolescente, em vários campos de atuação (saúde, educação, substâncias psicoativas, trabalho infantil, exploração sexual, enfim). Como já mencionado, foi um material produzido pelo Conselho de Direito que merece as devidas considerações.

3.4.1 Plano Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Campina Grande – PB

É sabido que os avanços da política social no Brasil e, em especial, da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, advêm como resultado das lutas de classe, possibilitando princípios e valores que passam a serem vistos de forma universal. A garantia dos direitos humanos, no estado capitalista, foi possível pelo fato deste, como apresenta Boaventura (2008, p.31), ser “a relação social em que se condensam as contradições do modo de produção capitalista e as lutas sociais que elas suscitam”. Assim, é nesse processo contraditório que o arcabouço legalista vai sendo estruturado.

Nesse movimento é que surgem as responsabilidades dos governantes, diante da seguridade social. Desse modo, o CONANDA desenvolve um Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 – 2020. Na verdade, esse plano busca construir diretrizes para que cada Município desenvolva seu plano de ação, de acordo com as carências e demandas locais, garantindo a proteção integral de todas as crianças e adolescentes.

Esse plano nacional é composto por oito princípios da política Nacional, sendo estes: 1) Universalidade dos direitos com equidade e justiça social; 2) Igualdade e direito à diversidade; 3) Proteção integral para a criança e o adolescente; 4) Prioridade absoluta para a criança e o adolescente; 5) Reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; 6) Descentralização político-administrativo; 7) Participação e controle social; 8) Intersetorialidade e trabalho em rede.

Destarte, o plano estrutura os eixos levando em consideração a “hierarquia” da política social pois, como fica evidente, os dois primeiros eixos correspondem aos princípios universais dos direitos humanos, estando presente na Constituição Federal de 1988. Já os três subsequentes direcionam-se para a política da criança e do adolescente presente na CF 88 e no Estatuto, a qual tem por base a doutrina da proteção integral. Estando os dois últimos relacionados à organização e ao abono da política.

Diante destes princípios, a Política Nacional elencou cinco eixos norteadores para a construção municipal de cada Plano Decenal. Esses eixos foram divididos em: 1) Promoção dos Direitos; 2) Proteção e Defesa dos Direitos; 3) Participação de Crianças e Adolescentes; 4) Controle Social da Efetivação dos Direitos; e, 5) Gestão da Política. Podemos compreender que os dois primeiros eixos estão diretamente vinculados à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, ficando evidente na Política Nacional (2010, p.29).

No caso da proteção e defesa, trata-se de medidas de solidariedade a indivíduos e grupos em resposta a situação de risco e contingências de vulnerabilidade, abrangendo a proteção de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou ameaçados e o acesso à Justiça para responsabilização dos violadores dos direitos infanto-adolescentes.

Assegurar a promoção, proteção e defesa, torna-se o eixo fundamentais das políticas que passam a ser efetivadas com mais clareza das demandas e carências sociais. O terceiro eixo de participação da população infanto-juvenil busca, na construção das ações, a participação na formulação e implementação da política. Ou seja, elencar essa participação significou garantir espaços de diálogos para que, de forma conjunta, essas crianças e adolescentes possam expressar suas necessidades, almejando ações que estejam próximas de suas vivências. Essa população deve ser ouvida e as ações devem ser pensadas levando em consideração os territórios de cada grupo social.

Por fim, os dois últimos eixos que propõem o controle e a gestão da política. Estes ficam responsáveis por assegurar que as ações sejam realmente elaboradas e executadas, almejando a proteção integral das crianças e dos adolescentes. Portanto, controle e gestão são formas de asseverar que os direitos fundamentais sejam respeitados e que as carências dos indivíduos soem em ações efetivas.

Desse modo e sendo formulado a partir de diretrizes, com objetivos e metas, a Política Nacional conseguiu possibilitar a construção de Planos Decenais, ficando o Conselho de Direito de cada município responsável pela elaboração, uma vez que há necessidade de aumentar a escala de análise. Diante disso, o Conselho de Direito do Município de Campina Grande elaborou o “Plano Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2015-2024”, tendo sua construção iniciado no mês de janeiro de 2015, em que foi publicado em março do mesmo ano, sobre a coordenação geral de Maria do Socorro A. de Carvalho Sá.

O Plano Decenal do Município de Campina Grande foi construído a partir de um trabalho articulado, com o intuito de manter o selo da Fundação Abrinq (fundação de “direito privado”, uma “fábrica de selo”). Desse modo, priorizou na construção pela sua descentralização, ou seja, o Conselho de Direito mobilizou os programas e serviços direcionados às crianças e aos adolescentes para que, de forma conjunta, elaborassem o respectivo plano. Posto isso, uma das principais parecerias foi o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município, possibilitando a participação comunitária nesta construção. Outras parcerias também foram fundamentais, como a Rede de Atendimento de

Crianças e Adolescentes – REDECA e o Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA.

Desse modo, um dos grandes desafios na construção do plano seria a aproximação das escalas de atuação de todas as políticas, programas e serviços que buscam na sua prática o desenvolvimento de ações que garantam a proteção integral às crianças e aos adolescentes. O Plano Decenal surge como um marco pelo fato de buscar integrar as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), em que teríamos um plano integrado, com escalas de atuação que possibilitam uma aproximação com o cotidiano destes indivíduos, logo, com seus anseios mais urgentes.

Seguindo as diretrizes da Política Nacional o Plano Decenal de Campina Grande também, foi dividido nos cinco eixos (promoção, proteção, defesa, participação, controle e gestão), contudo, foram estabelecidos prazos para a efetivação das ações pelos serviços e programas. Assim, com o plano sendo elaborado para o período entre os anos de 2015 – 2024, foram realizadas subdivisões, ficando estabelecidos os seguintes intervalos: curto prazo (2015 – 2017), médio prazo (2016 – 2019), longo prazo (2020 – 2024) e ações permanentes (2015 – 2024).

O eixo da promoção dos direitos “implica na geração, utilização e fruição das capacidades de indivíduos e grupos sociais envolvendo a implementação e acesso a políticas públicas que promovam oportunidades ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes” (PLANO DECENAL, 2015, p.115). Nesse eixo, os programas e serviços da área da saúde, educação, assistência social, de vários ramos, buscam a interdisciplinaridade, que mobiliza várias ações. Foram definidos no total quarenta e cinco objetivos (sendo que cada serviço ou programa ficaria responsável), com ações, resultados, bem como cronograma e seus responsáveis.

Apesar da iniciativa da elaboração de um plano intersetorial, algumas medidas presentes na Política Nacional acabaram não sendo tão claras. Desse modo, na área da educação, pode-se observar a falta de medidas para uma educação profissionalizante, de acesso à cultura. Como a respectiva pesquisa está direcionada para população infanto-juvenil em situação de rua, notou-se que não houve um olhar mais próximo dessa complexa problemática social. Faltando ações que inviabilizem a saída dessas crianças e adolescentes do seu espaço familiar e comunitário para as ruas, praças e parques.

O segundo eixo de proteção e defesa dos direitos segundo o plano (2015, p.127).

Trata de medidas de solidariedade a indivíduos e grupos em resposta a situação de risco e contingências de vulnerabilidade, abrangendo a proteção de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou ameaçados e o acesso à Justiça para responsabilização dos violadores dos direitos de crianças e adolescentes.

Como fica evidente na citação, a proteção e defesa estão direcionado para as crianças e os adolescentes que se encontram em situação de risco e de vulnerabilidade social, ou seja, quando o eixo da promoção não consegue articular a rede de assistência, saúde e educação, de forma que as consequências acabam sendo a violação dos direitos desses indivíduos infanto-juvenis.

É nesse segundo eixo que as medidas, as ações direcionadas às crianças e aos adolescentes em situação de rua ocorrem. Contudo e apesar de ser o eixo mais problemático, só foram elaboradas oito ações que buscam assegurar a proteção a esta população em situação de rua. Isto posto, temos ações para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, para agressões e para quem faz o uso abusivo de substâncias psicoativas.

Diante disso, podemos inferir que as ações para esse público específico (situação de rua) não estão tendo as devidas medidas pois, dentre as diretrizes presentes na Política Nacional, o fortalecimento do convívio familiar e comunitário, da rede de garantia, do fortalecimento das ações pra vítimas de exploração sexual, erradicação do trabalho infantil, de adolescentes em conflito com eles, do aprimoramento dos mecanismos de denúncia, dentre outras ações importantíssimas, não foram implementadas no Plano Decenal. Nesse sentido, apesar de ser o público de maior complexidade social, as ações ainda se encontram tímidas diante dos contextos desses indivíduos.

O terceiro eixo de participação das crianças e dos adolescentes buscou elaborar medidas que possibilitassem a participação e a expressão dessa população vulnerável, pois é sabido da necessidade de aproximação para o desenvolvimento de ações que realmente consigam garantir à população infanto-juvenil os seus principais direitos, além da possibilidade de desenvolvimento social, físico e psicológico. Desse modo, foram elaboradas quatro ações que visam a uma comunicação mais próxima e informativa com esses indivíduos.

Uma das medidas nesse sentido foi estabelecer um calendário, o qual o Conselho de Direito, de forma conjunta com as escolas, irá possibilitar falas, encontros, colocando-os a par de seus direitos e deveres. Essa parceria com o sistema de ensino funciona como uma ponte

para esclarecimentos e conhecimentos desses indivíduos, chamando-os a pensar de forma articulada nas ações que serão direcionadas para aqueles que estão passando por algum tipo de violação.

O eixo, controle social e efetivação dos direitos se constituem como o quarto nessa seara que busca a proteção integral desses indivíduos. Segundo o Plano Decenal, “agrupam as ações indiretamente vinculadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, ou seja, são ações meio, que visam garantir as condições necessárias para que os seus direitos sejam respeitados” (p.137), almejando o fortalecimento da rede de Assistência social do município, bem como fortalecer o sistema de garantias.

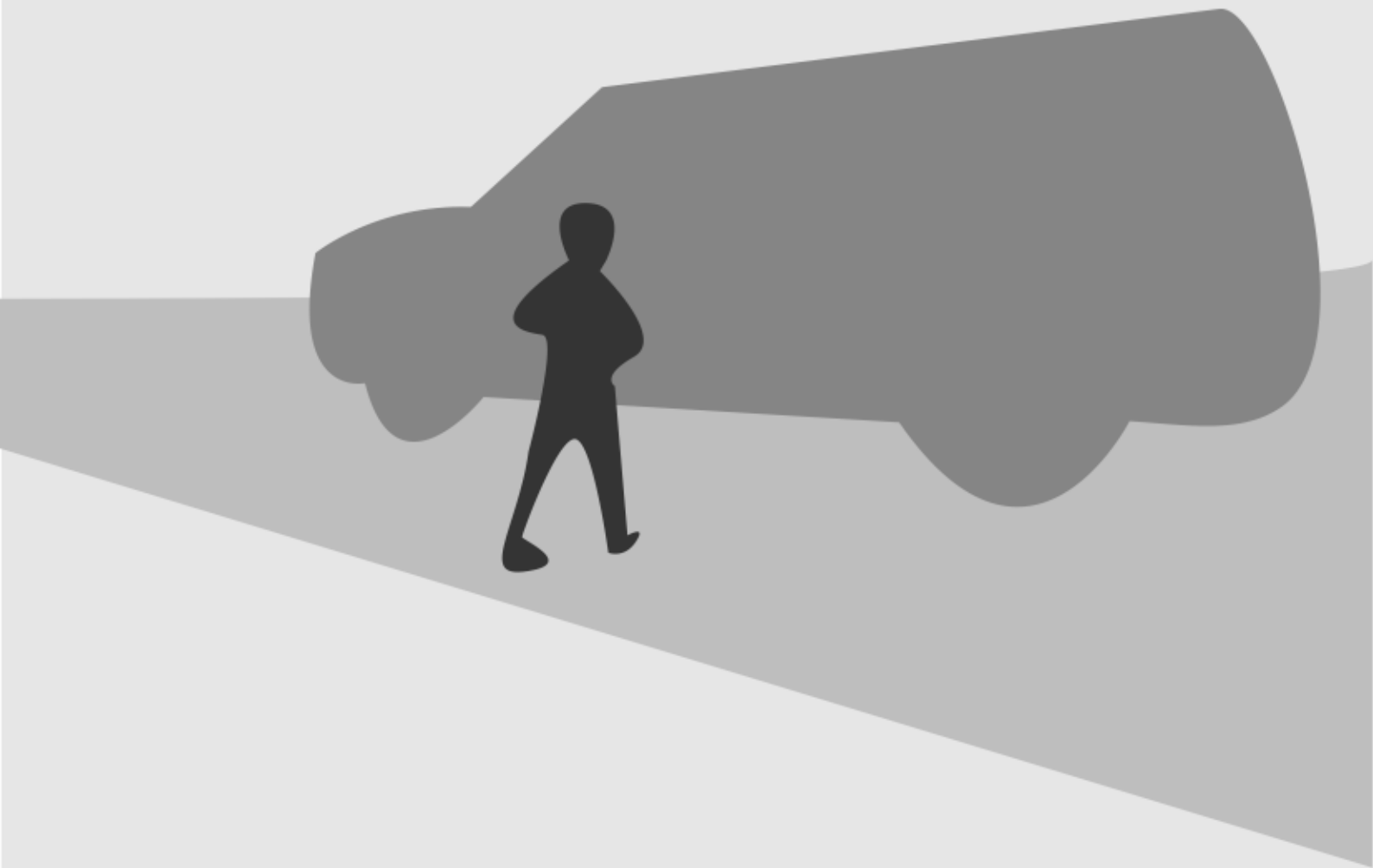
Dito isso, foram criados cinco objetivos para respectivo eixo, dentre os quais, promover a formação continuada dos Conselhos Tutelares e de Direitos, garantir a democratização do orçamento, disseminar os direitos e responsabilidades e promover campanhas sistemáticas sobre violação de direitos de crianças e adolescentes.

Por fim, temos o eixo de gestão da política. Neste, busca-se, assim, assegurar a implementação das ações das políticas, levando em consideração as intersectorialidades, em que, a partir da garantia da operacionalização da política, tem-se o fortalecimento da rede de proteção infanto-juvenil. Esse é um eixo que busca garantir a articulação entre as diversas escalas do governo, exigindo que a política seja efetivada, ou seja, garantindo que esses sujeitos sejam tratados como prioridade absoluta.

Desse modo, pensa na qualificação da rede de promoção, proteção e defesa, desenvolvendo estratégias de monitoramento do plano. Sendo essa “rede” articulada em vários níveis escalares, como já apresentado, envolvendo as escalas de poder do estado, bem como dos serviços e programas sociais. Assim, foram elaborados oito objetivos de garantia e interlocução das políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social.

Entretanto, desde a sua elaboração, poucos foram os objetivos que conseguiram sair de forma articulado do plano. Ou seja, as ações aconteceram de forma que a integração entre elas não foi satisfatória, isso no caso das medidas de curto e médio prazo, uma vez que as mesmas se encontram em andamento, principalmente as medidas de longa prazo, haja vista que o Plano Decenal vai até o ano de 2024. Podemos assim inferir que as políticas sociais, de forma articulada, ainda são vistas como fetiche, uma vez que encontra na realidade vários obstáculos que dificultam sua implementação.

GEOGRAFIZAÇÃO SOCIAL: DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



CAPÍTULO 4

4 GEOGRAFIZAÇÃO SOCIAL³: DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Geografia, no período de sua sistematização como ciência, em meados do século XIX, e, com a fragmentação do conhecimento pelo modernismo, viu-se responsável pelo estudo do espaço que se configurava como a descrição da população e da natureza. Tendo essa base analítica, fundada nas ideias de Emmanuel Kant, que afirmava que o fundamento da geografia é o estudo do espaço, no qual “relaciona a geografia ao espaço e a História ao tempo” (LENCIONI, 2014, p.68). Contudo, como é sabido, após algumas correntes de pensamento, a Geografia foi se afirmando cada vez mais como uma ciência social, que possui como categoria de estudo o espaço, entretanto, este não pode ser desvinculado do tempo.

Desse modo, na contemporaneidade temos a necessidade de conhecimento cada vez maior do espaço, como alertará Haesbaert (2014, p.12), afirmando que “a emergência do espaço com tamanha força dar-se-ia porque estaríamos vivendo agora a ‘época da simultaneidade’, da ‘justaposição’, ‘do perto e do distante, do lado a lado, do disperso’”. Pois, se por um lado a globalização tende a mundialização, por outro acaba causando fragmentação, exigindo assim, uma leitura do espaço como uma construção social e histórica, que se constitui como/e a partir da acumulação dos tempos, tornando-os múltiplos, diversificados.

Isto posto, espaço e tempo não podem ser pensados de forma desconectada, pois, um possibilita e interfere na multiplicidade do outro. Doreen Massey (2013, p.90) discorre sobre articulação entre espaço e tempo.

Em outras palavras, não podemos “devir” sem os outros. E é o espaço que fornece a condição necessária para essa possibilidade. Bergson, em resposta a sua própria pergunta “qual é o papel do tempo?”, respondeu: “o tempo impede que tudo seja dado ao mesmo tempo” (1959). Neste contexto o “papel do espaço” poderia ser caracterizado como fornecendo a condição para a existência dessas relações que geram o tempo.

³ Esse título foi inspirado nas discussões levantadas pelo geógrafo Milton Santos, na obra “Metamorfoses do Espaço Habitado” (2008). No qual o autor supracitado apresenta o homem como sujeito ativo, que realiza ação no meio que rodeia, logo, toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico. Assim, “não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho (...) a forma de vida do homem é o processo de criação do espaço” (SANTOS, 2008c, p.96).

Nessas articulações, vão se construindo potencialidades e narrativas da sociedade. Desse modo, o espaço não pode ser compreendido como “acabado/definido”, mas, sempre em “devir”, em constante processo de modificação, articulação, múltiplo e relacional.

Um dos estudiosos a tecer serias críticas a respeito da concepção de espaço trabalhada na Geografia foi Milton Santos. Relatando que a definição de espaço era uma tarefa muito “árdua”, daí os motivos pelos quais muitos geógrafos se preocupassem mais com a definição do que é geografia, do que a definição de espaço. Chegando a afirmar que a “geografia era viúva do espaço”. Com o intuito de construção de uma definição, Santos (2008a, p.153) apresenta.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

O espaço seria uma construção social, temporal, base para os estudos geográficos. Uma categoria fundamental para o entendimento dos conceitos da ciência geográfica. É nesse sentido, de pensar os conceitos partindo de uma categoria central, o espaço, que Haesbaert (2014) constrói uma “constelação de conceitos”. Ressaltando o caráter político de cada conceito e sua forma articulada na Geografia.

O espaço como categoria geográfica, no qual possui um “leque” de conceitos, levantou várias discussões filosóficas a respeito mesmo do entendimento do que venham a ser categoria e conceito. Nesse sentido, o autor supracitado, almejando esclarecer e aparar algumas arestas, pontuou algumas reflexões a respeito do papel desenvolvido pelo conceito.

Os conceitos não só não podem ser tratados isoladamente, como nunca constituem unidades homogêneas, sempre são múltiplos, tanto no sentido interno, com seus elementos, suas sobreposições e sua flexibilidade em torno de uma problemática ou foco central, quanto no sentido externo, na relação com outros conceitos dentro de uma constelação ou sistema mais amplo – permanecendo sempre abertos, portanto, a novas conexões potencialmente realizáveis. (HAESBAERT, 2014, p.32)

Desse modo, Haesbaert elenca quatro principais conceitos que estariam ligados/mergulhados na categoria espaço. Essa representação ocorre num formato circular, tendo o espaço a área central, no qual gira em torno, os conceitos de paisagem (espaço-representação), ambiente (relações – sociedade/natureza), lugar (espaço – vivido) e território (espaço – poder). Tendo, como ligação entre esses conceitos, a região, num nível escalar mais amplo.

Não há como trabalhar esses conceitos de forma isolada, e, isso já foi mencionado. A utilização dos conceitos possibilita a elucidação de algumas respostas, a solução de algumas problemáticas. Seria como uma caixa de ferramenta que quando bem utilizada, a depender do problema e do tipo de ferramenta requerido, pode solucionar questões e esclarecê-las. Contudo, deve-se ter consciência de algumas limitações, pois, “embora se deva ter muito cuidado com o ‘criar um mundo à sua maneira’ a partir dos conceitos (com o risco de fetichizá-los), não há dúvida que eles são, em primeiro lugar, ‘ferramentas’” (HAESBAERT, 2014, p.49).

Desse modo, objetivando esclarecer a problemática central da respectiva tese, os conceitos de território e escala geográfica serão utilizados como possíveis ferramentas para uma implementação efetiva das políticas, serviços e programas sociais, direcionados a população infanto-juvenil em situação de rua, no espaço urbano de Campina Grande. Conhecer as peculiaridades desse espaço, conseqüentemente dos sujeitos (re)produtores, a partir dos conceitos de território e escala, nos ajudar a revelar essas realidades, de forma à possibilitar melhorias sociais a esses indivíduos marginalizados.

Como já analisado em itens anteriores, temos como um dos principais atores de produção desses espaços, o Estado. Pois, como esclarece Gottdiener (2016, p.130) “...o espaço tornou-se, para o Estado, um instrumento político de importância capital. O Estado usa o espaço de uma forma que assegura seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação das partes”. Um Estado de classe, capitalista, que produz esses espaços não apenas a partir de intervenções físicas, mas, a partir de uma ideologia que é canalizada para a manutenção do sistema.

Isto posto, e, nos direcionando para a tese, temos o conceito de território que passa a ser citado exaustivamente nas políticas, serviços e programas de assistência social. Principalmente, a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004, no qual questões referentes às desigualdades socioterritoriais aparecem em destaque. Ou seja, há uma consciência em torno da importância de considerar elementos territoriais para maior eficiência das políticas sociais.

Entretanto, a concepção territorial apresentada acaba limitando-se a gestão e planejamento das ações, distanciando-se da ideia de território como espaço de campo de lutas, que é construído por vários agentes sociais, nas mais variadas escalas, carregando várias singularidades. Temos portanto, uma política que é desenvolvida de “sobrevoo”, pois, não há uma aproximação para reparar nas carências e demandas de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua, nos espaços públicos das cidades.

Segundo Lindo (2015, p.48) já em meados de 2003 surgiram vários programas do Governo Federal com base em uma perspectiva territorial. Faz-se necessário enfatizar que as políticas públicas possuem cada uma com suas especificidades, uma definição do recorte espacial (para sua atuação), da priorização das áreas mais pauperizadas (que as caracteriza como políticas focalizadas) e atuação de forma descentralizada das sedes dos programas (uma vez que o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares é priorizado).

Diferentemente do conceito de território, a escala não é mencionada diretamente nas políticas, serviços e programas sociais, sendo um conceito importante também para a implementação dessas ações de assistência social. Pois, a escala possibilita um recorte da realidade no sentido de aproximação com os cotidianos, logo, com suas principais demandas. E essa aproximação não se limita a questões de representação, mas, a aproximação de um espaço que é percebido, concebido por agentes sociais específicos, com histórias e práticas sociais peculiares.

Assim, para a construção dessa tese, que apresenta a importância dos conceitos de território e escala para o desenvolvimento de políticas, serviços e programas sociais, faz-se necessário a apresentação das principais ações, municipal, estadual e federal, em prol das crianças e dos adolescentes em situação de rua no espaço urbano de Campina Grande. Dito isso, os itens subsequentes serão construídos com o intuito de apresentar ao leitor as principais ações da assistência social, de garantia dos direitos infanto-juvenis.

A escolha pelas quatro ações entre programas e serviços já foram apresentadas na metodologia, contudo, é importante destacar que ocorreu devido as diferentes áreas de abrangência. Na construção da pesquisa, e, no entendimento que a presença das crianças e dos adolescentes, em espaços inadequados, representam risco para seu desenvolvimento social, físico e psicológico, observou-se a necessidade de ampliação dos horizontes conceituais e empírico para o entendimento e “solução” dessa complexa problemática social. Desse modo, ações na área da assistência social, educação, saúde, e, de abordagem na rua, tornaram-se o alvo.

Diante disso, as páginas seguintes foram dedicadas à descrição/apresentação desses serviços e programas sociais, com o intuito de compreender suas organizações e dinâmicas individuais e coletivas. Discorrer sobre cada ação dessa, possibilita, além do entendimento da própria ação, pensar em como os conceitos geográficos, de território e escala, podem contribuir efetivamente, para melhorias da aplicação dessas ações assistenciais.

4.1 Do modelo manicomial para os centros de atenção psicossocial

As reformas psiquiátricas no Brasil são datadas da década de oitenta e busca a descentralização do modelo hospitalar/manicomial, compreendendo que o transtorno mental é um problema de saúde que exige uma rede de cuidados, uma abordagem multiprofissional e uma atenção comunitária.

Inicia-se um processo de reestruturação na política da assistência psiquiátrica, imbuídos pelos serviços que não mais serviam, ou melhor, que nunca serviram para a proteção dos indivíduos com transtornos mentais. A jornalista Daniela Arbex, na sua obra premiada pelo Jabuti, intitulada “O Holocausto Brasileiro – vida, genocídio e 60 mil mortos no maior hospício do Brasil”, descreve o dia-a-dia de horrores sofridos pelos internos, durante o século XX no maior hospício brasileiro, localizado em Barbacena – MG, conhecido como Colônia. Dentre os internos, Brum (prefácio, ARBEX 2013, p.14) afirma.

Cerca de 70% não tinha diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhos de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviados seus documentos. Alguns eram apenas tímidos.

Nessa obra evidencia-se o maior genocídio patrocinado pelo Estado brasileiro, pois, a equipe do Colônia cometia atos repugnáveis, violando os direitos fundamentais de produção da vida desses indivíduos. Torturas, agressões, desrespeito, eram práticas comuns no qual muitos internos acabavam não resistindo a tamanhas crueldades. Várias foram às vítimas dos tratamentos com “choques elétricos”, de hipotermia, pois, nas noites frias muitos dormiam ao

relento, nus, sem nenhuma manta que pudesse deixá-los aquecidos, por agressões físicas, dentre tantos outros.

Isto posto, e, diante das discussões que já vinham ocorrendo em escala mundial, objetivando mudanças, renovações nas práticas desenvolvidas para o atendimento de sujeitos com transtornos mentais, dar-se início as modificações nos serviços. Como já mencionado, no Brasil as reflexões sobre a reestruturação da assistência psiquiátrica é situada na década de oitenta, implicando mudanças na política de saúde, devido alguns eventos, como menciona Hirdes (2009, p.02) que “tiveram marco teórico e político na 8º Conferência Nacional de Saúde (1986), na 1º Conferência Nacional de Saúde Mental (1987), na 2º Conferência Nacional de Saúde Mental (1992), culminando na 3º Conferência Nacional de Saúde Mental (2001)”.

Impulsionados por estes eventos que instigavam as reflexões, inicia-se o processo de reforma psiquiátrica, almejando garantir a estes indivíduos com transtornos mentais, sua inclusão social, comunitária. Esse transtorno, que no transcorrer da evolução humana foi caracterizado de várias formas, como divindade, sobrenatural, loucura, como feiticeiros, após o Renascimento e a centralização na razão, foi sendo concebido como uma causa social, ou seja, uma condição humana.

Contudo, o processo de mudança na concepção do transtorno mental, de causa sobrenatural a condição humana, ocorreu de forma paulatina, diferenciando-se entre países, regiões, saindo de uma visão de exclusão para inclusão social. Os hospitais que atendiam esses indivíduos não objetivavam proporcionar melhorias ao cotidiano, mas, eram utilizados para separação destes em classes, os normais dos “anormais”.

A centralização nos modelos hospitalares desta forma foi sendo cada vez mais alvo de críticas, apresentando-se de maneira insuficiente para as novas demandas sócio-políticas. Dever-se-ia desenvolver um sistema que proporcionar-se atendimento clínico, reinserção social (através do trabalho, lazer, cidadania) e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Vislumbrando assegurar estes elementos, o Estado de São Paulo, sendo impulsionado por militantes da área de saúde mental que denunciavam, as condições precárias de atendimento e atividades desenvolvidas nos hospitais psiquiátricos, implementou o primeiro Centro de Atenção Psicossocial – CAPS no ano de 1986, conhecido como o CAPS da Rua Itapeva. A partir deste momento vai ocorrendo à implementação de outras unidades em diferentes cidades brasileiras.

No ano de 2002, pela Portaria Nº 336/GM, há implementação do Centro em todo o país, aumentando sua área de abrangência e atendimentos. Este é legalmente implementado como.

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou Núcleo de Atenção Psicossocial é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida. (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p.13)

O público alvo, não mais limitava-se a “escória da sociedade”, mas, aos indivíduos que realmente necessitavam de tratamento para socializar-se com os demais, para permanecer efetivamente como membro da sociedade. Evoluísse de um sistema manicomial, hospitalar, centralizado, para um atendimento que prioriza o convívio familiar e comunitário, clínico, inclusivo.

No perpassar dos anos, houve a necessidade de um reordenamento do CAPS, no qual há um desmembramento do sistema, objetivando assegurar o atendimento em todo o país. A implementação do serviço ocorrerá de acordo com o número de habitantes de cada município e suas demandas. Estes passam a ser intitulados: CAPS I – 20 mil até 70 mil habitantes; CAPS II – 70 mil a 200 mil habitantes; CAPS III – 200 mil habitantes; CAPS AD (especializados para usuários de álcool e outras drogas) – 70 mil a 200 mil habitantes; e, CAPSI (especializado em crianças, adolescentes e jovens – até 25 anos) – acima de 200 mil habitantes.

Segundo, dados do Portal da Saúde (2016), existem 788 unidades do CAPS I, 424 unidades do CAPS II, 56 unidades do CAPS III, 268 unidades do CAPS AD e 134 unidades do CAPSI, contabilizando ao todo 1.670 unidades. O serviço conta com um sistema de regime terapêutico dividido entre “Atendimento Intensivo” (atendimento diário, quando o indivíduo encontra-se com grave sofrimento psíquico), “Atendimento Semi-Intensivo” (o indivíduo pode ser atendido até 12 vezes ao mês, havendo condições de relacionamento social) e “Atendimento Não-Intensivo” (quando o indivíduo não precisa de suporte contínuo).

O CAPS como um todo utiliza-se de vários métodos terapêuticos, não limitando-se a consultas e/ou medicamentos, valorizando o atendimento psicossocial, como eles denominam “clínica ampliada”. É preciso.

...criar, observar, escutar, estar atento à complexidade da vida das pessoas, que é maior que a doença ou o transtorno. Para tanto, é necessário que, ao definir atividades, como estratégias terapêuticas nos CAPS, se repensem os conceitos, as práticas e as relações que podem promover saúde entre as pessoas: técnicos, usuários, familiares e comunidade. Todos precisam estar envolvidos nessa estratégia, questionando e avaliando permanentemente os rumos da clínica e do serviço. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p.16)

Muda-se a concepção do atendimento, instigando os agentes a reflexão sobre suas práticas desenvolvidas no serviço. O atendimento ocorre em várias modalidades, podendo ser estes: atendimento individual (medicamentos, orientações, psicoterapia), atendimento em grupo (oficinas terapêuticas, expressivas, alfabetização, culturais, de renda, dentre outras), atendimento para a família (individualizado as famílias e/ou membro familiar, visitas domiciliares, enfim), atividades comunitárias (desenvolvidas no âmbito comunitário, bairro, instigando a participação social), e, assembleias ou reuniões de organização do serviço (ocorre semanalmente, de preferência. Envolvendo toda a equipe, usuários e familiares, servindo como momento para refletir, avaliar e propor, caso necessário, novos rumos para o bem-estar dos usuários).

A ideia que o confinamento seria a atividade ideal para o tratamento dos indivíduos com transtornos mentais, psicose, neuroses graves e demais quadros, vai aos poucos “caindo por terra”. O CAPS acaba materializando esta nova política de atendimento, que foi fruto das reformas psiquiátricas, no qual não prioriza a permanência contínua dos usuários ao serviço, mas, desenvolve suas estratégias terapêuticas baseada na reabilitação psicossocial.

4.1.1 Drogas: problema social ou de saúde?

É sabido que estamos inseridos em um sistema econômico excludente, contraditório, no qual a acumulação, a medida do “ter” não cessa, no qual a minoria da população detém a maior parte do capital. O sistema capitalista fragmenta a sociedade entre possuidores e despossuídos, entre os que recebem oportunidades e os que se aglomeram em comunidades, bicos, ruelas, sem saneamento, abastecimento de água, espaços públicos, lazer, dentre tantas outras escassez, de infraestrutura, assistência, tão “comum” a maior parcela da sociedade brasileira.

E, é no espaço que essas desigualdades acabam sendo estampadas, visualizadas a “olho nu”. Destarte, e, trabalhando dialeticamente, como já foi apontado anteriormente, o Estado é chamado a agir, ou seja, a desenvolver políticas públicas a partir de um aparato político-

legislativo, conseguido, vale ressaltar, “a-duras-penas”, a desenvolver ações que garantam os direitos fundamentais dos indivíduos, possibilitando sua (re)produção social.

Há políticas de garantias dos direitos em vários segmentos, social, educacional, de saúde, contudo, algumas ações são insipientes em relação às carências e demandas sociais. Fazendo com que algumas complexas e desafiadoras problemáticas, como a presença de crianças e adolescentes, em situação de risco pessoal e social, nos espaços públicos, permaneçam. Este problema social, tem acometido cidades pequenas, médias e grandes, exigindo dos Estados estratégias para assegurar os direitos dessa população infanto-juvenil, já que a Constituição Federal de 1988 e suas Leis e diretrizes subsequentes, destacam esses indivíduos como prioridade do Estado, no qual este deve garantir sua proteção integral.

Porém, mesmo diante de todas as ações, estas acabam esbarrando nos contextos das ruas, que são carregados de complexidades, tanto pelos atores, como pelas práticas desenvolvidas. No qual, as substâncias psicoativas, extremamente presente nesses espaços, acabam se configurando como um complicador das ações dos serviços e programas.

As drogas, que são definidas como “as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência” (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad), tem seu uso intensificado a partir da década de noventa, passando essas substâncias e suas consequências a serem consideradas problema social e problema de saúde, chamando o Estado a atuar não apenas no tratamento terapêutico, mas também, na prevenção.

Contudo, não há um consenso entre os cientistas sobre como proceder diante dos tratamentos terapêuticos, de controle dos dependentes químicos. O neurocientista Carl Hart causou um “rebuliço” na academia ao escrever uma obra intitulada “Um preço muito alto”. Este trabalho é fruto de suas memórias e pesquisas científicas, no qual descreve sua infância e juventude em um bairro violento de Miami, misturando em suas análises as condições sociais, de oportunidades, as disparidades econômicas e o uso das drogas. Levantando questionamentos e instigando-nos a compreender o uso abusivo das drogas não como o início para a vulnerabilidade das pessoas, mas, a falta de oportunidade e disparidades entre os sujeitos como elemento impulsionador. Hart (2014, p.15) discorre.

Enquanto acompanhava os participantes do estudo, comecei a pensar no que levava cada um de nós a lugares tão diferentes. Por que era eu que estava de jaleco branco, e não o consumidor de crack no cubículo? O que nos tornava diferentes? Como eu tinha escapado dos bairros problemáticos nos quais havia crescido e da vida adulta marcada por drogas, prisão, morte violenta e caos,

enfrentada por tantos amigos de infância e membros de minha família? Por que eu me tornara professor de psicologia em Columbia, especializado em neuropsicofarmacologia? O que me levava a fazer escolhas tão diferentes?

As diferenças de classes sociais, que impactam diretamente nas diferenças de oportunidades, acabam contribuindo, muita das vezes, para a inserção dos indivíduos ao uso abusivo de drogas, criminalidades, violências, enfim. As condições precárias de existência dos indivíduos, corroboram maciçamente, para que estes busquem caminhos que nem sempre são os mais adequados, no sentido destes não possibilitarem o desenvolvimento de suas vidas.

Vale ressaltar, que não é intuito do estudo, que segue, generalizar, colocar os indivíduos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, como fossem todos usuários de substâncias psicoativas. Contudo, devido a sua facilidade de acesso, e, por significar uma “válvula de escape”, as drogas passam a ser uma realidade socialmente aceitável e comum, para quem se encontra em situação de rua, como as crianças e adolescentes.

Destarte, há necessidade de o Estado desenvolver políticas públicas que trabalhem de forma intersetorial, pois, se as drogas apresentam-se como problema de cunho social, uma vez que inicia-se o consumo, e, conseqüentemente, o uso abusivo, a dependência química, este passa a ser também um problema de saúde. Diante dessa nova compreensão, a dependência química, como um problema de saúde, exige dos poderes públicos assistência e comprometimento, fazendo com que este garanta, dentro do Sistema Único de Saúde – SUS, o atendimento a esses indivíduos.

Para assegurar legislativamente esse direito, a partir de políticas públicas, que buscam contribuir para a redução de risco, de doenças e outros agravos, o estado, implementou algumas leis e diretrizes, no qual algumas acabaram sendo reformuladas no perpassar dos anos por alguns Pareceres. Carvalho (2009, p.274) discorre sobre o dever do Estado direcionado aos dependentes químicos.

Com a publicação da Lei n. 10.409/2002, os problemas de saúde provocados pela dependência de álcool e outras drogas passam a ser remetidos ao SUS. Dispõe a Lei que “cabe ao Ministério da Saúde regulamentar as ações que visem à redução de danos sociais e à saúde”. Em 30 de abril de 2002, o Ministério da Saúde publica a Portaria n.816/GM que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e outras Drogas.

Nos anos subsequentes o entendimento e as políticas “antidrogas” só tem se especializado cada vez mais, consequência das leis implementadas, como a Política Nacional Antidrogas (PNAD/2002), a Política Nacional de Redução de Danos (2004), entre outras. Assim, o SUS busca ampliar, no decorrer dos anos, sua rede de atendimento a esses usuários, pensando políticas que abarque o maior número, buscando planejar ações que correspondam as demandas da maior parcela possível.

Desta feita, assim, como nas modificações das ações e ideias sobre a assistência prestada do serviço ao tratamento terapêutico de transtornos mentais, nos tratamentos dos dependentes químicos também a valorização da família, compreendendo este não de forma isolada, mas, valorizando o âmbito familiar, primeiro passo para inserção social. É importantíssima a análise do contexto familiar desses indivíduos, responsabilizando-os muitas vezes pelas atitudes de “incentivos” ao consumo, como discorre Vieira (2010, p.79).

No que se refere a legislação de álcool e outras drogas, a Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas, ao discutir sobre as estratégias necessárias para reformulação da Política Nacional de Drogas, reconhece o contexto socioeconômico de pauperização da maioria das famílias, onde o tráfico de drogas pode se apresentar como atividade mercantil, no sentido da geração de renda.

Diante desta conjuntura socioeconômica, e, desta realidade vivenciada por muitas crianças e adolescentes, como ir de encontro a esses meios que apresentam-se de forma comum, rentável, de status, de poder, na realidade dessa população pauperizada? Quais são as ações efetivas do poder estatal de garantias de oportunidades e direitos para que estes indivíduos visualizem este cenário não como ideal, mas, como parte de um sistema que (sobre)vive dessas disparidades.

Diante do que já foi exposto, é sabido que esta concepção de inclusão, de assistência, de saúde, direcionado aos indivíduos com transtornos mentais ou dependência química é fruto dos movimentos que corroborou para a reforma psiquiátrica brasileira. Assim, dentre os Centros de Atenção Psicossocial, o CAPS AD é o responsável pelo atendimento dos usuários de álcool e outras drogas, o foi implementado no ano de 2002 e passa a ser destacado no respectivo estudo por ter como público alvo as crianças e os adolescentes.

O CAPS AD, apesar de atender um público específico, segue as condutas desenvolvidas nos outros Centros, com planejamento terapêutico, atendimento individual, atendimentos em

grupos, oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, com atendimento 24 horas, com leitos em hospitais e demais práticas comunitárias. O serviço também desenvolve ações de cunho preventivo, mobilizando a sociedade para os riscos provenientes de substâncias psicoativas, como exposto no material informativo produzido pelo Ministério da Saúde (2004, p.24):

A prevenção voltada para o uso abusivo e/ou dependência de álcool e outras drogas pode ser definida como um processo de planejamento, implantação e implementação de múltiplas estratégias voltadas para a redução dos fatores de risco específicos e fortalecimento dos fatores de proteção. Implica necessariamente a inserção comunitária das práticas propostas, com a colaboração de todos os segmentos sociais disponíveis. A prevenção teria como objetivo impedir o uso de substâncias psicoativas pela primeira vez, impedir uma “escalada” do uso e minimizar as consequências (sic) de tal uso.

Nessas ações preventivas é solicitada a participação dos demais serviços sociais, instigando a mobilização de todos os setores em prol de uma conscientização dos riscos que o álcool e outras drogas podem causar aos indivíduos e a sociedade como um todo. Alerta-se para as consequências de uma curiosidade que pode levar ao primeiro uso das substâncias e consequentemente um crescente consumo, levando estes indivíduos a dependência química.

Diante do que foi exposto, é nítido que não podemos colocar em uma “caixinha” a dependência química, ou seja, este não é um problema apenas social, nem um problema apenas de saúde pública, mas, de um conjunto de fatores sociais e econômicos (que acabam contribuindo para inserção desses indivíduos em espaços que possibilitam o uso de substâncias psicoativas) e de saúde, por dois principais motivos, consumo excessivo e prevenção. Não há como fragmentar esta problemática social, pois, corre-se o risco de fragmentar as políticas públicas, direcionadas ao atendimento desses sujeitos, indo assim de encontro ao que se é proposto nos dias atuais com a intersetorialidade.

4.1.2 Crianças e adolescentes e o uso de substâncias psicotrópicas: como os poderes públicos tem enfrentado esta problemática

A cidade de Campina Grande – PB, assim como as demais cidades brasileiras, vem a algumas décadas enfrentando sérios problemas relacionados à proteção integral das crianças e dos adolescentes, que no perpassar dos anos e apesar das políticas públicas, só tem se agravado. Presenciar indivíduos infanto-juvenis ocupando espaços públicos como, praças, parques,

semáforos, feiras centrais, ruas comerciais da referida cidade, em diversas práticas, mendigando, limpando para-brisas, coletando material reciclável, fazendo malabares, comercializando chicletes/panos de pratos/buchas automotivas, usando substâncias psicoativas, tem sido uma constante no dia-a-dia da sociedade.

Estes indivíduos infanto-juvenis acabam visualizando nesses espaços a possibilidade de sobrevivência, de fuga do seu âmbito familiar e comunitário. Vários são os motivos que acabam interferindo na saída desses indivíduos de suas residências (às vezes por dias, outros, em alguns períodos) por diversos motivos (violência doméstica, abuso sexual, ausência dos responsáveis, dificuldade em aceitar outro membro familiar, devido ao histórico de violações, dentre tantos outros), passando a desenvolver atividades nesses espaços públicos que possibilitem arrecadar dinheiro para comprar alimentação e suas substâncias psicotrópicas.

Uma vez inseridos nas ruas estes indivíduos infanto-juvenis passam a conviver constantemente com a presença de adultos usuários de álcool e/ou outras drogas, corroborando para sua entrada e consumo neste mundo pernicioso, de violação física, psicológica, social, enfim. É importante ressaltar que, como já foi mencionado, vários são os motivos que contribui para a decisão de sair dessa liberdade vigiada (casa), em busca dessa falsa liberdade (espaços públicos), que vai dá própria violação no âmbito familiar a curiosidade. Contudo, destaca-se que a realidade das ruas constitui-se ainda de forma mais cruel, violenta, no qual a inserção em grupos torna-se fundamental para um pouco de segurança e sobrevivência nestes espaços.

Várias são as artimanhas desenvolvidas por essas crianças e adolescentes, estratégias de permanência para poderem conseguir dinheiro para alimentação e uso das substâncias psicoativas. Sem querer pecar pelo romantismo na análise, o uso dessas substâncias apresenta-se como uma dessas estratégias para poderem (sobre)viver e encarar esta sociedade tão desigual e desumana, seletiva e excludente.

A principal substância consumida por estes indivíduos infanto-juvenis em Campina Grande é o thinner⁴, de fácil acesso e custo baixo. Por possuir um efeito rápido, as crianças e adolescentes que fazem uso do thinner passam longos períodos inalando esta substância, em muitas das vezes o dia todo. São duas as principais formas de inalação praticadas por essas crianças e adolescentes em situação de risco no espaço urbano de Campina Grande. A primeira e mais comum é a utilização de garrafas, geralmente, de água mineral, no qual estes colocam

⁴ O Thinner se encaixa no grupo das drogas Depressoras. É um solvente que “**diminuem** a atividade de nosso cérebro, ou seja, **deprimem** seu funcionamento, o que significa dizer que a pessoa que faz uso desse tipo de droga fica “desligada”, “devagar”, “desinteressada pelas coisas” (grifo originam do texto, CEBRID, 2003, p.16).

aproximadamente 150ml de thinner, aproximando a abertura da garrafa a boca, fazendo a inalação. Muitas vezes colocam nas garrafas também chicletes e pastilhas sabor menta, pois, segundo estes torna a inalação mais agradável. A segunda forma é através de buchas automotivas, que são mergulhadas no thinner e quando encharcadas levam a boca ou aproximam do nariz (BARBOSA, 2014, p.125) (Figura 03).

Figura 03 – crianças e adolescentes fazendo uso de substâncias psicoativas nas praças centrais de Campina Grande - PB



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Segundo dados do Programa Ruanda⁵, no ano de 2015 foram identificados 89 crianças e adolescentes reincidentes e 60 reintegrados⁶ nesses espaços públicos de Campina Grande. Deste quantitativo foram 16 reincidentes e 11 reintegrados usuários de substâncias psicoativas, no qual a situação encontrada não limitou-se apenas ao consumo, mas, a outras práticas paralelas, como mendicância, malabares, comercialização, dentre outras.

Como veremos adiante, o Programa Ruanda trabalha na abordagem e identificação desses indivíduos, e, após este primeiro levantamento, há o encaminhamento para outros programas sociais, que possam auxiliar estas crianças e adolescentes, garantindo-lhes educação, saúde, lazer, convívio familiar e comunitário. Contudo, no caso de crianças e adolescentes, usuáries de substâncias psicoativas, o encaminhamento só ocorre caso o indivíduo infanto-

⁵ Programa Municipal de Campina Grande – PB, que tem como público alvo crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, no espaço urbano da referida cidade. O Programa Ruanda foi implementado no ano de 2001, devido a inserção crescente da população infanto-juvenil nos espaços públicos, como, semáforos, praças, parques, principais ruas comerciais, feira central; no qual os educadores sociais trabalham na orientação desses sujeitos, ou seja, não trabalham na retirada direta/incisiva desses indivíduos, mas, no encaminhamento para outros programas sociais de garantia dos direitos infanto-juvenis.

⁶ Os termos “reincidentes” e “reintegrados” são oriundos do relatório produzido pela equipe do Programa Ruanda.

juvenil manifeste interesse em deixar de consumir essas substâncias, de buscar o tratamento. Ou, em casos extremos, nos quais o Ministério Público, entra em ação e solicita o tratamento e permanência destas crianças e adolescentes no serviço de atendimento de dependentes químicos infanto-juvenis.

Devido ao crescente número de crianças e adolescentes habitando, principalmente, as praças e ruas centrais, nos quais faziam/fazem uso do thinner de forma contínua e sem constrangimento dos demais indivíduos que por estas áreas circulam, e, devido ao fato destes começarem a fazer pequenos furtos no comércio, esta situação começa a ser televisada e denunciada pelas maiores mídias do Estado da Paraíba (Figura 04). O primeiro semestre do ano, de 2013, foi assim, marcado por algumas matérias que delatava o risco que a sociedade campinense corria com estes indivíduos perambulando nestes espaços. Coincidiu também com o primeiro ano do mandato do Prefeito Romero Rodrigues, no qual houve mudanças em vários setores da Secretaria de Assistência Social/SEMAS. Havia se instalado o caos em Campina Grande, no qual vale ressaltar, não por esta complexa problemática social, mas, por estar afetando diretamente os comerciantes da cidade.

Figura 04 – Principais meios de comunicação impresso da Paraíba destacam as problemáticas referente as crianças e adolescentes em situação de rua.



Fonte: Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba, 2013.

Desta maneira, os poderes públicos começam a se articular objetivando solucionar esta problemática, chamando a responsabilidade de todos os programas e implementando um serviço que atenderia especificamente aos indivíduos infanto-juvenis usuários de substâncias

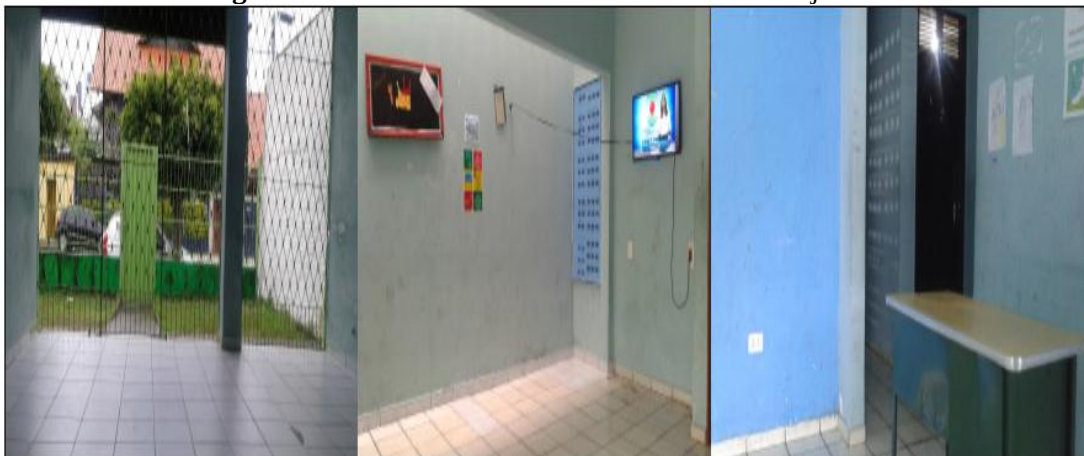
psicoativas. O novo serviço seria um desmembramento do Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas (funcionamento, 24 horas – CAPS AD III), já em funcionamento em Campina Grande desde 2005.

O novo serviço implementado em novembro de 2013, intitulado CAPS AD III Infanto-juvenil irá diferenciar-se do CAPS AD III pela faixa etária do público a ser atendido. Este serviço que é destinado à população infanto-juvenil foi elaborado e é custeado (em parte) pelo Governo Federal, contudo, há também os encargos municipais, auxiliando para o desenvolvimento das atividades oferecidas. Segundo o coordenador do programa, o público alvo são crianças e adolescentes, entre 9 e 18 anos de idade, entretanto, já houve casos de atendimento de crianças com idade de 5, 6 anos, sendo moradores de rua. A Portaria que rege o serviço é a mesma do CAPS AD III (Portaria Nº130) que esclarece no seu Art. 2º.

O CAPS AD III é o Ponto de Atenção do Componente da Atenção Especializada da Rede de Atenção Psicossocial destinado a proporcionar a atenção integral e contínua a pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool, crack e outras drogas, com funcionamento nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e em todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados.

Sendo destinados aos adultos, as crianças e os adolescentes, de acordo com o Estatuto, não poderiam assim, serem instaladas no mesmo ambiente, caso haja a necessidade de um tratamento intensivo. Devido a isso, o interesse pela construção de um serviço de atendimento apenas para este grupo infanto-juvenil. Assim, surge o CAPS AD III Infanto-juvenil, de Campina Grande, que funciona em uma casa, no bairro do Alto Branco, no qual possui a estrutura de uma residência comum, com terraço, sala, cozinha, banheiros, quartos, além de uma área na parte posterior, que serve para as reuniões com os familiares e usuários do serviço. A princípio o que destaca-se na sede do serviço é a falta de aconchego, de receptividade desse espaço físico, sendo justificado pelo enfermeiro de plantão do serviço, que não existe moveis para evitar a destruição pelos usuários, bem como não existe linha telefônica fixa para contato com a equipe pelos mesmos motivos (Figura 05).

Figura 05 – Parte interna do CAPS AD III Infanto-juvenil



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2016.

O CAPS AD III Infanto-juvenil funciona 24 horas, nos finais de semana e feriados, dispondo sempre de uma equipe plantonista para acolher, quando necessário, às crianças e adolescentes. Segundo o coordenador, a equipe no momento é composta por 26 membros sendo estes: médico, enfermeiro, psicólogo, assistente social, educador social, técnico de enfermagem, porteiro, cuidador, serviços gerais, cozinheiro. Desses membros apenas dois são efetivados em outros serviços, mas, atuam no CAPS AD III. Há uma divisão desses profissionais em equipes, como menciona o coordenador (entrevista, 11/04/2016).

Fica uma equipe plantonista aqui durante toda semana e a noite também. A noite só funciona com enfermeiro, técnico e o porteiro. E durante o dia essa equipe interdisciplinar. E aí dando entrada no serviço para fazer o acolhimento, geralmente é a equipe plantonista que faz, no caso de hoje quem faria era o enfermeiro que está hoje, no caso com ensino superior e ele faria esse acolhimento. Nada impede também, se houver necessidade um técnico de enfermagem faça... Ou, qualquer outro funcionário que tenha aptidão, e, que tenha o preparo para fazer esse tipo de atendimento.

Como já mencionado, os programas que atendem esses indivíduos só podem realizar o encaminhamento após este demonstrar vontade de receber o tratamento. De acordo com o coordenador, as principais instituições/órgãos de encaminhamento, são o Conselho Tutelar e o Programa Ruanda, havendo casos também em que os próprios familiares os levam. O procedimento de acolhimento pode ser efetuado por qualquer plantonista, contudo, necessita do encaminhamento do médico. Como no CAPS AD III Infanto-juvenil, este profissional só se

encontra nas terças-feiras, caso o indivíduo procure o serviço em outro dia, é direcionado a emergência do Hospital Dr. Edgley, que é custeado por verbas municipais. Este hospital possui alguns leitos, destinados ao atendimento infanto-juvenil e que funcionam como suporte para o serviço, em casos de surtos, abstinência, ou qualquer outro problema, fruto do uso abusivo dessas substâncias. O indivíduo passa por uma avaliação médica, podendo permanecer no local para desintoxicação, e, após este período e com a prescrição médica, o CAPS AD III Infanto-juvenil é acionado para os trâmites burocráticos de transferência para o serviço, dando início ao tratamento terapêutico.

O serviço de atendimento as crianças e adolescentes usuárias de substâncias psicoativas ocorre em duas modalidades: o regime intensivo e o regime semi-intensivo. O regime intensivo ocorre após a avaliação médica, no qual este conclui baseado no uso, na vida social, nas aptidões, a necessidade deste indivíduo infanto-juvenil permanecer no serviço 24 horas por dia, em um período de 1 a 15 dias. Inicia-se o tratamento terapêutico, e, caso não haja melhorias, este período pode ser estendido para no máximo 6 meses. Este indivíduo passa a receber os medicamentos prescritos, e, é inserido na rotina do serviço, com oficinas, atendimento psicológico, assembleias direcionadas as famílias, dentre outros.

Para o atendimento no regime intensivo, dessa população infanto-juvenil, o serviço dispõe de 8 leitos, sendo 4 femininos e 4 masculinos. A única restrição é a divisão por sexo dos leitos, os demais espaços, são de uso coletivo, que de acordo com o coordenador, exige uma vigilância constante, devido à “idade, da vulnerabilidade também, aí tem promiscuidade, a libido sexual também, tem todo esse controle, tem que estar em cima, não pode dar nenhuma brecha não, porque se não...” (Entrevista, 11/04/16). Segundo dados repassados pelo mesmo, no momento encontravam-se 4 sujeitos infanto-juvenis no regime intensivo, sendo 3 meninas e 1 menino.

Estes sujeitos do regime intensivo, possui autonomia para deixar o tratamento a qualquer momento, quando não quiser mais permanecer no serviço. Com exceção dos que lá permanecem devido a ordens do Ministério Público, estes não possuem autonomia para saírem. Há um cronograma no serviço, regras que buscam aproximar-se do cotidiano das famílias, como, horário das visitas, horários para as refeições (café-da-manhã, almoço, janta, sendo intercalados por lanches, são três ao total), horário para repouso, para banho, para as atividades desenvolvidas no tratamento. Por serem na maioria dos casos, indivíduos provenientes dos espaços públicos, no qual as regras, normas, são estabelecidas por eles próprios, há sempre

dificuldades em aceitar e cumprir estas novas normas de convivência social, gerando alguns conflitos internos.

Já no regime semi-intensivo, o indivíduo passa também pela avaliação médica, na qual este profissional não prescreve a internação no serviço, ou seja, a este indivíduo é direcionado as medicações necessárias, contudo, o tratamento pode ser desenvolvido em sua residência. Destarte, após a avaliação de todos os profissionais, é direcionado a estes indivíduos um tratamento terapêutico, no qual ele é encaixado nas atividades e passa a frequentar o CAPS AD III Infanto-juvenil em períodos determinados pela equipe. Segundo informações do coordenador, no momento encontrava-se em média, de 15 a 20 usuários de substâncias psicoativas no regime semi-intensivo, frequentando semanalmente o Centro.

A responsabilidade de levar essas crianças e adolescentes do regime semi-intensivo, ao serviço, é dos familiares. O CAPS AD III Infanto-juvenil, não possui nenhum compromisso no deslocamento desses indivíduos, uma vez que a própria unidade não possui transporte. Quando a família alega não poder custear as despesas deste deslocamento, encaminha-se a SEMAS para entrevista com assistente social e preenchimento das documentações para requerer ajuda ao município, e, após todo este processo, a família recebe vale transporte para dar início/continuidade ao tratamento.

A ideia propagada e estimulada nos Centros de Atenção Psicossocial é a inclusão dos indivíduos no âmbito familiar e comunitário, garantindo-lhes o direito de cidadania, como qualquer outro indivíduo. Para que isto ocorra, o tratamento não pode limitar-se ao indivíduo, mas, contempla também os familiares. Almejando esta participação mais efetiva dos membros da família, o Centro de Atenção trabalha com assembleias familiares, que abarca todos os usuários do serviço, seja ele do regime intensivo ou do regime semi-intensivo.

Segundo o coordenador, no CAPS AD III Infanto-juvenil, ocorrem dois tipos de assembleias, uma direcionada para as famílias e outra direcionada aos usuários, em momentos distintos. Estes encontros funcionam como um momento para trocas de informações, de necessidades, de angústias, de queixas, tanto dos familiares/usuários como da própria equipe do serviço. Nessas assembleias se busca chegar a um consenso para implementar melhorias no atendimento e/ou analisar onde este está falhando.

Contudo, para concentrar o maior número de familiares e usuários, o CAPS AD III Infanto-juvenil teve que desenvolver algumas estratégias. Por exemplo, colocou as assembleias para o dia das consultas médicas. Pois, segundo o coordenador, a um grande interesse dos

familiares nestas consultas, devido à entrega dos medicamentos e avaliação médica. Destarte, o Centro tem conseguido desenvolver esta atividade, pois, antes desculpas como, “eu não tenho tempo”, “não tem ninguém pra cuidar do meu filho”, dentre tantas outras, travavam o desenvolvimento das atividades, ainda de acordo com o coordenador.

É sabido que os atendimentos nos serviços como o CAPS AD III Infanto-juvenil, apresentam desafios diários, que estão intimamente relacionados ao público alvo (crianças e adolescentes que requerem todo um aparato político-legislativo no decorrer das atividades), a dependência química (um dos grandes desafios do poder público), a vulnerabilidade de indivíduos (uma complexa problemática social), enfim, que acabam impactando nas atividades que são ofertadas. Diante disto, o coordenador (11/04/2016), discorre sobre os principais desafios da atenção psicossocial.

O principal é adesão ao tratamento, é o primeiro, o principal, a dificuldade que nós temos, que eles permaneçam, ou por limitações que todo serviço público tem suas limitações, suas dificuldades, entendeu. É, as vezes a quantia de recursos humanos também, também influência muito... No andamento, e a gente precisa muito no decorrer do processo de trabalho sempre capacitações também, treinamento, capacitações e aí orientar a equipe para trabalhar, e uma dificuldade muito que se tem é o trabalho em grupo que as vezes não funciona, como realmente deveria funcionar.

Outra questão citada, que influencia negativamente, não contribuindo para a inserção desse indivíduo na comunidade, na família, na escola, é a que se refere à falta de continuidade da assistência por outros programas. Por mais que se proponha o trabalho em rede, é sabido que há muito que avançar para que este sistema funcione. A intersetorialidade proposta para que as políticas públicas consigam garantir efetivamente a proteção integral das crianças e dos adolescentes ainda encontra-se no campo da utopia. O trabalho das políticas públicas funciona mais na fragmentação desses indivíduos (assistência social, saúde, educação), repassando de um serviço ao outro, do que necessariamente deixando portas abertas buscando trabalhar holisticamente. E o resultado se materializa em ações pouco expressivas na garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

O CAPS AD III Infanto-juvenil, estabelece parcerias com várias instituições, almejando garantir a maior assistência possível, como é o caso do PSF. Pois, por essas crianças e adolescentes utilizarem essas substâncias psicoativas, por longos períodos, estes acabam provocando efeitos no próprio desenvolvimento do organismo humano, afetando estrutura

óssea, de locomoção, enfim, requerendo atendimento médico. Outro profissional acionado geralmente, é o dentista, pelo fato desses indivíduos inalarem o thinner, no caso específico, acaba danificando a estrutura dentária, e, também pelo fato destes não possuírem o hábito da higiene bucal.

Pode-se compreender, ao longo das informações adquiridas no CAPS AD III Infanto-juvenil, e, dos dados levantados pelo Programa Ruanda, que o quantitativo de crianças e adolescentes dependentes de substâncias psicoativas, em situação de risco nos espaços públicos, consumindo, principalmente o thinner, encontra-se muito aquém dos leitos oferecidos pelo Centro de Atenção Psicossocial. O serviço é muito significativo para a cidade de Campina Grande, que há muitas décadas vem enfrentando esta problemática, entretanto, o caminho ainda é longo para assegurar integralmente uma condição de vida digna (no qual possam usufruir de educação, saúde, lazer, alimentação, moradia) a estes indivíduos.

Evidentemente que há os casos de sucesso, de indivíduos que acabam conseguindo sair desta conjuntura e dar continuidade a vida, trabalhando, estudando, se permitindo a novas práticas que não infringe as leis sociais. Contudo, e, infelizmente, estes ainda se apresentam como uma pequena parcela diante da demanda continua. O serviço, apesar das limitações, que já foram descritas, apresenta-se como grande avanço para a população campinense, pois, facilitou o tratamento e possibilitou o acompanhamento dos familiares, de forma mais próxima, não necessitando a transferência para clínicas em outros estados.

4.2 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Sendo constituído, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Governo Federal, foi implementado no ano de 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso o qual objetivava atender as crianças que desenvolviam trabalhos nas carvoarias, em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Desse modo, o programa passou, no decorrer dos anos, por alguns reordenamentos, mantendo o objetivo inicial, que é o enfrentamento do trabalho infantil no Brasil.

Pensar a rede de proteção da população infanto-juvenil é algo desafiador e complexo, pois as raízes de exploração e omissão parecem estar fincadas na sociedade civil, produzindo e reproduzindo discursos, que adentram às instituições de proteção. E, quando nos direcionarmos para o trabalho infantil, várias são as barreiras popularmente edificadas, que devem ser desconstruídas.

Pois, o trabalho de crianças pobres, foi, e, ainda é, compreendido como modelo educacional, como bem discorre, Padilha (2013, p.13).

Observou que a história das políticas públicas de assistência às crianças no Brasil sempre foi referenciada pelo trabalho como um mecanismo considerado educativo. Na década de 1950 apresentava-se como uma terapia educacional para as crianças; nos anos 70 era uma forma de iniciação profissional; nos anos 80 como estímulo à geração de renda e na década de 1990, como profissionalização e engajamento no mercado de trabalho.

É obvio que a construção dessa ideia de que crianças devem trabalhar, não foi algo aleatório, mas, sim, parte de uma ideologia capitalista, de exploração do trabalho e manutenção do sistema. Assim, como coloca Padilha (2013, p.16), “a sua manutenção encontra-se inseparável na relação com a ideologia, a cultura da naturalização do trabalho infantil em contraposição à delinquência e à marginalidade”.

Há, desta forma, a naturalização da educação pelo trabalho. É importante ressaltar, que apesar de grande quantitativo de trabalhadores infantis no espaço citadino, o PETI foi, a princípio, direcionado apenas para o campo rural, e, só no ano de 1999, esse começa a atuar nas cidades, principalmente, nas condições de trabalho infantil utilizado nos lixões.

Como já mencionado, o programa passou por alguns reordenamentos, o primeiro já descrito, que acabou corroborando para maior cobertura do programa em escala nacional. Assim, no ano de 2005, 26 estados da federação e mais o Distrito Federal já contavam com a presença do programa, que desenvolvia trabalhos nos espaços urbanos e rurais e combatiam qualquer tipo de trabalho infantil.

Entretanto, antes de cobrir toda área nacional, o programa, em julho de 2003, foi incluído na proposta de unificação de renda. A partir do Cadastro Único, as famílias em situação de vulnerabilidade, que utilizarão do trabalho infantil, declararão a situação, passando estas a receberem a renda no único valor, juntamente com os outros auxílios de transferência de renda direta, como o Bolsa Família.

É sabido que os programas sociais implementados no Brasil e na América Latina como um todo tem um caráter extremamente focalizado. Ou seja, há desenvolvimento de programas para “minimizar” problemas sociais de grupos populacionais específicos. Sendo medidas compensatórias, que busca atender as famílias em situação de vulnerabilidade social e pessoal. Padilha (2013, p.63) apresenta o público alvo do PETI.

Destina-se, prioritariamente, às famílias vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão social, com renda per capita até meio salário mínimo, com filhos na faixa etária de 7 a 14 anos submetidos ou sujeitos a trabalhos caracterizados como insalubres, degradantes, penoso e de exploração infantil, nas zonas rurais e urbanas.

Ressaltando, que a partir dos 14 anos, se estes se encontrarem na condição de aprendiz, o trabalho é permitido. Assim, como nos demais programas sociais, as famílias constituem-se como lugar por excelência da proteção, ou seja, o programa enfatiza o atendimento ao núcleo familiar, destinando-lhes a outros programas de garantia dos direitos fundamentais. As famílias tornam-se basilares, uma vez que a maioria das explorações do trabalho ocorre no núcleo familiar, por estes necessitarem de elementos imediatos como alimentação, vestimentas, enfim.

Contudo, o trabalho como instrumento formativo e educativo, das crianças e adolescente pobres está cristalizado nos discursos (senso comum: “não é melhor está trabalhando do que fazendo o que não presta”) e materializados nas práticas dos indivíduos que estabelecem relações de trabalho com os sujeitos infanto-juvenis, aceitando e explorando sua mão-de-obra em trabalhos insalubres, de risco constante.

Desse modo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil combate todas essas práticas, discursos, apresentando possibilidades de emancipação desses indivíduos. E, por mais que o PETI de continuidade as características dos programas sociais no Brasil, de seletividade, focalização e de caráter temporário, a avanços que devem ser elucidados.

Como programa, o PETI foi implementado com objetivo específico de combate ao trabalho infantil, à meta é a erradicação total do trabalho até 2020. Contudo, diante da crescente problemática social e os cortes de verbas do Governo Federal (PEC 55), como será desenvolvido o trabalho para exclusão de todas essas violações?

Buscando trilhar esse caminho, de apresentação dos processos de reconfiguração do PETI, chegamos ao último, e, mais impactante, que alterou a sua estruturação e organização, que a foi a integração ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Buscou-se outras formas de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários destes indivíduos. Várias foram as necessidades atreladas a essa mudança, que acabaram justificando as alterações. Tendo como uma das principais, a necessidade de abarcar todas as crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade, contudo, não especificamente

em situação de trabalho infantil. Adiante discorreremos sobre algumas características do serviço e quais as principais mudanças do PETI diante dessa reconfiguração.

4.2.1 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): o redesenho do PETI

A assistência social é dividida na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especializada, na qual correspondem ao grau de violação dos sujeitos a serem atendidos. Dentro desse agrupamento, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), pertence à Proteção Social Básica, desenvolvendo um serviço de caráter preventivo e proativo.

Pautando-se na defesa e afirmação dos direitos, o serviço oferece trabalhos de desenvolvimento da capacidade e potencialidade dos usuários, almejando a emancipação dos sujeitos. Além de trabalhar na autonomia dos indivíduos, o serviço, também busca o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, acreditando ser um dos canais para a saída de casos de violações e vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2013).

Esse serviço, foi implementado no ano de 2009, e, com a Resolução CNAS nº01, de 21 de fevereiro de 2013, este passa por um reordenamento, que é justificado por conter um público prioritário e algumas precedências nas violações (por entenderem ser mais degradantes aos indivíduos), passando o PETI a ser integrado ao serviço. Assim, devido a sua diversidade com o público a ser atendido, o serviço, estabelece alguns objetivos gerais e específicos, levando em consideração a etapa de desenvolvimento de cada indivíduo.

O SCFV, como já descrito, possui um público com faixa etária bem variada, atendendo crianças até 6 anos de vida, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e pessoas idosas. Para abarcar a todos e realizar as intervenções sociais, este desenvolve atividades respeitando essas faixas etárias. No material disponibilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (2013, p.13), ressalta-se a importância de pensar as atividades, de acordo com a idade de cada indivíduo, mas, também, em pensar as ações que “costuram” a vida humana, guiando-nos em todos os momentos.

Embora o SCFV seja organizado a partir dos ciclos de vida dos usuários, a fim de considerar as especificidades de cada etapa do desenvolvimento, há aspectos da vida humana que perpassam todas elas, tais como a participação, a convivência social e o direito de ser – esses são os eixos orientadores do SCFV.

Isto posto, o serviço desenvolverá trabalhos específicos para cada faixa etária, contudo, os trabalhos coletivos, de trocas sociais e comunitárias serão valorizados e incentivados. Assim, há três eixos norteadores do serviço, a participação (que estimula a presença dos sujeitos em diversos espaços da vida pública, que engloba a família, a comunidade, a escola, dentre outros, tendo em mente o seu desenvolvimento como sujeito de direitos e deveres); a convivência social (que constitui-se como principal eixo, voltando-se para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários); e por último, o direito de ser (que está mais direcionado para população infanto-juvenil, uma vez que estes encontram-se em desenvolvimento, na construção do seus saberes e fazeres, promovendo assim experiências que potencializem a vivência).

O reordenamento do SCFV (2013) foi uma ação pactuada entre as três escalas de governo (Federal, estadual e municipal), sendo deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Deste modo, almeja-se maior conhecimento sobre os territórios oriundos destas populações em situação de vulnerabilidade.

O conhecimento do território, segundo as diretrizes do serviço, torna-se fundamental para o planejamento das atividades a serem desenvolvidas, pois, com o conhecimento profundo dos territórios o serviço poderá realizar uma intervenção social planejada, estimulando e orientando seus usuários na (re)construção de suas histórias e vivências individuais e coletivas.

Ainda de acordo com o livreto informativo do MDS (BRASIL, 2013, p.18).

Outro aspecto importante a ser considerado é que a oferta do serviço supõe coerência e unidade de propósitos com as premissas que orientam a PNAS, mas também a aproximação e a adequação as condições que se apresentam no município ou DF quanto às expressões particulares de suas demandas sociais. Para a organização da oferta do serviço, deverão ser levadas em consideração a história e as identidades socioculturais e econômicas dos territórios, a sua dimensão territorial e a densidade populacional, as distâncias e a mobilidade da população, entre outros.

A necessidade de se conhecer os territórios mais uma vez é pontuada, enfatizando a importância de se compreender as dinâmicas espaciais dos indivíduos, para que, assim, as atividades planejadas contribuam para emancipação dos sujeitos. E, essas mudanças não foram apenas de caráter socioeducativos, houve modificações significativas também na estrutura técnica, como o financiamento.

No qual há uma unificação dos financiamentos, que eram repassados pelo Projovem adolescente, PETI e crianças/idosos, para um único piso, denominado Piso Básico Variável (PBV). Documentos elaborados pelo Governo Federal enfatizam essa unificação (Brasil, 2013).

...grandes alterações diz respeito ao financiamento, pois os pisos de proteção do Serviço de Convivência para idosos/crianças de 0 a 6 anos (Piso Básico Variável II), Projovem (Piso Básico Variável I) e PETI (Piso Variável de Média Complexidade) foram unificados para um único piso denominado Piso Básico Variável (PBV).

Essa unificação foi realizada com base na autonomia, pois, acredita-se na maior flexibilidade dos gestores, para a oferta das atividades, possibilitando maior diversidade na formação dos grupos atendidos pelo serviço. Debruçando-se para o papel que o PETI desenvolve, após o agrupamento ao SCFV, observa-se que ele continua a desempenhar seu papel na proteção, de crianças e adolescentes, em situação de trabalho. Entretanto, dentro do serviço maior (que é constituído pelo SCFV), o PETI, possui também seus eixos norteadores das atividades. São estes (BRASIL, 2015).

- I – Informação e mobilização nos territórios de incidência do trabalho infantil para propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil;
- II – Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;
- III – Proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias;
- IV – Apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização, e;
- V – Monitoramento das ações do PETI.

Com uma diferença agora, a equipe do PETI, trabalha como equipe técnica, no monitoramento, fiscalização, identificação, dos indivíduos infanto-juvenis em situação de trabalho infantil. As ações e atividades a serem desenvolvidas a essa população foram transferidas para o SCFV, junto com a assistência as famílias, a partir das parcerias com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Desta feita, o PETI é incumbido a acompanhar, a partir da sinalização no CadÚnico, as famílias com presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, ou, em risco iminente de ingressar no trabalho, ou, aqueles que já foram retirados do trabalho infantil, mas, são considerados como prioridade, pelo risco de retornarem ao trabalho.

4.2.2 Atuação do PETI e seu reordenamento (SCFV) no Município de Campina Grande – PB

Implementado no Município de Campina Grande – PB no ano de 2006, dez anos após a criação do PETI, para combater o trabalho infantil nas mineradoras (espaço rural), o programa chega à respectiva cidade como mais uma importante proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Logo, para maior conhecimento do PETI na cidade em estudo, foi realizada entrevista com a coordenadora do mesmo, possibilitando maior entendimento sobre as formas de assegurar os direitos dessa população infanto-juvenil em situação de trabalho infantil. A atual coordenadora do PETI (assistente social), encontra-se na gestão desde 2013, o que possibilitou passar pelos dois momentos do programa, o antes e o depois do reordenamento.

Desse modo, de 2006 a 2013, Campina Grande desenvolveu as ações do PETI com base nas propostas nacionais, visto que as discussões do reordenamento e sua concretização ainda levariam um período para se estabelecer na cidade. Neste período, o PETI dedicava-se a identificação e inclusão das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, desenvolvendo atividades socioeducativas, lúdicas, culturais, artísticas, pedagógicas, que possibilitassem a emancipação desses sujeitos.

No entanto, a partir do ano de 2014, o Governo Federal exigiu que os municípios com perfis para o reordenamento, implementassem as novas medidas, ou seja, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Abre-se o termo de adesão dos municípios baseados nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e também pelos próprios indicadores do CadÚnico. Assim, é no referido ano, que Campina Grande adere ao novo serviço, iniciando o processo de transição.

Desse modo, como já foi descrito, o PETI é atrelado ao serviço, no qual este possui como um dos públicos alvos, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. A divisão do trabalho ocorre basicamente desse modo: ao serviço (SCFV) cabe a parte de prestação e execução das atividades socioeducativas, pedagógicas, e a equipe do PETI (que se mantém), a parte de averiguar situações, traçar estratégias de combate, de fazer o controle junto a Rede de Assistência Social dos casos.

O PETI passa a atuar como uma coordenação técnica, ou seja, como um técnico de referência junto ao serviço. Que no caso específico (de Campina Grande), não se limita a um técnico, mas a uma equipe técnica, que foi montada para atender as respectivas demandas. Segundo a coordenadora do programa, só duas cidades na Paraíba que montaram essa equipe, sendo parte desta, custeado pelo Governo Municipal.

Essa equipe técnica em Campina Grande é composta pela coordenadora, duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma psicopedagoga e um estagiário. Estes desenvolvem trabalho em dois turnos, desse modo, pela manhã a equipe é composta por uma assistente social e a psicóloga, e a tarde, por outra assistente social, a psicopedagoga e o estagiário. Essa equipe, além das atividades já descritas, também realizam visitas domiciliares, institucionais e participam da Rede e do Fórum Estadual.

Como é sabido, o SCFV possui um público de faixa etária variável, assim a equipe técnica do PETI continua com o mesmo público alvo, crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos incompletos (que não estejam na condição de aprendiz), em situação de trabalho infantil.

É importante ressaltar que o PETI, apesar de ter sido transformado em uma equipe técnica, continua desenvolvendo outras atividades, junto a Rede de Assistência Social de Campina Grande. Uma das atividades mais comuns, é o trabalho de conscientização da comunidade, junto ao CRAS, CREAS, Programa Ruanda, escolas, grupos de idosos, grupos de mulheres, enfim. A partir da grupalização, oficinas, rodas de conversas, busca-se criar um campo favorável de debates e reflexões buscando fazer com que estes indivíduos compreendam as violações dos direitos, incutidas no ato do trabalho infantil. Desconstruindo assim, a ideia enraizada, do trabalho como ferramenta educativa para as crianças e adolescentes pauperizados.

A política de assistência social, em um país como o Brasil, o qual não há tradição na proteção dos direitos humanos, torna-se um desafio ainda mais complexo. Desse modo, a família se figura como lugar por excelência da proteção e inclusão social. Sendo foco das políticas sociais, principalmente, das que possuem como usuários dos serviços, programas e políticas, a população infanto-juvenil.

Isto posto, a Cartilha do PETI (Brasília, 2004), produzido pelo MDS, enfatiza a importância do trabalho intersetorial (termo este que entra em voga nos principais debates do Estado).

Apesar de o Programa visar a retirada das crianças e dos adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante, *o alvo de atenção* é a

família, que deve ser trabalhada por meio de ações socioeducativas e de geração de trabalho e renda que contribuam para o seu processo de emancipação, para sua promoção e inclusão social, tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento social. (grifo original)

Há questões culturais, econômicas e sociais que devem ser levadas em consideração para autonomia desses indivíduos. Destarte, trabalhar e possibilitar a estas famílias condições “saudáveis” de vivência, torna-se o pilar para combater o trabalho infantil. Pois, além da questão cultural, entranhada no trabalho infantil, há outras questões básicas de (sobre)vivência, como a fome, que leva indivíduos infanto-juvenis ao trabalho.

Desse modo, a necessidade de acompanhar, não só a criança/adolescente, que encontra-se realizando algum tipo de trabalho, mas, todo esse conjunto familiar, foi fundamental para esse reordenamento do PETI, atrelando-o ao SCFV. Segundo, a coordenadora, daí a importância do serviço, pois, os técnicos de referência do programa ao averiguar e constatar a situação, encaminha logo ao SCFV. Ressaltando a necessidade do fortalecimento dos vínculos familiares para maior possibilidade de proteção desses indivíduos.

Ainda de acordo com a coordenadora, há necessidade de um trabalho intensivo com as famílias na orientação, sensibilização, pois, muitos não compreendem essas atividades como violação dos direitos. Enfatizando que a “naturalização” do trabalho infantil, torna-se um dos gargalos na proteção, uma vez que, muitas dessas famílias, já possuem um histórico complexo de perda de direitos.

Desse modo, caso a criança e/ou adolescente continue na condição do trabalho infantil (mesmo tendo passado pelo SCFV), o PETI aciona o Conselho Tutelar, que é o órgão que tem o poder de fazer uma responsabilização oral ou escrita e notificações. Caso, o problema persista, o Ministério Público é acionado, no qual nem sempre consegue atuar, pois, quando a violação parte de uma empresa, indústria, comerciante informal, por exemplo, há como o Ministério Público responsabilizar criminalmente estas instituições, indivíduos. Contudo, no caso da família, segundo a coordenadora, não há uma legislação clara sobre a responsabilização criminal desses atos, tornando “solta” as medidas.

O programa, ainda de acordo com as informações passada pela coordenadora, possui o espaço urbano como grande área de atuação. A sede do mesmo, encontra-se localizado no bairro de Bodocongó, distante da área central da cidade, e, no sentido oposto da região mais

problemática de Campina Grande, a Região Leste (região oriunda do maior número de crianças e adolescentes em situação de rua).

Para os usuários terem acesso ao serviço, foi disponibilizado, pelo gestor municipal, um transporte (ônibus) que possui uma rota específica, facilitando o deslocamento dos indivíduos. Contudo, outro problema emerge, pois, como esses espaços possuem atores e ações diversificadas, tanto o serviço como o programa, acabam desconsiderando os conflitos existentes, como os oriundos das disputas do tráfico de drogas, de torcidas organizadas, dentre outros. Desse modo, algumas crianças e adolescentes acabam evitando frequentar o serviço, com receio de sofrer alguma retaliação por parte dos indivíduos desses outros bairros.

Pensando nisso, a Secretária de Assistência Social de Campina Grande, junto ao PETI, vem buscando um espaço no bairro do José Pinheiro (que pertence a Região Leste), para que as atividades sejam desenvolvidas, evitando o deslocamento e consequentemente conflitos com os usuários de outras localidades. A implementação de um novo núcleo nessa região possibilitaria não apenas uma maior presença dos indivíduos infanto-juvenis, como também maior interação com a comunidade, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários desses indivíduos.

É válido acrescentar que, na Região Leste, já foi implementado um núcleo do PETI, que foi instalado na Vila Olímpica Plínio Lemos (bairro José Pinheiro). Contudo, devido ao fato dessa Vila não ter recebido a devida atenção dos gestores, os consumidores de substâncias psicoativas, acabaram territorializando-a para o consumo das drogas e outras práticas. Deste modo, o núcleo sofreu, ao longo de sua permanência, vários furtos e a presença constante destes indivíduos, coibia também as crianças e adolescentes, que frequentavam o PETI, bem como os educadores sociais.

No momento da entrevista, a coordenadora do PETI, foi questionada sobre o quantitativo de crianças e adolescentes atendidos pelo programa, se havia uma média por bairros, contudo, esta não soube precisar, acreditando ter em média, mil usuários, entre crianças/adolescentes. No momento da entrevista, a equipe estava trabalhando nesse levantamento de dados, pois, desde o reordenamento que se colocava a exigência de uma plataforma do Governo Federal para o acompanhamento das informações, contudo, só no ano de 2016 (dois anos após o redesenho do PETI em Campina Grande) que a plataforma tinha sido disponibilizada.

A coordenadora também ressaltou como são variáveis esses dados, uma vez que o programa faz a inclusão, mas há uma oscilação muito grande. Existindo outro complicador, para precisão dessas informações, que é a falta de uma frequência, de controle exclusivo do PETI. Sendo esses dados controlados pela equipe pedagógica do SCFV.

A permanência desses indivíduos no serviço também tende a variar bastante. A proposta do SCFV é manter esses indivíduos, famílias, até que haja uma emancipação dos mesmos e que não retornem as condições de vulnerabilidade. Entretanto, a modalidade trabalho infantil é extremamente complicada havendo reincidência. Pois, existe uma necessidade imediata de buscar elementos básicos de sobrevivência, como alimentos, que impulsionam esses sujeitos infanto-juvenis para o trabalho, outras questões como a mudança de moradia (ficando distante da rota do ônibus do programa), tédio para realizar as atividades socioeducativas, também impactam para a não permanência dessa população infanto-juvenil no serviço.

Logo, apesar da bolsa de um auxílio financeiro, que é repassada para que a criança e/ou adolescente saia da condição de trabalho infantil, e, frequente o serviço, o valor encontra-se muito aquém, para que essas famílias que se encontram a margem da sociedade, sem condições mínimas de sobrevivência, possam não utilizar-se dessa prática. Por isso, a reincidência, a falta no serviço, a continua prática da mendicância ou qualquer outro trabalho, que acabam possibilitando a estes indivíduos arrecadar algum dinheiro.

Desde o ano de 2005 que o valor da bolsa é repassado junto com o auxílio da Bolsa Família, variando entre R\$ 25,00 por criança (área rural ou urbana com município com menos de 250 mil habitantes) e R\$ 40,00 por criança (área urbana para municípios, capitais e regiões metropolitanas com mais de 250 mil habitantes). Há necessidade de a família declarar o trabalho infantil no CadÚnico, sendo a única maneira de passar a receber a renda. Esse fato declaratório acaba inibindo algumas famílias, temendo estas algumas represália. Ressalta-se também que há um limite de 7 crianças beneficiárias do programa por família.

No momento da entrevista questionou-se também como o PETI tem acompanhado ou desenvolvido ações em relação às crianças e aos adolescentes em situação de rua que desenvolvem trabalhos, como venda de chicletes, pano de pratos, enfim, utilizando o dinheiro seja para alimentação ou para consumo de substâncias psicoativas. A coordenadora ressaltou que essas questões veem sendo discutidas em Rede e muitas das vezes tudo se inicia devido à exploração, ao trabalho infantil. Pois, quando a criança e/ou adolescente começa a ter acesso à rua ela começa a deparar-se com outras situações, experiências, que acabam fragilizando cada vez mais esses sujeitos e piorando as condições de vulnerabilidades.

Como já foi mencionado, são várias as realidades encontradas no contexto das ruas, por isso, as ações desenvolvidas requerem uma leitura caso a caso. Pois, por exemplo, quando identifica-se o indivíduo infante-juvenil, realizando algum tipo de trabalho para manter o consumo de substâncias psicoativas, estando esse, já fazendo uso abusivo das drogas, primeiro se encaminha para programas de saúde, para depois os programas de assistência social atuarem. Buscando-se, posteriormente, trabalhar paralelamente, de forma intersetorial, para que estes não retornem aos espaços públicos como ruas, praças, parques, enfim.

Porém, quando o indivíduo infante-juvenil é identificado nos espaços públicos realizando trabalho, como vendedores, e, não são usuários de substâncias psicoativas, o PETI é acionado. Deste modo, o PETI inicia um trabalho intersetorial com o Programa Ruanda, abrindo uma investigação detalhada para que assim possa encaminhar para o SCFV.

Pensando em quantificar e trilhar o caminho de cada criança e/ou adolescente atendidos por algum serviço ou programa social, no ano de 2016, houve uma ação conjunta, na qual, o Ruanda ficou incumbido de fazer um levantamento de dados, de 89 crianças e adolescentes reincidentes nos espaços públicos, que eram comumente atendidas por algum serviço da assistência social, saúde, educação, de Campina Grande. O G89, como foi intitulado, busca compreender exatamente o caminho da assistência percorrido por estes sujeitos. Pois, muitas das vezes constatava-se que aquela criança/adolescente já tinha passado pelo Ruanda, PETI, SCFV, CRAS, CREAS, Ministério Público, contudo, sua condição permanecia a mesma, esses indivíduos continuavam ocupando os espaços públicos em condições precárias de (sobre)vivência. O relatório ainda encontra-se em construção, sendo esperado pelos gestores para maior efetivação dos direitos infante-juvenis.

Desta feita, é sabido da importância das ações que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem desenvolvido no Brasil e no caso específico em Campina Grande. Este programa social marca a história da proteção social infante-juvenil do país, por ser o primeiro a enfatizar a problemática do trabalho infantil e suas nefastas consequências à população mais pobre.

É de comum acordo entre os principais estudiosos e educadores sociais, que as barreiras para a erradicação do trabalho infantil é algo cristalizado na população brasileira, culturalmente enraizada, por acreditar que a criança pobre cabe o trabalho para a sua sobrevivência. Contudo, este é um quadro que os educadores e agora, a equipe técnica do PETI junto ao SCFV tenta reverter, apresentando-os como sujeitos de direito e o trabalho como condição degradante do indivíduo infante-juvenil.

Possibilitar a estes sujeitos novas oportunidades tem sido uma das metas do serviço, para que desse modo haja a emancipação desses indivíduos que encontram-se em situação de vulnerabilidade. Sabendo-se que isto ocorre de forma lenta, e, que as vitórias, assim, como os desafios, são apresentados diariamente.

4.3 Bolsa Família: programa do “neo-liberalismo familiarista”⁷?

As políticas sociais surgem como necessidade para diminuir as carências, fruto de um sistema capitalista de produção que altera as relações sociais, bem como sua organização, tornando a sociedade e suas relações econômicas, políticas, sociais, mais complexas. O Estado é “chamado” a atuar, no qual passa a compreender que possui deveres diante da garantia de proteção social das famílias, ultrapassando as barreiras de “familismo para a desfamiliarização”⁸. Isso posto, “a proteção social ganha status de direito de cidadania e passa a ser gerida através de sistemas específicos no interior dos Estados, envolvendo um amplo conjunto de profissionais” (MIOTO, 2009, p.134).

No Brasil, o projeto neoliberal torna-se mais incisivo a partir da década de noventa, logo após um período ditatorial e uma reforma constitucional, que apresentava-se como “revolucionária”, uma vez que, garante os direitos e deveres da sociedade, trazendo para o cerne da questão, a proteção social. Contudo, o projeto econômico ressoa fortemente e acaba, mais uma vez, concentrando os esforços políticos. Mesmo assim, com essa priorização econômica, é importante ressaltar, que algumas melhorias legislativas, no campo social, foram implementadas neste período, a exemplo, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Resultando no primeiro programa de transferência de renda, ainda no primeiro mandato de FHC (1995-1998), que foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Sposati (2010, p.264) acrescenta.

É de se ter presente que a luta pelos direitos da criança e do adolescente marcaram a década de 1990 quanto à implementação do ECA. Assim, muitos projetos associaram a transferência de renda à presença da situação de risco para crianças como critério de inclusão. Observa-se, ainda, que ao longo dos

⁷ Expressão desenvolvida por De Martino (2001) apud Mioto (2009, p.139).

⁸ Ideia desenvolvida por Esping-Andersen (1991, p.5) e referenciada por Mioto (2009, p.135), concluindo que “A desfamiliarização refere-se ao grau de abrandamento da responsabilidade familiar em relação à provisão de bem-estar social, seja através do Estado ou do mercado. Portanto, o processo de desfamiliarização pressupõe a diminuição dos encargos familiares e a independência da família especialmente em relação ao parentesco, através de políticas familiares/sociais...O familismo, ao contrário, está presente nos sistemas de proteção social ‘em que a política pública considera – na verdade insiste – em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros’”.

anos o PETI foi sendo caracterizado em vários Municípios como um programa de transferência de renda.

Identifica-se alguns avanços paulatinos, na garantia dos direitos, agora, estabelecidos na legislação, contudo, apresentando-se ainda no campo da “ajuda” e não do direito. Nesse processo de reordenamento político-econômico, permite-se que o mercado adentre, também, nos setores sociais, de responsabilidade e garantias estatais, fazendo com que estes se tornem segmentos lucrativos, tornando os serviços fornecidos pelo Estado precarizados, visto que não desenvolvia um trabalho que realmente atendesse as necessidades dos indivíduos, que a cada dia se concentravam mais nas áreas urbanas.

As famílias voltam ao centro dos debates, sendo responsabilizadas pelo desenvolvimento e convívio social, como enfatiza Mioto (2009, p.139).

Dessa maneira dilui-se a responsabilidade coletiva da proteção social e recoloca-se em cena a tese da responsabilidade dos indivíduos, ou melhor, de suas famílias na provisão do bem-estar, que De Martino (2001) denomina de “neo-liberalismo familiarista”. Ou seja, a crise do Estado de Bem Estar implicou na adoção de uma “solução familiar” para a proteção social, quando se caminhou para a redução da dependência em relação aos serviços públicos e para a “redescoberta” da autonomia familiar enquanto possibilidade de resolver seus problemas e atender suas necessidades.

Desta forma, as políticas sociais vão sendo constituídas de forma conflitante, contraditória, pois, se de um lado o poder legislativo externaliza a família como elemento fundamental para a emancipação dos sujeitos, dos membros familiares, do outro lado, abre-se as portas para as políticas neoliberais, de focalização, privatização dos direitos.

Isto posto, os programas de transferência de renda, no caso específico, o Bolsa Família, tem esse caráter de política familiarista, pois, como discorre Gómez (2000) apud Mioto (2009, p.141), esses programas.

...voltam-se ao desenvolvimento das famílias mais pobres na tentativa de reduzir as desigualdades verticais em relação à renda, mas reforçam o caráter familista da política social e assim de acordo com Parella (2001) ela continua não atendendo ao objetivo de proporcionar a homens e mulheres a possibilidade de escolha real da vida.

O repasse financeiro é realizado, contudo, não garante que estes indivíduos emerja, que ultrapasse as condição de vulnerabilidade socioeconômica para emancipar-se e assim, conseguir reproduzir as relações sociais de produção da vida. Pois, uma vez que o repasse de renda, não ocorre de forma conjunta com outras ações sociais, temos uma medida imediatista para a problemática, que não possibilita o desenvolvimento dos usuários.

4.3.1 Programa Bolsa Família: avanços e desafios diante das garantias sociais

O Programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, por meio de uma medida provisória, sendo convertida na Lei Nº 10.836, de janeiro de 2004. A princípio está significou a unificação de outros programas sociais, que já tinham sido implementados, como a Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação.

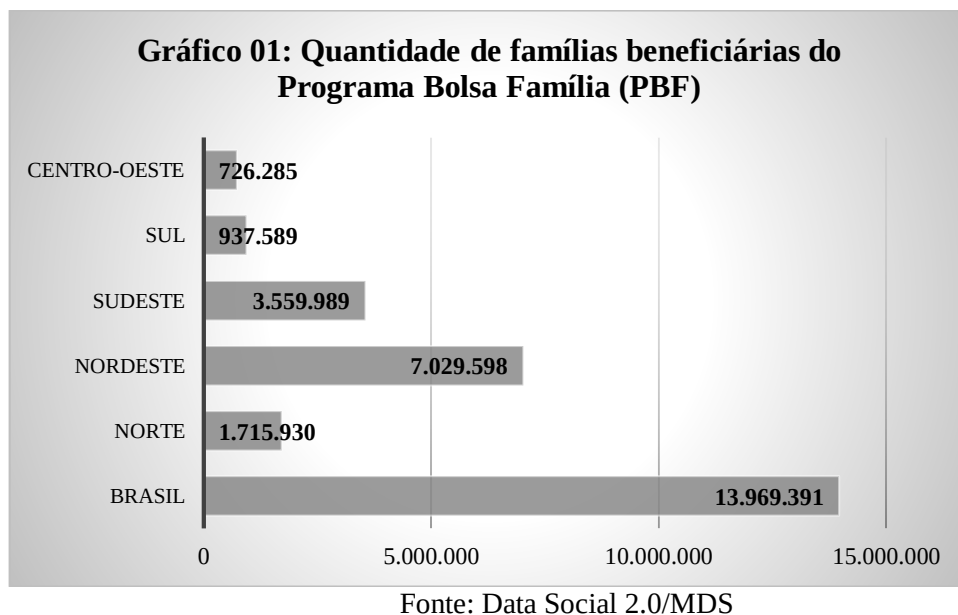
Apesar de estar vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PBF tem caráter intersetorial, visto que necessita da articulação com outras escalas de poderes e atividades. Castro e Modesto (2010, p.15) ressaltam que “as condicionalidades em educação, saúde e assistência social dão ao Programa um caráter intersetorial e exigem articulação estreita entre diferentes Ministérios, Secretarias de Estado e Secretarias municipais”.

Algumas condicionalidades são necessárias, para que as famílias se beneficiem do programa, contendo este uma subdivisão interna, como discorre Soares et. al. (2010, p.26).

Existem duas modalidades de benefícios: i) o Benefício Básico, destinado as famílias em condições de extrema pobreza e; ii) os Benefícios Variáveis, dedicados às famílias em situação de pobreza e que contém em sua composição com gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 17 anos. Este segundo benefício contempla duas modalidades: a primeira, relacionada à presença de crianças ou adolescentes de até 15 anos, é limitada a até três benefícios por família; e a segunda, destinada aos jovens de 16 e 17 anos, é restrita a até dois benefícios por família.

Algumas modificações do PBF são mais recentes, como o benefício variável para adolescentes até 17 anos, que foi inserido no ano de 2007. Ainda de acordo com a autora supracitada, o respectivo programa só perde em termos de abrangência, para o Sistema Único de Saúde (SUS), no qual abarca toda a população, a educação pública com mais de 52,8 milhões

de matriculados, e, a Previdência Social com cerca de 21,2 milhões de beneficiários, estando o Bolsa Família com 13.969.391 famílias beneficiárias, segundo os dados de 2016 do MDS (Gráfico 01).



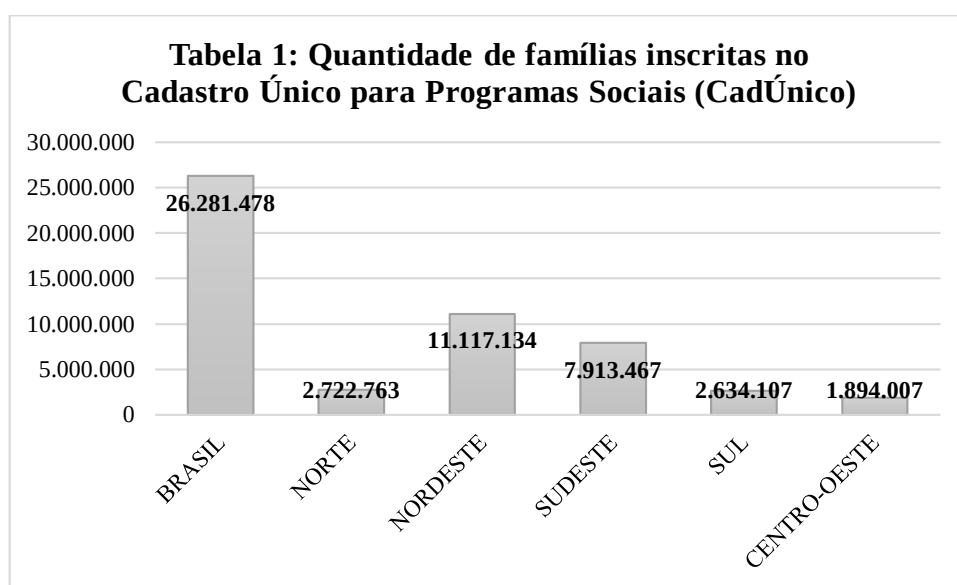
Além das condicionalidades já descritas, a renda familiar necessita estar de acordo com o que é estabelecido pelo PBF. Destarte, as famílias tem que ter renda per capita por membro de até R\$ 77,00 mensais; e, caso as famílias tenham crianças e/ou adolescentes, entre 0 e 17 anos, esta renda per capita por membro familiar varia entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 mensais.

Na busca por maiores informações e registros das famílias que se encontram em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, o Governo Federal implementa o Cadastro Único, em 2007. Este trabalha na concentração das informações das famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa mensal, ou, que ganhe até três salários mínimos de renda total mensal. As famílias que se encontram dentro desta faixa de renda estabelecida, procuram o Cadastro Único para repassar as informações familiares e realizar o cadastro. Em todos os Municípios é possível o cadastramento, estando muitas vezes vinculado ao Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

As informações referentes à renda familiar no Cadastro Único é do tipo declaratória, ou seja, não há obrigatoriedade em o responsável familiar apresentar comprovantes de renda, ou, qualquer outro documento comprobatório. Dito isto, ao final o usuário assina o cadastro, apresentando-se ciente, e, responsável pelas informações. Logo, pelo fato de não se exigir

nenhum documento que comprove a renda, isso acaba gerando alguns debates em torno da veracidade dos fatos.

Destaca-se que não são todas as famílias, registradas no Cadastro Único, que são beneficiárias do Programa Bolsa Família. As informações não servem exclusivamente a um programa, mas, possibilita a identificação das famílias em situação de vulnerabilidade e assim as direcionam para qualquer outro programa social, no qual a família se adeque as suas normas, garantindo as condições mínimas de reprodução dessas relações (Tabela 01).



Fonte: Data Social 2.0/MDS

Após o cadastramento há um período em média de três meses para avaliação dessas famílias, se estas compõem ou não o quadro de exigências do PBF. Passado o período de análise, a família, caso se adeque ao programa, receberá uma correspondência emitida pela Caixa Econômica Federal, convocando-a a comparecer a agência mais próxima, para criar uma conta e senha e, assim, poder receber o valor correspondente a sua estrutura familiar.

Isto posto, o responsável familiar só necessitaria comparecer ao Cadastro Único a cada dois anos, para atualização do mesmo, ou, caso haja nesse período alguma modificação na estrutura familiar, como por exemplo, inserção de um novo membro, ou mudanças na renda familiar per capita, ou, entre outras modificações, este devera atualizar o cadastro, mesmo que o período de dois anos ainda esteja em voga.

Várias foram e são as discussões levantadas em meio a implementação e desenvolvimento do PBF, no qual direciona-se para a efetividade do mesmo diante das famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. É sabido que o valor repassado as famílias ainda encontra-se muito aquém das necessidades desses indivíduos, contudo, os dados estatísticos têm apresentado modificações significativas na diminuição das desigualdades socioeconômicas, como aponta a pesquisadora Tânia Bacelar.

Segundo a autora supracitada (2014), ao analisar o desenvolvimento territorial do Nordeste, esta é enfática ao concluir, que, apesar da importância, o PBF não foi o único responsável pelo desenvolvimento da região, podendo elencar também o aumento do salário mínimo, a abertura ao crédito, a interiorização das universidades, investimento em infraestrutura, enfim. Contudo, e, por concentrar boa parte da renda direcionada ao pagamento dos benefícios da Bolsa Família, a região Nordeste, foi a mais impactada pelo programa, pois possibilitou a dinamicidade de algumas cidades interioranas, como discorrer a autora.

Uma observação interessante deve ser feita sobre o impacto diferenciado do PBF, quando analisado em termos regionais. O Nordeste, por concentrar mais de metade da população muito pobre do país, capta 55% dos recursos desse programa. Nessa região, concentra-se a pobreza rural, e ela tem como endereço principal os pequenos municípios, em especial os do grande espaço semiárido. Nesses municípios, foi interessante observar que, como as bases produtivas locais são muito modestas, o novo e sistemático fluxo de renda não só dava cobertura social aos beneficiados diretos, como também dinamizava as lojas, as farmácias, as padarias, as feiras semanais. (op. cit. 2014, p.09)

Impulsionando a renda das famílias nordestinas, o Programa, pode proporcionar melhorias, não apenas no setor econômico, de inserção dos indivíduos no mercado de consumo, mas, por ser um programa intersetorial, proporcionou avanços nas áreas da educação, saúde e assistência social. A classe social mais pauperizada, após a transferência de renda direta aos indivíduos pode ter maior acesso aos bens e serviços, como ressalta Cohn (2010, p.213), “...significa que estariam se abrindo portas para que os pobres ingressassem na sociedade com um novo status, o de cidadãos, com acesso ao mercado e à dignidade social, sendo, assim, capazes de assumir sua individualidade como portadores de direitos”.

De fato, o PBF a partir da transferência direta da renda, possibilitou um combate a fome, a diminuição das desigualdades sociais. Como já ressaltado, é um programa Federal que se materializa em escalas municipais, exigindo parcerias em escalas governamentais, de poderes, visto que há necessidade de bases para realização dos cadastros, bem como seu

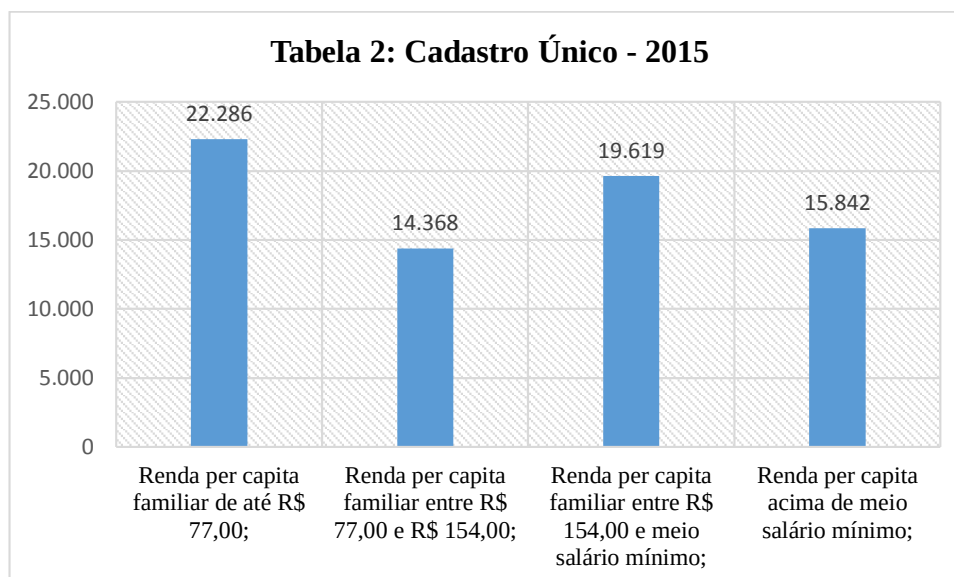
acompanhamento, atualizações. No Município de Campina Grande – PB, a coordenação do PBF, fica localizada no mesmo ambiente que o Cadastro Único, na sede do Fome Zero, com parceria com a Secretaria de Assistência Social (SEMAS).

Como um programa focalizado na família em situação de vulnerabilidade social, o Bolsa Família significa um importante programa, pois possibilita o acesso dos indivíduos a um item básico de sobrevivência, a alimentação. Em Campina Grande, junto com a Rede de proteção, esse programa atua de forma contributiva, para que a garantia dessa população infanto-juvenil em espaços que possibilitem seus desenvolvimento físico, psicológico e social, como as escolas, a família, o bairro, dentre outros, como será discutido no subitem seguinte.

4.3.2 De sujeitos violados à sujeitos de direitos: a contribuição do PBF a população infanto-juvenil em situação de rua

O PBF, assiste as famílias pobres ou em extrema pobreza, independentemente, se há ou não membros familiares infanto-juvenis. Contudo, as famílias que possuem crianças e/ou adolescentes, acabam recebendo um repasse maior, o qual estará relacionado com a quantidade de indivíduos, de 0 a 17 anos, como já mencionado anteriormente.

Na cidade Campina Grande o processo para inserção no programa ocorre da mesma forma que nas demais cidades, através do cadastramento pelo Cadastro Único, e, caso a família adeque as condicionalidades, há inclusão no programa. Segundo os Relatórios de Informações Sociais, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do MDS, as famílias registradas no Cadastro Único em 2010 (Censo) eram de 49.326 mil, no ano de 2015 contabilizava 72.115 mil famílias. Há qual foram divididas em grupos, a partir da renda familiar, como podemos observar na tabela seguinte (Tabela 02).



Fonte: Relatórios de Informações Sociais – SAGI, 2015

É sabido que o número de famílias cadastradas no PBF está sempre passando por alterações, a depender das modificações ocorridas na estrutura socioeconômica das famílias. Assim, em março de 2016 o número de famílias beneficiadas foi de 31.955, “representando uma cobertura de 96,1% da estimativa de famílias pobres no Município de Campina Grande” (SAGI, 2016). Ainda de acordo com a SAGI, “as famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 123,06 e o valor total transferido pelo governo federal em benefício às famílias atendidas alcançou R\$ 3.932.440,00 no mês”.

Dentre os benefícios destinados a população em situação de pobreza e extrema pobreza, o relatório da SAGI (2016) apresenta que, em Campina Grande, 26.638 indivíduos são do Benefício Básico, ou seja, direcionados as famílias sem crianças, adolescentes, gestantes e/ou nutrizes, 44.552 são direcionados a Benefícios Variáveis, que integram todo este público acima mencionado, e 5.816 são Benefício Variável Jovem – BVJ, que atente, em especial, adolescentes entre 16 e 17 anos.

Em meio a esses Benefícios Variáveis e Variável Jovem, e, tendo como base o relatório anual do Programa Ruanda (2015), pode-se verificar que, desses indivíduos beneficiados, 91 são crianças e adolescentes em situação de rua, atendidos pelo Programa Ruanda, no qual 6 encontram-se com o benefício suspenso, 49 são reincidentes e 36 foram reintegrados a família.

Já nas informações constatadas pela SAGI, encontram-se 3 famílias em situação de rua no Cadastro Único, sendo 2 beneficiadas do Programa. Já as famílias identificadas na coleta de

materiais recicláveis registradas no Cadastro Único, correspondem a 263 famílias, estando 220 cadastradas no PBF.

Diante disto e das informações do relatório do Programa Ruanda (2015), no qual consta nos “reincidentes”, 5 crianças e/ou adolescentes coletando materiais recicláveis, e nos “reintegrados”, 17 crianças e/ou adolescentes na coleta de materiais recicláveis, analisa-se que exceto um desses indivíduos, dos reintegrados, não encontra-se como beneficiário do programa. Estando todos os outros indivíduos infanto-juvenis identificados na prática da coleta de materiais recicláveis assistidos pelo PBF.

Quando analisa-se o PBF focando na garantia dos direitos sociais das crianças e dos adolescentes, exaltasse a importância do caráter intersetorial do mesmo, principalmente, quando estes indivíduos encontram-se em situação de rua. Pois, ao exigir frequência escolar e controle de peso, altura, nos postos de saúde, para manter os cadastros atualizados, o programa assegura a garantia mínima de alguns direitos a estes indivíduos. É evidente que, o PBF na exigência de suas condicionalidades não resolve os problemas de violação dos direitos fundamentais, pois, estes sujeitos acabam desenvolvendo artimanhas, para burlar algumas regras, como, assinar a frequência e “fugir” da sala de aula, enfim. E, quando direcionado a população que encontram-se em situação de risco, as dificuldades em garantir a sua permanência nesses espaços tornam-se ainda muito mais difícil, pois, a estratégia muitas vezes é frequentar o espaço escolar e quando concluído o horário das aulas, retornarem para os espaços públicos, para ocuparem.

Contudo, e, em meio a estes comportamentos, a SAGI, apresenta os seguintes dados (2015/CG): no acompanhamento da frequência escolar atingiu-se um percentual de 96% de crianças e adolescentes, entre 6 e 15 anos, contabilizando 29.339 alunos frequentando o espaço escolar, em um total de 30.565 matriculados. Já para os adolescentes com a faixa etária entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 97,1%, ou seja, 7.722 jovens estavam frequentando a escola regularmente, isso num total de 7.952.

O PBF, em Campina Grande, é coordenado pelo advogado Rubens Nascimento, que também ocupa o cargo de secretário executivo da SEMAS e a coordenação do Cadastro Único. Durante a entrevista realizada com o mesmo, pode-se obter informações mais minuciosas do funcionamento do programa, bem como a interação entre o PBF e o Programa Ruanda, em prol das garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de risco pessoal e social.

No decorrer da pesquisa pode-se perceber que o diálogo entre os programas é mínimo, uma vez que o Ruanda apenas encaminha as famílias ou notifica ao PBF, caso esta esteja sem o benefício. Como declara o coordenador (2016), “primeiro saber se a família está cadastrada, fez o cadastro, isso o Ruanda referência, para rede de atendimento, vem no cadastro e a gente faz o cadastramento da família”.

O coordenador ainda acrescentou que os representantes legais dos benefícios são direcionados ao responsável familiar, contudo, quando realiza-se o cadastro prioriza a indicação da mãe para receber o benefício. Este relaciona-se a ideia da mulher como responsável primordial da família, dos filhos, enfim. Rodrigues (2009, p.232) acrescenta que “a família ocupa lugar de destaque no programa, seja como foco de atenção seja como um de seus principais pilares de sustentação – para o cumprimento das condicionalidades e boa utilização dos recursos e oportunidades adquiridas”.

É de entendimento entre vários estudiosos que o PBF, apesar de estar aquém das reais necessidades dos indivíduos, que encontram-se em situação de pobreza ou extrema pobreza, nesta política focalizada de transferência de renda, auxilia os indivíduos, contribuindo para sua reprodução social. Destarte, questionou-se durante a entrevista ao coordenador se a Prefeitura Municipal de Campina Grande ou outro órgão, já havia realizado alguma pesquisa sobre os impactos do programa no município? O coordenador respondeu que “não”, porém, analisa a quantidade de dinheiro repassado, emendando em uma crítica ao programa:

Você avalie que quase R\$ 4 milhões foi a folha de pagamento do mês de março, evidentemente que tem um impacto. Do ponto de vista das famílias tem uma crítica que eu faço ao Programa, o fato de não se ter “porta de saída”. Famílias que recebem o Bolsa Família a 10 anos, no meu aspecto de avaliação o exceto do Programa não seria apenas o fato de permitir a entrada, mas, repensar a saída dessas famílias. Ela entra no estado de vulnerabilidade e permanece, por uma década, ainda sem uma viabilização de que essa pessoa ou família possa sair na condição de ter conquistado sua autonomia financeira.

A emancipação familiar e dos indivíduos apresenta-se ainda como um grande desafio ao programa. A garantia das condições mínimas de sobrevivência não é suficiente para que estes indivíduos consigam ultrapassar essas barreiras socioeconômicas e conquistar novos espaços, melhorias em suas condições de vida.

Indagou-se também como este, na coordenação, analisava as dimensões do Programa Bolsa Família:

É importante, temos uma base cadastral de mais de 32 mil famílias, entendesse que é um número muito elevado. Evidente que, como diz MDE, cabe a cada Município fazer a fiscalização do benefício, para uma base de 33 mil famílias é basicamente impossível, fiscalizar, por isso aquela proposta da verificação em tempo real, evitaria uma demanda acentuada de processos de verificação. Nós temos o setor social, ativo, que tanto faz no ato do cadastro, a gente recebe uma sinalização que aquelas informações prestadas não contento numa avaliação superficial, no ato da entrevista, abre-se um procedimento pedindo confirmação, in loco, na residência, ou, quando há alguma denúncia, de pessoas que podem anonimamente, colocar uma situação que de repente a pessoa não esteja no perfil, a gente encaminha também a visita social para verificação.

Durante o desenvolvimento da entrevista pode-se notar que as informações e os dados estatísticos contidos no PBF em Campina Grande são sistematizados pelo MDS. Não há pesquisas, estudos realizados e/ou em andamento conduzido pela prefeitura, no qual acompanha as informações fornecidas pelo MDS, SAGI, Data CAD, dentre outros. Quando direcionado a população infanto-juvenil essas informações são bastante limitadas, reduzindo-se muitas vezes ao quantitativo, aos numerais.

Talvez a solução para que famílias não permaneçam em condições de vulnerabilidade socioeconômica por décadas, como menciona o coordenador do PBF, inquieto com tal situação, seja o maior conhecimento das famílias atendidas. Pois, acredita-se que a partir do momento que se conhece as demandas, carências sociais, bem como seus agentes (sujeitos violados nos seus direitos e as instituições responsáveis por tais garantias), pode-se de fato pensar e planejar uma política que não seja “o fim em si mesma”, mas que possibilite a emancipação dessas famílias, dos membros familiares.

4.4 Programa Ruanda: implementação, atribuições e estrutura

Em meados do ano 2000, Campina Grande, diante de uma crescente presença de crianças e adolescentes em situação de rua nos espaços públicos, “desperta” para esta problemática social, que estampava as desigualdades socioeconômicas de uma cidade que não conseguiu atrelar o crescimento econômico ao desenvolvimento social. Destarte e diante do aparato político-legislativo que exigia dos poderes públicos ações mais veementes, o governo Municipal, desenvolve e implementa no ano de 2001, o Programa Ruanda.

Segundo o Regimento Interno do Programa Ruanda, a Secretaria de Assistência Social (SEMAS), em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, elaboraram um projeto intitulado “Rede de Atendimento Local à Meninos e Meninas de Rua”, sendo submetido ao BNDES/RJ para financiamento. Contudo, como este encontrava-se em avaliação e a problemática infanto-juvenil só agravava-se, optou-se por uma saída emergencial e está passou a ser conhecida como Programa Ruanda.

O Ruanda surge como um projeto de extensão, que logo em seguida passa a ser um programa social, com um serviço direcionado para abordagem, quantificação e identificação de crianças e adolescentes em situação de rua. Diante de todos os questionamentos possíveis, em entrevista realizada (26/08/2016), com o coordenador do programa (psicólogo), indagou-se, num primeiro momento, sobre a origem do nome Ruanda. Segundo o coordenador, o nome estaria vinculado ao “andar na rua”, pois os educadores sociais desenvolvem seus trabalhos nestes espaços (acompanhando e assegurando os direitos sociais), logo, a junção da “rua e do andar” (ru + anda), daria nome ao programa.

Durante as visitas a sede do Ruanda, teve-se acesso aos regimentos, sendo o mais antigo identificado do ano de 2003 e o mais recente do ano de 2013. A princípio e a par dos documentos, analisou-se que há poucas mudanças nos regimentos, neste intervalo de 10 anos. Os elementos principais e os objetivos continuaram os mesmos, mesmo as realidades sendo tão dispare. A sociedade passou por algumas modificações, influenciando na sociabilidade e urbanidade dos espaços, porém, os mecanismos de abordagem continuam os mesmos.

Como já foi descrito, o Ruanda tem como público a população infanto-juvenil em situação de rua, esse programa atende pessoas de 0 a 18 anos. De acordo com a SEMAS, o programa foi implementado para.

...atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal/social, na faixa etária de 0 a 18 anos, encontradas nas ruas centrais da cidade, nas praças e nos locais de maior fluxo de crianças e adolescentes, numa ação da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) junto à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

O público alvo dos ruandeiros (como é popularmente conhecido os educadores sociais do Ruanda) permanece o mesmo, que são crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, nos espaços públicos, da cidade em estudo. O programa é fomentado pelo governo municipal, possuindo o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Nº 8.069/90

e a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei Nº 8.742/93 como base legislativa para o desenvolvimento do programa e suas ações.

No regimento do programa também destaca-se os seus objetivos, não havendo alterações nos documentos dispostos na sede do Ruanda, mesmo estes correspondendo ao período de dez anos, entre o primeiro regimento e o último. Assim, temos o primeiro objetivo correspondendo as ações que garantam a reinserção familiar e comunitária, das crianças e adolescentes identificadas em situação de risco, como podemos observar: “Priorizar ações para reinserção familiar, comunitária, escolar e social, através da Rede de Atendimento Local das crianças/adolescentes através das grupalizações feitas nos espaços das ruas para o conhecimento da história de vida, da realidade dos(as) mesmo(as)” (REGIMENTO PROGRAMA RUANDA, 2003; 2013).

Este primeiro momento configura-se como fundamental, pois se estabelece um primeiro vínculo entre os educadores sociais e a população infanto-juvenil pauperizada. Para que dessa forma, possam construir as pontes necessárias para a garantia dos direitos fundamentais destes indivíduos. O autor Paulo Freire (1989, p.13) apresenta ricas contribuições e reflexões em torno dessas ações, que são desenvolvidas pelos educadores sociais, nos espaços das ruas.

Como se colocar diante da criança?

Colocar-se como pessoa, como agente, respeitando a individualidade da criança, seus valores e suas expectativas. Com autenticidade e verdade, coerência. O importante é saber por quem estamos fazendo *opção* e *aliança*. É o oprimido e não o opressor. Estamos do lado do menino, do explorado, do oprimido. (grifos originais do autor)

Isto posto, é interessante ressaltar a importância do estabelecimento de vínculos. Pois, como o processo de violação vem de todas as partes, ou seja, da família, que não garante a proteção, abandonando-os a própria “sorte”, da sociedade, que os ignora e os culpabiliza por tamanhos descasos, pelo Estado, que apresenta-se de forma tão omissa e com ações paliativas, as crianças e adolescentes identificados nestes espaços, até como forma de proteção, acabam respondendo com violência e recusando muitas vezes as melhorias que os educadores oferecem. Só a partir da construção dos laços de confiança é que os educadores poderão desenvolver seus trabalhos com sucesso.

O segundo objetivo apresentado no regimento do programa corresponde a distribuição de informações para a família e a sociedade, esclarecendo sobre os deveres dessas, perante esta

população pauperizada, cabendo, caso necessário, a processos jurídicos. Dito isto, segue o objetivo presente no regimento.

Sensibilizar as famílias e a sociedade quanto à sua co-responsabilidade no processo de reinserção social das crianças/adolescentes conforme o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90) e através dos consequentes contatos com as famílias informa-las sobre os órgãos a serem procurados para a busca das soluções dos problemas, em caráter supletivo.

Chama-se a atenção para as palavras “sensibilizar”, “co-responsabilidade”, entendendo que, da forma como é inserida no corpo do texto, pode tender a minimizar os deveres destas instituições, diante dessa problemática social. Tendendo a diminuir o impacto que essas condições degradantes, de risco pessoal e social, causam a um grupo populacional, que ainda encontra-se em fase de desenvolvimento físico, psicológico e social. Ressaltando, que assim como o objetivo anterior, esse também foi mantido, na íntegra, do regimento do ano de 2003 para o de 2013.

Adiante teremos o terceiro objetivo, que discorre sobre a promoção da cidadania à população infanto-juvenil em vulnerabilidade social. Este destaca, “Promover a cidadania da criança e do adolescente, garantindo sua integridade física, psicológica, moral e social, através dos encaminhamentos aos cursos de capacitação para os(as) adolescentes que vivem junto às famílias”. Algumas questões emergem deste objetivo, principalmente as reflexões relacionadas à forma como os educadores sociais iram garantir a estes a cidadania.

Constituir e pertencer a uma sociedade cidadã tem sido o grande desafio, arriscaríamos dizer, até utópico, haja vista, que estamos inseridos em uma lógica política e econômica capitalista e global, ou seja, dos que se encontram no processo do “desenvolvimento desigual e combinado”, sendo explorados por outras nações. Destarte, a forma proposta para assegurar a cidadania a estes indivíduos, através dos encaminhamentos aos cursos de capacitação, cabendo apenas aos adolescentes, só enfatiza a forma dialética com qual o Estado vem propondo suas ações. A estes adolescentes que ainda possuem vínculo familiar são direcionados cursos de capacitação, e, aos adolescentes que não mantêm relações com os familiares? E aos adolescentes que não entram no perfil dos cursos (exemplo, aos que não foram alfabetizados)? Para as crianças, quais os encaminhamentos para assegurar a cidadania? E o trabalho, se configura como a forma para se garantir uma sociedade cidadã?

Diante destas reflexões, é notório que a própria ideia de cidadania, de uma sociedade plenamente cidadã, encontra-se muito distante das verdadeiras ações para construção da mesma. Várias são as formas identificadas para assegurar a cidadania, que não se limita, a uma escolha governamental (voto), nem a garantia da inserção no mercado de trabalho. Há outras variáveis que devem estar presentes, no sentido de ser garantido com qualidade, como saúde, educação, moradia, transporte público, dentre tantos outros.

Por fim, o quarto objetivo contido no regimento destaca o atendimento as crianças e adolescentes em caráter emergencial, identificados em espaços perniciosos. Este almeja: “Assegurar o atendimento emergencial às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal/social através dos encaminhamentos necessários para retorno à família, inserção nas creches, matrícula ou retorno às escolas, acolhimento nos abrigos provisórios existentes”. Os encaminhamentos são direcionados a todas as crianças e adolescentes que possuam o perfil para um determinado programa. Como o Ruanda é um serviço de abordagem, este trabalha na identificação e encaminhamento desses indivíduos, almejando assegurar os direitos que garantidos constitucionalmente.

Para o desenvolvimento destas atividades, o Programa Ruanda elaborou uma equipe disciplinar que, a princípio, era composta de 23 ruandeiros, sendo estes: 01 coordenador, 03 pedagogos, 03 psicólogos, 06 assistentes sociais, 02 educadores físicos e 08 educadores de nível médio (regime de trabalho diário de seis horas). No regimento em vigor, além dos profissionais já elencados, houve a inserção de novos, sendo: 01 coordenador técnico, 01 auxiliar administrativo, 01 auxiliar de serviços gerais e 01 vigilante. Contabilizando 27 profissionais que desenvolvem as atividades internamente e nas áreas em que o projeto é executado.

No entanto, há uma disparidade entre o que é exigido regimentalmente e a realidade, pois o Ruanda contava, no período do estudo, com vinte ruandeiros, dos quais, 01 é o coordenador, 04 são assistentes sociais, 08 educadores sociais, 04 pedagogas e 03 apoio técnico e pedagógico. Havendo carência nas áreas de psicologia, assistência social, educadores físicos e vigilantes. Acredita-se que a falta desses profissionais impacta diretamente nas atividades, tanto no planejamento, quanto nas realizações, pois, por ser um serviço de abordagem, a falta de conhecimento em algumas áreas “trava” algumas ações. E, não são pequenas ausências destes profissionais, só para exemplificarmos, no mandato de Romero Rodrigues (2013-2016) não teve nenhum psicólogo na função, o cargo encontra-se em aberto há quatro anos.

Vale ressaltar, também, o fluxo permanente dos ruandeiros, indo de encontro às diretrizes da assistência social, que destaca a necessidade de funcionários efetivos para realização dos trabalhos, possibilitando dessa maneira, a formação de laços com os usuários dos serviços. Essa rotatividade está diretamente direcionada as “trocas de favores”, ou seja, o Ruanda é composto por profissionais contratados, assim, caso ocorra mudanças no governo, muda-se também grande parte dos funcionários contratados. Só para exemplificar, no ano de 2013 (primeiro ano do atual gestor), o programa contava com 27 funcionários, dos quais 18 eram educadores de nível médio (pelo regimento, há necessidade de apenas 08 educadores nível médio). Indivíduos muitas vezes sem nenhum perfil do programa que é “jogado” para ocupar um cargo, sem nenhum curso de capacitação. Impactando negativamente nas atividades e abordagens realizadas nas áreas (BARBOSA, 2014).

A princípio, a carga horária dos educadores era de 25 horas (2003), passando para 30 horas semanais (2006), sendo 6 horas corridas diariamente. Funcionando o programa em dois turnos, manhã e tarde, durante toda a semana, no período de 08:00 às 14:00 e das 14:00 às 20:00. Havendo uma subdivisão nas equipes, pois, como o Ruanda atua em três áreas, abrangendo as ruas centrais, Avenida Canal, Parque Açude Velho, Açude Velho, Parque do Povo, Parque da Criança e o Centro, são encaminhados em média dois ou três educadores para cada área.

O Ruanda é um serviço de abordagem, que realiza encaminhamento, planejamento de algumas ações (oficinas esportivas e pedagógicas, cadastros, escutas) nas áreas, visitas domiciliares, elaborando relatórios diários e mensais, além de reuniões todo final de mês para planejar as ações subsequentes. Diariamente, nas trocas de turnos, a equipe toda se reúne e na elaboração dos relatórios diários, a equipe da manhã repassa o quantitativo de crianças e adolescentes identificados nas áreas, bem como a situação encontrada, que inclui as práticas que estes desenvolviam no momento. Estas atribuições estão contidas no regimento em vigor (2013), no qual é fruto do regimento de 2003 mais as pequenas modificações (acréscimo de três pontos relacionados ao comportamento interno dos educadores) do regimento de 2006.

Como já foi descrito, no momento da pesquisa, o Programa Ruanda era coordenado por indivíduo com formação na psicologia, que encontra-se neste cargo desde junho de 2015. Na coordenação desempenhava funções administrativas e de cunho pedagógico e social, pois, apresenta-se como um dos atributos relacionados a este cargo o acompanhamento da execução das propostas pedagógicas e sociais, responsabilizando-se por todas as ações desenvolvidas pelos educadores. Sendo responsável, também, pela reflexão, junto aos ruandeiros, das

atividades implementadas no mês, coordenando as equipes de trabalho e instigando-as as discussões e avaliações das atividades desenvolvidas. Configurando-se como o principal representante do programa, o qual fica incumbido de participar das reuniões, quando necessário e em garantir que o regimento seja cumprido, estabelecendo parceria com outros serviços de garantia de direitos infanto-juvenis.

Já a coordenação técnica é responsável por manter o controle e organização das documentações do programa, trabalhando articuladamente com todos os educadores, apresentando-lhes suas funções. No mais, o trabalho desempenhado pelo coordenador técnico se aproxima bastante da coordenação, pois este também é responsável por representar o Ruanda, bem como planejar, implementar e avaliar as atividades desenvolvidas nas áreas, contribuindo e desenvolvendo reuniões conjuntas com a coordenação e os educadores, instigando-os à avaliação e analisando as problemáticas /referentes às dificuldades das/nas atividades planejadas.

Ao auxiliar administrativo atribui-se o recebimento e o repasse das informações a coordenação dos documentos recebidos. Produzindo, quando solicitado, ofícios, memorandos, declarações, dentre outros. Mantendo o ambiente administrativo organizado. Este acompanha o planejamento das atividades a serem desenvolvidas, contribuindo caso haja necessidade, para o seu melhoramento. Permanecendo na sede do programa, este presta informações e atende crianças e/ou adolescentes e seus respectivos familiares que venha a procurar o Ruanda para alguma informação ou encaminhamento para outros serviços.

Aos pedagogos são atribuídas funções conjuntas, como encaminhamentos, trabalho articulado com as demais áreas de conhecimento, mantendo a documentação dos aspectos pedagógicos atualizados e ao planejamento de oficinas. Colaborando para a construção dos relatórios diários e mensais, além de serem os responsáveis por elaboração dos materiais de divulgação do programa para a sociedade. Contribuindo para análise das ações desenvolvidas nas áreas de abrangência do programa, uma vez que são responsáveis pela educação social na rua.

Encaminhamento, trabalho articulado com outros educadores, cadastro dos aspectos psicológicos, são as atribuições dos psicólogos. Os atendimentos são realizados nos espaços no qual são identificados crianças e/ou adolescentes, almejando a construção do perfil psicológico, a partir da oferta de oficinas que estimule a autoestima, objetivando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destarte, os atendimentos podem ocorrer em grupo ou

individualmente, trabalhando de forma a integrar os demais educadores em prol dos usuários do serviço.

Para os assistentes sociais, as atividades a serem desenvolvidas também são muito próximas das já mencionadas, exceto nas especificidades de cada área. A estes, em particular, cabe elaborar levantamentos sócio-econômicos das famílias, almejando a compreensão das conjunturas, no qual estes estão inseridos. As visitas domiciliares também é atribuição destes profissionais, ou seja, são direcionados em média 2 educadores para cada ação, contudo, há obrigatoriedade de, ao menos, um assistente social.

Aos educadores físicos também são atribuídas atividades de planejamento nas suas especificidades, além das atividades comuns a todos os outros educadores. Essas atividades exclusivas dos educadores físicos almejam o desenvolvimento físico, mental, dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, além de reforçar a autoestima e desenvolver noções de higiene, a partir do planejamento, implementação e participação nas oficinas esportivas, como torneios, jogos, recreações, podendo vir a descobrir algumas aptidões físicas.

Por fim, os educadores sociais de nível médio, no qual suas atribuições estão mais vinculados às realizações das atividades nas áreas de abrangência do programa. Contudo, isto não impede a participação destes educadores no planejamento e nas reuniões de avaliação das ações, pelo contrário, há obrigatoriedade da presença nestas atividades. As atribuições destes profissionais convergem com os demais, uma vez que estes são responsáveis também por encaminhamentos, participação nas reuniões, bem como no planejamento das ações.

Além dos educadores sociais, também fazem parte do quadro do Ruanda (como já mencionado) um auxiliar de serviços gerais e um vigilante. As atribuições destinados a estes estão relacionados com a ordem e higienização da sede do programa. Ou seja, conservar o espaço e ter controle dos indivíduos que procuram os ruandeiros.

Todas estas atribuições decorrem do regimento interno do ano de 2003, com exceção dos cargos inseridos no regimento de 2011, que foram: auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais e vigilantes. Ou seja, o regimento em vigência (2013) é fruto da junção destes anteriores. No qual os dois últimos cargos encontra-se em aberto, sem funcionário no momento da realização desta pesquisa.

O Programa Ruanda, deste seu surgimento, vem desenvolvendo um trabalho significativo no espaço urbano de Campina Grande, contudo, alguns entraves políticos, de omissão aos programas sociais dificultam o trabalho dos educadores, pois, por não oferecer

resultados imediatos as crianças e adolescentes em situação de risco, devido a própria complexidade social que estes encontram-se emergidos, o trabalho contínuo e lento do Ruanda é visto por muitos como “desnecessários”, este programa não consegue “retirar” essa população infanto-juvenil das ruas.

Infelizmente, esta é uma concepção perpetuada muitas vezes pelos próprios funcionários da SEMAS. Havendo uma nítida dificuldade em compreender os reais objetivos do Ruanda, ou seja, compreender este como um serviço de abordagem que encaminha (a depender do perfil exigido pelo programa) as crianças e adolescentes identificados nos espaços públicos para outros serviços de garantia dos direitos humanos. Destarte, os educadores sociais do Programa Ruanda dependem dos demais programas sociais para que estes indivíduos infanto-juvenis não retornem para os espaços públicos. Há uma rede de proteção social que precisa funcionar, para que, assim, o trabalho dos educadores da ponta tenha êxito.

O Ruanda além de enfrentar duras críticas no seu trabalho desenvolvido, também apresenta alguns problemas estruturais. A começar pela sede do programa, que fica localizada no 2º andar do prédio do SINE – CG, na Rua Afonso Campos, 143, centro. A sala é composta de dois compartimentos e um banheiro, no qual os educadores, nas trocas de turnos se “espremem” para caber todos sentados ao redor da mesa e para elaborar os relatórios e trocar as informações. Devido as várias conversas paralelas, o barulho nestes horários se intensificam, atrapalhando a elaboração dos relatórios.

Outro fator que atrasa o trabalho está relacionado a um transporte exclusivo do Ruanda, pois, para a realização das visitas domiciliares, bem como o encaminhamento ou acompanhamento das crianças e adolescentes em outros programas, necessita-se de um vínculo para o deslocamento dos educadores. Contudo, como o programa não possui um meio de locomoção próprio, tem que solicitar na SEMAS e aguardar a disponibilidade do transporte para que possam dar continuidade as suas atividades.

Durante o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelos ruandeiros (BARBOSA, 2014, 2011) pode-se constatar que, no planejamento das atividades, estes não levam em consideração as territorialidades das crianças e dos adolescentes. Dessa maneira, as ações acabam refletindo pouco resultados, pois não a interesse dos indivíduos em participarem das atividades que, para eles, parecem desconexas com suas vivências, conjunturas sociais. Podendo-se concluir que há um leque de ações que devem acontecer em conjunto para que se possa assegurar a proteção integral as crianças e os adolescentes em situação de risco nos

espaços públicos. Devido a isso, o ano de 2016 tem sido de reflexão e discussões em torno das práticas dos ruandeiros, no qual foi proposto um reordenamento do programa.

4.4.1 Programa Ruanda: reordenamento ou “seu fim”?

No ano comemorativo aos seus quinze anos (2016), e, em meio a mais uma campanha ao governo municipal, o Programa Ruanda, mais uma vez, passa a ser pauta das discussões que envolvem sua efetividade no espaço urbano de Campina Grande. À SEMAS cabe a responsabilidade de exigir e sugerir novas propostas de trabalho para os educadores. Aos ruandeiros, cabe a responsabilidade de efetuar um serviço de abordagem, com um quadro de funcionários restrito, com falta de profissionais em áreas importantíssimas para o sucesso do mesmo, como, por exemplo, os psicólogos, contando com recursos de infraestrutura limitados e baixo reconhecimento profissional.

É em meio a este cenário que uma reunião sobre o reordenamento do programa realizou-se no dia 01 de abril de 2016. O respectivo encontro teve uma mesa composta pelo Diretor da Rede Especializada da Assistência Social, Ronaldo Rodrigues, a coordenadora do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDDCA), Uélma Nascimento, coordenador do Programa Ruanda, a coordenadora do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP), e, a coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Junto com os coordenadores dos respectivos programas, encontrava-se a equipe responsável pelo desenvolvimento das atividades nas mesmas. A pauta da reunião se concentrou na junção dos programas para um trabalho intersetorial, em prol da proteção integral das crianças e dos adolescentes, em situação de rua. Como os três programas sociais desenvolvidos em Campina Grande (Ruanda, POP, SCFV) possuem no seu regimento como público alvo as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, a ideia que norteava a reunião passava pela união dos mesmos.

Vale ressaltar que, quando define que o regimento tem como público alvo a população infanto-juvenil, é importante destacar que, na prática, há algumas alterações. Como por exemplo, o POP, que apesar de possuir também como público, as crianças e adolescentes, estes acabam direcionando suas ações para o público adulto. Pois, segundo alguns educadores, isto foi um acordo selado entre o POP e o Ruanda, uma vez que quando o POP foi implementado o

Ruanda já desenvolvia seu serviço de abordagem. Isto posto, caberia ao POP apenas as abordagens dos adultos, idosos, que encontram-se em situação de rua.

Durante a fala dos membros da mesa, e, com intervenções dos educadores, evidenciou-se que a proposta de trabalho intersetorial não era bem quista pelas equipes presentes. Ficou notório também, que até alguns coordenadores não compreendiam exatamente como seria desenvolvido este trabalho intersetorial. Verbalizavam esta proposta de trabalho como uma simples junção dos programas sociais.

Não compreendem a intersetorialidade como proposta, pela Rede Nacional de Primeira Infância (RNPI, 2015), que sugere uma maneira de abordagem, interligando os respectivos elementos.

- Partir da visão holística da criança (pessoa, cidadão, sujeito de direitos), em vez de objeto de várias áreas de intervenção;
- Valorizar o conhecimento especializado e a especialização profissional e,
- Articulá-los num projeto conjunto, num plano integrado de atenção integral.

Destarte, desenvolver políticas e programas de forma intersetorial vai além da simples união dos programas. Requer um trabalho mais complexo de atuação dos educadores e planejamento das atividades. Seria uma forma de compreender a criança e/ou adolescente na sua plenitude, sem fragmentá-lo através de programas que trabalham de forma focalizada.

Segundo os idealizadores deste projeto intersetorial, este auxiliaria e renovaria os laços dos programas já existentes. Entretanto, no decorrer das falas, principalmente, do diretor da Rede Especializada, que ressaltou o momento delicado que a atual gestão encontra-se, devido a “crise”, evidenciou-se a tentativa de deslocamento dos ruandeiros para o POP. Ou seja, segundo o diretor, a Prefeitura de Campina Grande, encontrava-se com serias dificuldades em cumprir a folha de pagamento do Programa Ruanda, que gira em média, 20.000 mil reais por mês. Assim, como o POP, é um programa custeado por verba federal e segundo seu regimento deveria atender também crianças e adolescentes em situação de rua, a ideia era direcionar os ruandeiros ao POP, chegando este ao seu fim.

Esta ideia de extinguir o Programa Ruanda não foi claramente colocado, contudo, esteve presente nas entrelinhas, na fala do diretor. Diante disto, houve momentos de exaltação dos membros das equipes, pois estes alegavam que não iriam fazer o serviço dos outros programas,

causando um mal estar aos proponentes. Conclusão, os presentes não conseguiram entrar em um acordo, ou, definir as atribuições de cada equipe. Desta maneira e diante a exaltação dos educadores a reunião foi encerrada e nada foi decidido ou acordado.

O Programa Ruanda, conseguiu sobreviver a “intersectorialidade” proposta, que no fundo estava mais preocupado em repassar estes gastos para o governo federal. O Ruanda saiu mais uma vez ileso, contudo, inquietou os educadores diante de tamanha instabilidade. A consciência de desenvolver um trabalho cada vez mais responsável e eficiente voltou a “atormentar” os ruandeiros, pois estes compreendem que os laços que sustentam o programa são frágeis, e, caso haja necessidade, será um dos primeiros a “arrebentar”.

4.4.2 Unidade móvel: o processo de desterritorialização e reestruturação do Programa Ruanda

Como já mencionado, o Programa Ruanda apresenta como área de atuação, no seu regimento, as ruas centrais, as praças e as áreas de maior fluxo da cidade, que no perpassar dos anos, acabaram limitando-se a três áreas: área 1: centro, praças centrais, rodoviária velha; área 2: açude novo, integração; área 3: avenida canal, parque açude velho, semáforo Cavesa.

Contudo, com a expansão do espaço urbano e o surgimento de subcentralidades, há uma descentralização dessas crianças e adolescentes para outros espaços, nos quais permanecem com algumas práticas comuns às do centro da cidade, como a mendicância. Desta maneira, há uma necessidade de expandir também as áreas de atuação do Ruanda e, assim, garantir que estes indivíduos sejam encaminhados a outros programas sociais.

Isto posto, a SEMAS inicia um diálogo junto ao Ruanda, almejando atender esses indivíduos que encontravam-se desassistidos pelo poder público. Emergindo destas discussões um projeto, intitulado, “Aquisição de Unidade Educativa Móvel”, que foi desenvolvido pelo coordenador do Programa Ruanda.

Destarte, a expansão e desterritorialização das ações desenvolvidas pelo Ruanda seriam realizadas, a partir da inserção de uma unidade móvel, que circularia semanalmente pelos bairros, nos quais fosse constatado a maior presença de crianças e adolescentes, em situação de rua, ampliando as abordagens e encaminhamentos. Segundo consta no projeto (dezembro, 2015), estes são os objetivos da unidade móvel.

- Descentralizar as ações de abordagem e educação social às crianças e adolescentes em situação de rua, trabalho infantil, abuso e violações de direitos aviltantes da condição de dignidade e de proteção integral, passando a atender todos os territórios da assistência social do município de Campina Grande;
- Oferecer um espaço de acesso à cidadania, à leitura, à cultura e ao lazer, como potentes ferramentas de rompimento com situações de exclusão social e alienantes da participação cidadã das populações juvenis;
- Monitorar nos bairros as situações sociais que subsidiam a presença das crianças e adolescentes nas ruas;
- Facilitar nos territórios a inserção dessas crianças e jovens no contexto do fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários, tais como o retorno à escola, ao convívio familiar, quando possível, conjuntamente com os equipamentos sociais, culturais, educacionais e desportivos existentes nos bairros.

Descentralização das ações de abordagens, acesso ao espaço de cidadania, acompanhamento socioeconômico e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, compõem os quatro objetivos desta nova forma de atuação do ruandeiros. Sendo isto previsto, por meio de um automóvel, modelo Fiat Ducato, equipado para desenvolver várias atividades nestas áreas.

Durante o desenvolvimento do projeto várias parcerias foram sendo formadas para que este pudesse materializar-se, sendo estas: a Secretaria Municipal de Assistência Social; o Ministério Público do Trabalho; a Secretaria Municipal de Educação; a Secretaria Municipal de Saúde; a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer; a Vara da Infância e da Juventude; a Promotoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; os Conselhos Tutelares e Conselho de Direito da Criança e do Adolescente; a Universidade Federal de Campina Grande; e as Organizações Não Governamentais que prestam assistência ao público atendido.

Sendo creditado o projeto, foi acordado que o financiamento seria uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) e o Ministério Público. Assim, o Ministério Público fomentaria a compra do veículo (Fiat Ducato) e as transformações necessárias para o desenvolvimento das atividades, como a instalação de TV e DVD, bem como bibliotecas, entre outros (segundo a pesquisa de mercado, presente no projeto, este custaria R\$ 142.000,00). Já a o governo municipal ficaria responsável pelo custeio do motorista do automóvel, bem como o combustível para seu deslocamento.

O projeto saiu do papel e foi comunicado aos educadores na reunião que propunha a intersetorialidade (01 de abril de 2016). A notícia foi recebida com entusiasmo pelos ruandeiros,

que vislumbraram uma ação mais efetiva do programa, consequentemente, maiores garantias sociais à população infanto-juvenil pauperizada. O próximo desafio seria então, desenvolver um cronograma de ações, bem como de distribuição dos educadores.

No dia 23 de maio de 2016 houve, na Avenida Canal, uma solenidade de inauguração da Unidade Móvel e, ao mesmo tempo, o início de uma campanha intitulada “A esmola deixa a criança longe da escola! Não dou esmolas!” (Figura 06). Esteve presente neste ato a Secretária da Assistência Social, Eva Gouveia, o coordenador e idealizador do projeto do Programa Ruanda, a coordenadora do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Uélma Nascimento, e os demais programas da SEMAS, como CRAS, CREAS, POP, SCFV (Figura 07).

Figura 06 – Campanha “A esmola deixa a criança longe da escola! Não dou esmolas!”



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2016.

Figura 07 – Solenidade de entrega do automóvel para o Programa Ruanda



Fonte: Barbosa, 2016.

A solenidade foi subdividida em dois momentos, o primeiro sendo referente a campanha “A esmola deixa a criança longe da escola! Não dou esmolinhas!”, que contou com panfletagens e adesivagem entre os transeuntes, enfatizando a importância de não esmolarem os indivíduos infanto-juvenis presentes nos semáforos. Como uma primeira atitude que não alimenta a ida, nem a permanência dos mesmos nessas áreas. E o segundo momento foi a entrega simbólica da chave do automóvel do Ministério Público do Trabalho a Secretaria da SEMAS, Eva Gouveia.

Essas ações só revelam a “mediocridade” com o qual os gestores desenvolvem suas ações, transvestidas de políticas públicas. Pois, como já foi mencionado em várias partes deste escrito, a presença de crianças e adolescentes em situação de rua ocupando os espaços públicos se configura como uma complexa problemática social, que deve ser pensada de forma estrutural. Não com uma ação pontual, de uma campanha e/ou de ação solene de entrega de um automóvel.

No mês de julho/2016 inicia-se as atividades com a unidade móvel e com isso as modificações do programa relacionados ao tipo de abordagem, áreas de atuação, práticas pedagógicas, entre outros. Pois, com a inserção da unidade móvel, mesmo não ocorrendo o reordenamento (intersetorialidade) do programa, as modificações foram enormes e em vários âmbitos.

As primeiras modificações estão relacionadas as áreas de atuação do Ruanda, pois, as três áreas antes delimitadas, são substituídas por oito “territórios”, definidos pela SEMAS, para

o desenvolvimento da assistência, no Município de Campina Grande. Contudo e devido alguns reajustes, o trabalho dos educadores, tem ocorrido da seguinte forma: a unidade móvel encontra-se nas ruas três dias da semana, manhã e tarde, e, quando os ruandeiros, visualizam um número intenso de crianças e/ou adolescentes, param na área e desenvolvem algumas atividades.

Nos outros dois dias, na quarta-feira e quinta-feira, nos dois turnos, a unidade encontra-se no bairro do José Pinheiro, localizando-se na Vila Olímpica Plínio Lemos e na praça Joana D'Arc. Nessas áreas são desenvolvidos trabalhos como futsal, pintura, jiu-jitsu, artes manuais. Essas ações mais intensivas no referido bairro, ocorrem devido ao fato da maioria das crianças e adolescentes que encontram-se nos semáforos da Avenida Canal (como é popularmente conhecido), e, praças na área central, serem oriundos dessas localidades.

Como já descrito, há modificações nas áreas de atuação e consequentemente na maneira de organização das equipes, uma vez que não houve alteração no quadro de educadores. A equipe que até então estava, ou seja, os 20 educadores para os dois turnos, com a inserção apenas de uma psicóloga, continua a mesma, o que impossibilitou as ações das duas atividades: a abordagem nas principais áreas e as atividades na unidade móvel.

Desse modo, os educadores sociais do Ruanda estão desenvolvendo suas funções apenas com a unidade móvel, pois o quantitativo de funcionários não possibilita a continuidade das duas ações. As subdivisões das equipes (manhã e tarde) pelas áreas foram desfeitas, atuando todos em prol de uma única ação, proporcionada por essa nova estrutura. Há prioridade das ações na unidade móvel, por mais que não seja mencionada, está relacionada a parceria com o Ministério Público, que fomentou esse projeto e que acompanha e “fiscaliza” os resultados dessas ações.

Já as práticas dos educadores têm sido ponto de discussão e reflexão, e, principalmente, de inquietação do atual coordenador do Programa Ruanda. Por se constituir como um serviço de abordagem, os educadores no perpassar dos anos foram enraizando a ideia que este funciona apenas na observação, identificação e quantificação desses indivíduos marginalizados. Como discorre o coordenador, há uma ideia cristalizada de identificação dessa população infanto-juvenil, e os educadores “vão saber exaustivamente informações que chegam a invadir a intimidade do próprio sujeito”.

Indo de encontro ao que sugere o MDS, na ideia do que venha a ser esse trabalho de abordagem social, como fica evidenciado nesta citação.

A abordagem social constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social (MDS, BRASÍLIA, 2013)

Construção de vínculos, grupalização, escutas, deveriam ser os objetivos da abordagem para o encaminhamento a outros serviços. Planejar as ações com objetivos a serem alcançados, e, não apenas como roteiro a serem desenvolvidos. Compreender os territórios como campos de forças, onde as relações sociais se desenrolam, e, não apenas como áreas, localizações dessas ações.

Há falta de objetividade nos planejamentos e nas ações a serem desenvolvidas, durante a entrevista com o coordenador, estas questões foram bastante mencionadas, relacionando à ineficácia das práticas. No qual enfatizou, também, que uma das maiores dificuldades estaria justamente nesta concepção do serviço de abordagem enraizado e repassado aos novos membros da equipe. Há compreensão da necessidade de um planejamento sócio-pedagógico, com início, meio e fim, para implementação dessas atividades que, para alguns educadores, apresentam-se como desnecessário. Enaltecendo nestes espaços suas crenças, valores, ideologias, que acabam norteando os trabalhos de forma errônea.

Dois fatores estariam diretamente relacionados a estas dificuldades, os quais se complementam, impactando negativamente nos resultados. O primeiro, a falta de curso para a capacitação destes profissionais, pois, apesar de algumas conquistas como cursos de formação, estes ainda encontram-se aquém das necessidades dos educadores. E um segundo empecilho seria a falta de perfil de alguns educadores que compõem o quadro do programa. Infelizmente a ideia de assistencialismo, da assistência social como funções que qualquer pessoa pode ocupar, ainda é muito forte e devido a “trocas” partidárias muitos são direcionados ao Ruanda sem perfil algum (BARBOSA, 2011, 2014).

Diante disso, alguns elementos acabam sobressaindo, e, o senso comum acaba coordenando as ações. Há falta de uma práxis, como bem discorre o coordenador.

O que se precisa na verdade é de uma práxis, se eles de fato estão ali naquela situação então vamos fazer algo que encaminhe nesse passo a passo. Vamos pelo menos entender o que é aquele uso, por que ele faz aquele uso, ne?! Procurar entender mais de maneira ampliada essas realidades. Mais a gente

não faz isso. A gente nota olhares preconceituosos, olhares atravessados por uma série de questões...

Olhares estes que a sociedade, como um todo, já lança para essas crianças e adolescentes pauperizados que habitam nos espaços públicos da cidade. O que essa população infanto-juvenil necessita é que seus direitos sejam garantidos e não serem julgados, principalmente pelos indivíduos que deveriam assegurar o bem estar a essa população.

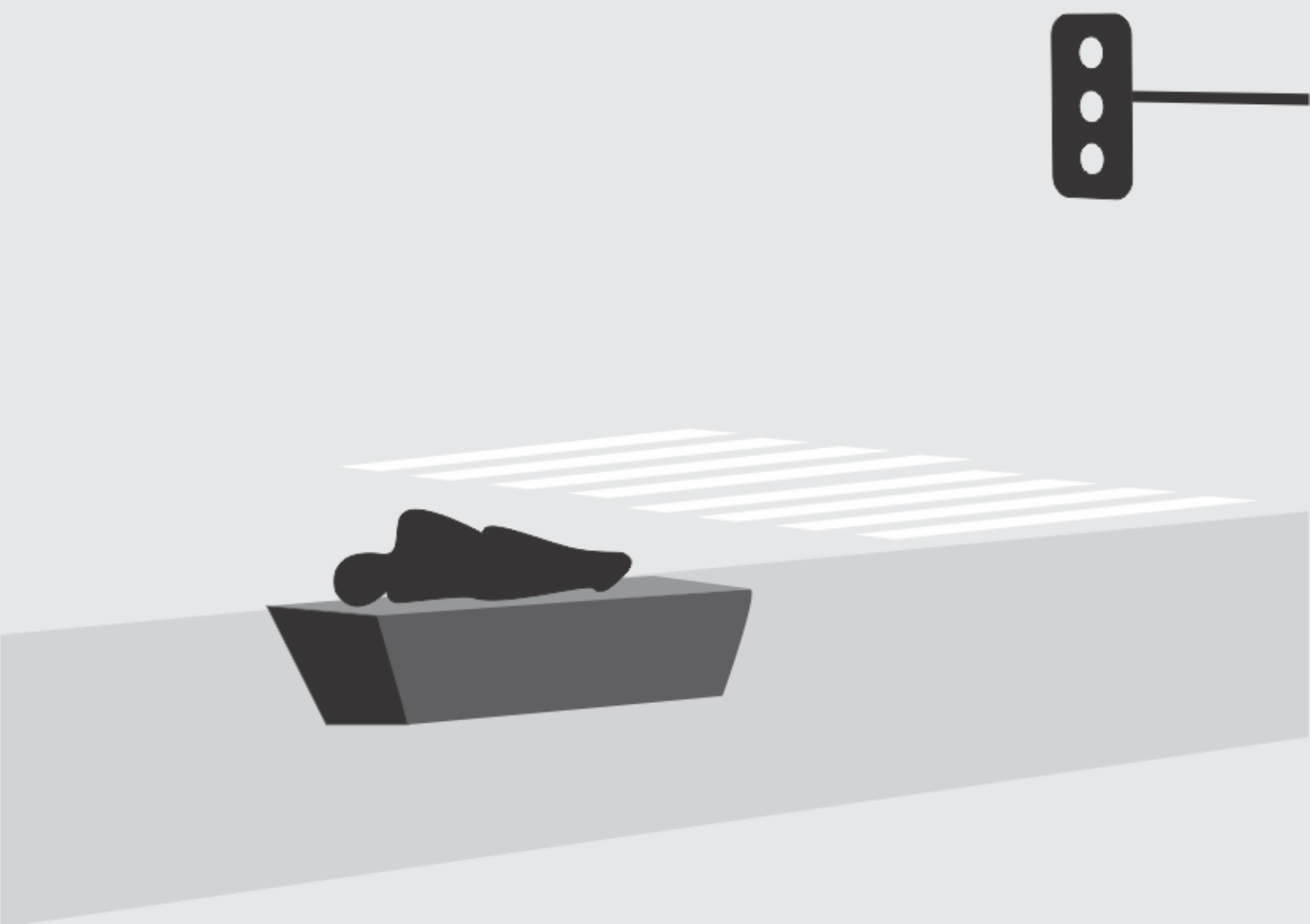
Caminhando para o fim da entrevista, foi questionado, ao coordenador, o que, na percepção dele, faltava aos programas sociais para que estes cumpram realmente seus objetivos. A resposta veio envolto a muita sinceridade e criticidade, como podemos perceber.

É colocar no centro dessa ação esses sujeitos, por que até então tem se colocado no centro os programas, os profissionais, a ação deles, a minha...o meu fazer e acabou, pronto. Se eu abordei, identifiquei, mandei pra SEMAS, pro Conselho Tutelar, acabou. Não tenho mais nada a fazer com ele. Essa é a crença que eles tem.

O “meu fazer” sobrepondo-se ao nosso, à coletividade, a individualização sobressaindo as próprias ações, os sujeitos imersos em seus egos e vaidades. Esses elementos acabam travando as ações, proporcionando práticas pouco efetivas. Disputas e discordâncias entre os próprios programas e serviços. Dito isto, almeja-se uma práxis, um fazer sócio-pedagógico que possibilite, assim, uma “ponte” para a garantia dos direitos dessa população infanto-juvenil.

Há necessidade de coletivizar as demandas e práticas que buscam e caminham em direção aos indivíduos infanto-juvenis que (sobre)vivem em situação de risco, ocupando os espaços públicos. Trabalhar de forma intersetorial, construindo uma rede de garantias, ou melhor, fazer com que a rede já composta pelas secretarias de assistência social, saúde, educação e seus programas que tem como público esses indivíduos, sejam norteados por ações que lhes abarquem de forma holística e não fragmentada.

TERRITÓRIO, POLÍTICAS SOCIAIS E DE SAÚDE: A NECESSIDADE DE SE PENSAR PARA ALÉM DA LOCALIZAÇÃO



CAPÍTULO 5

5 TERRITÓRIO, POLÍTICAS SOCIAIS E DE SAÚDE: A NECESSIDADE DE SE PENSAR PARA ALÉM DA LOCALIZAÇÃO

Sendo considerado um dos principais conceito-chaves da Ciência Geográfica, o território (CORRÊA, 1995) passou, no transcurso de sua evolução conceitual, por discussões que trouxeram pro cerne das questões, aspectos relacionado a sua materialidade, caráter político, social, simbólico, funcional. Elementos que acabaram por ampliar as vertentes e possibilidades analíticas.

Essas diferentes perspectivas de abordagem que foram relacionadas ao território, resultam de uma indefinição conceitual da própria Geografia (atrelada as correntes de pensamento), mas, devido ao fato também, desse conceito ser trabalhado por outras ciências, como ressalta, Rogério Haesbaert (2007, p.45).

Como sabemos, o conceito de território é amplamente utilizado não apenas na Geografia, mas também em áreas como a Ciência Política (especialmente ao que se refere ao Estado) e a Antropologia (principalmente em relação às sociedades tradicionais, com vínculos espaciais mais pronunciados).

Dessa forma, o conceito de território com forte ligação com o Estado e a área vai se firmando cada vez mais, como conceito relacionado apenas a gestão e ordenamento territorial. Logo, o solo e sua delimitação política, por muito tempo, foram essenciais para a utilização do termo território. Ingredientes (solo + estado), que acabaram limitando uma definição, desconsiderando as relações de poder, política e simbólica, em vários níveis escalares, das relações sociais.

Na Geografia isso deve-se ao fato da sua forte ligação com as questões expansionistas dos estados-nações, ao qual utilizava-se dos conhecimentos geográficos para explorar novas áreas. A esse respeito, Haesbaert (2013, p.21) pontua.

Mas, a própria história do pensamento geográfico é esclarecedora a este respeito: território só vai emergir como categoria analítica muito mais tarde do que espaço, e o contexto em que isso ocorre é também sintomático de uma necessária distinção – o território tendo sido acompanhado, sem dúvida, pela afirmação do estado-nação, especialmente a partir dos processos de unificação de países como a Alemanha (daí um geógrafo como Friedrich Ratzel ser sempre citado como um dos precursores desse debate).

Compreendendo que, devido ao fato, do território, ter sido fundado nessa escala grandiloquente, este passa a ser apreendido como núcleo maior de delimitação espacial, não subpondo-se a outros, construídos em escalas diversas. Desse modo, como veremos adiante, se faz necessário uma breve discussão a respeito da formação conceitual do território, haja vista a necessidade de desconstrução de níveis analíticos amplos. Buscando-se entender, como o território, enquanto conceito, pode contribuir para políticas sociais mais efetivas.

Desse modo, e, diante dessas várias concepções, acredita-se ser importante ressaltar, de antemão, que no estudo que segue, o caráter político e social do território, será destacado. Visto que, as políticas sociais que são elaboradas e implementadas pelo poder estatal, em várias escalas, modificam as estruturas espaciais, interferindo na vida dos indivíduos. Sendo, esse “público alvo” das políticas, programas e serviços sociais, consequência de outras complexas problemáticas sociais, que tornam as vidas e relações cada vez mais precárias.

Isto posto, entender o território e seu processo de (des)construção, torna-se basilar para ações mais contundentes. Buscando compreender esses processos, a partir de duas principais perspectivas – das crianças e dos adolescentes em situação de rua, nos espaços públicos, e, das leis e regras, que desembocam em ações estatais (territorializantes), a partir da elaboração de políticas, serviços e programas sociais. É importante frisar, que utiliza-se de trabalhos anteriores (BARBOSA, 2011; 2014), para discorrer sobre a importância de considerar os territórios que são (re)produzidos, por essa população infanto-juvenil, nos espaços públicos. Logo, almeja-se contribuir para ações mais universais, intersetoriais, que buscam assegurar a proteção integral as crianças e aos adolescentes.

5.1 Território-Natureza, Território-Social: do território espacial à espacialização do território

Que o território seja necessário a existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a Geografia Política; e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. (RATZEL, 1990, p.73)

Estado, poder, solo, políticas expansionistas, fronteiras, esses foram os principais termos a que o território esteve articulado por muito tempo na ciência geográfica. Fazendo dele, um conhecimento valioso, na conquista e permanência das áreas, controladas pelos estados-nação, fortalecendo os grandes impérios. Desse modo, e, a princípio, discorrer sobre o território, seria exclusivamente pensar sobre a gestão da área pelo Estado, ao qual controlava o solo, os recursos naturais e o povo.

Daí, a necessidade de manter esse poder (que muitas vezes utilizava-se da violência, em conflitos diretos), logo, de manter o controle, possibilitando a sobrevivência de sua nação. Destarte, Ratzel (1990, p.74), descreve a importância de manter o território, pois, “um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência”.

Desse modo, tendo como o principal interlocutor, Friedrich Ratzel, o conceito de território, foi cada vez mais se fortalecendo como conceito político, atrelado as relações de poder, que tinha, o estado, como único fundador e responsável por manter o controle desses espaços. O território, era analisado na escala estatal, no qual não possibilitava sobreposições territoriais.

Tínhamos, portanto, um conhecimento geográfico, a favor do imperialismo, possibilitando a estas estratégias de conquistas e controle dos espaços (solo, recursos naturais, povo). Dito isto, o geógrafo Marcos Aurelio Saquet (2013a, p.30) afirma que.

No século XIX, de maneira especial na Alemanha (Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel), conjugam-se as condições (i)materiais para o fortalecimento da Geografia Moderna, articulada aos interesses do Estado e às aspirações da classe burguesa. Assim se forjam politicamente fortes, como discurso ideológico, pensamento e conhecimentos utilizados pelas forças dominantes.

Nesse sentido, o território, enquanto conceito, acaba permanecendo mais pelo sua função política, diante da necessidade de se manter a organização social existente (Estado, divisão de classe, recursos naturais, poder). E, essa concepção, foi por décadas reproduzidas na geografia, principalmente, nas duas primeiras correntes de pensamento, de base positivista e neopositivista, que são intituladas, de Geografia Tradicional ou Moderna e Geografia Teorética e Quantitativa ou Nova Geografia.

Como já mencionado, não apenas a Geografia utilizava-se do termo território, outras áreas também contribuíram para seu desenvolvimento conceitual. Destacando-se na filosofia, Deleuze e Guattari (2011, p.204), que apresentam a “máquina territorial”, como processo construtivo entre as relações governamentais e seu povo, como podemos observar nessa citação.

A máquina territorial segmentária esconjura a fusão pela cisão, e impede a concentração de poder mantendo os órgãos de chefia numa relação de impotência para com o grupo: como se os próprios selvagens pressentissem a escalado do Bárbaro imperial, que, no entanto, surgirá de fora e que sobrecodificará todos os seus códigos.

Evidencia-se então, essas relações de poder, que, ocorrem também, internamente nas nações, não apenas entre as nações. A escala de dominação e poder, os conflitos e o interesse em mantê-los, vão ganhando outros contornos que não apenas da delimitação física do estado. O poder não se concentra apenas em uma instituição, mas, faz parte da coletividade organizada, que podem ser evidenciadas, em movimentos de resistência ou reivindicação, fortalecendo-os enquanto grupo. Por isso, compreender o território, apenas como espaço de governança, seria esvazia-lo de sentido, torna-lo um fim em si mesmo.

Logo, e, devido as mudanças políticas, econômicas, culturais, pode-se perceber as alterações sociais, as disparidades socioeconômicas, que impulsionaram uma nova corrente de pensamento crítico, que exigiam dos pesquisadores estudos mais sociais, no sentido de se buscar entender, não apenas os grandes sistemas organizacionais a sociedade, mas, entender os movimentos internos da sociedade, resultado de mudanças, principalmente, econômicas. Como discorre, Saquet (2013a, p.53).

O conceito de território é retomado, nos anos 1970, em abordagens que procuram explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como formas de controle na vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico.

Logo, o território como categoria analítica, volta, com grande entusiasmo, ao cerne dos debates e interesse dos pesquisadores. Ansiando evoluir conceitualmente, vários foram os geógrafos que apresentaram reflexões e estudos empíricos em torno do território. Porém, mesmo almejando desarticular o território, da sua conexão apenas com o Estado, muitos

acabaram fortalecendo o caráter material, e outros, confundindo com espaço geográfico. Marcelo Lopes de Souza (2013, p.78), apresenta algumas considerações sobre isso.

Para muita gente – curiosamente, até mesmo para pesquisadores profissionais –, o vocábulo “território” é, ainda hoje, quase que sinônimo de espaço geográfico. Não que lhes escape a tradicionalíssima vinculação entre essa palavra e o discurso político do Estado-Nação (“território nacional”), ou que lhes escapem mesmo as alusões a relação de poder em geral.

Essas “confusões” conceituais acabaram por gerar discordâncias entre os estudiosos, logo, diferenças na forma de ver e conceber o território. Isso, como já descrito, pela forma de aproximação do conceito de território com o espaço social e com sua materialização. Um dos estudiosos, já tornado clássico, Claude Raffestin (1993; 2009), incorre as essas ideias, pois acreditava que “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede” (1993, p.150).

Raffestin (1993, p.143) ressaltava essa forte ligação com a base material do conceito, no sentido de anteceder o território⁹, como poderemos perceber.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

Nesta concepção, os territórios são construídos a partir da apropriação de um determinado espaço, por algum ator que realiza uma atividade. Acrescentado, Raffestin (2009, p.23), “é, pois, evidente como a construção dos territórios foi muito influenciada, não somente pelas atividades agrícolas mas também pelas políticas, pelas transformações das cidades e pelas mudanças dos hábitos de consumo”. Assim, temos os territórios das cidades e campos, como espelhos das transformações do espaço (RAFFESTIN, op. cit., p.23).

⁹ É importante ressaltar que, com isso, não elimina-se a necessidade da base material do território. O que se coloca é que a (re)produção do território pode ser alterada/modificada independente da base material, como já apontaram alguns estudiosos.

Apesar de apresentar os atores sociais na produção dos territórios, fica nítido que o autor supracitado continua a correlacionar essas ações em níveis escalares de maior plenitude, como a política, que acabam transformando o espaço e implicando em mudanças sociais. Apresentando as relações de poder, contudo, numa escala grandiloquente.

No Brasil, o geógrafo Milton Santos (2002; 2005), também contribuiu para o desenvolvimento do conceito de território, contudo, na sua concepção o termo se aproximava mais de espaço social do que necessariamente da construção do território a partir da dominação e apropriação dos espaços, pelos diversos atores sociais. Apresentado que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social (SANTOS, 2002, p.15).

Para o referido autor, o território era composto de dois ingredientes: espaço e o seu uso (que o dava sentido). No qual, tornava-se sinônimo de espaço social, acrescentando: “o território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território” (SANTOS, 2002, p.15).

Sendo, nessa ideia, um dos principais elementos responsáveis pela transnacionalização dos territórios, o desenvolvimento da tecnologia, da informação. Tornando os espaços cada vez mais conectados. Isto posto, fica notório também a conexão com a delimitação estatal e seu poder no desenvolvimento técnico e científico, bem como de conexão com outras nações. No qual acrescenta: “Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns” (SANTOS, 2005, p.142).

Isto posto, desarticular o conceito de território do poder estatal, possibilitando novos caminhos analíticos, foi algo que requereu um aprofundamento crítico sobre as relações sociais, suas estruturas e organizações. Pois, se o conceito de território estava ligado ao poder, sendo este inerente a qualquer relação social, havia outros processos territoriais para além do Estado, ou seja, havia uma justaposição territorial, que ocorriam em vários níveis escalares. Assim, é nesse sentido que Saquet (2013a, p.33), apresenta algumas reflexões.

O poder é inerente às relações sociais, que substantivam o campo de poder. O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas...,

enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas (...).

Logo, toda ação realizada por um grupo social, buscando a dominação ou apropriação do espaço, para uma determinada finalidade, pode configurar o território. Desse modo, compreender esses processos de territorialização pode ser crucial para o desenvolvimento social, haja visto que podemos entender a dominação social, como bem discorre, Saquet (2013b, p.56).

Uma das maneiras para compreender e explicar a problemática da dominação social e, ao mesmo tempo, de contribuir para sua transformação, é por meio de uma concepção centrada na construção histórica e relacional do território, que precisa ser analisada criticamente, planejada e reordenada, considerando-se os significados concretos das gentes em seus locais de vida.

O território como conceito, sendo identificado a partir de vários agentes sociais, possibilitou um maior entendimento sobre as disparidades socioespaciais, sendo uma ferramenta importante para a equidade social. Nesse sentido e contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento do termo, na geografia brasileira, temos as reflexões de Marcelo Lopes de Souza (1995, p.78/79), que foi exaustivamente referenciado, no qual apresenta, o território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, sendo este “essencialmente um instrumento de exercício de poder”, no qual o mais importante é saber “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?”.

Diante destas reflexões, e, após quatorze anos desse seu escrito, Souza (2005), acabou sentindo a necessidade de produzir outro artigo com o intuito de esclarecer alguns equívocos reproduzidos por estudiosos. As principais discussões giravam em torno do caráter político e material do território, elementos extremamente enraizados no processo evolutivo do conceito. Desse modo e almejando “aparar as arestas”, Souza (2005, p.59) discorre que, “o que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil”. Acrescentando.

O que eu disse, e que está longe de ser a mesma coisa, foi que confundir o território com o substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, “feições” naturais etc) equivale a “coisificar” o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial das relações de poder, os recortes territoriais,

as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referencia material para as práticas espaciais mudem. (SOUZA, op. cit., p.61)

Ou seja, o território é construído e reconstruído, nas mais variadas escalas e por diferentes atores sociais. As relações sociais, logo, as relações de poder intrínseca a estas, são fundamentais para os processos de territorialização. Assim, pensar no território significa trilhar caminhos analíticos que possibilitam a compreensão da formação dos grupos sociais, seus anseios e necessidades. Pois, os espaços são territorializados com finalidades específicas, em níveis variados.

Logo, é nesse sentido que o território passa a ser considerado uma ferramenta importante para o desenvolvimento das políticas públicas. Conhecer o território, significa conhecer os grupos sociais que o territorializa, os motivos pelos quais os territorializa, e como esses grupos se organizam para manter o controle sobre um determinado espaço. Ajuda a compreender a formação histórica, como coloca Haesbaert (2004, p.82), “enquanto relação social, umas das características mais importantes do território é sua historicidade”.

Nesse sentido, Fernandes (2009, p.200) acrescenta que o território passa a ser requerido para as políticas públicas, que são implementadas nos espaços rurais e urbanos.

O território é utilizado como conceito central na implementação de políticas públicas e privadas nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistência, produzindo constantes conflitualidades.

Utiliza-se do território para efetivação das políticas públicas, que consequentemente irão (re)produzir novos espaços geográficos e/ou novos territórios. Assim, entender o território torna-se basilar para o desenvolvimento das políticas públicas, tornando-as mais eficientes nas causas a serem solucionadas.

Isto posto, e, entendendo o território sendo construído e desconstruído, nas mais variadas escalas e tempos, por grupos sociais distintos, no qual o poder é imanente a estas relações, podemos compreender como este conceito pode ser útil para as políticas públicas, e, em especial, as políticas sociais direcionadas a população infanto-juvenil que ocupa os espaços públicos, na cidade de Campina Grande. Entender o processo histórico de formação, as causas,

anseios, dificuldades e limites desse grupo em especial, torna-se fundamental para elaboração e implementação das políticas sociais, logo, sua eficiência.

5.2 O “poder da precarização”¹⁰ socioterritorial¹¹: o território relacional da população infanto-juvenil

O mais forte nunca é bastante forte para ser sempre o senhor se não transformar sua força em direito e a obediência em dever. Daí o direito do mais forte; direito tomado aparentemente com ironia e, na realidade, estabelecido como princípio. Mas será que nunca nos explicarão essa palavra? A força é um poder físico; não vejo que moralidade pode resultar de seus efeitos. Ceder à força é um ato de necessidade, não de vontade; quando muito, é um ato de prudência. Em que sentido poderá ser um dever? (ROUSSEAU, 2014, p.26)

A sociedade é constituída por relações de poder que se concretizam a partir das normas e regras sociais que regem as ações dos indivíduos. Assim, o direito e o dever, acabam (re)produzindo o espaço geográfico, pois, são normas e regras que devem ser cumpridas socialmente, diferenciando-a da sociedade em estado natural, criando padrões civilizacionais. Nesse sentido, Ruy Moreira (2007, p.75) diferencia o que venha a ser regra e norma, suas especificidades e papéis, na construção da sociedade.

A regra e a norma diferem em sua natureza. A regra diz o que deve e não deve ser feito, define e qualifica os valores mediante os quais se orientam a distribuição e o movimento dos lugares no espaço. A norma diz o que deve ser, reafirmando e consolidando o que diz a regra com o estatuto da normalidade.

A regra trilha o caminho mais do impositivo, enquanto que a norma é algo mais naturalizado. O autor supracitado exemplifica, “se o ‘ponha-se no seu lugar’ é o imperativo da regra, o ‘este é o seu lugar natural’ é discurso da norma” (MOREIRA, op. cit., p.76). Nesse

¹⁰ O poder da precarização, é destacado no sentido que, no processo de resistência, pela produção da vida, essa população em situação de rua, a partir da formação de grupos, (re)existem aos descasos sociais.

¹¹ Subtítulo inspirado na obra: Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção, do Geógrafo Rogério Haesbaert (2014).

sentido, a sociedade vai se naturalizando com as normas, que são constituídas, pelo poder das classes sociais dominantes.

Logo, discorrer sobre as regras e normas sociais, implica em pensar a estrutura e organização social de poder, que interfere na produção e reprodução do espaço geográfico e que são fundamentais para o entendimento da construção dos territórios. Haja visto que o território é constituído a partir das relações de poder, fazendo com que os indivíduos dominem e se apropriem dos espaços.

E o poder pode se manifestar nessas relações sociais, de forma clara/veemente ou mais intrínseca. Quando direcionamos para os territórios que são construídos e desconstruídos, nas mais variadas escalas e tempos, por crianças e adolescentes em situação de rua, nos espaços públicos, de Campina Grande, percebemos que as relações de poder, são mais veementes nessas relações sociais e que eles, por se encontrarem em situação de vulnerabilidade, não se adaptam as normas e regras da sociedade em geral, fazendo com que estes, de forma paralela, repensem essas condutas sociais. Temos, portanto, um território em escala nacional, que é justaposto por outros territórios, como os territorializados por essa população infanto-juvenil e pelos programas e serviços que buscam garantir os direitos desses indivíduos, pois, assim como o território não se limita ao estado, o poder, elemento fundamental na definição do território, também não, encontrando-se este presente na vida cotidiana.

Desse modo, se faz necessário discorrer sobre o que venha a ser o termo poder, para entendermos como ele se faz presente nas diversas relações sociais. Assim, almejando essa definição conceitual, recorreremos, a alguns filósofos de grande destaque, como Hannah Arendt (2014a; 2014b) e Michel Foucault (2013; 2015), que contribuíram significativamente, para o desenvolvimento do conceito. Apesar de transitarem por perspectivas diferenciadas, esses autores contribuíram para ideia de poder que utilizamos nos dias atuais, que serve de base para conceituar o território, logo, entender os processos de domínio e apropriação dos espaços, a construção das normas e regras, enfim, possibilita alguns entendimentos sobre as conjunturas sociais.

Assim, nessa perspectiva, Foucault (2015, p.44) destaca a importância do poder para o desenvolvimento social, haja vista que o poder não pode ser compreendido apenas pelo viés negativo, repressivo, acrescentando.

Ora, creio ser essa uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se

não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Isto posto, o poder é trabalhado como importante elemento de organização social, permitindo a reprodução da vida. Desse modo, podemos inferir que o poder, a partir do nível escalar, pode ser (re)produzido de uma forma mais efetiva, como ocorre pelo estado, uma vez que utiliza-se de alguns equipamentos para, através das normas e regras, e, muitas vezes da violência, conseguir se impor diante da nação. Já o poder presente em escalas grupais, acaba por ser uma ferramenta de sobrevivência, pois, como já descrito no respectivo estudo, as crianças e adolescentes acabam desenvolvendo artimanhas para permanecerem nessas áreas, nos espaços públicos, que, por abrigar grupos diversos, exigem conflitos diretos, no qual requerem dessa população infanto-juvenil uma presença, dominação constante.

Assim, por mais inadequados que sejam esses espaços, para a população infanto-juvenil, quando estes conseguem se impor, enquanto grupo, dominando e apropriando essas áreas, e, construindo suas próprias regras de convivência, o prazer em forma de controle e poder, torna-se valorizado e almejado pelos demais. Entretanto, como bem apresenta Arendt (2014, p.249), o poder encontra-se sempre em processo de manutenção, pois, “...o poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, como os instrumentos da violência, mas só existe em sua efetivação”.

Desse modo, fica evidente a diferença, entre poder e violência, não de forma excludentes (o poder eliminando a violência ou vice-versa), mas, a violência como uma ferramenta que pode ser utilizada para conquistar ou manter o poder. Nesse sentido, a autora supracitada (2014b, p.52), destaca que, “ao que parece, a resposta dependerá do que compreendemos como poder. E o poder, ao que tudo indica, é um instrumento de domínio, enquanto domínio, assim nos é dito, deve a sua existência a um ‘instinto de dominação’”.

E essa dominação só ocorre enquanto o grupo se mantiver unido. Pois, o poder não pode ser construído de forma individual, ele é fruto de necessidades, propósitos coletivos, no qual é comandado por um líder, que depende da aprovação da coletividade. Logo, é nesse sentido que o poder se distancia conceitualmente da violência. Hannah Arendt (2014b, p.63), a este respeito, discorre.

Finalmente, a *violência*, como eu disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo. (grifo original da autora)

A violência pode-se assim ser utilizada como uma forma direta de imposição de regras, normas, controle. Podendo ser constituída, a partir de variáveis distintas, como a violência física, psicológica, cultural, dentre outras. Assim, várias são as ações que possibilitam esses tipos de violência. Desse modo, podemos inferir o caráter político do poder (por ser uma construção coletiva), uma vez que a violência utiliza-se de equipamentos, ferramentas, para dominar, controlar, a partir de ações de controle, violentos.

Entender, conceitualmente o poder e a violência torna-se extremamente importante, pois é a base para compreendermos os territórios que, no estudo que segue, são (re)produzidos pela população infanto-juvenil nos espaços públicos de Campina Grande. Sack (2013, p.63) nos apresenta a importância do poder para conceituar o território, pois, para este “territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados”, acrescentando.

Pessoas não apenas interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar: interação humana, movimento e contato são também casos de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles a recursos. Relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder. Territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume.

A partir do poder utilizado pelos indivíduos que dominam, apropriam-se e controlam outros grupos e instituições, temos os espaços sendo territorializados, no qual estes vão impondo suas condutas. Ficando isso evidente, no estudo realizado por Barbosa (2011; 2014), sobre as territorialidades das crianças e dos adolescentes, presentes nos espaços públicos, de Campina Grande. No qual, no período da pesquisa empírica, pode-se observar as formas de organização e dominação dos grupos nesses espaços. Afirmando, a presença do poder nesses grupos e relações, na conquista e dominação dos espaços.

Nesse sentido, buscando compreender os múltiplos territórios, no ano de 2014, Rogério Haesbaert realiza um estudo no qual discorre sobre a precarização socioterritorial que acaba implicando em “múltiplos territórios e multiterritorialidade”, a partir de grupos sociais marginalizados, que buscam espaços de sobrevivência. Sendo isto, consequência de um sistema econômico-político maior, que exclui grande parcela da sociedade, como discorre nessa passagem da obra.

Vivemos o domínio do capital financeiro, especulativo, que se desloca do setor efetivamente produtivo, gerador de empregos; uma economia pautada em setores de alta tecnologia, poupadores de força de trabalho; o desmonte do “estado-providência” ou do bem-estar social (que também atuava como válvula de escape, empregando em épocas de crise) e a superação do padrão de acumulação fordista, em nome da globalização neoliberal e seus processos de “flexibilização” e privatização pós-fordista. (HAESBAERT, 2014, p.183)

Assim, nesse projeto econômico, muitos são os grupos que necessitam sair dos seus núcleos familiares e comunitários para buscarem meios de sobrevivência. Ao sair em busca de novas áreas, esses grupos acabam territorializando outros espaços, imprimindo novas organizações espaciais. Em um nível escalar menor, isso ocorre com as crianças e adolescentes, que vislumbram nos espaços públicos, há possibilidade de desenvolvimento, pois, devido a situação de vulnerabilidade já presente no ambiente familiar e comunitário, muitos destes acabam ocupando espaços da cidade em busca de conseguir dinheiro, alimento, drogas, enfim, acabam desenvolvendo estratégias de permanência nessas áreas.

Logo e diante das pesquisas anteriores (BARBOSA, 2011, 2014), podemos apreender, esse movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (HAESBAERT, 2004), que ocorrem internamente, no espaço urbano de Campina Grande, que ocupam os espaços mais movimentados, de grande fluxo de pessoas e veículos. Logo, esse processo de desterritorialização, das crianças e dos adolescentes, dos seus núcleos primários de segurança (família/comunidade), apresenta-se num primeiro momento, como consequência dessa precarização socioterritorial, nas quais as famílias já vem passando a gerações.

Uma vez inseridos nos espaços públicos, essa população infanto-juvenil irá entrar em conflito para manter seu poder (enquanto grupo) com outros indivíduos (adultos, dependentes químicos, dentre outros), bem como, com o Estado (a partir dos programas e serviços sociais que buscam garantir sua proteção integral), além da sociedade que passa a visualizar estes como perigo eminente. Pois, como alerta Souza (2015, p.42) “a juventude pobre dos espaços

segregados é, em última análise, o grande ‘inimigo’ a se temer, real ou potencialmente, no imaginário das elites e da classe média”.

Logo, entender os territórios que são construídos por essas crianças e adolescentes, implica em ampliar o olhar para uma conjuntura social muito mais complexa. Não basta apenas entender como os territórios são (re)produzidos, se faz necessário aprofundar as análises, entender os contextos familiares e comunitários, compreender o processo histórico desses núcleos primários. Pois, vários são as causas que levam essa população, a se organizarem em grupos, e, ocuparem essas áreas. Ressaltando que nem sempre é premeditado essas formações em grupos, na maioria dos casos, as necessidades de defesa e sobrevivência, a essas áreas de grande risco social e pessoal para essa população, em fase de desenvolvimento, os condicionam a isso, fazendo pensar artimanhas de sobrevivência.

Nesse sentido, a importância de compreender, os territórios nessa perspectiva relacional do espaço, que possibilita o entendimento das formações dos territórios, e, dos processos históricos de formação das famílias, que desembocaram nesta complexa problemática social. Dito isto, Haesbaert (2004, p.80), acrescenta que, “território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, para muitos autores de relações de poder”. E, esse entendimento, torna-se fundamental, para aplicação de políticas sociais, que possuem como público as crianças e adolescentes em situação de rua. Pois, muitos destes possuem históricos familiares de descaso social, que vai da violência (física, psicológica, institucional) a falta de assistência. Sendo narrativas “comuns”, entre estes indivíduos. Entender o contexto social, os processos históricos, as relações de poder, impressas no espaço, significa ampliar o olhar, em busca de políticas sociais realmente efetivas.

5.3 Território: o “fetiche” das políticas sociais

É sabido que muitos foram os avanços materializados na forma da lei, que a Constituição Federal de 1988 proporcionou. Diante de todos os avanços subsequentes, incorporar o conceito de território na proteção social passou a ser um determinante para ações mais efetivas do estado. Contudo, devido ao caráter jurídico e físico do território, trabalhado pela assistência social, que não ultrapassou os aspectos de delimitação de área, temos um conceito geográfico pouco explorado no seu aspecto esclarecedor das relações sociais.

Logo, é nessa ação do estado capitalista, na atuação pela diminuição da exclusão social, que as políticas públicas tornam-se importantes para uma maior equidade social. Desse modo, as políticas públicas, para se tornarem mais eficientes, passam a utilizar o território como elemento importante, e, como destaca Lindo (2011, p.51) “o uso do território, para além da localização de pessoas, grupos e processos sociais ajuda a compreender o espaço de produção e reprodução de relações sociais concretas que adquire visibilidade a partir das desigualdades nele presentes”.

Isto posto, e, almejando o entendimento do conceito de território, como ferramenta para compreensão das conjunturas sociais, nos deteremos as essas reflexões tendo como base: o Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA/1990), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Resolução Nº 183, de 09 de março de 2017. Esse último documento, foi sancionado pelo Ministério dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovando “Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”. Logo, são legislações basilares para ação dos educadores sociais que possuem como público, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Sendo considerado uma das legislações mais avançadas e completas no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado logo após a Carta Magna, significou um importante avanço para a proteção integral das crianças e dos adolescentes, como já mencionado em subitens anteriores. Sendo a legislação base, para todas as demais ações, o Estatuto, apesar de não utilizar do termo território (de forma clara, no corpo do texto da lei), induz a partir de alguns artigos e incisos, o território como conceito importante, para o desenvolvimento de algumas ações.

Pois, se no artigo 15º, do Estatuto, “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”, para assegurar isto, é preciso minimamente ter conhecimento sobre as realidades vivenciadas por esse grupo populacional. Assim, conhecer os laços comunitários e familiares dessas crianças e adolescentes, são importantíssimos, para essa garantia.

Porém, como a sociedade é constituída de realidades plurais, com contextos e vivências distintas, ajustar os olhares, com intuito de maior aproximação, para essa população infanto-juvenil torna-se basilar. Contudo, esse aprofundamento nas relações sociais não podem ocorrer de forma a encobrir as relações de poder intrínsecas nessas comunidades e famílias. Pois, esse

entendimento, não apenas das conexões entre pessoas, mas, da forma como o espaço é territorializado e percebido pelos demais indivíduos, bem como pelo estado, a partir de infraestrutura, equipamentos educacionais, de lazer, dentre outros, torna-se fundamental para ações concretas, de bem estar-social.

Desse modo, fica notório a importância do território, como elemento elucidativo, para elaboração e implementação das políticas sociais, ou, das políticas legislativas que dão suporte para os programas e serviços sociais. Corroborando para esse entendimento, Lindo (2011, p.64), acrescenta.

Diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explícitas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Quando o Estatuto afirma a importância de fortalecer os vínculos familiares, comunitários, entender os anseios, desejos, problemáticas sociais, aparecem como elementos importantes para ações contributivas para o desenvolvimento físico, psicológico, social das crianças e adolescentes, os processos territoriais. Tanto, para o conhecimento do público alvo das políticas, como para construção legislativa territorializante do estado, que necessita levar em consideração os processos de “precarização socioterritorial”.

Fica evidente, em todo o Estatuto, a importância do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários primários, para que a criança e/ou adolescente, considerados prioridades absolutas do Estado, possam se desenvolver plenamente, sendo assegurado a sua proteção integral. Para que isso ocorra, ou, para garantir que isso ocorra, temos a família, a sociedade e o estado, como as instituições responsáveis por esta população. Contudo, na maioria dos casos, temos históricos familiares de violência e omissão, que devido a ações pouco eficientes do poder público, acabam sendo repassados para as gerações subsequentes. Temos uma sociedade capitalista mais preocupada com a propriedade privada, do que com a vida, uma sociedade egoísta, indiferente. E um estado omissivo, liberal, conservador, no qual se preocupa mais com os aspectos econômicos e morais, em vez das garantias sociais.

Logo, é nesse contexto, do conservadorismo, da meritocracia, que a assistência social, como direito de todos, tenta se manter firme, no propósito de assegurar a dignidade humana.

Pois, como apresenta Koga (2011, p.40), a nossa formação enraizada, “(...)tradicionalmente autoritária, hierárquica, baseada em um regime patrimonialista e escravocrata. Tais elementos dificultam o debate sobre padrões de civilidade, de cidadania que possam nortear as relações da sociedade brasileira”.

Assim, compreender o território, torna-se fundamental não apenas para ações mais efetivas, mas, para desconstruir essa estrutura social, carregada de estigmas e preconceitos, que acabam por culpabilizar as vítimas. A construção do território é social e histórico, no qual enfatiza as relações de poder, que se manifestam simbolicamente ou funcionalmente. Utilizar-se do território é também colaborar para ações mais universais e menos focalizadas da política social. Koga (2011, p.56), nesse sentido, acrescenta que.

Em contextos de fortes desigualdades sociais, de tendências à focalização cada vez mais presentes nas propostas de políticas sociais, o território representa uma forma de fazer valer as diferenças sociais, culturais que também deveriam ser consideradas nos desenhos das políticas públicas locais.

Com a descentralização e maior autonomia dos estados e municípios, essa aproximação para com as realidades locais foram impulsionadas, entretanto, devido as complexas problemáticas sociais e o anseio da maioria dos gestores em medidas rápidas, algumas soluções acabaram tornando-se superficiais. Desse modo, a importância de considerar as formações territoriais ganhou poder de lei, com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Corroborando com que já foi mencionado, Sposito e Carrano (2003, p.15) destacam.

Junto ao processo de descentralização, PNAS traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração.

Agora, o termo território, apresenta-se no corpo do texto, no qual passa a ser considerado como um dos fundamentos para uma boa ação social. É importante ressaltar, que o território não é tratado como elemento significativo, apenas por aparecer escrito, mas, pelos objetivos, princípios, diretrizes, da PNAS, que elucidarem a importância de conhecer esses espaços que são delimitados, controlados, apropriados por grupos sociais plurais.

Faz-se necessário, o conhecimento aprofundado da sociedade, para o entendimento das necessidades mais urgentes, e, o território, ao possibilitar as respostas a essas questões, passa a ser considerado essencial. Buscando elucidar essa linha de raciocínio, a seguir, o objetivo principal da PNAS/2004.

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Evidencia-se, então, o conhecimento socioterritorial para elaboração e implementação de políticas, serviços e programas sociais. Sposito e Carrano (2003, p.16), concluem.

Sobre este princípio é necessário relacionar as pessoas e seus territórios, no caso os municípios que, do ponto de vista federal, são a menor escala administrativa governamental. O município, por sua vez, poderá ter territorialização intra-urbanas, já na condição de outra totalidade que não é a nação. A unidade sociofamiliar, por sua vez, permite o exame da realidade a partir das necessidades, mas também dos percursos de cada núcleo/domicílio.

Vejamos, temos a descentralização, e, a autonomia dos municípios como um ganho para aproximação escalar e conhecimento territorial, que busca garantir de forma efetiva a assistência social para quem dela necessitar. Contudo, reforça-se, de antemão, a importância da apreensão desses territórios, em outros níveis escalares, do cotidiano dos indivíduos.

Contudo, e, apesar de exaltar a importância do território para conhecer os processos de organização social, ansiando a descentralização da política, bem como sua universalização, podemos perceber que na sua aplicação, através dos serviços e programas sociais, há uma lacuna, entre essa política e as ações, bem como o próprio entendimento do que venha a ser o território.

Vale ressaltar que, no respectivo estudo, não trabalharemos com a ideia de “território usado”, do geógrafo Milton Santos (2002; 2005), muito trabalhado pelos estudiosos que se debruçaram as análises do conceito de território na assistência social (KOGA, 2011; STTEINBERGER, 2013). Isso não desmerece o conceito trabalhado por Santos, muito menos, os trabalhos dos demais pesquisadores. Buscou-se outras perspectivas teóricas, por entender,

que o “território usado”, se aproxima e muitas vezes se confunde com o espaço geográfico (como já foi analisado no primeiro item deste capítulo). E, devido também, ao fato de enfatizar as perspectivas econômicas, colocando-o e limitando-o no seu caráter funcional.

O geógrafo, Jean Gottmann, outrora já discorria sobre o território e sua evolução conceitual, será resgato para darmos continuidade as análises do território nas políticas sociais. Destarte, este destacava.

As constantes dificuldades experimentadas pelos juristas demonstram a necessidade de se aceitar que o território é um conceito, e um conceito mutável. Como geógrafo, sinto que seja indispensável definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. (GOTTMANN, 2012, p.03)

O conceito é mutável, assim, como a própria territorialização. Ele se constitui como parte do espaço geográfico, contudo, mesmo que essa base material seja alterada, o território, e, essas relações sociais e de poder, podem permanecer. É fruto de uma apropriação e dominação do espaço geográfico, entretanto, nem sempre esses limites, demarcações, são visíveis, juridicamente definidas, como no Estado-nação. É fruto de organização, porém, esta pode ocorrer em vários níveis escalares, por vários agentes sociais, e para vários fins, sejam eles funcionais ou simbólicos.

E, é nesse sentido, que o território torna-se um conceito importante para as políticas sociais. Pelo seu caráter de construção social, histórico, conflituoso, contraditório, que compreende os processos de formação social em outras esferas, não apenas de governo. É obvio que, no caso do respectivo estudo, as políticas sociais vão modificar algumas territorialidades, no sentido que, essas políticas são ações territorializantes do estado, que vão entrar em conflito com os territórios que são (re)produzidos pelas crianças e adolescentes nos espaços públicos. E esses conflitos e embates mais diretos, muitas vezes até violentos, ocorrem principalmente pelo fato das políticas, serviços e programas sociais, requererem a saída desses indivíduos dos seus territórios, pelo fato destes serem inadequados para seu desenvolvimento físico, psicológico, social.

Como já foi destacado no texto, os territórios se justapõem, logo, no mesmo espaço podemos identificar territorialidades diferenciadas, e com funções e cargas simbólicas

diferentes. Quando direcionamos aos espaços urbanos, este “hibridismo” territorial ganha maiores facetas devido a sua diversidade. Por ser este, também, um espaço que concentra mais pessoas, mercadorias, serviços, as ações territorializantes do estado acabam se fazendo mais presente no que tange a população infanto-juvenil.

Por serem consideradas prioridades absolutas do estado, às crianças e os adolescentes exigem medidas protetivas que buscam atender por completo os anseios da vida humana. E, é nesse intuito que o PNAS, que não é uma política específica para a população infanto-juvenil, mas, que é a base para assistência social, exalta a importância socioterritorial (ou, do território, já que este é um conceito social), como essencial para revelar as vivências e carências sociais, de uma população infanto-juvenil marginalizada.

Fica nítido, na PNAS, como o território e a escala (analisado no capítulo subsequente) acabam se configurando como insumo para melhorias na aplicação das políticas, serviços e programas sociais. Por isso, o território deve ser apreendido não como elemento jurídico, de gestão, mas, como uma leitura das relações sociais. Entender como os territórios, das crianças e dos adolescentes, passam pelo processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, com funções bem definidas, nas mais diversas temporalidades, irá impactar nessas ações da PNAS, quando materializada em serviços e programas sociais.

Outro aparato legal, de base e importância para a proteção infanto-juvenil, se constitui com a Resolução Nº 183. Essa é mais especificada para este trabalho, não apenas por ser direcionada às crianças e aos adolescentes, mas por ser um documento de orientação técnica para os educadores de rua. Nesse documento é extremamente comum encontrar no corpo do texto a palavra “território”. Pois, como é sabido, a partir da PNAS o território, enquanto termo, passou a ser exaustivamente utilizado.

Como já foi trabalhado em outro subitem, essa resolução define o que venha a ser “crianças e adolescentes em situação de rua”, bem como apresenta diretrizes, metodologias para o trabalho a ser desenvolvido pelo educadores sociais. Nesse sentido, o primeiro ponto de destaque está direcionado para a definição do trabalho dos educadores sociais, no qual conclui.

Enquanto prática, a Educação Social de Rua pressupõe relação e diálogo com o público atendido, com o território e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), que é composto pela articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil para a prevenção, promoção, defesa e garantia de direitos da criança e do adolescente nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. (BRASIL, 2017, p.02)

É notório o destaque dado aos contextos locais, ao destacarem a importância do público e do território, bem como das ações intersetoriais de proteção, promoção e defesa da criança e do adolescente. Entretanto, se o território fosse compreendido para além da localização, noção essa já ultrapassada na ciência geográfica, os demais elementos relacionados aos atores sociais, as ações do estado, seriam incorporados ao conceito.

Mais adiante, a mesma resolução pontua.

Os educadores sociais de rua observam a dinâmica local e as relações entre os diferentes atores (moradores, vendedores, transeuntes, traficantes, polícia, educador social de rua, comerciantes etc.).

Nesta etapa são geradas leituras do contexto, diagnósticos e mapeamentos de demandas, fragilidades e potencialidades locais. (BRASIL, 2017, p.05)

A observação das dinâmicas e dos atores sociais gera o diagnóstico e deve ser mapeado, destacando fragilidades, potencialidades, ameaças, vocações locais. Diante das orientações uma acaba chamando bastante atenção, pois, sugere uma “aproximação progressiva cuidadosa, construída por meio do respeito e entendimento da dinâmica do território” (BRASIL, 2017, p.05). O território, mais uma vez é enaltecido, entretanto, acaba se perdendo, se esvaziando conceitualmente, diante das demais orientações, que acabam repetindo elementos que podem ser identificados no território e desconsiderando a sua essência política, no sentido de desconsiderar as relações de poder presentes nesses espaços.

Pensando a construção dos territórios no espaço urbano, Silva (2002, p.33) é extremamente perspicaz ao concluir.

As diversas territorialidades urbanas são, de certa forma, uma maneira dos diferentes grupos urbanos se imporem como grupo no contexto de fragmentação da cidade moderna. O território, ao mesmo tempo em que dá identidade ao grupo, é base para a afirmação do seu poder, sendo o controle do território fonte de poder. Desta forma, os diferentes grupos urbanos, ao territorializarem certo espaço, estão demarcando os seus territórios de sobrevivência e convivência, além de estarem delimitando fronteiras que vão definir suas posturas sociais tomadas no interior do espaço urbano.

O território é construído por atores sociais que nela imprimem a forma e as estratégias de (sobre)vivência. A população infanto-juvenil de Campina Grande, ao territorializarem os espaços, dando-os funções distintas, também imprimem essas estratégias. No qual definem a praça, o parque, como locais para o lazer, uso de substâncias psicoativas, de descanso, dormida; quando definem as calçadas em frente as lanchonetes como pontos, para arrecadar dinheiro e/ou comida; quando utilizam-se de práticas, como, o malabares ou como limpadores de para-brisas, para conseguirem dinheiro nos semáforos. Saber qual a funcionalidade dos espaços, que implicam na construção territorial, torna-se fundamental para ações de assistência social.

Mais adiante, a mesma resolução define as ações para as crianças e os adolescentes, para rede de proteção, para as ferramentas metodológicas e para as ações no território. São quatro as ações direcionadas para o território, no qual se constituem: a) conhecer o território e a rede de proteção; b) “observação qualificada e conhecer o território de atuação”; c) apresentar os objetivos dos educadores sociais a sociedade civil; e, d) “sensibilizar e conscientizar moradores e comerciantes sobre a não vitimização e preconceito contra as crianças e adolescentes em situação de rua” (BRASIL, 2017, p.08).

Fica evidenciado uma preocupação em conhecer os territórios que são construídos por grupos em situação de vulnerabilidade. Fazendo-se entender que há importância de conhecer esses territórios infanto-juvenis, mais também de conhecer os demais territórios que são construídos por diversos grupos, nas mais variadas situações.

Apesar dessa preocupação com o território, visto esse como elemento importante de conhecimento para assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, e, a pesquisa empírica realizada na cidade de Campina Grande, percebemos a lacuna entre o aparato político-legislativo e as atividades desenvolvidas pelos educadores sociais que estão na ponta do serviço. A culpa por essa disparidade não se concentra nos educadores sociais, mas, em todo um sistema de garantias, que encontra barreiras para ações mais efetivas.

Essas barreiras são construídas socialmente, politicamente, economicamente, culturalmente, indo de medidas imediatas e rasas de governo, a históricos de violação familiar e falta de empatia da sociedade para com a causa. Logo, é nesse sentido que passa-se a entender o território como um “fetiche” da política social. Pois, apesar de ser exaltado, sendo reforçado sua importância, sua compreensão e apreensão, para além de ações de gestão, esse entendimento, ainda se encontra rarefeito.

Assim, mesmo diante dos avanços político-legislativo da assistência social, a falta de entendimento no que rege ao conceito de território torna as ações pouco expressivas. Logo, se o território enquanto conceito e ferramenta parece encontrar-se longe de ser alcançado, a ideia de uma política universal também se distânciava. Fazendo com que as ações ocorram de forma focalizada, sem aprofundamento das complexidades sociais. E, com isso temos a fragmentação cada vez maior dos públicos que necessitam dessas políticas públicas. Nesse sentido e buscando discorrer sobre essas questões, o item subsequente será dedicado a reflexões sobre as questões territoriais, a partir de programas e serviços, que foram desenvolvidos e implementados na cidade de Campina Grande.

5.4 As ações territorializantes do estado: como Campina Grande trabalha as questões territoriais dos serviços e programas sociais e de saúde?

É de comum acordo que o território, enquanto conceito trabalhado na ciência geográfica, vem possibilitando a quem dele utiliza-se, maiores esclarecimentos e compreensão das dinâmicas sociais, dos processos de organização da sociedade. No qual contribui para o entendimento das relações de poder, que se estabelecem no espaço, a partir de vários atores sociais, que acabam controlando e delimitando áreas.

Logo, é nesse sentido de desvendar as realidades sociais, com o intuito de garantir atendimento a quem necessita da assistência social, que o território passa a ser extremamente utilizado nas políticas públicas. Ou, pelo menos é nesse sentido, que compreendemos, que sua utilização, possa contribuir para ações mais positivas, em prol da seguridade social, desse grupo infante-juvenil em situação de risco.

Desse modo, objetivando analisar a importância do território para o trabalho dos educadores sociais, após compreender o aparato político-legislativo, passa-se para os serviços e programas sociais elaborados e implementados na cidade de Campina Grande, que possuem como foco a população infante-juvenil. Como já foi esclarecido em outro capítulo, o principal motivo da escolha por esses programas e serviços, deu-se pela abrangência em vários segmentos, possibilitando, agora, entender como essas ações, que do ponto de vista do estudo se configuram como ações territorializantes do estado, se comportam na utilização do território como ferramenta para a garantia dos direitos fundamentais da vida humana.

São estes, o Centro de Assistência Psicossocial de Álcool e outras Drogas III Infanto-juvenil, o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (no qual o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI migrou), o Programa Bolsa Família e o Programa Ruanda. Esses programas e serviços, junto com a Secretaria de Assistência Social do Município – SEMAS, bem como os demais órgãos de garantia dos direitos, como o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande – CMDDCA/CG, juntos, constroem uma rede de garantias que precisam se articular para que o trabalho intersectorial aconteça.

Nesse movimento, e, nessa busca incessante de produção de condições favoráveis para que as crianças e os adolescentes em situação de rua possam emergir desses espaços e contextos sociais, temos uma disputa entre esses, programas e serviços, e, a população infanto-juvenil que estão territorializando esses espaços públicos. Nesse sentido, esse movimento de resistência, que ocorre, principalmente, pela permanência nessas áreas, mais que também se configura na luta pela vida, essas crianças e adolescentes, vão se firmando como esses atores territorializantes e como consequência, fortalecendo seus territórios nesses espaços.

Temos, a partir desses movimentos de resistência, a construção de várias conflitualidades territoriais. Pois, de um lado, as políticas sociais, principalmente, quando transformadas em serviços e programas, causam impactos diretos nos territórios dessas crianças e adolescentes, do outro, temos uma população em situação de vulnerabilidade, vislumbrando esses espaços públicos como a única chance de (sobre)vivência. Logo, é nessa conflitualidade, que os movimentos de resistência vão se fortalecendo, a partir do desenvolvimento de novas estratégias para permanência nesses/dos territórios.

Como bem discorre Haesbaert (2004, 86).

A territorialidade humana envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado”, mas ele é “melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar e controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada”. O uso da territorialidade “depende de quem está influenciando e controlando quem e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo”.

Controle, conflito, resistência, espaço, tempo, poder, são alguns dos elementos presentes no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. É importante ressaltar, que as respectivas análises, se restringem aos processos territorializantes da população infanto-

juvenil, e, das políticas, serviços e programas sociais, que possuem como público, esses mesmos atores infanto-juvenis. Havendo a consciência, que esse movimento de resistência, ocorre também a partir do conflito com outros indivíduos e/ou equipamentos estatais. Como por exemplo, a Polícia Militar e os guardas Municipais, que se utilizam de formas mais repressoras nesses espaços.

Isto posto, e, diante dos serviços e programas definidos para o respectivo estudo, podemos inferir de antemão que para o CAPS AD III Infanto-juvenil e o Bolsa Família o conceito de território se faz necessário, contudo, é no SCFV e no Programa Ruanda que o território e sua apreensão conceitual e empírica torna-se fundamental. Com essa conclusão antecipada, não buscou-se induzir maior ou menor significância para o território, mas, exaltar que a depender do tipo de abordagem e prática social desenvolvida, o entendimento das territorialidades urbanas se torna indispensável.

Como é sabido, o CAPS AD III Infanto-juvenil é um ponto de atenção do componente da atenção especializada da rede de Atenção Psicossocial, que funciona a partir da parceria entre o Governo Federal e Municipal, custeando, para a realização das atividades. Desse modo, o serviço possui uma equipe técnica, que aguarda as crianças e os adolescentes, que são encaminhados por outros serviços de abordagem e/ou por famílias, quando esses indivíduos sinalizam interesse em parar com uso abusivo de substâncias psicoativas.

O entendimento das relações territoriais dessa criança e/ou desse adolescente torna-se importante pelo fato de apresentar as ligações que estes foram construindo ao longo de suas trajetórias. Pois, com a evolução, no entendimento e no tratamento oferecido, para quem faz uso abusivo das drogas, a ideia norteadora, é um tratamento terapêutico de inclusão e/ou permanência, às suas áreas de origem. Antes os programas e serviços acabavam se limitando a pessoa, como único e principal responsável para conseguir sair de contextos abusivos de uso, porém, hoje considera-se outras peças chaves para o tratamento, como a família, a comunidade, a escola, enfim, ambientes que podem contribuir significativamente, de forma colaborativa, para a saída desses indivíduos, dessas situações de risco.

Nesse sentido, o conhecimento sobre as relações sociais e de poder, entre esse usuário do serviço e o bairro onde ele reside, o seu contexto familiar, as relações estabelecidas no ambiente escolar, a sua rotina, prazeres e atividades cotidianas, apresentam-se de forma congruente. Desta feita, não é apenas o território que é (re)produzido pela criança e/ou pelo adolescente em tratamento que importa, discorrer sobre as demais territorialidades, presentes

nesses outros contextos, surge como fator relevante de emergência dessa problemática pelo indivíduo.

E, isso contribui para ações mais propositivas, pelo fato de possibilitar maiores conhecimentos sobre os conflitos e movimentos de resistência presentes nesses espaços. O desvelamento dessas realidades, a partir do entendimento que existem grupos sociais, que se aproximam e/ou se distanciam por desejos, empatia, necessidades, enfim, e que estes grupos delimitam espaços, áreas, a partir também de desejos, necessidades, que se manifestam socialmente pelo poder funcional ou simbólico dessas áreas, é importantíssimo apreender para o desenvolvimento das ações preventivas ou ativas.

Isto posto, é nessa mesma perspectiva que é enfatizado a importância do entendimento do território, pelos atores que especializam o Programa Bolsa Família. Como é de ciência de todos, o Bolsa Família também não desenvolve ações de abordagem, contudo, devido ao seu caráter intersetorial (saúde, educação, assistência social), outras escalas de poderes e atividades são incluídas para o bom desenvolvimento do programa.

Vimos, portanto que, com a crise do Estado, a família acabou sendo vista como solução para o bem-estar social. E isso ocorre juntamente com a minimização das responsabilidades direcionadas ao estado, que torna-se cada vez mais liberal, e, da sociedade civil, que continua a incriminar as vítimas. Posto isso, o Programa Bolsa Família, passa a ser uma das atividades que mais desconsideram a questão territorial. Pois, sua forma de ação, apesar de incluir outras esferas, não passam de preenchimentos de planilhas, tanto na saúde, como na educação, que garante a repartição da renda aos indivíduos que se encaixam nos pré-requisitos¹².

O poder de atuação do Bolsa Família vem mostrando o seu potencial para melhorias na qualidade de vida, porém, devido a outras questões (culturais, econômicas, políticas e sociais), os indivíduos que utilizam-se do serviço acabam permanecendo por longos períodos. Trabalhar de forma a entender as territorialidades, dos outros programas e serviços, bem como, dos territórios presentes nos bairros, escolas, famílias, nos espaços públicos, assegurando melhor efetividade dessas ações. Assim, poderiam ser discutidos e refletidos, de forma intersetorial com os demais programas e serviços que estão articulados ao PBF.

O território não pode ser apenas utilizado para quantificar, delimitar, para ações da gestão e de mapeamento. O território enquanto categoria analítica, da ciência geográfica, pode

¹² Compreende-se que o Programa Bolsa Família, é de distribuição de renda. Contudo, abre-se a discussão para as diversas possibilidades que este programa possui.

ser utilizado para desvendar as realidades sociais, construir diagnósticos, para que, desse modo, possamos partir para o prognóstico e planejamento de ações e gestão, pois, o território, além de apresentar as relações sociais, logo, as relações de poder que se estabelecem num determinado espaço, a partir do controle, da delimitação de áreas, também pode ressaltar as potencialidades e vocações das pessoas e dos espaços nos quais estes vivem.

Dando continuidade, temos com o reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, agora transformado em uma equipe técnica vinculado ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, uma preocupação cada vez mais notória, que exalta a importância do território, para a elaboração das atividades a serem construídas e aplicadas na cidade de Campina Grande. Estando isso, não apenas relacionado a cidade em estudo, mas, a todo serviço, que possui como eixos norteadores a participação, a convivência social e o direito de ser.

O SCFV, também se constitui por parceria entre os governos, no qual configuram a necessidade de descentralização do poder, para ações que possam captar os anseios reais dos indivíduos. Pois, como discorre Koga (2011, p.45) “neste universo de precariedade, o direito transforma-se em mérito e exceção”. Não se consegue avançar no sentido da política pública universalizada. Encontra-se sérios desafios para o desenvolvimento de ações intersetoriais. Permanecendo o caráter da focalização das políticas públicas.

Isto posto, e, buscando avançar e garantir uma maior abrangência da assistência social prestada, o documento que rege o SCFV (2013, p.21), nesse sentido, destaca que “o conhecimento do território segundo as diretrizes do serviço torna-se fundamental para o planejamento das atividades a serem desenvolvidas com os sujeitos”. Porém, no caso específico do SCFV, o território, e, todo conhecimento que este possibilita, acaba sendo central para essas práticas dos educadores sociais, e, principalmente, para se evitar conflitos, violência entre essas crianças e adolescentes.

Tendo uma população, estimada em 407.472 pessoas (IBGE, 2019), Campina Grande, apresenta uma única sede do SCFV, que atende todo espaço urbano e rural, com exceção do distrito de Galante. Localizando-se, este o único centro do serviço, fica no bairro de bodocongó. Bairro distante da área central e dos demais bairros de grande fluxo de crianças e adolescentes que territorializam os espaços públicos da cidade¹³.

¹³ Segundo dados do Programa Ruanda a maior incidência de crianças e adolescentes em situação de rua residem na zona leste da cidade – Relatório 2015.

Porém, o grande problema não se restringe apenas a questão de localização, que dificulta o deslocamento desses indivíduos, mesmo estes possuindo transporte para isso. A grande problemática reside em desconsiderar as noções territoriais, para aplicar as ações planejadas pelas equipes, configuram-se pelo fato, dessas atividades se localizarem nesta única unidade, fazendo com que essas crianças e adolescentes, de territórios diferentes (escolar, comunitário, familiar), se encontrem.

Ao territorializarem os espaços públicos, as crianças e os adolescentes formam grupos, no qual as relações de poder são notórias. Essas formações ocorrem por parentesco, necessidades, afinidades, enfim, são gigantescas as possibilidades de união dessa população infanto-juvenil para conseguirem permanecer nestes espaços. Quando separados, essas crianças e esses adolescentes perdem o poder, e, é nesse momento que a violência acaba aflorando.

Mesmo fora do contexto das ruas, mesmo que as territorialidades estejam se reconfigurando em outros espaços, ignorar essas relações de poder, desconsiderando as rixas, embates, presentes nesses espaços das ruas, torna-se a atividade aplicada enfraquecida, gerando outros riscos. Implicando, diretamente, na própria permanência desses sujeitos no serviço. Pois, como foi relatado pela coordenadora técnica do PETI, na pesquisa empírica, muitas crianças e adolescentes se recusam a ir ao centro de serviço, com receio de encontrar outros desafetos, gerando insegurança nesses espaços.

Devido a isso, apreender o território, os processos de formação por essa população infanto-juvenil, torna-se fundamental, não apenas para o planejamento das ações, mais para a própria captação e permanência desses sujeitos nesses espaços. Quanto mais os educadores sociais, entenderem as diversas territorialidades urbanas, implementando o que já vem sendo destacado pelo aparato político-legislativo, maior será a probabilidade de garantir, a essas crianças e adolescentes, espaços propícios para seu desenvolvimento físico, psicológico e social.

Adiante a pesquisa, constatamos que, dentre todas as políticas públicas definidas para este estudo, o Programa Ruanda, é o único que se configura, especificamente, como um serviço de abordagem. Ou seja, o trabalho dos educadores do Ruanda ocorre nas ruas, praças, parques, logradouros, enfim, nos espaços onde se concentram crianças e/ou adolescentes. São esses educadores que estão na ponta do serviço da assistência social, que vão encaminhar, comunicar, traçar estratégias para garantir a segurança e o pleno desenvolvimento desses indivíduos. É sabido que isso não ocorre de forma isolada, o programa precisa contactar outros serviços, para que essa proteção aconteça.

Desse modo, o Ruanda se configura como peça fundamental para o funcionamento de toda a rede de proteção, pois, é no contato direto com esse público infanto-juvenil, na construção e fortalecimento dos laços, que os educadores sociais conseguem entender e identificar, a partir de observações e no desenvolvimento das atividades, a construção dos territórios. No entanto, essa não é uma atividade fácil, pois, por encontrar-se em situação de vulnerabilidade, com históricos de violência, essa população que utiliza dos espaços públicos, geralmente são mais arredia, exigindo dos “ruandeiros” técnicas mais aprofundadas de abordagem.

Isto posto, o pedagogo Paulo Freire (1989, p.08), em sua obra intitulada “Educadores de Rua: uma abordagem crítica”, já pontuava como os educadores sociais deveriam atuar, destacando.

O educador de Rua, chave do êxito na execução de todo projeto que atende ao menino ou menina na rua e de rua, sem tira-los do ambiente, respeitando sua liberdade, fortalecendo, quando possível, seus vínculos com a família e sua comunidade e procurando a satisfação de suas necessidades básicas.

Logo, é nesse convívio, na atuação como educador social, que as relações sociais, os conflitos existentes, as preocupações diárias, algumas das estratégias elaboradas, enfim, são nesses encontros que esses elementos acabam sendo revelados. Mas isso, só é apresentado, a partir da construção de confiança entre os educadores e os indivíduos, que estão ocupando esses espaços.

Além de fornecer informações aos demais membros da rede de proteção infanto-juvenil, o Ruanda também possui no seu regimento alguns objetivos, que foram apresentados na tese. Dentre estes estão: reinserção familiar e comunitária; elencar informações e trabalhar a sensibilização das famílias e comunidades; promoção da cidadania; e, assegurar atendimento emergencial para as crianças e os adolescentes.

Portanto, desconsiderar os processos territoriais que ajudam a elucidar, quem são os atores sociais e os motivos pelos quais territorializam, não podem ser relegados a segundo plano. Pois, como discorre Gomes et. al. (2013, p.80), “usar o território é uma condição inerente à sobrevivência dos diversos agentes”. Por isso, os territórios são tão diversos, múltiplos, no sentido dos atores sociais, funções e simbologias vinculados a esses.

Planejar as atividades sociais, levando em consideração as espacialidades humanas, que a partir dos grupos e do controle dos espaços, produzem os territórios urbanos, nos leva a propostas que consideram os usuários, suas histórias, suas vivências individuais, o contexto familiar e comunitário. Compreender esses múltiplos territórios, é significativo para as práticas sociais, é uma forma de aproximação que irá revelar todas as complexidades de permanência dessas crianças e adolescentes nos espaços públicos da cidade em estudo.

Apesar de toda fragilidade, enquanto ser em fase de desenvolvimento, essa população infanto-juvenil acaba por criar artimanhas de permanência nessas áreas e que devem ser cuidadosamente analisadas para que a segurança e o bem-estar dessa população seja garantidas. Stoecklin (2003, p.97), coloca que “como sempre ocorre com aquelas à margem da sociedade, as crianças não somente se adaptam à situação; elas ativamente tentam superar suas dificuldades ao unirem-se a um outro mundo, o da rua, ao criarem o seu próprio universo, sua rua”.

Na construção desse próprio universo, o da rua, essas crianças e adolescentes vão compreendendo que são mais fortes e resistentes, enquanto grupos. Para além de uma aproximação por empatia, estes vão entendendo que na formação de grupos suas vozes ecoam mais fortemente. As relações sociais acabam se fortalecendo internamente a esses grupos, e, o poder para controlar, influenciar, persuadir os demais, também vai se fixando nesses espaços de convivência.

Logo, nenhuma política social, serviço e/ou programa pode desconsiderar essas realidades para o desenvolvimento de suas ações em prol da seguridade dessas crianças e adolescentes. Desta feita, o território deve ser utilizado não apenas para o mapeamento ou gestão dessas ações estatais, mas, como um conceito esclarecedor dessas dinâmicas espaciais. O território se constitui enquanto espaço delimitado, por relações sociais, que são também relações de poder, que se manifestam no espaço geográfico, por grupos sociais diferenciados. Trazer esse entendimento para todas as ações que buscam garantir a proteção integral dessa população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade nos espaços públicos, passa a ser fundamental para ações realmente eficazes.

5.5 Políticas públicas e território: ressignificando sua importância

Os territórios, que são produzidos nos espaços urbanos, por sujeitos marginalizados, que são excluídos do modo de produção, que não possuem poder de consumo, acabam sendo

comuns nesses espaços, tornando-se cada vez mais diversos. Assim, como as crianças e adolescentes, vislumbram nos espaços públicos, possibilidades de seguirem com suas vidas, outros indivíduos também ocupam essas áreas com estes mesmos propósitos. Devido a isso, os espaços públicos da cidade tornam-se cada vez mais, palcos de conflitos, de disputa de poder entre os grupos.

Por isso, quando se pensa numa política social e nas suas ações, tem-se que pensar nesses múltiplos territórios, nesses diversos atores sociais, por mais que o público alvo da política, serviço ou programa, esteja focado nas crianças e/ou adolescentes. Extrapolar os limites analíticos dessa problemática social, que se constitui pela presença da população infanto-juvenil em espaços inadequados, é basilar. E, tudo isso encontra-se relacionado nesse processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, a partir do domínio e apropriação do espaço.

Pensando nessa articulação entre políticas públicas e a ciência geográfica, o geógrafo Angelo Serpa (2011, p.37) apresentou algumas reflexões sobre a importância dessas vinculações, para ações mais significativas em prol do bem-estar social. Ele afirma que:

Parte-se do pressuposto de que, se há aqui alguma especificidade do conhecimento geográfico relativo às políticas públicas, ela está na dimensão espacial que permeia a temática, fazendo pensar em questões como a distribuição espacial dos programas, planos e projetos no território nacional e as desigualdades regionais advindas da formulação e da implementação das políticas públicas no Brasil.

Apesar de concordarmos com esta reflexão, acreditamos que, hoje, podemos considerar sua importância para além da dimensão espacial, da implementação das políticas públicas. Os conhecimentos geográficos, podem ser também significativos por revelar as atividades que acontecem no mais íntimo da vida humana. Com isso, não se desconsidera o caráter espacial das políticas, mais busca-se revelar outras perspectivas possíveis, através de uma leitura de mundo baseada na Geografia.

O geógrafo Marcelo L. de Souza esclarece, de forma perspicaz, essas relações que acontecem e acabam produzindo o espaço, ao qual a depender das relações estabelecidas, constroem os territórios. Logo, estes devem ser entendidos como produção social e histórica. Este pontua.

Porém, o essencial, conceitualmente, é que uma territorialização ou desterritorialização é, sempre e em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço (espaço que, vou repetir, também é, simultaneamente, enquanto substrato material e lugar, uma referência e um condicionador das próprias práticas de poder). (SOUZA, 2013, p.102)

Se o território é definido a partir das relações de poder, praticadas por sujeitos sociais, estes recebem interferência de outras pessoas e espaços, que estão dominando ou apropriando. Da mesma forma que o território, enquanto espaço controlado, a partir de finalidades e em tempos distintos, também irá interferir na dinâmica e estrutura social, impactando de forma diferenciada.

Logo, é nesse sentido que o território, como instrumento para desvendar as relações sociais, apresenta-se como conceito importante para “produção de políticas públicas voltadas para inclusão social” (KOGA, 2011, p.19). Ou seja, como destaca a estudiosa, Dirce Koga, “comumente as políticas públicas tendem a uma normalidade ou a uma descrição de um tipo ideal que não é de fato real. Nessa perspectiva, as características locais são homogeneizadas e não ganham diferenciação na efetivação das políticas públicas” (op. cit., 2011, p.20).

A falta dessas aproximações analíticas, acabam por contribuir para a focalização das políticas públicas e essa reforça as exclusões sociais já existentes. Pois, o território como é entendido e trabalhado no corpo dos textos político-legislativos limitam-se bastante ao caráter de gestão, definição de áreas e a quantificação, chegando ao mapeamento das problemáticas sociais de forma superficial, desconsiderando as dinâmicas e estruturas das realidades locais. Acabam até relegando as próprias transformações que estas políticas, uma vez implementadas, proporcionam nos espaços.

Mello-Théry (2011, p.17) discorre sobre isso, colocando.

As contribuições geográficas para a problemática atual das políticas públicas apontam primeiramente para o reconhecimento de que a política pública promove transformações no território, para, em seguida explicitar uma crítica incisiva ao estado enquanto representante de segmentos poderosos, de interesse inclusos.

Logo, se toda essas estruturas, teias sociais são fundamentais para se pensar e implementar políticas sociais, estas quando elaboradas e aplicadas, também vão transformar os

espaços desses indivíduos, no caso específico do estudo, das crianças e dos adolescentes em situação de rua. E essas transformações podem ocorrer com maior proximidade das relações sociais existentes ou podem apenas reafirmar o poder estatal, de políticas públicas pensadas de “sobrevoo”.

Isto posto, como já foi destacado anteriormente, a utilização do conceito de território, não apenas contribui para políticas, serviços e programas sociais, de caráter universais, que inclui os indivíduos, garantindo os direitos fundamentais, mais também para revelar as potencialidades individuais dos sujeitos marginalizados e seu lugar. Apresentando suas singularidades.

Destarte, quando se pensa o território como fetiche, é nesse sentido de uma exaustiva utilização do termo, que revela sua importância, pelas políticas, serviços e programas sociais, contudo, não suprimem todas as possibilidades analíticas dos cotidianos, fornecidos pelo conceito. Pois o território se configura também, como elemento importante, para as políticas públicas, por construir pontes para “participação dos cidadãos, os sujeitos que usufruem ou sofrem pela falta de recursos/serviços públicos locais, sujeitos que conhecem e vivem o cotidiano das cidades” (KOGA, 2011, p.248).

E essa participação social na construção das políticas públicas revela-se como basilar para se atingir as principais problemáticas. Pois, temos um país de dimensão continental, logo, a descentralização das políticas, bem como do orçamento, algo já conquistado, deve ser bem orquestrado para resultados satisfatórios. Contudo, não é isso que ocorre na prática. Ainda encontram-se diversas barreiras para se alcançar resultados satisfatórios na proteção infanto-juvenil, fruto de uma descentralização e intersetorialidade das políticas públicas mal coordenadas.

Restando-nos questionamentos, como o que é apresentado, pela estudiosa Dirce Koga (2011, p.255).

A grande pergunta que os pesquisadores dessa área na França têm feito é por que as leis de descentralização e territorialização das políticas públicas tão bem articuladas nos seus propósitos não conseguem efetivamente romper com a lógica categorial e setorial na prática cotidiana.

Esses questionamentos também são comuns entre os estudiosos brasileiros, e, sem intuito de apresentar nenhuma solução rasa, uma das problemáticas identificadas seria a falta

de compreensão e apreensão do território enquanto conceito estruturado e definido por algumas áreas de conhecimento, no caso, da ciência geográfica. Veja bem, pode-se notar uma incoerência ou um atraso conceitual na utilização do território nas políticas públicas. A sua limitação, na gestão e delimitação das áreas (fisicamente), não é o suficiente para o entendimento das complexas realidades sociais.

Há também um distanciamento entre os sujeitos que elaboram as políticas e quem está na ponta do serviço, colocando em prática aquilo que provavelmente foi pensado e articulado em gabinetes. A participação dos educadores sociais, bem como do cidadão ainda é muito precária. Desse modo, é mais fácil entender as cidades como espaços homogêneos, no sentido de pensar uma ação social única, que possa verberar positivamente em todos os contextos plurais desses espaços.

Levar em consideração os territórios que são produzidos e reproduzidos, nas mais variadas escalas e tempos, por crianças e adolescentes em situação de rua, é fundamental para toda a rede de garantia dos direitos humanos infanto-juvenis. Porém, por desconsiderar esse aspecto territorial, ou, por limita-lo a questões físicas, essas questões acabam por revelar-se como uma barreira para a proteção das crianças e dos adolescentes. No sentido que, os territórios são múltiplos, os atores são diversificados, suas necessidades e anseios também, desconsiderar isso é desenvolver um trabalho que torna-se frágil, na medida que as reincidências dessa população infanto-juvenil nesses espaços são comuns e parecem não ter soluções.

ESCALA, POLÍTICAS SOCIAIS E DE SAÚDE: DESCONSTRUINDO OS LIMITES GEOMÉTRICOS



CAPÍTULO 6

6 ESCALA, POLÍTICAS SOCIAIS E DE SAÚDE: DESCONSTRUINDO OS LIMITES GEOMÉTRICOS

A ciência geográfica esteve por muito tempo, arraigada aos conhecimentos cartográficos, a produção e sistematização do saber a partir da construção de cartas, mapas, corroborando efetivamente para a expansão imperialista. Geografia e cartografia pareciam fazer parte de um mesmo saber, possuindo o mesmo foco metodológico. Servindo, por muitos anos, para conquistar novos territórios, para expandir o poder dos estados-nação. Como destaca Gandhi (2015, p.44).

A expansão do horizonte comercial europeu, fundamental para a constituição da economia-mundo moderno-colonial centrada naquele continente, exige a apropriação e incorporação dos espaços ao seu sistema produtivo. As navegações foram, assim, cruciais à ampliação dos horizontes espaciais e ao aprimoramento das técnicas de localização europeias.

Nesse sentido e, parafraseando o autor supracitado, temos a questão da escala surgindo com ênfase, nas mediações dos padrões espaciais. A escala cartográfica sendo utilizada como a escala geográfica, auxiliando para o entendimento da construção das representações da realidade. Sendo a escala subjugada na Geografia Regional, pelo fato de servir ao estado, que buscava avançar e dominar novos territórios.

Destarte, temos a utilização equivocada da escala, que é subtraída da cartografia, e que por muitos anos não recebeu tratamento analítico adequado. Nesse sentido, estudiosos como Racine, Raffestin e Ruffy (1983, p.124) já destacaram.

Se considerarmos o conjunto da produção geográfica disponível até hoje, mesmo por meio de sondagens, verificamos, infelizmente, - apesar da existência de alguma referência ao assunto, com mais frequência ao final da análise – que a escala só raramente é introduzida explicitamente como uma das variáveis fundamentais que vai condicionar tanto a natureza das observações quanto a imagem que delas se dará, quer ao nível descritivo quer ao nível explicativo.

Tem-se, portanto, uma representação da distribuição dos fenômenos espaciais, que não levava em consideração a escala como conceito analítico, revelador dos processos e dinâmicas

socioespaciais. Havia-se que evoluir conceitualmente, extrapolar as medidas de representação gráfica da realidade e ascender, a partir de “novos contornos para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real” (CASTRO, 1995, p.118). Pois, como se apresentava, a escala se aproximava mais de um recurso metodológico, do que de um conceito analítico.

Desse modo, acredita-se ser importante destacar as diferenças existentes entre a escala cartográfica e a escala geográfica, como primeiro passo para uma construção conceitual. Pois, para a utilização operacional da escala geográfica, que almeja-se nesse estudo, apresentar seu processo conceitual evolutivo, significa entender algumas amarras presentes não apenas na teoria, mais na sua utilização ou na sua falta de uso, como conceito importante para o desenvolvimento de políticas sociais, como é o caso de análise desse objeto de estudo.

Buscando apresentar essa diferenciação entre a escala cartográfica e geográfica, Racine et. al. (1983, p.124) aponta que a primeira “exprime a representação do espaço como ‘forma geométrica’”, enquanto que a segunda, “exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta ‘forma geométrica’”. Ou seja, o espaço geográfico é constituído a partir de diversas formas e ações, no qual um infere no outro, e, é nesse processo variado, das formas e dos atores sociais, em níveis escalares diversos, que a escala geográfica passa a ser elemento importante para desvendar as realidades sociais.

Nesse sentido, Bezerra (2008, p.72) acrescenta que deve-se pensar a escala geográfica, “para além de uma área ou espaço circunscrito”. Devendo-se ser reveladora dos níveis de interação e influência, que um fenômeno causa em outro, percorrendo sobre as escalas globais, nacionais, regionais, enfim, mais também sobre as escalas do corpo, da comunidade, do bairro, do espaço urbano, dentre tantos outros possíveis.

Logo, a escala geográfica é uma construção social, produzida a partir de processos conflituosos e contraditórios, que vão sendo imprimidos no espaço. Afim de inferir essas diferenciações, Guimarães (2003, p.17) conclui.

A escala geográfica não se resume à escala cartográfica, definida geometricamente como uma relação de proporcionalidade entre o tamanho real da superfície terrestre e o seu tamanho representado no papel. Enquanto uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação, a escala geográfica é produzida pelas relações sociais dos atores políticos em jogo. É a escala geográfica que define as fronteiras que demarcam os campos das disputas sociais, nos termos postos por Bordieu, limitando as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado.

Isto posto, a escala geográfica não é algo dado, no sentido que este modifica-se e/ou recebe interferência de outros fenômenos sociais. Como construção social, a escala pode ser alterada, modificada, enfim, acaba-se sendo resultado das ações (re)produzidas por sujeitos, que apresenta-se em constante modificação.

Neil Brenner (2013), em um dos seus estudos, já alertava para a escala nessa perspectiva inconstante, de transformação. Buscando compreender, a partir de análises sobre a questão urbana, os processos de reestruturação e reescalonamento. Destacando a importância das modificações econômicas e políticas na produção social, que desemboca numa produção geográfica do espaço. O autor supracitado destaca a importância de desconstrução dos níveis escalares que eram trabalhados, como global, nacional, enfatizando a necessidade de outros níveis escalares e contextos. Alertando que as “configurações escalares são agora entendidas como arenas e produtos produzidos, contestados, e, portanto, maleáveis das relações político-econômicas” (BRENNER, 2013, p.191).

Nesse sentido, pensar a escala geográfica implica em considerar o tamanho do fenômeno e seu impacto na produção desses espaços. Assim, a escala passa a apresentar as diversidades desses espaços. Isto posto, quando busca-se criar essa ponte teórica e aplicada da escala como conceito geográfico para as políticas públicas, faz-se na perspectiva de apresentar as possibilidades de conhecimento dos cotidianos, que são elementos fundamentais para elaboração e aplicação dos serviços e programas sociais.

A importância de considerar essas diversidades que resultam na produção do espaço geográfico, torna-se mais incisiva num país de grande extensão e extremamente singular, como é o caso do Brasil. Temos espaços sendo (re)produzidos a partir de vários interesses, por variados atores, que são “impregnado de mensagens e valores definidos por tais atores no campo social e político” (GUIMARÃES, 2003, p.13). Logo, deve-se compreender e apreender as articulações escalares para aplicação das políticas sociais.

6.1 Escala de atuação das políticas, programas, serviços sociais e de saúde: os espaços públicos como “locus”

A escala geográfica, mesmo desvinculada da escala cartográfica, sempre foi discutida e aplicada em escalas grandiloquentes. Sua atuação sempre serviu para recortes espaciais, que se dividiam em tipos de escalas: internacional, nacional, regional e local. Essa forma de definição escalar acabou por distancia-la de aspectos do cotidiano, das vivências, das experiências corporais. Ou seja, do ser político existente em cada indivíduo, que os possibilita ser agentes transformadores dos espaços.

Com o intuito de desmitificar essas grandes escalas, Neil Smith (2000, p. 142) discorre sobre a produção da escala que vai do corpo às fronteiras globais, apresentando sua construção social e contraditória, ressaltando que.

É possível conceber a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação. A produção e a reprodução contínuas da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações e sítios de experiências. A construção do lugar implica a produção da escala, na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; a escala é o critério de diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares.

A escala a partir dessa construção social, do corpo, dos movimentos sociais, da ação política (do pensar e agir coletivamente), se articula a outros conceitos, como de lugar, que possibilita o entendimento de pertencimento da população com um dado espaço. E essas relações entre corpo e espaço pode se expressar a partir de várias vertentes, como, cultural, de poder, econômica, identitária, de leis e normativas sociais, enfim, implicando na compreensão do “espaço sempre como o locus da produção”, logo, “o espaço é total e deve, desse modo, ser considerado como indivisível não resta dúvida alguma” (SANTOS, 2008b, p.81).

Isto posto, a produção da escala geográfica, por diferentes atores, não podem estar desarticuladas de fatores sociais, políticos, geográficos e históricos. A escala é um conceito político, de delimitação e apropriação de um espaço a partir de uma ação individual ou coletiva. Fazendo com que os espaços sejam singulares, carregados de significância. É nesse processo de construção conceitual que Smith (2000, p. 139) apresenta importantes reflexões, a partir de quatro momentos complementares, como podemos perceber.

Primeiramente, a construção da escala geográfica é um meio primário mediante o qual “ocorre” a diferenciação espacial. Em segundo lugar, uma compreensão da escala geográfica poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferença espacial. Em terceiro lugar, a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. Por fim, a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa.

O espaço como lugar da luta política só ganha esse caráter a partir do momento que é territorializado. E esse processo de territorialização, no respectivo estudo, ocorre nos espaços públicos de Campina Grande a partir da ação das crianças e dos adolescentes que ocupam essas áreas e, como consequência, a partir das políticas, serviços e programas sociais que desenvolvem ações para esses indivíduos em situação de risco pessoal e social. Desse modo, temos a construção de escalas geográficas a partir de grupos sociais, que ocupam essas áreas a partir de distintas atividades, que acabam se estruturando como “causas e consequências” de uma problemática mais ampla e complexa, que a presença de crianças e adolescentes nas ruas, praças, parque e feira livre central.

De forma a complementar essa construção analítica, Corrêa (2011, p.41) apresenta duas teses referentes aos agentes sociais, a escalas e a produção do espaço, que corrobora para o explicitado acima. O primeiro ponto é que há “a produção do espaço como decorrente da ação de agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, contradições e práticas sociais que ora são próprios de cada um, ora são comuns”; o segundo ponto “diz respeito à escala como dimensão espacial na qual a ação humana, seja qual for, efetivamente se realiza”.

Destarte, inseridos em uma lógica capitalista, de concentração de renda, exploração da mão-de-obra, de atividades cada vez mais tecnológicas, temos vários agentes e conflitos na produção dos espaços urbanos. Assim, há uma população infanto-juvenil que vive à margem da sociedade e acaba se apropriando dos espaços públicos para conseguir, “a duras penas”, se desenvolver fisicamente, socialmente; e, como reflexo disso, temos ações em várias vertentes (saúde, educação, assistência social) do estado que busca amenizar, solucionar, as problemáticas sociais dessa população, como já foi discutido nos demais capítulos.

Perceber esses agentes sociais na produção das escalas geográficas, implica em compreender as diversas escalas espaciais de sua atuação. Ou seja, os espaços públicos da

cidade, de Campina Grande, como as praças, as ruas centrais, parque e feira livre central, que variam a depender dos atores, que ressignificam os espaços, dando-os outras funcionalidades, que podem ir, das práticas de mendicância à abordagens sociais, pelos serviços e programas.

Diante dos caminhos teóricos possíveis de análise da produção de escalas, pensando em destacar num primeiro momento o espaço de atuação que possibilita essa construção, temos os espaços públicos como um dos tipos de escala no qual esses conflitos e contradições se desenrolam. É importante frisar que não se busca com isso “coisificar” esse nível de escala, de forma a materializar, mas, apresentar esses espaços como local de permanência de uma população infanto-juvenil que encontram-se em situação de vulnerabilidade.

Assim, temos esses espaços públicos como o local onde as atividades para conseguir dinheiro, as brincadeiras, os conflitos de interesse, bem como a atuação dos educadores sociais se desenrola. Um espaço que concentra atividades específicas, que variam de acordo com os agentes sociais presentes. São espaços que acabam tendo suas funções urbanas alteradas, ou seja, a praça como local da sociabilidade, das trocas sociais, acaba sendo transformado em local da moradia (descanso, higienização, alimentação, dentre outros).

Isto posto, os espaços públicos da cidade de Campina Grande, em termos de análise da produção de escala no urbano, podem ser identificadas como escala em nível local, mais especificamente como aponta Souza (2013, p.203), em escala microlocal. Entretanto, se faz necessário apresentar o que o autor conceitua como escala local, para depois avançarmos para a escala em nível microlocal. Assim, a escala local.

Parece ser razoável admitir que, em princípio, a escala local propriamente dita se refere a recortes espaciais que, em graus variáveis, de acordo com o seu tamanho, expressam a possibilidade de uma vivência pessoal intensa do espaço, para além do nível “nano” –, e adicionalmente, a possibilidade de formação de identidades sócio-espaciais bastante particulares sobre a base dessa vivência. (op. cit. p.201)

É notório que existe uma delimitação física para essa configuração da escala em nível local, contudo, essa ocorre acrescida de outros elementos sociais que são fundamentais para a produção da escala nesse nível. Essa “vivência pessoal intensa” citada pelo respectivo autor é identificável nesses espaços que são apropriados pelas crianças e adolescentes nos espaços urbanos de Campina Grande. Pois, na ânsia de garantir sua (sobre)vivência, visto que, na maioria dos casos não possuem responsáveis que lhes garantam isso, essas crianças e

adolescentes acabam desenvolvendo todas as atividades nessas áreas. Logo, temos as calçadas, paradas de ônibus (localizadas na Praça Clementino Procópio), que servem para arrecadar dinheiro, bem como a utilização dessas áreas para descontração, dormir, alimentação, enfim, todas as funções básicas necessárias para a continuidade de suas vidas.

Como tudo passa a ser vivido nesses espaços, de forma intensa, há construção de identidades com essas áreas, pois, esses acabam significando (diante de todas as violações sofridas por essas crianças e adolescentes) o espaço que torna possível sua reprodução social.

Como mencionado anteriormente, Souza (2013, p.203) apresenta uma subdivisão dentro dessa escala local, se aproximando esta, em termos analíticos das respectivas reflexões.

Contudo, a escala ou nível microlocal equivale a recortes territoriais que, a despeito de apresentarem tamanhos diversos, teriam, todos eles, em comum o fato de que se referem a espaços passíveis de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano. Esses recortes (ou subníveis específicos da escala microlocal) são, sistematicamente, e em ordem crescente de tamanho, sobretudo o quarteirão, o sub-bairro (quando um bairro for grande e complexo a ponto de comportar diferenciações internas perceptíveis), o bairro e o setor geográfico.

Apesar de não delimitar os espaços públicos como passíveis desse nível escalar, não apenas pela dimensão física da área, mas, sobretudo, pelas relações que se desenvolvem nesses espaços, acreditamos ser interessante apresentá-los nessa concepção, microlocal. Pois, como já foi descrito, há uma forma intensa e diversa de uso desses espaços para as relações cotidianas e ações das políticas sociais que buscam garantir a proteção integral das crianças e dos adolescentes.

Podemos identificar nessas áreas algumas atividades que deveriam ocorrer no íntimo, no lar, e não “aos olhos de todos”, em espaços públicos. Contudo, a partir do momento em que essa população territorializa essas áreas, e isso deriva da necessidade de apresentar novas funções a esses espaços, o corpo se torna basilar para essa ação. Ou seja, se desse para separar a forma da função na produção dos espaços urbanos, poderíamos inferir que é na escala corpo que há construção da escala espacial nos espaços públicos no nível microlocal.

Assim, podemos compreender o urbano como esse espaço carregado de significado, conflitos, contradições, no qual representa as condições para a reprodução da vida humana. “Ele

envolve a centralização mais rematada dos recursos sociais e de capital devotados à produção, ao consumo e à administração social” (SMITH, 2000, p.150).

Nesse movimento que reconfigura os espaços públicos, na contradição entre a função primária dos espaços e essas novas/outras funcionalidades, as crianças e os adolescentes vão se apropriando desses espaços e construindo escalas que delimitam as áreas territorializadas. Essa população que encontra-se em situação de vulnerabilidade acaba construindo e expandindo a escala de controle, e, atraindo ações e serviços estatais que também vão delimitando suas áreas de atuação.

Desse modo, “eles prometem não somente a produção de espaço em abstrato, mas a produção e reprodução concretas da escala geográfica como estratégia política de resistência” (SMITH, 2000, p.137). E essa resistência em quanto grupo ocorre quando estes se organizam para elaboração de estratégias de sobrevivência nessas áreas, uma vez que há necessidade de garantir as condições mínimas para sua existência, bem como duelar com outros grupos sociais marginalizados que ocupam o mesmo espaço.

6.2 A escala do corpo: os atores infanto-juvenis

A (re)produção do espaço geográfico resulta de ações cometidas por atores sociais, que marcam os espaços e tempos, a partir de conflitos e contradições, que podem ser de interesse coletivo ou individual. É nesse movimento que as ações são realizadas impondo seus interesses. Nesse sentido, Corrêa (2011, p.49) lança as seguintes questões: “como variam as ações desse agente em cada área, em cada escala? Na perspectiva do agente social em estudo, que relações existem entre as diversas escalas espaciais de sua atuação?”. Diante dos questionamentos, propõem-se analisar esses processos a partir da dominação e controle das áreas, por crianças e adolescentes, em situação de rua, na cidade de Campina Grande.

Como é sabido, a escala apresenta-se como elemento constitutivo da realidade social, como destaca Sanfelici (2015, p.123). O ser humano, como ser político, com desejos, valores, memórias, acaba sendo o “templo” primeiro de luta e resistência, logo, de (re)produção do espaço. Nesse sentido, David Harvey (2015, p.136) defende a seguinte tese: “...o modo de ocorrência desse retorno ao ‘corpo como a medida de todas as coisas’ é crucial na determinação de modalidades de construção e de compreensão dos valores e sentidos”. O corpo como a

“medida de todas as coisas” possibilita o entendimento de suas ações que são externalizadas individualmente ou em grupo.

Diante disso, Harvey (2015, p.136/137) apresenta duas proposições fundamentais, na busca pelo entendimento dos processos corporais, que são.

- a) ... a de que o corpo é um projeto inconcluso, de certo modo maleável histórica e geograficamente;
- b) ...é a de que o corpo não é uma entidade fechada e lacrada, mas uma “coisa” relacional que é criada, delimitada, sustentada e em última análise dissolvida num fluxo espaço-temporal de múltiplos processos.

O corpo então pode ser compreendido como entidade histórica e geográfica, que encontra-se em constate movimento, em metamorfose. Isto posto, o desenvolvimento físico, psicológico e social de crianças e adolescentes em situação de rua irá refletir em ações que ora aparece como negação das ordens civilizatórias (visto que estes muitas das vezes não seguem as regras), ora como estratégias para sobreviverem nos espaços públicos, diante de vários outros atores e contextos sociais.

É notório, a partir dessas colocações, que o corpo não é passivo das dinâmicas exteriores a ele, mas, carregados de história que os faz reagir de forma diferenciada diante dos fenômenos. “Logo, pessoas corporificadas dotadas de capacidades semióticas e vontade moral tornam seu próprio corpo um elemento fundacional naquilo que há muito chamamos de ‘o corpo político’” (HARVEY, 2015, p.138).

Diante disso, a escala do corpo está diretamente relacionada à escala de ação, ou seja, é na extensão corporal (se assim poderíamos chamar, a partir das ações) que se revelam os desejos, carências, personalidades, estratégias, enfim, que o corpo se realiza como ser político. Esse ser político se manifesta em espaços físicos, alterando ou ratificando suas funcionalidades. Em busca de uma definição do que seria a escala de ação, Souza (2013, p.182) conclui.

...diz respeito ao aspecto específico e muito diretamente político: aquele referente, em um raciocínio eminentemente estratégico, à reflexão a cerca do alcance espacial das práticas dos agentes. É, portanto, um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações (em geral coletivas) e ao papel de agentes/sujeitos.

Desse modo, a escala do corpo e a escala de ação são complementares, no qual uma corrobora para o desenvolvimento do outro. A escala da ação encontra-se diretamente relacionada às práticas sociais desenvolvidas pelos atores, de forma coletiva, que acabam influenciando e impactando na organização e dinâmica local. Seriam a externalização dos

desejos, vontades, do corpo, em consonância com outros indivíduos que pactuam dos mesmos interesses.

Logo, as práticas sociais desencadeadas por crianças e adolescentes, em situação de rua, nos espaços públicos, revelam os sentimentos que são suscitados (seja por necessidade de sobrevivência, seja pela vontade de permanecer nesses espaços) na escala do corpo, individual, e, acabam sendo compartilhados e comuns aos outros sujeitos na mesma situação, representando a vontade de uma coletividade. Ou seja, há uma mobilização, por desejos que são ordinários, que possibilitam uma atuação na escala da ação.

Como já foi citado, um dos principais motivos da atuação dessas crianças e adolescentes na escala da ação ocorre pela necessidade destes sobreviverem nos espaços públicos. Espaços aos quais significam para esta população a negação dos direitos fundamentais, da justiça social, uma vez que há um histórico de violência que os direcionam para essas áreas, impossibilitando seu desenvolvimento físico, psicológico e social como pregado no aparato legislativo. E, uma vez inseridos nesses espaços, há vários elementos que acabam implicando negativamente para o desempenho dos educadores sociais, exigindo um conhecimento mais amplo das ações.

A produção da escala do corpo, tendo como protagonista a população infanto-juvenil, se configura como processo ativo, de transformação do espaço a partir das necessidades de territorializar essas áreas. Assim, temos a produção dessas escalas no urbano, como discorre Smith (2000, p.144).

A escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos. De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala contém a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social tem lugar. A escala demarca o sítio da disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa. Vista dessa forma, a produção da escala pode começar a fornecer a linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível.

O corpo, político e social, inserido em um recorte espacial e temporal, apresenta-se carregado de vontades e desejos que corroboram para uma produção do espaço a partir da escala de ação. Essa escala do corpo, que seria a primeira manifestação e produção de escala, leva em consideração as influências externas que os sujeitos sofrem. Ou seja, a atividade social possibilita uma leitura geográfica e histórica do espaço, ao qual destaca suas disputas, conflitos,

contradições. Discorrendo sobre essa produção espaço-temporal, Harvey (2015, p.178), ressalta.

O corpo que deve ser ‘a medida de todas as coisas’ é ele mesmo sede de contestação das forças que o criam. O corpo (tal como a pessoa e o eu) é uma relação interior e, por conseguinte, aberta e porosa com respeito ao mundo. (...) O estudo do corpo tem de basear-se na compreensão das relações espaço-temporais concretas entre práticas materiais, representações, imaginários, instituições, relações sociais e estruturas vigentes de poder político-econômico.

Isto posto, fica evidente o caráter conflituoso da produção da escala do corpo, pois, este influência e é influenciado pelo espaço geográfico, num movimento de construção e atuação dessa escala. É sabido que essas ações não ocorrem de forma isolada, ou seja, há variações a depender do espaço e dos agentes envolvidos. Assim, a escala do corpo cria campos, pontes de diálogos, com outras escalas, no caso do respectivo estudo, a escala do corpo se coloca e interage, principalmente, com a escala da comunidade, do estado (a partir das políticas, programas e serviços sociais, corporificados pelos educadores sociais).

Diante dessa “política de escalas”, que seria a articulação de ações e agentes, como coloca Souza (2013, p.199), este busca discorrer sobre essas escalas a partir de tipologias. Uma das vertentes analíticas seria a escala do corpo, contudo, destaca que a escala apresenta uma grande dimensão de estudo, pois, como discorre “as escalas usadas pelos geógrafos humanos vão do corpo humano até o globo”. Levando-nos a pensar e questionar o que faz uma escala ser global ou local? Como dimensionar as escalas dos fenômenos (os mais variados)? Como ocorrem as políticas de escalas? Essas são algumas das questões que acabam corroborando para a construção de um pensamento sobre a escala a partir da nossa ciência base, a Geografia.

Contudo, e, buscando trilhar um caminho analítico sobre as escalas do corpo, que são produzidas nos espaços públicos, pelas crianças e adolescentes em situação de rua, recorrer-se à definição de Smith (2000, p.145), o qual enfatiza.

O local físico primário da identidade pessoal, a escala do corpo, é socialmente construído. O lugar do corpo marca a fronteira entre o eu e o outro em um sentido tanto físico quanto social, e envolve a construção de um ‘espaço pessoal’, além de um espaço fisiológico literalmente definido.

Isto posto, fica evidente e reforça o que já víamos refletindo sobre o corpo como agente político, ferramenta do fazer, “resultado” dos elementos geográficos e históricos, construção social. O corpo como elemento socialmente construído, apresenta-se, a partir de marcas físicas, simbólicas, culturais, das ações, anseios, entre outros. A população infanto-juvenil presente nas praças, parque, feira livre e ruas comerciais de Campina Grande, a partir de sua presença e a partir de suas manifestações coletivas (por viverem em grupos) constroem os seus territórios, delimitando o espaço a partir de fronteiras não visíveis, no qual impõem suas regras de condutas, almejando a permanência nessas áreas.

A partir da presença física, essa população marginalizada, se coloca como agente produtor desses espaços, que acabam condicionando algumas ações, haja vista que sobrevive nessas áreas a partir da construção de estratégias. Essas estratégias vão do simples planejar/pensar nas ações para conseguir dinheiro (mendigando, vendendo balas, fazendo malabares, limpando para-brisas, dentre outras), seja para a alimentação, seja para manter o consumo de substâncias psicoativas, a ações mais complexas para permanecer nessas áreas, visto que são espaços disputados por público em situação de rua dos mais variados.

As crianças e adolescentes vindos de realidades que os aproximam, pois possuem históricos de violações físicas, políticas, sociais, acabam se unindo e construindo laços que, num primeiro momento, se mostram como elementos importantes para permanecer nesses espaços, se protegem de outras violências. Entretanto, com o passar do tempo vão, dando espaço para construção de laços afetivos. Durante a pesquisa realizada “in loco” pode-se observar que em algumas relações os laços de afetividade são mais visíveis, havendo manifestações de preocupação e cuidado, um com os outros. Em outros casos, essas relações de afetividades só são reforçadas, uma vez que existem parentescos entre essas crianças, alguns irmãos e primos, que vivem e compartilham da mesma realidade de descaso.

Diante desse contexto de injustiça social e utilizando dos espaços públicos para dar continuidade a vida, essa população infanto-juvenil se utiliza do corpo como “ser político”, uma vez que as ações são tomadas para suprir alguma necessidade imediata (como alimentação) ou para garantir o processo de territorialização. É na escala do corpo e na escala da ação que os desejos, vontades, necessidades se tornam externos e passam a corresponder ao grupo.

O corpo e a sua presença, se constitui como principalmente ferramenta de resistência de uma população que é tratada como prioridade absoluta do estado, contudo, como a política nem sempre corresponde aos fatos, estes se tornam invisíveis sociais. O corpo dessa população infanto-juvenil não é apenas político, não carrega apenas os sentimentos, desejos, vontades,

esses corpos são marcados também, por uma violência que não apenas deixam marcas psicológicas, mas, marcas físicas. Essas cicatrizes denunciam o descaso das políticas sociais que não conseguem trabalhar de forma articulada, o descaso com o qual a sociedade os trata, o descaso com o qual seus responsáveis os veem. São corpos marcados pela violência (institucional, social, psicológica, física).

Diante do que foi exposto, fica notório a necessidade de se pensar e conhecer esses corpos como agentes políticos, que são socialmente construídos, a partir de contextos geográficos e históricos singulares. Essas crianças e adolescentes vítimas da desigualdade social se manifestam como ser político a partir da fuga para os espaços públicos. Ou melhor, a “decisão” por ocupar essas áreas acaba se revelando como um grande movimento político, que busca dá um basta às ações e formas de viver até então, almejando transformar esse contexto e assumir o controle de suas vidas.

Assim, essa primeira e grande ação de se colocar no mundo a partir da saída de sua residência para os espaços públicos, essa população acabam ampliando as ações e políticas de escalas. Pois, há necessidade de pensar/articular as ações para que estes consigam ocupar e permanecer nesses espaços. Bem como reconfigurar as escalas de ação para com a comunidade, casa e o Estado. No sentido que uma vez inseridos nos espaços públicos, as medidas de proteção, reinserção a família e comunidade tornam-se mais efetivas.

Em suma, o corpo é o *locus* de todas as crenças, valores, simbologias, resistência. É carregado de signos e significâncias. É elemento importantíssimo na garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Entender a escala do corpo dessa população significa pensar e elaborar políticas, serviços e programas sociais que realmente sejam efetivos na proteção integral desses sujeitos. Logo, significa pensar nas políticas de escalas, na articulação entre esses agentes e suas ações.

6.3 Casa e comunidade: a escala em nível microlocal

Trilhando o caminho analítico da produção dessas escalas, de forma fragmentada, para compreensão da unidade e tendo como base a tipologia apresentada por Souza (2013), o respectivo subitem irá pontuar, a partir da pesquisa, algumas considerações importantes para o entendimento da produção dessas escalas para a população infanto-juvenil em situação de risco pessoal e social em Campina Grande – PB.

É sabido que as políticas, programas e serviços sociais direcionados a população infanto-juvenil sempre ressaltam a importância de fortalecer ou reconstruir (pois, alguns indivíduos já perderam completamente o vínculo) os laços familiar e comunitário. Sabe-se que para a ação ter resultados satisfatórios, de garantia social, deve ser mais complexa e envolver outros sujeitos, como parênteses, vizinhos, amigos, enfim. Retirar apenas essas crianças e adolescentes dos espaços públicos não significa que estes vão permanecer nas suas casas e bairros, haja vista que a saída para ocupar essas áreas da cidade ocorreu, justamente, pelo descaso e violência, muitas das vezes sucedidas no próprio núcleo familiar. Pois, nem sempre estar no seio familiar e/ou comunitário, significa ter garantias de oportunidades para o “ser” criança.

Dessa forma, a família e a comunidade são consideradas núcleos importantes para a garantia da permanência desses sujeitos “longe” dos espaços públicos. Assim, se o corpo é o espaço primeiro de construção da identidade, o local físico pelo qual o indivíduo torna-se singular, a casa, é o espaço que possibilita essa construção individual e coletiva. Smith (2000, p.147) pontua.

Lugar da reprodução pessoal e familiar, a casa é uma localização física e talvez uma estrutura, permanente e temporária. Os atos rotineiros de reprodução social – comer, dormir, fazer sexo, limpar, criar filhos – estão baseados (mas não são exclusivamente praticados) no lar e em torno dele.

Uma vez rompido esses laços, essas experiências e atos rotineiros passam a ser vivido nos espaços públicos, local inapropriado para o desenvolvimento físico, psicológico e social das crianças e dos adolescentes. Assim, há uma organização social que é alterada, a hierarquia, as relações de poder, nos espaços públicos, se reconfiguram e diferem das estabelecidas comumente no espaço do lar. Uma vez inserido nesses espaços da rua, praças, parques, feira livre, tudo passa a ser vivido publicamente e nem sempre de acordo com as regras e normas sociais. O autor supracitado ainda acrescenta.

Embora se tenha sugerido que a escala do corpo define o lugar da identidade pessoal, a escala da casa oferece o contexto mais imediato onde isso ocorre. A falta de casa é uma perda dramática de poder sobre a maneira como a identidade é construída, pois, para o sem-teto, não há mais casa para protegê-lo do olhar público. (SMITH, 2000, p.148)

A construção das identidades sem o espaço da casa, para a população infanto-juvenil, torna-se ainda mais complexa, por encontrarem-se estes em desenvolvimento. Sem esse núcleo primário, de produção e reprodução da vida, que garante alguns direitos básicos (como alimentação, segurança para dormir, local para higienização, dentre outros) essas crianças e adolescentes vão desenvolvendo artimanhas de sobrevivência e cada dia tornam-se um desafio para conseguir os elementos básicos para o desenvolvimento da vida.

O espaço da praça, da rua, do parque, dentre outros, passa a ser vivido de forma intensa, possibilitando a construção de identidades a partir dessas vivências. Destarte, como mencionado anteriormente, a escala é uma construção social, logo, os aspectos relacionados à escala da família e da comunidade interferem na produção da escala do corpo, são produções que se inter-relacionam. Por isso, garantir a proteção dessas crianças e adolescentes em situação de rua torna-se muitas das vezes algo extremamente complexo, pois, a ação não pode ser direcionada apenas para estes sujeitos, mas, deve ser articulado e envolver outras escalas de ação como a família e a comunidade.

Ansiando trilhar uma linha de raciocínio de análise da escala do corpo, da casa e da comunidade, podemos constatar que essas são produções inter-relacionadas, haja vista que um elemento interfere no outro, pois, se o corpo é a base física primária da produção de escala, esta recebe influência dos espaços no qual encontra-se inserido, seja familiar e/ou comunitário. Os valores, memórias, desejos, entre outros, são muitas das vezes compartilhadas, por isso, a importância de fortalecimento dos laços familiares e comunitários das crianças e adolescentes que romperam e vivem nos espaços públicos.

Segundo Smith (2000, p.148), “a comunidade é adequadamente concebida como o lugar da reprodução social, mas as atividades envolvidas nessa reprodução são tão difusas que a identidade e as fronteiras espaciais da comunidade são frequentemente distintas”. Ou seja, são espaços peculiares, que necessitam de um olhar aproximado para entender suas dinâmicas e organizações. Assim, não há como elaborar uma política de assistência social para essas crianças e adolescentes em escala federal e não adequar à escala do local. Uma vez que somos um país com grandes dimensões territoriais, culturais, de público diverso.

Isto posto, podemos inferir que por mais que haja uma aproximação na realidade dessas crianças e adolescentes que territorializam os espaços públicos, nas pequenas, médias e grandes cidades, cada grupo desse vai exigir um olhar minucioso para o entendimento das relações de poder, hierarquia, violações, aumentando assim a possibilidade da proteção integral desses indivíduos a partir das políticas, serviços e programas sociais. A importância da compreensão

da produção das escalas nesse sentido torna-se fundamental para ações positivas, de garantias de direitos.

6.4 Do macro ao micro: a construção da vida política e social

A escala como conceito de análise da Geografia nos possibilita compreender e classificar os fenômenos do macro ao micro. Assim e de acordo com Harvey (2015, p.30) podemos classificar a Globalização como a escala macro e o corpo como a escala micro. Essa classificação estaria relacionada ao fato da Globalização ser o mais macro dos discursos que temos em ordem, enquanto o corpo “é o mais micro do ponto de vista da compreensão do funcionamento das sociedades”.

A análise dessas escalas que operam em proporções diversas, possibilita a compreensão e construção da vida política e social. A partir do discurso de ordem algumas realidades acabam sendo alteradas. Nesse contexto, temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), promulgada pela ONU, como um dos movimentos em escala macro de grande influência diante dos direitos sociais. Como é sabido, após a segunda Guerra Mundial, logo, diante de uma sociedade devastada, temos um tratado que garante os direitos fundamentais ao desenvolvimento da vida.

Essa ação em escala macro acabou exigindo das nações responsabilidades humanitárias, impactando nas leis e normas de cada país, principalmente pelos Congressos e encontros que desencadearam. Assim, a partir do discurso político em escala macro, temos algumas modificações que acabam sendo incorporadas em direitos humanos, na escala da nação. Pensando na escala da ação, Harvey (2015, p.154) pontua a importância da nação na viabilidade dos direitos humanos.

Na medida em que estes interesses são sistematicamente incorporados ao tecido legal e ideológico do Estado, a exploração e a opressão baseadas em classe, raça, gênero e outras diferenças sociais são institucionalizadas nas estruturas nacionais de direitos civis e leis da propriedade. O Estado polícia também as fronteiras das escalas espaciais mais baixas; em especial, o corpo, a casa e a comunidade, e os desafios ao poder estatal emanam dessas e de outras fontes de opressão (inclusive ambiental), mesmo que não sejam tão claramente definidas.

Isto posto, o Estado vai atuar na garantia dos direitos humanos, bem como na fiscalização, ultrapassando as barreiras intra-escalar¹⁴. Essa atuação que ocorre a partir da necessidade de garantir os direitos fundamentais ganha estrutura física com as políticas, serviços e programas sociais. Destarte, não há como elaborar e implementar essas políticas sem levar em consideração o público, a comunidade, a cidade, enfim, pensar esses espaços e sujeitos nas suas singularidades. Surge, assim, o desafio das políticas sociais direcionadas, no caso, a população infanto-juvenil.

Diante disso e partindo para o aparato político-legislativo vigente, temos a Constituição Federal de 1988 como grande marco, tanto em termos de seguridade social, como na forma de pensar e agir perante a população infanto-juvenil. A Carta Magna destaca-se, entre outros fatores, pela autonomia concedida aos estados e municípios. Assim, na seção IV da Assistência Social, temos.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2016, p.122)

Fica evidente o caráter descentralizador com as quais as políticas sociais buscam trabalhar. Isso possibilita adequar ou planejar ações de acordo com as demandas e carências locais, levando em consideração os territórios dos agentes que iram receber os benefícios, logo, aumentando a possibilidade de uma ação real (eficiente na solução da problemática).

Foi nesse processo evolutivo, conceitual e legislativo, que ampliou-se a concepção de direitos humanos, e, principalmente, entendeu-se que a proteção integral as crianças e adolescentes, deve ocorrer para qualquer um que dele necessitar (não limitando-se mais aos pobres e abandonados). Assim, inicia-se discussões com intuito de planejar e garantir essa proteção, e, isso acaba se legitimando no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

¹⁴ Utiliza-se do termo intra-escalar no sentido de compreender a existência de uma hierarquia entre as escalas de ação e poder, que vai do Estado-Nação ao corpo político.

Segundo Sposito e Carrano (2003, p.15) “a promulgação do ECA, em 1990, foi o principal indutor de políticas sociais destinadas a crianças e adolescentes, sobretudo na Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça”. Além de apresentar, a criança e o adolescente como prioridade absoluta do Estado, o Estatuto dispõe em vários artigos e incisos, como isso deve ser feito, responsabilizando a família, comunidade, sociedade pela garantia do bem comum desses indivíduos.

A partir do aparato legislativo, da responsabilização dessas instituições pelo bem-estar das crianças e dos adolescentes, temos políticas sociais que acabam interferindo na produção do espaço. Ou seja, a partir dos direitos sociais, constitucionalmente garantidos, há produção de políticas, serviços e programas sociais, que iram interferir na (re)produção do espaço, por meio de escalas de ação concretas. Pois, como coloca Guimarães (2003, p.18) “esta escala das relações cotidianas no espaço banal se articula com um outro nível escalar fundamental, que é a escala do comando e do controle cada vez mais globalizado”.

Isto posto, temos essas duas legislações principais que buscam assegurar a essa população infanto-juvenil o direito ao desenvolvimento físico, psicológico e social. Essas passam a ser a base para os programas e serviços, no qual a partir de sua escala de atuação pode impactar e transformar realidades de vulnerabilidade social, econômica e cultural. Entretanto, é importante ressaltar que a Constituição Federal/88 e o Estatuto vão requerer outros apoios legislativos para que as políticas possam ser desenvolvidas. Nesse processo evolutivo de compreensão da assistência social como direito de/e para todos, outras leis vão assegurando a implementação dessas ações, como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993).

Assim, passando por um processo de redemocratização (no pós-ditadura militar), o Brasil encontrava-se fervoroso por liberdade e garantias, no qual as lutas pelos direitos fundamentais ganhavam volume. Desse modo, a partir de várias reuniões e discussões foi elaborada a LOAS, que significou importante passo no sentido de uma política descentralizada e participativa, ecoando para as políticas infanto-juvenis também. Sposati (2011, p.59) discorre sobre o processo de construção da LOAS.

O IPEA, através de comissão própria, inicia o trabalho de construção do projeto de lei orgânica da assistência social. Aqui uma das parceiras da LOAS, Potyara Pereira, analista de políticas sociais, elabora os princípios e diretrizes da assistência social até hoje vigentes em texto legal.

Sancionada, a LOAS passa a ser uma ferramenta importantíssima na política de assistência social que “inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.32). Por lei o Estado brasileiro passa a assegurar o bem-estar dos cidadãos. Apesar das fragilidades pela qual o país se encontrava e adentrava (com a política econômica neoliberal), tivemos alguns avanços significativos com a LOAS. Advindo, principalmente, da ideia de descentralização das políticas.

Após 11 anos de sua promulgação, estávamos mais uma vez diante de um importante passo em prol das garantias dos direitos fundamentais. Pensava-se numa forma de garantir, institucionalmente e estrategicamente, essa seguridade social, assim, cria-se no ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Segundo Sposati (2011, p.09).

A PNAS 2004 resultou de amplo processo de debates descentralizados em regiões do país. Seu eixo central é a proteção social não contributiva como alargamento do alcance da política brasileira de proteção social como direito de cidadania, e não direito do trabalho próprio do seguro social ou da proteção social contributiva.

Assim, a PNAS reforça o caráter descentralizador com os quais as políticas sociais começam a ser pensadas e desenvolvidas. Apresenta desse modo, preocupações para além das demandas setoriais, no qual começa a levar em consideração os espaços onde surgem essas carências. Esse conhecer espacial faz diferença na própria elaboração da política pública, aproximando-se dos sujeitos que iram receber a mesma. Levando em consideração os sujeitos, e seus territórios e as escalas de produção.

“Tudo isso significa que a atuação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias, dentre elas seu núcleo primeiro, isto é, a família” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.16). Levar em consideração estas três esferas significa pensar a política de forma multiescalar, no qual os elementos geográficos e históricos interferem no resultado dessas ações.

Diante desses novos desafios, Costa (2002, p.32) acrescenta alguns elementos importantes para o funcionamento das políticas.

(...) a necessidade de mudanças nos desenhos e gestão das políticas sociais, que sejam capazes de articular os princípios de descentralização/municipalização das políticas, participação comunitária e popular na formulação, decisão, acompanhamento e fiscalização das políticas e programas, parceria entre poder público e entidades comunitárias e filantrópicas na execução de programas.

Isto posto, fica evidente a necessidade de ultrapassar os limites entre as escalas de governo, as barreiras entre as escalas de ação (dos educadores sociais e sujeitos que recebem essas políticas), levando em consideração a construção social dessas escalas. Dessa forma, as políticas, os serviços e programas sociais irão atingir os objetivos principais, que são de assegurar alguns direitos fundamentais aos sujeitos que delas necessitar.

Pois, como destaca Castro (1995, p.121), “tão importante como saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber exatamente o que muda e como”. E, para chegarmos a esse nível de detalhe, temos que levar em consideração os sujeitos, logo, a escala do corpo. Pensar nos sujeitos que recebem essas políticas, serviços e programas sociais, bem como os sujeitos que desenvolvem essas políticas, como os educadores sociais. Assim, tão importante quanto a política que garante essas ações, os sujeitos que encontram-se na ponta do serviço, também os são.

Contudo, é importante ressaltar que essas relações de construção das políticas, bem como de sua implementação, não ocorre sempre de forma harmoniosa. Pois, como há relações inter-escalares (corpo, família, comunidade, estado, dentre outras), conseqüentemente há conflitos políticos, de discurso, do ser social. E, “as relações entre elas também são conflituosas, pois os discursos hegemônicos conformadores das escalas ocultam lacunas, vazios que se explicitam nas negações inter-escalares” (MELO, 2003, p.38).

Logo, podemos inferir que a produção das escalas ocorre nesse movimento conflituoso, de discurso e ação política, que a caracteriza como elemento socialmente construído. A escala geográfica desse modo não pode ser compreendida como um elemento “dado”, materializado e delimitado no espaço. A escala é fruto das ações de vários agentes sociais, por isso, passa a ser extremamente importante nas políticas sociais. Garantir a construção de políticas sociais levando em consideração as escalas de ação dos fenômenos e sujeitos possibilita uma maior efetividade nas melhorias de qualidade de vida.

6.4.1 Serviços e programas sociais: a política em ação

Os eventos ocorrem em escalas distintas e isso é percebido a partir do impacto que suas ações causam, seja nas mudanças individuais, seja no discurso mundial que altera as relações sociais, por exemplo. Isso não implica inferir que toda a organização escalar ocorre de forma hierárquica e/ou vertical. O que busca-se compreender são os tipos variados de escala e seus agentes que, de forma articulada, apresentam-se como sujeitos importantes para a implementação das políticas sociais que são direcionadas às crianças e aos adolescentes em situação de rua nos espaços públicos de Campina Grande.

Assim, almejando a articulação entre as escalas de atuação das políticas, programas e serviços sociais, foi sancionado, logo após o Estatuto (1990), o CONANDA (1991) como um Conselho dos direitos da população infanto-juvenil, que tem como uma das suas atribuições à elaboração de normativas para políticas nacionais de atendimento da criança e do adolescente. Assim, nesse trabalho inter-escalar, compete ao Conselho (BRASIL, Artigo 2º, p.95).

III – dar apoio aos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, aos órgãos estaduais, municipais, e entidades não governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Nesse ato de apoio aos demais conselhos, o CONANDA descentraliza o espaço físico de ação, ou seja, com a presença dos Conselhos de Direito nos municípios e estados, há uma maior probabilidade das ações serem consideradas positivas. Pois, não concentra as intenções a um único polo, distantes das realidades locais, passando a ser fundamental para uma política que consiga assegurar os direitos à população infanto-juvenil.

Posto isso, e, diante da pesquisa da tese de doutoramento, pôr-se a discorrer sobre a importância da escala geográfica para as políticas, serviços e programas sociais. Tornando-se mais evidente as considerações sobre os níveis escalares pelo fato de tratar-se de um público que é constitucionalmente compreendido como prioridade absoluta para o Estado e sociedade, que são as crianças e os adolescentes.

Pois, como “prioridade absoluta”, o Estado deveria garantir as condições mínimas para seu desenvolvimento físico, psicológico e social, havendo a necessidade de mobilizar várias políticas, nas mais variadas vertentes. Assim, para as crianças e adolescentes que vivem em

situação de rua, nas mais variadas condições de vulnerabilidade, se faz necessário uma articulação maior entre as escalas de ação das políticas, bem como o maior entendimento do público e suas comunidades.

Dessa forma, como já foi apresentado, foram escolhidos, entre serviços e programas, o CAPS AD III Infanto-juvenil, o SCFV, o PBF e Ruanda. Estando todos de acordo com as normativas e diretrizes do aparato legislativo. Percebendo-se que, mesmo buscando desenvolver um trabalho inter-escalar, estes acabam não conseguindo ser eficientes, pois, desconsideram elementos importantes na construção de uma rede de atendimento.

Segundo Souza (2013, p.181), a escala geográfica não se confunde com a cartográfica pelo fato de não ter a ver apenas “com a fração da divisão de uma superfície representada em um documento cartográfico, mas sim com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta”. Levar em consideração o espaço implica em pensar nos seus atores sociais, este como processo, logo, fundamentais para o entendimento e aplicação de políticas sociais. Implica discorrer também sobre os impactos de um dado fenômeno, no caso, dessas políticas para garantia do bem-estar social dessa população marginalizada.

Assim, quando a política, que desemboca num serviço, é pensada em nível escalar nacional, em um país multicultural como o Brasil, a probabilidade de não conseguir atender as demandas sociais passa a ser uma frequente, que comumente ocorre. A escala não pode ser compreendida apenas como a dimensão física do fenômeno, mas, como elemento socialmente construído que interfere na (re)produção dos espaços. Trilhando esse percurso analítico, Pereira (2009, p.99) acrescenta, que “é preciso salientar que as políticas públicas (e, portanto, a política social) mudam e variam no tempo e no espaço. Elas não têm um só perfil e uma única destinação”.

Por isso, é importante discorrer em que consistem as realidades sociais para implementação de uma política social. Durante a realização da pesquisa, pode-se observar que, por mais que exista um discurso de uma política descentralizada, que foi registrada nas leis e normativas, os programas e serviços ainda apresentam ações que não conseguem se conectar com outras, nem em considerar o público na sua complexidade.

As parcerias, e, as relações inter-escalares acabam ficando mais no plano da idealização, não dando continuidade as conexões entre as várias vertentes de serviços e programas. Assim, diante das políticas públicas pesquisadas, podemos constatar que dos quatro, três (CAPS AD III Infanto-Juvenil, SCFV, PBF) são custeados pelo Governo Federal e/ou pela parceria com o

Governo Municipal. Logo, as relações entre os governos acabam se dando mais no plano econômico, de repasse de recurso, do que propriamente pela ação dos educadores sociais, conhecimento dos espaços e seus sujeitos.

O Programa Bolsa Família é um significativo exemplo disso, pois, é um programa de caráter intersetorial, que atua em parceria com a saúde, educação e assistência social. No qual, apesar de transitar por várias escalas de poder e atividades, o programa não consegue auxiliar o seu público para que estes possam se emancipar e deixar de ser usuário do programa. Dessa forma temos uma crescente no número de usuários.

Além de possuir limites na comunicação com esses outros serviços (pois, a relação entre saúde, educação e assistência social ocorre mais pelos dados que são preenchidos na plataforma, ou seja, se a criança está indo a escola pela frequência, se a mãe está sendo acompanhada pelo pré-natal pela frequência, dentre outros), o programa não consegue avançar muito no conhecimento sobre seu público. Assim, a escala do corpo (desejos, carências, conflitos), da comunidade, da cidade, acaba sendo reduzida a informações que pouco diz sobre as realidades desses sujeitos.

Logo, a “solução” do estado neoliberalista que acabou utilizando-se de uma estratégia que transfere a responsabilidade para as famílias, apresenta-se de forma problemática. Assim, as crianças e adolescentes acabam se valendo dessas falhas para permanecerem nesses ambientes hostis. Lucchini (2003, p.60) relata de forma precisa como isso ocorre.

Cada um dos campos (família, programa de assistência, escola, rua) é por si só conflitante. A criança se vale, aliás, dessa dupla tensão (conflito interno e falta de complementariedade entre os campos) para justificar seus abandonos periódicos dos diferentes campos.

Por isso a intersetorialidade dos serviços e programas sociais ainda é visto como um “fetiche” (como fantasia). A falta de comunicação entre esses serviços e programas acaba gerando mais conflitos, no qual a população infanto-juvenil, em situação de rua, que já desenvolveram várias artimanhas para permanecerem nessas áreas, acaba não se utilizando daquilo que deveria assegurar os seus direitos essenciais.

A mesma problemática inter-escalar pode ser identificado no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Infanto-Juvenil (CAPS AD III). Também é um serviço no qual é custeado na parceria entre o Governo Municipal e o Federal. Contudo, esses níveis

escalares de atuação acabam se limitando aos atendimentos individuais e familiares. Pois, apesar do serviço apresentar várias modalidades de atendimento, que buscam atingir várias escalas, como individual, familiar, comunitário, as dificuldades para os desenvolvimentos das atividades são enormes, limitando as ações, logo, os resultados do serviço.

E essas dificuldades estão relacionadas aos problemas encontrados na aproximação e permanência dos usuários no serviço, bem como nos treinamentos oferecidos, que não contribuem para boas práticas. Hirdes (2009, p.07) apresenta essas questões.

A parceria PSF e saúde mental não quer dizer treinamento das equipes de saúde da família em procedimentos simplificados de psiquiatria. Requer, sobretudo, uma construção recíproca e responsável de uma teoria, de uma prática e de uma ética, mediante o estabelecimento de um acordo político.

Ou seja, se faz necessário uma política que consiga agregar uma teoria a uma prática com ética e responsabilidade social. Isso seria uma forma de aquisição do poder da política, pois, possibilitaria o entendimento das contradições, conflitos, obscuridades, relações sociais, enfim, a equipe teria conhecimento do serviço e de seu público, aproximando as ações as suas carências e anseios.

Desse modo, há importância do entendimento da escala para esses serviços e programas, pois, como é sabido as escalas são construções sociais, nas quais os elementos geográficos e históricos interferem nessa produção. Indo além, como acrescenta Souza (2013, p.191), a escala “não são imutáveis nem muito menos ‘naturais’; eles são, muito pelo contrário, produtos de mudanças tecnológicas, modos de organização humana e da luta política”.

Assim, pensar os níveis escalares e suas correlações torna-se fundamental para resultados positivos, de transformações de vidas. Desse modo, outro programa que busca desenvolver este trabalho, mas, que acaba caindo na mesma armadilha dos demais, de foco nos dados e informações estatísticas, é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. Estando o programa relacionado ao Cadastro Único (base do PBF), esse busca atender as crianças e adolescentes que se encontram nas mais variadas situações de vulnerabilidade. Contudo, no respectivo estudo optou-se por concentrar na questão do trabalho infantil.

A questão do trabalho infantil no Brasil ainda é uma problemática que desafia todos os envolvidos na proteção das crianças e dos adolescentes, por dois principais motivos, primeiro pela dificuldade em flagrar esses sujeitos sendo explorados, principalmente, nos maiores polos

comerciais do país e também nas áreas rurais; segundo pela herança enraizada, no qual o trabalho serve para educar crianças pobres. Desse modo, poucas são as denúncias, diante de um grande quantitativo de explorados.

Assim, o PETI (que possui um núcleo no SCFV) trabalha em duas escalas de atuação: a primeira na identificação e sensibilização dos sujeitos que exploram essa população; segundo na oferta de oficinas, cultura, lazer, educação, que são fornecidos pelo serviço. Ou seja, temos uma linha de trabalho mais direcionada para as escalas da comunidade e da família, e, uma segunda que prioriza a escala do corpo, logo, para os sujeitos, possibilitando seu desenvolvimento psíquico-social.

Entretanto, apesar de um planejamento intersetorial e inter-escalar, nem sempre as ações ocorrem de forma conectadas. Há uma dificuldade em garantir a permanência dessas crianças no serviço. E isso se deve ao fato de existir apenas um espaço físico que atende toda a cidade de Campina Grande. A distância física acaba sendo um complicador. A relação entre o SCFV e o PBF acaba sendo feito através de um repasse de renda que é acrescido as famílias que possuíam crianças e/ou adolescentes em situação de trabalho.

Diante dos programas e serviços sociais estudados durante a pesquisa de doutoramento, pode-se constatar que o programa mais próximo aos sujeitos infanto-juvenis em situação de rua é o Programa Ruanda. E isso se deve ao fato do programa ser um serviço de abordagem, ou seja, os educadores sociais lidam diariamente com essa população que encontram-se nas mais variadas práticas nos espaços públicos de Campina Grande.

Em termos de atuação, são os que acabam detendo maiores informações sobre esses sujeitos. Os educadores sociais caminham bem entre os níveis escalares do corpo, família, comunidade, contudo, as informações recolhidas, as carências detectadas muitas das vezes esbarram em longos processos burocráticos e/ou na pouca atuação do estado. É um programa que é custeado apenas pelo poder Municipal, que sofre com o sucateamento e descaso do governo.

Mesmo assim, diante todas essas problemáticas, são os que conseguem recolher as informações mais precisas e tenta trocar as informações através da REDE, bem como garantir algumas ações a esses sujeitos por meio de outros programas sociais. Entretanto, devido a uma conjuntura engessada, de uma política social que não consegue ultrapassar muito o campo ideológico e se fazer presente na vida dos que dela necessitam, temos um alto número de reincidentes nas ruas.

Pensar e atuar na produção e no desvendamento dessas escalas possibilita ampliar os olhares para os sujeitos que dela necessitam, para uma atuação eficiente das políticas, serviços e programas sociais. Pois, o corpo é “o locus irreduzível da determinação de todos os valores, significados e significações” (HARVEY, 2015, p.135).

A escala geográfica ajuda no entendimento desses níveis escalares, mas, corrobora também para “uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo” (CASTRO, 1995, p.127). Pensar essas políticas, serviços e programas sociais, levando em consideração as escalas de atuação e as escalas intersetoriais, numa produção geográfica e histórica, significa compreender os anseios mais íntimos de uma população marginalizada.

6.5 Política de escalas: o *dever* dos programas e serviços sociais

As políticas, serviços e programas sociais devem ser pensados, articulados, como ações, em processo. No qual deve-se levar em consideração os espaços e agentes sociais, tendo a consciência que esses elementos estão em constante movimento. Pois, como é sabido, a (re)produção do espaço geográfico não é estático, logo, as políticas que atuam nessas áreas também não o podem ser. Desse modo, pensar assim implica de alguma forma em garantir a atualização dessas ações.

A partir desta consciência, da necessidade de alteração dos serviços e programas (a depender do espaço e tempo), surge a importância de se pensar em uma política de escala para uma atuação efetiva das mesmas. Assim e com o intuito de “aparar as arestas” conceituais do termo, Souza (2013, p.198) apresenta o que seria essa “política de escalas”.

A “política de escalas” (expressão cunhada, ao que parece, por Neil Smith) pode ser definida, em uma primeira aproximação, como a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc.).

Articulação entre ações e agentes, conhecimento sobre as escalas de atuação, potencialização/neutralização/diminuição dos impactos das ações, são fatores importantes para a construção de uma política de escala que possibilita uma aproximação com os sujeitos alvos desses programas e serviços. Pois, a partir do momento que os agentes produtores das políticas, bem como os educadores sociais (que estão na ponta do serviço fazendo com que essas ações aconteçam), levarem em condição essas disparidades sócioespaciais (que podem ser interessantes, se bem trabalhadas), ultrapassaremos o caráter intuitivo, para suprir as demandas reais dessa população. Nesse sentido o autor supracitado acrescenta.

Ocorre, de toda sorte, que as escalas de análise não são “dadas”: elas são antes “arrancadas” da realidade no processo de construção do objeto de conhecimento por parte do pesquisador. (...) Combinar/articular diferentes escalas é um apanágio da pesquisa sócio-espacial, mas isso não significa que, em todos os casos, as mesmas escalas e todas as escalas serão “mobilizadas” com a mesmíssima importância. (SOUZA, 2013, p.188)

Por isso, torna-se fundamental articular/trabalhar com a política de escala nas políticas sociais. Seria uma ferramenta a mais de conhecimento para elaboração e desenvolvimento das mesmas. E esse trabalho inter-escalar não estaria apenas restringido às parcerias entre os governos quanto o custo, no repasse de recurso. Iria além, podendo auxiliar para uma adaptação dos serviços e programas que são pensados em escala federal e implementados em escala municipal.

São muitas as possibilidades de articulação entre as escalas (corpo, família, comunidade, cidade, região, dentre outras) que possibilitam maiores trocas e parcerias entre esses espaços de atuação. Logo, essas escalas interferem e recebem interferência na (re)produção do espaço. Pois, não há como pensar nessas escalas de forma separada, sem influência das demais.

Desse modo e contribuindo na mesma linha de raciocínio, Smith (2000, p.144) acrescenta a importância dessas articulações.

Quero explorar mais a fundo esse tema, examinando uma sequência de escalas específicas: corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação, globo. Quero concentrar-me um pouco em pelo menos quatro aspectos de cada escala: (1) a identidade, ou as características que tornam cada escala coerente; (2) as diferenças internas; (3) as fronteiras com outras escalas; e (4) as possibilidades políticas de resistência inerentes à produção de escalas específicas, a revogação de fronteiras, o “saltar escalas”.

Esses níveis de escala proposto não se propõem a uma construção hierárquica e/ou linear, mas, a pensar o fenômeno na sua dimensão, seu impacto ou influência perante outros espaços e agentes sociais. Pois, o que diferencia uma escala da outra é o seu poder em relação ao discurso, controle, que acaba classificando em níveis distintos.

Podemos inferir que as políticas de escalas quando pensadas e conectadas com as políticas sociais, contribuem para o entendimento das identidades individuais e coletivas, que imprimem no espaço suas características. Entender esses processos de construção, considerando seus agentes produtores, culmina numa leitura espacial de entendimento das dinâmicas e organizações sociais. Isso fornece um diagnóstico importante para pensar essas políticas sociais, bem como pensar em elementos de aproximação para uma efetivação mais ativa das políticas que são pensadas em escalas em nível federal.

Entender essas diferenças internas, na produção dessas escalas, torna-se elemento fundamental para ações que garanta a proteção integral das crianças e dos adolescentes que se encontram em situação de risco, ocupando os espaços públicos. Uma complexa problemática social que requer dos agentes envolvidos, principalmente do Estado, práticas sociais e educativas que atendam as carências dessa população.

Diante disso, um dos grandes desafios para o Estado é implementar políticas sociais que consigam dialogar com outros níveis de escalas. Essa aproximação, como elemento que possa garantir um aproveitamento maior das políticas sociais, não se limita as trocas em níveis diferentes de governo. Mas, uma aproximação com os vários níveis de escalas, como, do corpo, da família, da comunidade, enfim, que consiga apresentar os processos sociais e históricos desses indivíduos.

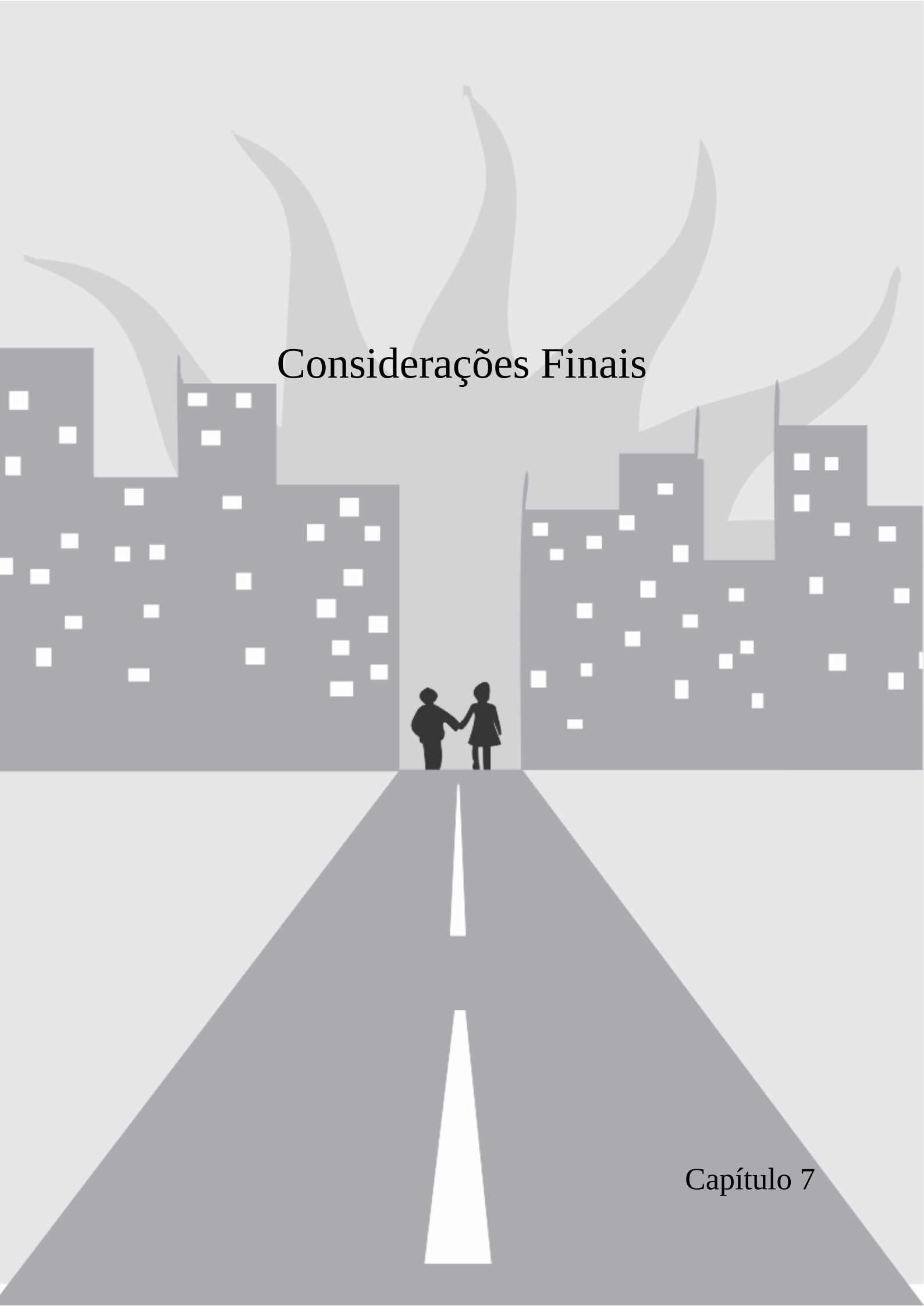
Considerar todos esses elementos inter-escalares, e mais, compreender as escalas como processo socialmente construído, diminuindo as lacunas entre a elaboração e a prática da política. Significando um maior aproveitamento das políticas, serviços e programas sociais que são direcionados a população infanto-juvenil em situação de rua. Logo, se essas políticas conseguirem chegar a esses sujeitos em situação de vulnerabilidade social, econômica, cultural, dentre outros, assegurando os elementos básicos para seu desenvolvimento físico, psicológico e social, as chances desses indivíduos se emanciparem torna-se mais real.

Nesse sentido, de pensar essas relações que são estabelecidas na rua e que dificulta a saída dessa população desses espaços, Lucchini (2003, p.67) aponta.

A ligação da criança com o mundo da rua é real e deve ser rompida – ao menos parcialmente – para que ela comece o processo de saída. Ora, a ligação e o sentimento de pertencer ao mundo da rua são componentes importantes do sistema identitário da criança. A saída da rua representa, portanto, modificações nesse sistema.

Desse modo, não há como uma política ser eficiente se desconsidera as relações que essa população infanto-juvenil estabelece com os espaços da rua. E se desconsidera essa população que habita nesses espaços e que já sofreram alterações de valores culturais, sociais. Pois, esses espaços possuem elementos muito fortes e que os caracterizam. E, pensar em todas esses contextos e sujeitos para uma ação efetiva dos programas e serviços sociais acaba sendo fundamental, até mesmo de informação primária para uma prática.

Assim, a política de escala se apresenta como um caminho metodológico e conceitual para se pensar na elaboração dessas políticas, programas e serviços sociais. A relação entre esses níveis de escala é fundamental para que essas ações funcionem de forma a garantir não apenas a saída desses indivíduos dos espaços públicos, mas, assegurar que estes não voltem a ocupar essas áreas de risco. Assegurando-lhes as condições mínimas de existência, que é a permanência em uma lar saudável, com direito a educação, saúde, lazer.

A stylized, monochromatic illustration in shades of gray. In the foreground, a wide road with a white dashed center line recedes into the distance. At the end of the road, a small silhouette of a man and a woman holding hands stands in a bright, rectangular opening. On either side of this opening are dark, blocky shapes representing city buildings, each filled with numerous small white squares to suggest lit windows. Above the buildings, large, flowing, flame-like shapes rise into the light gray sky. The overall mood is contemplative and hopeful.

Considerações Finais

Capítulo 7

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos um estudo teórico, de aplicação nas políticas sociais, podemos entender a importância de se construir pontes, de estabelecer diálogos, entre duas áreas do conhecimento, a Geografia e o Serviço Social. Sendo pensadas conjuntamente, essas áreas, podem contribuir para ações mais significativas do poder público, em prol dos indivíduos que necessitam de condições mínimas para conseguirem dar continuidade as suas vidas.

Dito isto, o estudo, apresentou essas reflexões, a partir de dois conceitos da ciência geográfica, território e escala. Discorrendo, sobre a sua evolução conceitual e suas possíveis contribuições, para que as políticas sociais, consigam ser aplicadas no seu caráter universal e intersetorial. Ressaltando, que a descentralização e a territorialização, das políticas, serviços e programas sociais, são elementos já presentes na teoria, porém, na aplicação, acabam se perdendo diante de entendimentos engessados das ciências humanas como um todo.

Destarte, e, a partir do entendimento dessa lacuna existente entre, as políticas públicas e as realidades (para quem estas iram servir), buscou-se apreender os processos de construção e desconstrução dos territórios urbanos, que possuem como agentes, as crianças e os adolescentes, em situação de rua, nos espaços públicos de Campina Grande. Bem como, entender a produção do espaços geográfico, a partir de vários níveis escalares, que revelam os cotidianos, desvendando as realidades de um grupo social, que, apesar de estarem na mesma faixa etária, se comportam e agem de forma diversa nos diferentes espaços.

Assim, corroborando para ações e políticas estatais, que contribuam para inclusão social, o território e a escala geográfica, se consolidam cada vez mais como elementos importantes para revelar os brasis. Koga (2011, p.27), trabalhando com o conceito de “território usado”, pontua essa importância conceitual, ao qual nesse estudo, se estendeu e englobou também a escala geográfica, bem como, uma concepção menos material e econômica do território. Nesse sentido, de considerar o território como ferramenta analítica, a autora supracitada, discorre que isso “significa justamente o reconhecimento pelo Estado das particularidades enraizadas na própria sociedade brasileira, que precisam ser consideradas no processo de desenvolvimento”.

E, essas particularidades, diversidades, singularidades, só serão identificadas e reveladas na aproximação com a problemática, que se busca solucionar. Entender as estruturas e dinâmicas sociais, requer dos agentes um olhar mais cuidadoso e aproximado, no qual as relações de poder, os conflitos e contradições, dos sujeitos e grupos, na produção desses

territórios e escalas, se tornam basilares para práticas socioeducativas de maior poder de inclusão.

Desse modo, é na escala do corpo, da comunidade, dos espaços urbanos, que essas particularidades, acabam se desvendando. São nesses níveis escalares que os cotidianos são apresentados, revelando as carências, anseios, desejos, da população que vive em situação de vulnerabilidade, principalmente, das crianças e dos adolescentes, tidas, como prioridade absoluta do estado. É nesse sentido, que a escala geográfica é extremamente importante, pois, ao contribuir para um conhecimento maior do público, usuário das políticas sociais, ainda possibilita construir conexões entre os serviços e programas, e os sujeitos alvo das ações.

A escala, como processo de construção social e histórico, se constitui de forma mutável, no qual resulta de processos, pois, ao mesmo tempo que influencia outros níveis escalares, acabam sendo influenciado por estas também. Logo, pensar a escala, significa entender como um dado fenômeno, atinge e influencia, um aspecto e outro da sociedade. Por isso, em busca de uma classificação escalar, temos, da escala do corpo (no qual se configura politicamente, com identidade, história, escala “micro”) a escala global (escala “macro”, tendo como o principal fenômeno a globalização, que dinamiza e influencia outras nações, culturalmente, politicamente, economicamente, enfim).

Destarte, a escala geográfica se diferencia da escala cartográfica, que por muito tempo, foi correlacionada, e, muitas vezes, até trabalhada como equivalentes na Geografia. Diferentemente da escala cartográfica, a escala geográfica não possui como preocupação a representação da realidade, a partir de dados e informações matemáticos, gráfica e geométrica, mas sim, uma preocupação com a apreensão da realidade a partir da análise dos impactos, causados por um dado fenômeno, compreendendo vários níveis, começando pelo corpo, como ser social e político.

Assim, é compartilhando dessa concepção analítica da escala geográfica, que aponta-se no estudo, como um conceito fundamental para o desenvolvimento das políticas, serviços e programas sociais. Isto posto, defendeu-se a necessidade de construção de uma “política de escalas”, para maior efetividade das políticas públicas, que buscam assegurar os direitos infanto-juvenis, principalmente, dos que já possuem um histórico familiar de violação, no qual exige do poder público ações intersetoriais, que busque assistir as carências em vários campos.

Essa política de escala, como foi apresentada no estudo, corrobora para pensar nas articulações entre as ações estatais, que ocorrem em vários níveis de governo, a partir de várias

políticas sociais, com os educadores sociais, que se encontram na ponta do serviço, aplicando essas ações e os usuários, público alvo dessas políticas. Haja vista que temos vários agentes sociais produzindo e reproduzindo os espaços, resultando em espaços singulares, carregados de identidade.

Destarte, é nesse processo, de apresentação e aproximação desses agentes sociais (produtores e usuários das políticas públicas), que temos, essa articulação como primeiro e importante passo para o desenvolvimento da política de escala. Pois, isso possibilita o conhecimento aprofundando de todos os sujeitos envolvidos, no qual contribui para análise dos impactos que essas ações irão causar, quais os elementos que podem alterar as ações, e, quais elementos que podem ser alterados por elas.

Com essas informações, pode-se prever algumas ações, que busque diminuir os impactos de atividades poucos significativas, para com essa população em situação de vulnerabilidade. Bem como, entender todos os caminhos e articulações que devem ser construídos, para políticas sociais efetivas, que realmente ajam para solucionar essa complexa problemática, que se configura, com a presença das crianças e dos adolescentes territorializando os espaços públicos.

Assim, inferirmos que, se a escala no nível do corpo, da comunidade, microlocal, possibilita o entendimento das estruturas e organizações sociais, fundamentais para o desenvolvimento das atividades dos educadores sociais, ela também torna-se fundamental pelas articulações que possibilita com outras políticas, serviços e programas sociais. Diminuindo as disparidades entre as escalas estatais (federal, estadual e municipal), e, ampliando as esferas de influência, a partir dessa articulação maior, desconstruindo o entendimento de articulações hierárquicas e verticais das escalas, mostrando outras possibilidades e caminhos para ações mais efetivas, de resultados mais significativos, de inclusão de uma população marginalizada.

Enfatizando, que as escalas, como processo social e histórico, não constroem essas relações e redes de forma homogênea. Podemos identificar vários conflitos, contradições na formação dessa política de escalas, o que corrobora para levantamento não apenas do diagnóstico dessa problemática social, mas, esclarece as potencialidades e vocações dos contextos sociais (comunidade, espaços públicos), bem como dos sujeitos.

Destarte, almejando trilhar essa mesma linha de raciocínio, defende-se e apresenta também, a importância do território, como conceito geográfico, para o melhoramento da atuação das ações territorializantes do estado, a partir das políticas, serviços e programas

sociais. Com uma diferença, a escala geográfica não é tratada no texto da lei, assim, como o território, bem como o seu entendimento de uma ferramenta importante para a construção das políticas públicas. Pois, o termo território, já é citado, tanto nos serviços e programas, bem como nas leis, que defendem um maior conhecimento do espaço, para ações mais próximas do cotidiano das pessoas.

Contudo, apesar de ser frequentemente citado, referenciado nos textos, o território, acabou se limitando a uma concepção física, de delimitação da área de atuação das políticas públicas. Com isso, temos um conceito extremamente rico, no esclarecimento das vivências pessoais, das relações sociais, sendo limitado ao tamanho de área de atuação desses serviços. Desse modo, o território da forma como é entendido, acaba se restringindo aos processos de gestão dessas ações.

Por isso, e, devido ao avanço da ciência geográfica, parte-se do entendimento que o território é um espaço denominado e/ou apropriado, nas mais diversas escalas e tempos, por sujeitos que se agrupam por anseios, desejos, necessidades, no qual estabelecem relações de poder internamente e externamente ao grupo. O território como um espaço delimitado e apropriado, pelas relações de poder, intrínseco as relações sociais. Logo, sendo considerado a partir desta concepção, o território, surge como grande conceito analítico, contribuindo significativamente para conhecimento dos contextos sociais, no qual é no nível escalar da comunidade, microlocal, que apresenta suas diversidades, peculiaridades.

Como foi enfatizado no estudo, com o sistema capitalista e todos os seus processos contraditórios, excludentes, desumanos, e, diante de todos os conflitos e consciência dos direitos humanos, como fundamentais para o desenvolvimento da vida, temos um estado que é chamado a agir, com o intuito de assegurar as mínimas condições de sobrevivência da população. Assim, é nesse movimento, que as políticas sociais, surgem como ferramentas importantes para, que as pessoas que a delas necessitam, possam se desenvolver.

Desse modo, inseridos nesse sistema econômico-político, temos, de um lado um estado que, a partir das políticas públicas fomentam algumas garantias e de outro, pessoas que acabam não conseguindo (seja por falta de oportunidades, qualificação profissional, dentre outros) manter o padrão de consumo, de condições para necessidades básicas, como alimentação, vestimentas, moradia, dentre outros, e, acabam ocupando os espaços públicos, tanto para conseguir arrecadar dinheiro (mendicância, malabares, vendedores de chicletes, várias outras atividades), como para moradia, higienização precária, consumo de substância psicoativas, enfim.

Dito isto, temos os espaços públicos sendo territorializados por vários indivíduos, a partir de várias funcionalidades, que estes acabam desenvolvendo nessas áreas. Logo, o público que vivem nesse processo de construção e desconstrução dos territórios, em várias escalas e tempos, nos espaços públicos, são bastante variados (tanto pela faixa etária, como, pelas atividades que desenvolvem).

Temos, portanto, uma variedade enorme de territórios nos espaços públicos (praças, parques, ruas comerciais, feira livre central), no qual os territórios das crianças e dos adolescentes, nos espaços de Campina Grande, apenas se configuram como mais um espaço de conflito e domínio de um grupo específico. Assim como os demais grupos presentes nessas áreas, as crianças e os adolescentes também tentam desviar das adversidades sociais, que os condicionam a precariedade da vida.

Desta forma, os territórios, que são delimitados, controlados, por essa população, acabam duelando diretamente com outros grupos sociais (geralmente, os adultos), bem como, com as ações territorializantes do estado, que se apresentam nesses espaços a partir dos serviços e programas sociais, que almejam retirá-los desses espaços, muitas vezes, sem pensar em articulações com outros programas, possibilitando não apenas a saída das áreas, mais principalmente, que estes não retornem a esses espaços perniciosos.

Logo, é nessa conjuntura, que o território se afirma como conceito importante, para ações mais efetivas e positivas, no sentido de garantia dos direitos dessa população infanto-juvenil. Conhecer os territórios, as relações de poder, as funcionalidades, simbologias, que estes espaços, apropriados e dominados por essas crianças e adolescentes, significam entender as relações que são estabelecidas internamente (entre os indivíduos do mesmo grupo) e externamente (com a sociedade civil). No qual possibilita maior entendimento sobre as dinâmicas que são desenvolvidas nessas áreas e os caminhos necessários para garantir que estes indivíduos não apenas saiam dessa situação de rua, mas, não retornem a ocupar esses espaços.

A partir do entendimento, do território e da escala geográfica, como aporte teórico fundamental, para metodologias mais propositivas no campo da assistência social, pode-se construir, a partir das políticas, serviços e programas sociais já existentes, bem como do conhecimento dessa população infanto-juvenil em situação de rua (a partir de estudos já realizados – BARBOSA, 2011, 2014), no espaço público de Campina Grande, pontes conceituais entre duas áreas do conhecimento, a Geografia e o Serviço Social. Concluindo que, quando trabalhadas de forma conjunta, essas áreas do conhecimento, podem contribuir para construção de condições fundamentais de existência da vida humana.

O território e a escala geográfica, não podem ser trabalhados de forma a delimitar, representar as áreas, a partir das dimensões gráficas. Há um campo muito mais fértil de informação e apreensão das realidades, quando entende-se esses conceitos da ciência, de forma menos positivista, compreendendo assim, suas funcionalidades e simbologias, na produção do espaço geográfico.

Concluindo que esses conceitos, podem ser relevantes também para identificar as potencialidades, vocações, das áreas e agentes sociais, apresentando as possibilidades de emancipação dos indivíduos, ou seja, não apenas garantindo seus direitos, mais construindo formas desses indivíduos percorrem outros caminhos, vislumbrando oportunidades. Saindo então da condição de vulnerabilidade que se encontram.

Pois, se o estado trabalha de forma dialética, é a partir das políticas sociais, que essa face mais “humanizada” se mostra. Ou seja, a partir das ações, desenvolvidas pelos serviços e programas, temos o estado intervindo em problemas da sociedade, almejando solucionar e garantir alguns direitos fundamentais. Contudo, essa atuação ocorre de forma, muitas vezes, a minimizar apenas situações de extrema vulnerabilidade social.

Desse modo, a política pública deve ser entendido como processo, no qual possui algumas fases de desenvolvimento, que devem ser considerados, para bons resultados. Assim, temos nesse processo, o território e a escala geográfica, como elementos conceituais fundamentais, garantindo maior aproximação, para com a problemática social que busca-se solucionar. Em todas as etapas, de elaboração, implementação e avaliação, das políticas sociais, conhecer profundamente o público alvo, a partir do entendimento das dinâmicas sociais, que se formam a partir das relações sociais que são estabelecidas, que são também relações de poder, controlando áreas, pessoas, estabelecendo funções e imprimindo símbolos nestes estes espaços, tona-se basilar para bons resultados. Considerando e respeitando o indivíduo, como ser político, logo, carregado de desejos, necessidades, carências, que vão buscando, nos espaços públicos, formas de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro** – genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014b.
- BARBOSA, R. da Silva. “**Territórios dos Excluídos**”: as territorializações de crianças e adolescentes em situação de risco no espaço urbano de Campina Grande – PB. Dissertação. Recife, 2014.
- BARBOSA, R. da Silva. **Território e Territorialidade**: uma análise de crianças e adolescentes nos semáforos da cidade de Campina Grande – PB. Monografia. Campina Grande, 2011.
- BACELAR, Tania. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- BEZERRA, Anselmo C. V. **Subsídios à Gestão Territorial do Programa de Saúde Ambiental: contribuição da Geografia à construção de mapas operacionais para territorialização dos agentes de Saúde Ambiental no Recife – PE**. Dissertação. Recife: 2008.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Social de Assistência Social. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Lei Nº 8.242, de 12 de outubro de 1991**. Brasília: 1991.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Social de Assistência Social. **Lei Orgânica da Assistência Social – Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Brasília: 1993.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Portaria Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**. Brasília: 2002.
- BRASIL. Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB. Secretaria de Assistência Social – SEMAS. **Regimento Interno Programa Ruanda – 2003**. Campina Grande: 2003.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Social de Assistência Social. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: cartilha do PETI**. Brasília: 2004.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Social de Assistência Social. **Lei Nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004**. Brasília: 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução de Danos – 2004**. Portaria Nº 1.028, de 01 de julho de 2005. Brasília: 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**. Brasília, 2009.

BRASIL. **NOB-RH/SUAS**: Anotada e Comentada. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB. Secretaria de Assistência Social – SEMAS. **Regimento Interno Programa Ruanda – 2011**. Campina Grande: 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 130, de 26 de janeiro de 2012**. Brasília: 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Social de Assistência Social. **Perguntas e Respostas: serviço especializado em abordagem social**. Brasília: 2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Social de Assistência Social. **Resolução Nº 01, de 21 de fevereiro de 2013**. Brasília: 2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Social de Assistência Social. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: passo a passo**. Brasília: 2013.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB. Secretaria de Assistência Social – SEMAS. **Regimento Interno Programa Ruanda – 2013**. Campina Grande: 2013.

BRASIL. Rede Nacional Primeira Infância. Secretaria Executiva – RNPI. **A intersetorialidade nas políticas para a primeira infância**. Fortaleza: 2015.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Social de Assistência Social. **Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: 2015.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB. Secretaria de Assistência Social – SEMAS. **Plano Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Campina Grande – PB**. Campina Grande, 2015.

BRENNER, Neil. **Reestruturação, Reescalonamento e a Questão Urbana**. Revista GEOUSP – espaço e tempo. n.33, p. 198-220. São Paulo: 2013.

BOITO JR., Armando. **Estado, Política e Classes Sociais**: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BUARQUE, Chico. **O Meu Guri**. Rio de Janeiro: Universal: 1982.

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lucia. Introdução. In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lucia (orgs). **Bolsa Família 2003 – 2010**: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010.

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a campina burguesa. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz(org): **Imagens Multifacetadas da história de campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação, 2000. p.58-77.

CEBRID. **Drogas Psicotrópicas**. Departamento de Psicobiologia da Unifesp. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2003.

COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como Política de Estado. In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lucia. (orgs) **Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (org) **Cidade Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

COSTA, Bruno L. D. As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (orgs). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

COSTA, A. Albuquerque. **Sucessões e Coexistência do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio-Técnico-Científico-Informacional**: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação. Recife, 2003.

COSTA, Leonardo Barboza da. **Estruturação da cidade de Campina Grande**: as estratégias e intencionalidades do mercado imobiliário. Dissertação. João Pessoa, 2013.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (orgs). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DINIZ, Lincoln da Silva. **Permanências e transformações do pequeno comércio na cidade**: as bodegas e a sua dinâmica sócio-espacial em Campina Grande. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Editora Escala, 1990.

ENGELS, Friedrich. A Família Monogâmica. In: CANEVACCI, Massimo (org): **Dialética da Família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. Aurelio. SPOSITO, E. Savério (Orgs): **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008.

FILHO, Severino Cabral. **Modernização, Cotidiano e Cultura Material em Campina Grande – PB (1930 – 1950)**. Revista: Projeto História, V 40, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educadores de Rua uma abordagem crítica: alternativas de atendimento aos meninos de rua**. Colombia: Editora Gente Nueva, 1989.

FREITAS, A. V.; STEINBERGER, M.; FERNANDES, S. W. R. Parâmetros analíticos dos discursos de políticas públicas. In: STEINBERGER, Marília (org). **Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

GANDHI, Matheus da Silveira. **A Construção Escalar da Ação no Movimento dos Sem-teto**. Tese. Rio de Janeiro: 2015.

GOTTMANN, Jean. **A Evolução do Conceito de Território**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012.

GOMES, P. C. da Costa. **A Condição Urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GOMES, M. da Silva; STEINBERGER, Marília; BARBOSA, R. Paixão. O potencial político da categoria “território usado”. In: STEINBERGER, Marília (org). **Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

GUIMARÃES, Raul Borges. Atores Políticos, Representação Social e Produção. In: MELO, Jayro Gonçalves (org). **Espiral do Espaço**. Presidente Prudente: GASPER, 2003.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jurgen. A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à esfera pública. In: CANEVACCI, Massimo (org): **Dialética da Família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (orgs): **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

HAESBAERT, Rogério. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (orgs): **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: território e multi/territorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HART, Carl. **Um preço muito alto**: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

HIRDES, Alice. A Reforma Psiquiátrica no Brasil: uma (re)visão. Revista: **Ciências & Saúde Coletiva**. nº14, v. 1, p:297-305, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; et. al. (Orgs). **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2010. Rio de Janeiro: 2017.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Geografia e Política de Assistência Social**: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2011.

LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Uma Crítica Geográfica ao Conceito de Território na PNAS**: por um diálogo entre Geografia e Serviço Social. Tese. Presidente Prudente, 2015.

LUCCHINI, Riccardo. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In: RIZZINI, Irene (org). **Vida nas Ruas**: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

MAIA, Doralice Sátyro. **A periferização e a fragmentação da cidade**: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande – PB, Brasil. Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. v. XIV, n. 331(80), p. 01-15, agosto, 2010.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.

MELO, Jayro Gonçalves. Geografia, história e a teoria das escalas geográficas. In: MELO, Jayro Gonçalves (org). **Espiral do Espaço**. Presidente Prudente: GASPERR, 2003.

MIOTO, Regina C. Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete. et. al. (orgs): **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (orgs): **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

MORGAN, Lewis H. A Família Antiga. In: CANEVACCI, Massimo (org): **Dialética da Família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MELO, Jayro Gonçalves. Geografia, História e a teoria das escalas geográficas. In: MELO, Jayro Gonçalves (org). **Espiral do Espaço**. Presidente Prudente: GASPERR, 2003.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. **Política (e ação) Pública, Território e o Papel da Geografia**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out., 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1977.

PADILHA, Miriam Damasceno. **Criança não deve trabalhar**: PETI e sociabilidade familiar. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; et. al. (Orgs). **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

PEREIRA, William Eufrasio Nunes. **Breves notas da formação histórica-econômica de Campina Grande:** do gado (século XIX) ao algodão (século XX). *História Econômica e História de Empresas*. v. 19, n.02, p.319-346, 2016.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. **Escala e Ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia**. *Revista Brasileira de Geografia/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. 45(1). p. 123-135. Rio de Janeiro: 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ed. ÁTICA, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. Aurelio. SPOSITO, E. Savério (Orgs): **Territórios e Territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda – reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, Ivanete. et. al. (orgs): **Política Social no Capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2014.

RUBIO, David Sánchez. **Encantos y Desencantos de los Derechos Humanos:** de emancipaciones, liberaciones y dominaciones. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2011.

SÁ, Alcindo José de. **Geografia do Direito:** as normas como formas sócio-espaciais. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.

SÁBATO, Ernesto. **Homens e Engrenagens**. Campinas-SP: Ed. Papirus, 1993.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (orgs): **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

SANFELICI, Daniel. As escalas de acumulação na produção das cidades. In: CARLOS, A. F. Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, I. Pinto (orgs): **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado, o Direito e a Questão Urbana. In: FALCÃO, Joaquim (Org): **Invasões Urbanas:** conflito de direito de propriedade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, M. Adélia A.; SILVEIRA, M. Laura (orgs). **Território:** Globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008c.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2013a.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, Marcos Aurelio (org): **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2013b.

SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, Angelo. Políticas Públicas e o Papel da Geografia. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 37-47, out. 2011.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida. Raízes Históricas de Campina Grande. IN: GURJÃO, Eliete de Queiroz. (org): **Imagens Multifacetadas da história de campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação, 2000.

SILVA, J. Carlos. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: ANGELO, Ribeiro (org): **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002.

SMITH, Neil. Contornos de uma Política Espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (Org): **O Espaço da Diferença**. São Paulo: Editora Papirus, 2000.

SOARES, A. Bárbara; MARTINS, A. Carvalho; BUTLER, U. Mandel; CALDEIRA, Paula; RIZZINI, Irene. Trajetórias de vida de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro. In: RIZZINI, Irene (org). **Vida nas Ruas**: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

SOARES, Sergei; SOUZA, P. H. F.; OSÓRIO, R. G.; SILVEIRA, F. G. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lucia. (orgs) **Bolsa Família 2003 – 2010**: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010.

SOBARZO, Oscar. Apontamento para uma proposta teórico-metodológica para a análise dos espaços públicos em cidades médias. In: SPOSITO, M. E. Beltrão (org): **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, M. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. Aurelio. SPOSITO, E. Savério (Orgs): **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

SOUZA, M. Lopes de. **Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta**. Revista Cidades. v.7, n.11. Rio de Janeiro: 2010.

SOUZA, M. Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. Lopes de. **Dos Espaços de Controle aos Territórios Dissidentes**: escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Bolsa Família: um programa com futuro(s). In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lucia. (orgs) **Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **A Menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SPOSATI, A.; BONETTI, D. A.; YAZBEK, M. C.; CARVALHO, M. C. B. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SPOSITO, M. E. Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. C. SOUZA, M. L. SPOSITO, M. E. B. (org): **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

SPOSITO, M. E. Beltrão; et. al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (org) **Cidade Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, P. César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, nº24, 2003.

STEINBERGER, Marília. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: STEINBERGER, Marília (org). **Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

STOECKLIN, Daniel. Das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua ao desenvolvimento social. In: RIZZINI, Irene (org). **Vida nas Ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2003.

VIEIRA, G. T. Sarmiento. A família na agenda das políticas brasileiras de saúde mental e de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas. In: UCHÔA, Roberta et. al (orgs). **Ensaio sobre as Drogas: necessidades humanas e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.